

Partido
Renovado

Futuro
Socialista

Brasil
Soberano

11^o CONGRESSO PCdoB

B R A S Í L I A 2 0 0 5

Documentos e Resoluções

Brasília, 20 a 23 de outubro de 2005



Partido renovado Brasil soberano Futuro socialista

Resolução política, Estatuto e documentos
do 11º Congresso do PCdoB

(Realizado de 20 a 23 de outubro de 2005, em Brasília – DF)

Partido renovado Brasil soberano Futuro socialista

Resolução política, Estatuto e documentos
do 11º Congresso do PCdoB

(Realizado de 20 a 23 de outubro de 2005, em Brasília – DF)

Fevereiro 2006



Partido renovado, Brasil soberano, futuro socialista

Organização: Adalberto Monteiro, Pedro de Oliveira e Edvar Bonotto

Editor: Divo Guisoni

Fotos de: Rita Polli, Salu Parente e Débora Amorim

Capa: Guido Bianchi e Zélito Passavante

Revisão: Maria Lucília Ruy

Diagramação: Sandra Luiz Alves

Catálogo: Fundação Biblioteca Nacional

N945

Partido renovado, Brasil soberano, futuro socialista: Resolução política, Estatuto e documentos do 11º Congresso do PCdoB (realizado de 20 a 23 de outubro de 2005, em Brasília/DF) / Renato Rabelo ... [et al.].- São Paulo: Anita Garibaldi, 2006. 352 pg. / 16 x 23 cm

ISBN: 85-7277-064-X

1. Partido Comunista do Brasil – Congressos, I. Rabelo, Renato.

CDD: 324.281075

Editora e Livraria Anita Ltda.

Rua dos Franceses, nº 4, CEP 01329-010, São Paulo-SP Tel. (11) 3266-4312

www.anitagaribaldi.com.br

Correio eletrônico: livraria@anitagaribaldi.com.br

Sumário

Apresentação.....	7
Pronunciamento no ato de abertura do 11º Congresso do PCdoB	
Renato Rabelo	9
Informe Político ao 11º Congresso do PCdoB	
Renato Rabelo	15
Partido renovado, Brasil soberano e democrático, futuro socialista	
<i>Resolução Política aprovada pelo 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)</i>	33
Informe sobre o projeto de Estatuto	
Walter Sorrentino	107
Estatuto do Partido Comunista do Brasil	
aprovado no 11º Congresso, 2005	119
Homenagem do 11º Congresso ao legado de João Amazonas	
Haroldo Lima.....	155
O imperialismo não é invencível	
José Reinaldo Carvalho	165
Acumular forças no proletariado	
João Batista Lemos	175
A atuação do PCdoB nos movimentos sociais	
Ricardo Abreu (Alemão)	185

A presença dos comunistas brasileiros no governo central da República	
Ronald Freitas	195
A atuação dos comunistas no Congresso Nacional	
Renildo Calheiros	205
Sobre o trabalho teórico-ideológico	
Adalberto Monteiro	211
Delegações internacionais presentes ao 11º Congresso	217
Mensagens e intervenções de delegações internacionais presentes.....	219
Mensagens recebidas	257
Moções aprovadas	285
Estatísticas do 11º Congresso	289
Membros eleitos ao Comitê Central do PCdoB no 11º Congresso	291
Balço do trabalho da Direção Nacional	307
Anexo: Programa Socialista	
<i>Aprovado na 8ª Conferência Nacional (1995)</i>	<i>329</i>



Porta de entrada do 11º Congresso do PCdoB, em Brasília

Apresentação

O 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil constitui-se um destacado êxito dos comunistas; com repercussões positivas no conjunto do movimento político transformador do nosso país. Ele foi realizado em meio a uma aguda luta pelo poder, como há muito não se via no Brasil. O Partido soube se desdobrar. A um só tempo exerceu suas responsabilidades no *front* da luta política, empreendendo o combate às forças conservadoras, e garantiu a realização vitoriosa de seu Congresso.

A *Resolução Política* e o novo *Estatuto* partidário aprovados foram frutos do método da elaboração coletiva que é uma das características da democracia interna do Partido Comunista. De todo o seu processo participaram quase 70 mil militantes. Foram realizadas 1.364 conferências municipais e conferências estaduais nos 26 estados e no Distrito Federal. Em sua plenária realizada em Brasília, de 20 a 23 de outubro de 2005, participaram 1.046 delegados, além de 59 convidados. Como demonstração do internaciona-

lismo proletário cultivado pelo PCdoB estiveram presentes personalidades de 32 países, dos vários continentes, representando 45 Partidos Comunistas e organizações políticas avançadas e patrióticas.

A *Resolução Política* do 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil contém fecunda análise da realidade mundial e nacional, explicitando suas singularidades contemporâneas, e apresenta diretrizes e caminhos políticos para a construção, no presente, de um Brasil soberano, desenvolvido e democrático como parte do processo histórico de conquista futura do socialismo em nosso país.

Ela também sistematiza os caminhos para a edificação de um *Partido Comunista renovado* que seja capaz de, em conjunto com outras forças políticas avançadas, tornar realidade os objetivos táticos e estratégicos do movimento transformador. Nesse sentido, destaca-se o novo *Estatuto* aprovado. Ele, de certo modo, é o coroamento dos esforços práticos e teóricos empreendidos nos últimos vinte anos para se construir uma legenda revolucionária à altura das tarefas de nosso tempo. O novo *Estatuto* preserva e atualiza princípios basilares, como o centralismo-democrático, amplia a institucionalidade partidária e apresenta normas inovadoras de funcionamento e da ação política e social do Partido.

Destacam-se, ainda, *as intervenções especiais* que apresentam análises, balanços e perspectivas de importantes frentes de ação e construção do Partido: o trabalho internacional, o movimento sindical, os movimentos sociais, atuação da bancada de parlamentares na Câmara dos Deputados, o trabalho institucional e o trabalho teórico-ideológico.

O 11º Congresso rendeu elevada homenagem à memória e ao legado de João Amazonas, histórico dirigente do PCdoB. Com alegria se ressalta que o Partido continua – conforme ele nos legou – coeso e unido e a viver uma fase de expansão e florescimento.

As elaborações, conclusões e diretrizes do 11º Congresso irão reger, nos próximos quatro anos, tanto a construção quanto o conjunto das ações e atividades do PCdoB. Pela riqueza das análises e justeza das orientações políticas haverá, com certeza, de manter o Partido na rota da expansão de sua força militante e do aumento de sua autoridade política junto ao povo, aos trabalhadores e às forças políticas democráticas, patrióticas e populares de nosso país.

Os Editores



Abertura do 11º Congresso do PCdoB, ao centro o presidente Lula

Pronunciamento no ato de abertura do 11º Congresso do PCdoB

Renato Rabelo

Este 11º Congresso é o maior da história do Partido Comunista do Brasil, pelo número de militantes envolvidos, delegados e convidados presentes. É o primeiro que o PCdoB realiza com quadros da sua direção investidos em altos postos da República. Temos hoje, como nunca, grandes responsabilidades perante a nação, o governo Lula e os nossos aliados.

Para nós é uma honra – e motivo de entusiasmo – contar com a presença do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva neste evento de abertura de nosso 11º Congresso. Lula compareceu a todos os nossos últimos congressos – atitude que muito valorizamos. Este fato é uma demonstração de amizade e confiança mútua que se desenvolve desde 1989, com a formação

da Frente Brasil Popular, quando quase chegamos à vitória. Aliás, Lula sempre repete que, naquela ocasião, os únicos a acreditar na possibilidade de vitória eram ele e o nosso saudoso presidente João Amazonas.

Mas, hoje, é a primeira vez que Lula está presente ao Congresso do PCdoB à frente da presidência desta querida nação – e como nosso presidente da República.

A vitória de Lula tem grande significado para os comunistas porque é expressão da singularidade política do Brasil, manifestada pelo êxito em que novas forças sociais e políticas, de origem popular, democrática e patriótica alcançaram o governo da República.

Daí, nossa imensa responsabilidade histórica perante a nação e os povos que lutam por sua emancipação. A nossa amizade com o presidente Lula não é conjuntural, fortuita, mas forjada no decorrer de um processo de intensa luta política e social no qual se construiu uma confiança recíproca. O PCdoB foi seu aliado em todas as campanhas presidenciais desde 1989.

Queremos destacar a presença, neste ato de abertura, dos nossos companheiros de luta, razão de ser do nosso Partido. Em especial nossa saudação ao companheiro Gustavo Petta, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), neste ato representante da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), que congrega as entidades nacionais mais representativas do movimento sindical, estudantil e popular.

Queremos saudar também com entusiasmo a presença do presidente do Senado Renan Calheiros; dos partidos com os quais mantemos uma relação de respeito mútuo, amizade e confiança; dos(as) ministros(as), senadores(as), deputados(as). Temos convicção de que essa convivência democrática com nossos aliados e amigos é vantajosa para o nosso povo e o destino do país.

Queremos especialmente nos referir à presença neste ato do nosso querido camarada Aldo Rebelo, numa condição inédita investido de alta responsabilidade como presidente da Câmara dos Deputados. Dessa forma, o PCdoB dá sua contribuição através de um dos seus quadros mais prestigiados e que tem um profundo sentimento patriótico pelo nosso povo.

Acreditamos que desde o presidente da República, os ministros aqui presentes, os aliados e amigos que compartilham conosco o entusiasmo deste ato de abertura, os presidentes da Câmara e do Senado, o movimento social e o nosso Partido estamos todos empenhados em um objetivo co-

mum: o desenvolvimento do país, com democracia, soberania, conquistas sociais e a integração da América Latina, em especial, da América do Sul.

Mas aqui, cada partido, cada entidade e movimento integrantes do nosso campo político e mesmo do sistema político brasileiro têm sua “razão”. O presidente da República e seus ministros com suas razões de governo e até de Estado; os presidentes do Senado e da Câmara com as razões que compõem esse sistema de representação política; o movimento social com suas bandeiras, suas razões próprias muito sentidas; e as legendas aqui presentes com suas razões partidárias.

O grande desafio é transformar todas essas razões – encontrando os pontos comuns –, na concretização da unidade, em torno de um projeto nacional que possa ser aplicado. Para isso o presidente da República tem um papel decisivo, mas – é lógico – com o apoio dessas representações e do movimento social. Porém, esse grande desafio não é uma questão de simples racionalidade, porque para transformar todas essas razões num caudal único é preciso aliar interesses contrastantes, exigências que se chocam.

Portanto, a solução que resolve é reunir o interesse da maioria da nação num projeto viável, transformador. Esse tem sido um dos ensinamentos mais importantes da nossa história – as mudanças progressistas mais importantes se concretizaram com a unidade da maioria da nação. Esse ainda é o nosso grande desafio atual.

O governo Lula, no qual temos nosso papel e responsabilidade, barrou as privatizações, deu passos importantes no sentido das mudanças, representou um avanço democrático significativo, paralisou a investida neocolonial da Alca, faz um esforço sem paralelo para a integração sul-americana. São passos importantes porque temos de considerar a situação a partir do país herdado. O país encontrado pelo novo governo estava numa situação “gravíssima”. Não repetiremos dados já bastante citados, vamos nos concentrar no seguinte: os dois governos de FHC conseguiram a proeza insólita de arrecadar 100 bilhões de dólares com as privatizações realizadas e mais: somar um déficit em contas correntes da ordem de 180 bilhões de dólares. E com toda essa dinheirama diminuiu a taxa de investimentos do país. O Brasil praticamente ficou semiestagnado nesse período. É evidente que os seus grandes impasses se agravaram sobremodo. E ainda dizem por aí que eles é que sabem governar.

Mas, pelo nosso entendimento, apesar da realidade adversa e do grande esforço realizado pelo governo Lula, o nosso desafio é ainda encontrar



a saída, uma via de repactuação, para a construção desse projeto nacional que una os interesses da maioria da nação. Ou seja, o desafio de concretizar, unindo a maioria, o projeto de desenvolvimento mais acentuado, com efetiva distribuição de renda, valorização do trabalho e persistência na integração regional.

Em relação à crise política em curso precisamos localizar nossos erros e debilidades, retirar os ensinamentos, contribuir para uma investigação exemplar dos ilícitos cometidos, punir de maneira justa os responsáveis. Mas, apesar de o estopim dos acontecimentos ter sido as denúncias efetivadas contra o PT, estendidas ao governo e aos aliados, o móvel do acirramento da crise se deve à intensificação da luta pelo poder por parte das forças opositoras, conservadoras, que preparam febrilmente a sua volta ao centro do poder. O julgamento já é feito *a priori*. Há uma pressão para que ocorram julgamentos sumários, à revelia inclusive do Estado de Direito. Inverte-se o direito constitucional consagrado: o ônus da prova passa ao acusado. Chegaram até mesmo a ensaiar a abertura do processo de *impeachment* contra o presidente da República – um tipo de “golpe branco” – e jogaram tudo para a tomada da presidência da Câmara, tentando impor uma espécie de rendição ao presidente. O nosso Partido procurou desde o primeiro momento contribuir para prestar apoio e mobilizar forças em defesa do mandato e da autoridade do presidente da República. Era premente a formação de uma inadiável linha de defesa que, nesses momentos, não pode ser contida por devaneios, perplexidade, hesitação.

Hoje, no leito de um trabalho conjunto que progride entre PT, PSB e PCdoB, temos defendido a necessidade e a atualidade de organizar uma agenda em conjunto com as presidências da República, Câmara, Senado e partidos, que enfrente os problemas de como destravar o investimento público dando prioridade, na discussão do Orçamento para 2006, aos investimentos sociais – sobretudo a valorização do salário-mínimo – e aos investimentos em infraestrutura. E, ainda, a resolução da emenda constitucional que pode concretizar uma proposta de grande impacto na qualidade da universalização de um direito social prioritário – a educação básica.

Dentro dessa perspectiva de uma agenda que resolva os problemas mais candentes está também a questão da reforma política. O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, vem propiciando uma série de reuniões com os líderes de todos os Partidos da Câmara com a finalidade de encontrar um acordo amplo para uma reforma política sistêmica e democrática. É ne-

cessário esclarecer que sempre fomos contra as reformas políticas parciais, ditas “fatiadas”; por isso, não defendemos uma reforma que se circunscreva apenas à diminuição da cláusula de barreira, como se andou propalando. Essa medida que consideramos democrática (a diminuição da cláusula) só será possível numa reforma de conjunto que contemple, sobretudo, o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. Este, sim, um ensinamento básico a ser extraído da crise.

As crises podem se tornar positivas e se constituírem na superação de grandes impasses se formos capazes de compreendê-las e saber delas retirar os ensinamentos. O PCdoB, de sua parte, neste 11º Congresso, dentro de suas condições, envidará esforços para dar sua contribuição.

Vamos nos unir para retomar o impulso transformador e reacender novas esperanças.



Informe Político ao 11º Congresso do PCdoB



Renato Rabelo

Este 11º Congresso é o maior da história do Partido Comunista do Brasil. As 1.364 Conferências Municipais, as Conferências Estaduais realizadas em todos os estados elegeram 1.097 delegados. Também estão aqui presentes os convidados, militantes destacados do Partido, e estamos recebendo delegações de partidos irmãos de todos os continentes.

O 11º Congresso transcorre num período de grandes exigências, em que o Partido assumiu importante participação na vida política nacional e protagonizou destacados acontecimentos, ao mesmo tempo em que conseguiu realizar rico debate interno de temas teóricos, políticos e partidários nas instâncias congressuais e na tradicional *Tribuna de Debates*, que pela primeira vez apareceu também na internet. A resposta do Partido, exigida pela prática política, articulou-se com o debate dos temas desfilados nas fases preparatórias do Congresso, enriquecendo e cimentando a orientação do Projeto de Resolução em discussão.

O 11º Congresso do PCdoB ocorre nos marcos de um quadro mundial de ofensiva imperialista, predomínio de uma finança mundializada, centrada nos Estados Unidos, e intensificação da resistência dos povos e das nações; um cenário de acirramento da luta pelo poder no Brasil, em que as forças liberal-conservadoras urdem sua volta ao centro do poder e as forças de esquerda e progressistas começam a se rearticular; além de um momento de renovação e expansão de nosso Partido.



Segue a ofensiva imperialista e se intensifica a resistência

O cenário internacional demonstra a validade, de modo geral, da linha apresentada pelo Projeto de Resolução Política ao 11º Congresso. Os EUA, no exercício da hegemonia unipolar, seguem sua estratégia de “guerra global infinita”, cuja aplicação só funciona dentro da lógica do unilateralismo. Por isso mesmo, precisam romper com as leis vigentes do Direito Internacional e desconhecer as decisões dos organismos e fóruns multilaterais internacionais, sempre que seus interesses estejam em jogo. Na ocupação do Iraque, impotentes para conseguir o pleno controle do território, proliferaram bombardeios maciços de pequenas cidades e aldeias, supostas bases da resistência. O *referendum* sobre a nova Constituição imposta aprofundou as divisões étnicas do país. Na América Latina, aprofunda-se o aumento das tensões em função das constantes ameaças do governo estadunidense à Venezuela bolivariana. Chamam a nossa atenção as gestões para instalar uma base militar norte-americana no Paraguai que, efetivada, irá se somar a vinte outras existentes na América Latina, a maioria no nosso subcontinente. Estas bases são fatores de instabilidade e preocupação crescente em relação à paz na região. No âmbito econômico e comercial, os Estados Unidos persistem na sabotagem ao Mercosul e tentam impor um desigual Tratado de Livre Comércio na região andina, semelhante ao modelo do CAFTA, firmado na América Central. No plano mundial, a pretexto de “Não Proliferação das Armas Nucleares”, estão no centro da agenda norte-americana maquinções de todo tipo contra o aparecimento de novas potências nucleares, sendo este um fator de forte tensão. Os EUA tentam vetar até mesmo a utilização da energia atômica para fins pacíficos, como o sucedido no caso do desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro.

Para além desta situação, registra-se um quadro de resistência que se aprofunda. Têm sido fator de fortes desgastes do governo Bush as mortes de soldados no Iraque, que estimulam grandiosas manifestações pela paz e contra a guerra em grandes cidades dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que esse governo sofre fortes abalos internos após o caos provocado pela passagem do furacão Katrina, que afetou principalmente pobres e negros. Na frente da resistência, devemos também assinalar a tentativa de sentido estratégico, na qual o Brasil, dentre outros, tem um papel protagonista, na luta pela integração regional concretizada na recente realização da Cúpula da Comunidade Sul-Americana das Nações (CASA), em Brasília,

com avanços progressivos. No curso das grandes movimentações do quadro mundial, ressaltam-se as contradições geopolíticas manifestadas pelo aprofundamento de tensões entre as potências imperialistas (EUA e União Europeia) e a China, que podem se tornar uma linha marcante do século XXI. E assumem papel importante na contratendência neoliberal as recentes greves gerais na França e na Bélgica.

Crescimento, contradições e desequilíbrios da economia mundial

No plano econômico, resalta-se a manifestação de uma relevante contradição de nosso tempo, resultante do modo atual da divisão internacional do trabalho, que se expressa no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). A rodada de Doha caminha para uma definição. As grandes potências capitalistas acenam com hipotéticas reduções nos subsídios agrícolas para forçar uma ampla abertura das tarifas industriais e em outros setores dos países em vias de desenvolvimento. Em contraposição, o G-20 permanece atuante, constituindo-se em importante e novo elemento de defesa dos países e povos ao desenvolvimento no âmbito da OMC.

Outra questão saliente: o elevado crescimento da economia mundial em 2004, e ainda neste ano, não garante que se possa descartar uma deterioração do quadro econômico internacional, em prazo que pode variar, devido aos crescentes riscos de desequilíbrio estrutural provocados pela tendência a uma crise energética que se acentua nos Estados Unidos e no mundo, com graves repercussões sobre o crescimento global. O agravamento dessa crise estrutural pode pesar na sustentabilidade do financiamento dos grandes déficits da economia norte-americana, que se soma à ameaça do estouro de enorme “bolha” especulativa dos ativos do mercado imobiliário desse país, previsão registrada nos informes financeiros atuais.

PCdoB diante da nova luta pelo socialismo

A razão de ser do PCdoB, a sua identidade, distinta dos demais partidos em nosso país, é a luta pelo seu grande ideal socialista e comunista. O nosso desafio central, como afirma o Projeto de Resolução Política ao 11º



Congresso, está na construção de condições que permitam abrir uma nova etapa de ascenso da luta transformadora, revolucionária, a fim de que se possa alcançar a superação do capitalismo com o predomínio de uma sociedade superior – a do socialismo. Essa determinação para tornar realidade o ideal socialista não é uma utopia, mas uma necessidade vital para a humanidade, já fundamentada com categorias científicas desde Marx, a partir do século XIX. Mas a nossa convicção, forjada nos últimos congressos do nosso Partido, é de que a teoria revolucionária não está pronta para qualquer período histórico, ela requer constante renovação e sua aplicação varia conforme a singularidade de cada país. Desse modo, temos o grande desafio de atualizar e desenvolver a teoria revolucionária no bojo do pensamento avançado da nossa época e no curso do movimento transformador das massas trabalhadoras e populares, conformando um projeto político atual, nas condições peculiares do Brasil, capaz de alcançar o socialismo.

A nossa compreensão é de que esse grande desafio se avultou, em consequência do impacto da derrota histórica do socialismo, que teve seu ápice nos começos dos anos 1990, produzindo assim uma brusca mudança da correlação de forças, condicionando uma situação desfavorável na atualidade para a luta dos trabalhadores e dos povos pela emancipação nacional e o socialismo. Esse desequilíbrio, que pende em favor do lado contrarrevolucionário, marca o atual período histórico – longo, difícil e sinuoso – de acumulação estratégica de forças no sentido revolucionário. Pois bem, do nosso ponto de vista, o centro da questão é como extrair as consequências para nosso movimento da repercussão desse período de longa acumulação, na orientação tática e estratégica, nas políticas de alianças, nas formas de luta, na linha de construção partidária. Acumulação não se confunde com passividade ou possibilismo. O procedimento do processo cumulativo, nas condições impostas de uma defensiva estratégica para as forças revolucionárias, não significa que o nível do movimento tático de resistência será sempre defensivo. A resistência ativa se concretiza por meio de uma tática ampla e flexível que busca avançar, ser ofensiva, sendo esse o justo procedimento para se alcançar as condições para a contraofensiva, revertendo o quadro de defensiva estratégica. O nosso Partido tem procurado dominar a singularidade do atual período histórico e, ao mesmo tempo, feito um grande esforço construtivo de sua linha política e da edificação partidária nas condições concretas do Brasil, definindo um justo caminho de acumulação de forças. É mais profunda a nossa convicção de que, nos marcos do

sistema imperialista-capitalista, não se alcançará a justiça social. Ao contrário, a humanidade vive hoje um retrocesso civilizacional. É mais atual do que nunca a assertiva de que a humanidade está diante de uma encruzilhada histórica: ou socialismo, ou barbárie.

Nível da luta de resistência ao neoliberalismo no Brasil

O curso histórico dos acontecimentos no Brasil tem suas contradições próprias, resultantes dos impasses estruturais e da forma dependente de inserção mundial do país. No atual período histórico, a nação está incluída nos marcos do padrão de dominação imperialista-capitalista, que se convencionou chamar de neoliberalismo e está sujeita às implicações políticas do exercício unilateral de poder mundial pelos EUA. No plano nacional, ressalta-se como uma peculiaridade da recente história política brasileira a instalação do governo Lula, a partir de 2003, que significou a vitória de novas forças políticas e sociais avançadas, que nunca tinham alcançado o governo da República.

O novo governo, eleito dentro dos limites institucionais vigentes, por sua origem social e política, compromissos e composição, representou novo patamar na luta contra o neoliberalismo, assumindo uma postura democrática mais avançada, em meio à disjuntiva entre “desenvolvimentismo” e “ortodoxia”, Estado e “mercado”, situação distinta da do governo Fernando Henrique, condutor do neoliberalismo brasileiro.

Na situação particular do Brasil, do ponto de vista estrutural, apesar da avalanche neoliberal, o capitalismo de Estado não foi completamente destruído. Mantiveram-se preservados, sob controle estatal, setores de peso na economia, com capacidade de investimento em outras áreas, como Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Eletrobrás – estratégica *holding* estatal do sistema hidroelétrico brasileiro, estando fora dos recorrentes cortes do Orçamento para atingir os exorbitantes superávits fiscais. Além disso, hoje o Estado mantém certo controle sobre o crédito, focando um volume significativo de recursos fora da alçada da financeirização. Esta situação peculiar é a base objetiva para que as novas correntes progressistas componentes do governo Lula possam forçar, de certo modo, uma política voltada para o desenvolvimento. Tal política



tem sido sistematicamente atacada pelos setores conservadores, tendo o polo contrário, no centro do governo, na predominância da política macroeconômica ortodoxo-liberal.

Ao cabo de quase três anos de governo Lula, as forças mais consequentes, democráticas e populares ainda se encontram diante do desafio da construção de um novo projeto nacional, de um caminho próprio, que supere a fase esgotada do período conhecido como nacional-desenvolvimentismo, e sobretudo os impasses históricos agravados pela vigência do neoliberalismo na década de 1990.

A tentativa de transição – realizada através de políticas e medidas governamentais significativas de contenção da investida neoliberal e de outras não condizentes com a linha liberalizante –, demonstra um esforço de progresso, de mudanças importantes, porém contido até agora pelo compromisso, na prática do governo, com forças hegemônicas que constituem o “mercado da finança mundializada”, dentro e fora do país, mesmo considerando a virtude da recente decisão oficial de não renovar acordo com o FMI, que se mantinha desde 1998.

Em decorrência dessa situação, o governo, apesar do empenho em não se afastar da sua origem, não conseguiu definir e aplicar, lançando suas bases, um projeto mudancista nítido, apoiado em ampla mobilização democrática e nas camadas populares e progressistas, submetido que está pelo enclave no seu interior do trinômio liberal-conservador – linha e estrutura conservadoras do Ministério da Fazenda, composição homogênea, ortodoxa, do Conselho Monetário Nacional, dependência do Banco Central às exigências da finança globalizada.

Na batalha em curso, o PCdoB luta para que o governo Lula resista de várias formas ao hegemonismo neoliberal, mesmo que não alcance ainda a sua suplantação, mas que sustente e concretize os moldes centrais de novo projeto de desenvolvimento nacional, democrático, de integração regional. A montagem desse novo projeto requer uma contenda contra os postulados liberalizantes, sem concessão a estes, podendo-se inicialmente alcançar vitórias parciais, como indica a própria experiência da construção da nova política externa, até agora exitosa para os interesses nacionais. Quanto à luta pela superação do novo padrão de dominação imperialista e de acumulação capitalista, que se convencionou chamar de neoliberalismo por seu sentido anti-imperialista e anticapitalista, já havia no PCdoB a percepção de que o novo governo não reunia convicção nem forças suficientes para enfrentá-la.

O alcance deste objetivo pleno exige uma alternativa política radical, comparada com a situação presente, que já nos aproximaria daquilo que sinalizamos no Programa do Partido como uma etapa de transição ao socialismo.

Posição do Partido na relação com o governo Lula

A nova condição política inaugurada com a posse do presidente Lula tornou imprescindíveis o apoio e a participação do nosso Partido neste governo, em decorrência da relação frentista de sentido democrático e progressista entre PCdoB, Lula e PT, desenvolvida desde 1989. O Partido assumiu, assim, o compromisso com uma frente, de ampla aliança, dirigida pelo PT, para governar o país. As razões políticas desse importante compromisso estão assentadas nos fundamentos de que, no atual período, a construção ascendente da luta transformadora no Brasil requer acumulação de forças, o que se distingue até o momento em três atividades fundamentais inter-relacionadas, que exigem condutas e métodos diferenciados, a saber: apoio e participação no governo, impulsionando-o a transitar para uma alternativa democrática, patriótica e progressista; participação na luta de ideias, reforçando as tendências revolucionárias e progressistas, tendo em vista a elevação dos fundamentos ao projeto substitutivo do neoliberalismo; e intervenção incessante na organização e mobilização do movimento social, sobretudo nas camadas trabalhadoras, a fim de que exerça seu papel de força motriz da luta transformadora, fundamental para a realização das principais mudanças. A justa condução nessa inter-relação política é que pode prevenir o desvio para uma via seguidista, possibilista, ou para o voluntarismo, primarismo.

A continuidade da relação de apoio e participação do PCdoB no governo não é uma premissa imutável, mas está sujeita à evolução do curso político e, mais especificamente, ao “rumo predominante que assumo o governo e possíveis vias alternativas que venham a se impor”, como afirma o Projeto de Resolução Política. Nosso apoio e sustentação ao governo expressam a unidade que ainda prevalece na relação frentista, numa aliança que tem a responsabilidade de governar. Essa unidade não tem impedido a nossa crítica à política macroeconômica, como as que têm sido expostas em inúmeras resoluções, publicações e divulgações partidárias; as nossas proposições diferenciadas, como no importante episódio que contribuiu



para barrar o projeto de reforma sindical do Ministério do Trabalho; ou nossa demarcação de posições, como nos casos recentes da votação da Lei das Falências e da MP 242, porque estava em jogo a manutenção de direitos trabalhistas.

Crise política revelou os limites do governo e do PT

A crise política que se desenvolveu a partir do começo de 2004, com o surgimento do rumoroso caso Waldomiro, envolvendo o então chefe da Casa Civil do governo federal, José Dirceu, teve seus desdobramentos, despontou novos acontecimentos, até atingir seu ápice em meados deste ano, com as denúncias contra o PT, ampliadas ao governo e ao presidente Lula. Apesar dos erros cometidos pelo principal partido do governo, estopim dos acontecimentos recentes, o móvel que levou à intensificação e à ampliação da crise está na exacerbação da luta revanchista das forças conservadoras objetivando sua volta ao centro do poder. Aproveitando-se da situação favorável a eles, os partidos de oposição da direita, suas forças auxiliares de “esquerda”, a grande mídia e elites econômicas poderosas tomaram a iniciativa política e desencadearam vasta campanha inquisitória, concentrada no PT, em Lula e em seus aliados. Até mesmo uma espécie de “golpe branco”, pacífico, foi tentado contra o presidente da República. Em curto espaço de tempo, o núcleo político principal do governo foi substituído, o mesmo acontecendo com o núcleo dirigente do PT.

A crise política, apesar da sua intensidade, não abalou a economia e nem esta foi a causa imediata da convulsão política. Toda a trama conservadora concentrou seu ataque no PT e no presidente Lula, agindo para “blindar” a economia e mantendo em pé as instituições políticas. Em termos sucintos, a economia do país vive uma situação de relativa estabilidade, de crescimento, embora insuficiente, beneficiando-se de uma situação internacional favorável.

A marcha da crise política expôs, por um lado, os desacertos e limites do governo em conformar uma efetiva coalizão política para sua sustentação, em função de uma plataforma mudancista. Prevaleceu, na prática, uma inter-relação política que se confunde com uma forma de “coabitação” – convivência para governabilidade com forças díspares, heterogêneas, com objetivos contrastantes. Revelou, também, a pouca capacidade do PT,

como dirigente principal da aliança de governo, para a condução política da transição a um novo projeto de mudança, chegando a ser fomentado, até mesmo por setores dirigentes importantes desse partido, um pacto de aliança política com o PSDB.

Por outro, o desenrolar dos acontecimentos desnudou a ação de um arcabouço poderoso, articulado, das forças conservadoras de direita, composto pela aliança política central entre PSDB e PFL, sustentado pelas elites econômicas dominantes e pela ação ostensiva da grande mídia do país, postado em posições políticas fundamentais e enraizado no aparato estatal.

Crise política aguçou a luta pelo poder

Diante da crise política em evolução, o PCdoB procurou se orientar extraindo lições dos graves acontecimentos, não subestimando os erros cometidos no âmbito do governo e da frente, mas, sobretudo, distinguindo o que estava em questão nesse embate político – a preparação ativa das forças conservadoras para sua volta ao centro do poder *versus* a luta do governo para concluir o mandato e abrir caminho para continuar. Pela responsabilidade política do Partido e do seu caráter forjado em longa história de duras lutas, perante o povo e o governo não se admitia nesta hora nenhuma posição demissionista ou muito menos de auxiliar do coro revanchista da direita. Nesse embate, o Partido, de imediato, não se confundiu de lado. Em face de um ataque concentrado das forças conservadoras tradicionais e “modernas”, contra o nosso aliado e o governo no qual temos nossa responsabilidade, e apesar de existirem divergências importantes que vicejaram na experiência frentista em curso, não cabiam devaneios, tibieza, perplexidade, hesitação. A história do Brasil e da América Latina está cheia de grandes manobras políticas das classes e dos partidos conservadores para subjugar, render, derrubar governos e forças progressistas que alcançaram o centro do poder nacional. Em situações como essas, a posição assumida por forças defensoras da revolução, seja pela omissão ou pela oposição, que tacitamente reforça a investida conservadora, pode marginalizá-las do curso político e histórico. Foi justa e digna a posição do PCdoB ao se colocar de pronto na trincheira de defesa do presidente Lula e incentivar a rápida recuperação do PT. Na verdade, a onda conservadora tem o fito de atingir toda a esquerda, desqualificá-la, mostrá-la incapaz de governar o país.



Orientação do Partido tem sido vitoriosa

Em função da linha já traçada no Projeto de Resolução Política deste 11º Congresso e em face do aguçamento da luta política, o Partido procurou estabelecer uma orientação em dois planos articulados: o da ação imediata e o da perspectiva.

A ação imediata teve em vista responder à investida conservadora para detê-la, levantar a linha de resistência, a fim de paralisar a instabilidade gerada pela crise e possibilitar a retomada da iniciativa política. Seguimos um conjunto de tarefas que se resume nas seguintes medidas que vêm sendo aplicadas: mobilizar amplas forças políticas e de massas para a defesa do mandato do presidente da República; exigir justa apuração e tratamento exemplar no caso dos ilícitos cometidos, desmascarando a farsa moralista da direita; defender e se empenhar pela aplicação de uma agenda positiva, que responda às exigências populares imediatas econômicas, sociais e políticas mais sentidas; buscar formas e desenvolver iniciativas para a recomposição do campo da esquerda e da base de apoio do governo; impulsionar o movimento social, elevando a sua mobilização em torno da cobrança dos compromissos de mudança e ao mesmo tempo na defesa do mandato de Lula.

O curso atual da luta política demonstra que alcançamos importantes êxitos quanto ao objetivo imediato de levantar a “linha de resistência” e criar as condições para uma contrainvestida. De início, a mobilização do movimento social pelas mudanças, pela punição dos corruptos e contra a desestabilização do governo Lula, patrocinada pela Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), reagrupou o movimento sindical, estudantil, sem terras e popular paralisando a direita, que se sentia livre, desimpedida para sustentar seu desiderato do impedimento do presidente da República. No curso dessa mobilização, o Partido lançou a consigna do “Fica, Lula”, que se opôs frontalmente ao “Fora, Lula” puxado pela ultraesquerda com o ostensivo apoio da direita. Outro passo significativo tem sido a reaproximação dos três partidos de esquerda – PT, PSB, PCdoB –, que vêm recompondo sua unidade em torno de objetivos comuns, com um plano de ação política estabelecido para construção de uma agenda positiva com o presidente da República, o da Câmara e o do Senado e uma discussão para a reapresentação de um projeto nacional de desenvolvimento. Compõe também esses marcos de avanços a conclusão do processo de eleições diretas do PT, reconstruindo todas as suas direções, elegendo nova direção nacional aceita

por todo o Partido, dando uma demonstração de ativa resistência e rápida recuperação num momento delicado, sendo este um fator significativo para inflexão na marcha da crise.

Além disso, a eleição do deputado federal Aldo Rebelo do PCdoB, para a Presidência da Câmara Federal, terceiro cargo mais importante na hierarquia da República, adquiriu extensa repercussão. Foi o ponto mais elevado, que expressa uma primeira grande derrota da investida do conjunto das forças conservadoras e da grande mídia. Esse acontecimento, inusitado na história política brasileira, barrou a arremetida conservadora que preparava verdadeiro assalto a esse posto-chave do poder nacional, que poderia colocar o presidente da República numa situação de rendição permanente diante da oposição – porque cabe ao presidente da Câmara a decisão de arquivar ou dar prosseguimento ao processo de *impeachment* do presidente da República.

A vitória de Aldo Rebelo sinalizou uma viragem de uma tendência defensiva que predominava no lado do governo, do PT e dos aliados, em um momento decisivo do presente embate político, instando a aglutinação das forças de apoio ao governo, que se encontravam dispersas, reaproximando as forças de esquerda – Aldo Rebelo foi lançado como candidato do PT, PCdoB e PSB –, abrindo novo horizonte à perspectiva de esquerda e progressista e influenciando em setores políticos intermediários que pendiam para a oposição.

Porém, queremos enfatizar diante desta plenária de delegados e convidados do nosso 11º Congresso, sem ufanismos, mas com a responsabilidade própria de um Partido como o nosso, calejado em difíceis períodos de ditaduras e clandestinidade, que o resultado da luta pela Presidência da Câmara dos Deputados demonstrou uma significativa vitória da orientação traçada pelo PCdoB, do elevado empenho de seus quadros e militantes, do destacado papel de nosso camarada Aldo Rebelo no cenário político nacional, colocando nosso Partido no centro da grande movimentação política perante a nação e elevando o seu papel protagonista para melhor contribuir por uma solução avançada para os maiores embates futuros.

Perspectiva política

Mas, como dizíamos, a nossa orientação se estende, partindo do plano imediato, num plano em perspectiva, no qual se trata em persistir no desa-



fio de construir o projeto da mudança, aspiração maior dos que defendem e votaram em Lula.

Por isso, em primeiro lugar, temos insistido em que, no estágio político atual, é preciso concentrar esforços conjuntos pela repactuação do projeto nacional, relançando o impulso de mudança, resgatando a expectativa para tanto, contrapondo-nos aos postulados neoliberais dominantes, delineando e reforçando a alternativa desenvolvimentista, democrática, integradora dos países do continente. Agora mesmo, no empenho para consecução de uma agenda positiva, desenvolvida pelos três partidos de esquerda, PT, PCdoB, PSB, procuramos acentuar uma política de valorização constante do salário-mínimo, cumprimento integral das metas de assentamento do plano de reforma agrária, e sobretudo uma posição comum de rejeição de qualquer proposta para o Orçamento de 2006 que não priorize e eleve os investimentos públicos na infraestrutura nacional, na estrutura social e em programas afins.

No Projeto de Resolução Política, o Partido propõe, como contribuição ao debate, elementos de uma plataforma mínima atualizada. No debate crescente, na sociedade e dentro do próprio governo, sobre o rumo do projeto de desenvolvimento nacional, democrático, soberano, o PCdoB considera essencial redirecionar a política macroeconômica. A questão nodal está em que a orientação vigente, de base ortodoxo-liberal, garantidora dos ganhos dos grandes credores, rentistas e especuladores, aumenta a já acentuada concentração de riquezas da sociedade brasileira, transferindo enorme soma de rendas para um punhado de beneficiários que vivem principalmente da acumulação financeira gerada – num conceito de Marx – pelo “capital portador de juros”. Ademais, apesar de ultimamente se ter alcançado o crescimento econômico, a aplicação acentuadamente ortodoxa da política oficial tem reprimido o desenvolvimento, considerando-o inflacionário. Tal conduta é criticada até mesmo por setores e economistas do próprio sistema financeiro.

Neste importante debate acerca do projeto de desenvolvimento nacional, não podemos nos confundir com as contradições no nosso meio e as contradições antagônicas com os nossos inimigos. As forças liberal-conservadoras confiáveis do imperialismo norte-americano, que já gritam o “basta de Lula” e tecem a sua volta ao centro do poder, do ponto de vista programático pretendem retomar o processo das grandes privatizações, insistem nas “reformas” que aprofundam o sistema liberalizante e, através de

seus porta-vozes e editorialistas, repicam na tese da autonomia do Banco Central, da mudança do papel do BNDES, privatizando ou até fechando-o e, num crescendo de agitação, tocam num objetivo estratégico: pedem a efetivação da Alca, afirmando que ela “não sai porque o Brasil, sob Lula, não quer a ALCA”.

Em segundo lugar, como decorrência do trabalho pela repactuação do projeto, avulta a importância da reorganização da aliança política, que sustenta o pacto programático. Em consequência do nível da nossa luta mudancista, mais especificamente da relação entre o campo de esquerda e progressista e o campo de direita e afins, este esforço se destina à recomposição da alternativa frentista de centro-esquerda – a esquerda sozinha, nas condições presentes, teria maiores dificuldades para vencer a batalha sucessória de 2006 e governar o país. Nesta recomposição, fator-chave reside na formação do núcleo de esquerda que comporia a coalizão política e na nossa capacidade de ampliação com as forças que possam se comprometer com o anseio mudancista. Torna-se decisivo para o êxito da reconstrução frentista e a formação de uma efetiva coalizão eleitoral e para governar a reaproximação entre os partidos de esquerda e o papel que venha a desempenhar, nas eleições gerais de 2006, o PMDB, partido grande, que ocupa um lugar de centro no espectro político brasileiro.

Em terceiro lugar, temos opinado que as candidaturas, e sobretudo o candidato presidencial, deveriam resultar desse amplo esforço de repactuação e recomposição e, evidentemente, da particularidade da marcha política em desenvolvimento.

Em quarto lugar, o impulso e o deslanche da transição para o novo projeto de desenvolvimento nacional depende, em grande medida, da ampliação da consciência pela mudança, da elevação do nível organizativo e da mobilização ampla e unitária do movimento social, que possa resistir e avançar diante dos entraves à liberdade política, ao progresso social e à soberania nacional. Esse movimento social de massas é o ator que precisa ocupar seu papel protagonista, o lugar de força motriz principal no processo transformador atual. O Partido tem persistido em realizar várias tarefas para expandir e aprimorar seu trabalho junto ao movimento social, principalmente entre as camadas dos trabalhadores, através de estudo e ações dirigidas, procurando elevá-lo ao nível de extenso movimento político de massas. Conseguimos efetuar dois encontros nacionais, com a mobilização de todo o Partido, para conhecer a realidade do contingente proletário no

Brasil, a relação e as novas tarefas do Partido com essa classe social fundamental. Reforçou seu trabalho entre a juventude, ampliando sua influência, fez avanços importantes na relação com o movimento de bairros, deu passos significativos na compreensão e unificação de uma linha de atuação no movimento antirracista, mantém seu prestígio e ampliou sua atividade no variado movimento das mulheres. O Partido tem insistido, dedicando atenção constante, à afirmação da Coordenação dos Movimentos Sociais, que reúne os movimentos nacionais mais representativos, sendo essa uma forma atual, nas novas condições políticas, para a organização unitária do movimento social em plano nacional.

Partido revolucionário renovado

Diante da nova situação criada no mundo no começo da década de 1990 e das mudanças do Brasil nesse período, o PCdoB percorreu rica trajetória, onde passou por fecundo revolvimento político e ideológico. Concentrou esforços para desenvolver seu pensamento de Partido, no espaço de mais de 20 anos de legalidade partidária, o mais longo de sua história, principalmente desde o 8º Congresso, realizado em 1992, passando pelos dois últimos congressos, pela 9ª Conferência Nacional, pelos 1º e 2º Encontros sobre Questões de Partido e os vários encontros sobre Partido e os movimentos sociais, Partido e a frente institucional, culminando no atual 11º Congresso, que sintetiza este pensamento na concretização do Projeto de novo Estatuto do Partido.

Nesse périplo, a questão central girou em torno de reafirmar a indispensabilidade do partido revolucionário, contra uma torrente que negava o papel desse partido, bem como da necessidade de sua adequação aos novos tempos, em condições de maiores exigências – atenção –, nas quais o Partido assumiu protagonismo político nunca antes exercido, adquiriu expressão com sua participação em funções do governo federal, ampliou seus laços com o povo, estendeu suas fileiras, reforçou sua estrutura nacional, penetrando em cidades médias e pequenas do interior. Estes foram os desafios e as particularidades de nossa trajetória atual.

Nas condições particulares em que transcorre a nossa experiência no Brasil, em primeiro lugar, tornou-se imprescindível articular a iniciativa de construção de amplas frentes políticas, atuando na esfera institucio-

nal, governos e parlamentos, com a orientação que confere papel essencial à mobilização social, fonte principal de crescimento do Partido, e a constante luta de ideias que fundamenta e reaviva a perspectiva transformadora.

Em segundo lugar, o novo patamar de maiores exigências e responsabilidades políticas perante os trabalhadores e o povo, assumidas pelo PCDoB, colocou a necessidade da construção de um partido revolucionário grande, de extensa militância, dirigido por quadros avançados e compromissados com nossos princípios e nosso Programa. Por isso, tornou-se imprescindível todo o Partido compreender as condições peculiares em que atua e o como construir o caminho, nas condições do Brasil, para a luta de resistência ao neoliberalismo, tendo como norte abrir caminho ao socialismo. Em suma, nas condições atuais, por nossa orientação e conduta, coube ao nosso Partido o lugar de estar mais bem posicionado para ser um fator de unidade das forças de esquerda e progressista e, ao mesmo tempo, intervir, por injunção de sua política, na mobilização das massas sequiosas de transformação. Situação essa que deve ser desenvolvida e aprimorada.

Os grandes males: pragmatismo e burocratismo

No Partido cresce a consciência de que o período de larga acumulação de forças – nos períodos de “paz”, sem os grandes choques das viragens radicais, em condições específicas de relativa defensiva do movimento operário e popular e de plena institucionalização da atividade política – compõe um ambiente em que podem florescer as tendências ao pragmatismo, que se inclinam ao oportunismo tanto pela direita como pela “esquerda”. Pela profunda desigualdade de poder e de ação dos meios de comunicação, a ideologia dominante “penetra por todos os poros”, os meios aliciadores da ordem capitalista se tornam mais sofisticados e envolventes, pressionando, sobretudo, as lideranças mais influentes, tentando submetê-las ou cooptá-las. Através da prática estimulada pelo senso comum predominante, o partido revolucionário não está imune às ideias que consagram os anseios de projetos próprios, que trazem mais vantagens pessoais, em detrimento do projeto coletivo, do programa partidário. A rendição ao pragmatismo é o caminho para a liquidação da unidade do Partido e o rebaixamento do seu objetivo estratégico.



Outro desvio, que se afina com o pragmatismo nas condições de largos períodos “pacíficos”, é a tendência à burocratização, isolando o partido dos anseios das massas e dos reais problemas da nação, que também pode levá-lo à liquidação. Isso porque a atuação política se faz através da utilização do próprio aparato da democracia burguesa estabelecida, com todos os seus meandros e escaninhos que permeiam, por meio da institucionalidade vigente, a estrutura sindical, a rede de ONGs e associações da chamada sociedade civil; ou seja, uma intrincada teia que tende a desviar os militantes engajados no rumo programático do Partido, originários dos anseios de base, para se adaptarem à ordem dominante, com os métodos elitistas e populistas, afastando-os dos verdadeiros anseios das massas trabalhadoras, populares e da própria nação. Soma-se a isso a pressão direta sobre a estrutura partidária, à medida que essa possa se envolver sem limites com a institucionalidade burguesa, propiciando criar uma crosta que o separa do apoio originário, real, da base militante. Tudo isso deve fazer parte da nossa luta ideológica, teórica e prática, com a finalidade de elevar a cultura, os valores e a ética comunista.

Nas condições do Brasil, além da teia institucional, que por sua natureza procura desnaturar os partidos mais consequentes, situação própria da “sociedade burguesa ocidental”, as elites políticas conservadoras também agem frontalmente visando a liquidar os partidos populares, ideologicamente comprometidos com as ideias avançadas, defendendo permanentemente a limitação do sistema de representação e a intervenção na autonomia dos partidos, visando a alijá-los das instituições representativas e do parlamento. Ao longo dos últimos anos, cresceu a ofensiva da elite antidemocrática e da grande mídia que, cobrindo-se por trás do enganoso discurso de “aperfeiçoamento das instituições” e “estabilidade para governabilidade”, insistem em sustentar sucessivas “reformas políticas” de moldes restritivos, verdadeiros entulhos antidemocráticos. Exemplo mais agudo disso é a vigência da cláusula de barreira de 5%, já nas próximas eleições de 2006, como exigência do funcionamento partidário no Parlamento; a insistência de promulgar a revogação do instituto da coligação nas eleições parlamentares e a defesa do voto distrital, que fazem parte desse cardápio restritivo à liberdade política. Em resposta a essas investidas, o Partido tem travado dura luta política e procurado formas criadoras, como as propostas no novo Estatuto, visando a manter sua representatividade conquistada e ampliá-la.

Aprimorar a unidade do Partido

Nas novas condições políticas e diante de maiores responsabilidades assumidas pelo PCdoB, tivemos de responder a complexos desafios, que consistiram em desenvolver a construção de nova orientação tática e alcançar maior nitidez estratégica, aperfeiçoar métodos e, mantendo nossos princípios básicos, modernizar o Partido. Situações como esta, de desbravamento de caminhos nunca antes percorridos, exigem grande abertura e criatividade para fazer fluir a inteligência coletiva, a manifestação das opiniões pessoais que conformam o debate, a fim de elaborar uma política justa. Mas, no mesmo passo, requerem o reforço do centro dirigente, a plena vigência das normas institucionais partidárias, a fim de que os marcos do Partido não sejam desfeitos, defendendo-o do risco de liquidação. Estamos aprendendo com os desafios lançados pela vida. A unidade do Partido passou a ser a pedra de toque da nossa prática política, da existência partidária, do meio para concretização de uma justa orientação. A nossa convicção é de que Partido Comunista, sem unidade, perece.

Esta nova realidade em que atuam os comunistas impôs persistente esforço para ampliar e aperfeiçoar a prática democrática na vida interna do Partido, elevar substancialmente o nível da sua institucionalidade, num clima de mais ampla liberdade de pensamento e de opinião. Essa dinâmica forjada vem correspondendo à real necessidade de construção política e ideológica no seio partidário. O procedimento e os métodos adotados nos casos de posição e atitudes dissidentes, que romperam com normas básicas do Partido, demonstraram equilíbrio e determinação, sendo aceitas e sustentadas pelo coletivo partidário.

A nossa experiência viva elevou a nossa convicção em relação à atualidade do princípio básico do centralismo-democrático. Porque a construção da unidade apoiada em uma política justa, ampla liberdade de opinião, aprofundamento da democracia interna, não é discrepante, mas, ao contrário, desmancha-se sem o fortalecimento de um centro único de direção, sem uma ação política única resultante da prevalência da posição majoritária, sem um sistema de hierarquia entre as instâncias partidárias. A ausência dessas normas emanadas do princípio básico, ou mesmo a sua “flexibilização”, decompõe o partido revolucionário, fragiliza o contingente partidário para os grandes desafios e embates. No transcórre do debate do nosso 11º Congresso, o coletivo partidário, em muitos estados, manifestou-se de for-



ma incisiva na reafirmação do princípio do centralismo-democrático. Na nossa concepção, Partido Comunista renovado não quer dizer partido sem a vigência e atualidade deste princípio revolucionário.

Camaradas, realizamos o 11º Congresso com o Partido em expansão, no centro dos grandes acontecimentos políticos nacionais. As condições inéditas que passamos a viver e as novas e maiores responsabilidades políticas assumidas pelo PCdoB perante nosso povo têm forjado nossa fisionomia e as nossas convicções de Partido Comunista para esse difícil, sinuoso e desafiador período histórico. Não percamos de vista o nosso grandioso ideal socialista. Estamos convencidos de que o tempo nos dará razão. O sistema capitalista não comporta mais o imenso nível das forças produtivas produzidas pelo trabalho. A tendência transformadora, revolucionária da história prevalecerá. Um Partido Comunista forte e renovado, influente e gozando de autoridade perante o povo é uma poderosa alavanca dessa transformação. Somos ainda pequenos diante dessa gigantesca tarefa. Mas, seguindo os fecundos ensinamentos do nosso grande dirigente João Amazonas e forjando-nos na luta, inspirados nos heróis e mártires do nosso Partido e do nosso povo pela causa progressista, daremos nossa contribuição para a vitória do rumo transformador.

Partido renovado, Brasil soberano e democrático, futuro socialista

Resolução Política aprovada pelo 11º Congresso do Partido Comunista DO BRASIL (PCdoB)

O curso dos acontecimentos no Brasil contemporâneo é expressão de contradições estruturais situadas numa época histórica determinada. O Brasil está inserido no atual período histórico capitalista, de vasta ofensiva imperialista, dominado pelo capital financeiro transnacionalizado conduzido pela lógica neoliberal que impõe ao mundo liberdade total para os movimentos de capitais. Em consequência disso, as transformações atuais ocorridas no sistema aguçam e aprofundam as contradições nos diversos planos em nosso país.

No bojo da resistência que se eleva diante da ameaça de que a crise civilizacional se transforme em barbárie, renovar e reconstruir a alternativa socialista é o **tema central** da reafirmação da perspectiva revolucionária diante da singularidade do período histórico atual. Isto consiste em alcançar o domínio multilateral da presente realidade histórica; e em ter nitidez do patamar em que se encontra o movimento revolucionário, levando em consideração o nível desigual da correlação de forças entre as tendências conservadoras dominantes e as tendências contrárias, transformadoras.

O **desafio central** está na ação convergente de condições para o êxito da alternativa de rumo ao padrão dominante capitalista neoliberal. Diante da desigualdade do embate, é imperativo um ingente esforço criador de acumulação estratégica de forças do lado revolucionário. Esta acumulação consiste em: atualizar a teoria revolucionária, conformando um novo projeto político, nas condições peculiares do Brasil, no atual caminhar da experiência do governo Lula; fortalecer o Partido Comunista do Brasil e demais tendências revolucionárias e progressistas, ampliando sua influên-



cia e prestígio na maioria da sociedade, sobretudo entre os trabalhadores, para que possam ser aglutinadas as tendências progressistas e renovadoras e neutralizadas forças dominantes importantes. Desse modo, pode-se alcançar a liderança de ampla aliança política democrática, patriótica e popular no rumo da transição ao socialismo.

Quadro internacional

A evolução do quadro mundial no período transcorrido desde o 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil (2001) revela a predominância de um duradouro ciclo conservador e contrarrevolucionário e o aumento dos sinais de resistência dos povos como principal característica da presente época histórica. O início do século XXI é marcado pela mais abrangente e avassaladora ofensiva do imperialismo – em especial o norte-americano – contra os povos do mundo e as nações soberanas para manter a hegemonia unipolar dos Estados Unidos da América (EUA). Isto se choca com os interesses dos povos e países de todos os quadrantes do planeta e dá base a uma movimentação crescente em sentido contrário para a criação de diversos polos opostos a essa hegemonia: a resistência à ocupação militar; as lutas dos trabalhadores por seus direitos; o combate dos povos por sua emancipação nacional e social; a afirmação de correntes patrióticas nos países dependentes em defesa da soberania nacional; e a formação de blocos de países em contenda por um novo ordenamento político e econômico mundial. Estas são algumas facetas e formas pelas quais se manifesta a luta anti-imperialista na presente época.

No terreno da economia, os retrocessos desta época se manifestam no aprofundamento das assimetrias entre os países ricos e os dependentes, os de desenvolvimento mediano, ou pobres e subdesenvolvidos. A ideia-força do desenvolvimento independente – que não deve ser confundido com desenvolvimento autárquico – é substituída pela imposição de um padrão de acumulação capitalista, chamado sofisticadamente de globalização, baseado na desenfreada espoliação de povos e nações, na superexploração das massas trabalhadoras, no corte de direitos sociais, na devastação ambiental que acarreta o risco de desastres ecológicos o planeta.

No plano político, a característica do nosso tempo é a ofensiva imperialista contra a soberania e a independência dos Estados nacionais. Em gran-

de medida, a estratégia do imperialismo visa a impedir o fortalecimento das nações que buscam um caminho próprio de desenvolvimento. A agressão militar e a intimidação se consagram como os métodos preferenciais do imperialismo. A militarização e a guerra se colocam no centro da estratégia de dominação, tornando letra morta o direito internacional, fragilizando a Organização das Nações Unidas (ONU) e inviabilizando a solução dos conflitos pela via diplomática. Malgrado o uso demagógico e instrumental da “democracia” como pretexto para impor a vontade imperialista, as liberdades políticas são aviltadas pela hipertrofia do Estado policial, pelas leis chamadas de antiterroristas e pela crescente marginalização dos trabalhadores e das correntes políticas que os representam na vida institucional.

No plano ideológico e cultural, o mundo vive uma espécie de cruzada conservadora e obscurantista, em que os valores humanistas e progressistas são substituídos por toda sorte de manifestações de irracionalismo, individualismo, pragmatismo e cosmopolitismo sob o verniz das ideologias autointituladas de pós-modernas e multiculturalistas.

O início do milênio coincide com um acentuado declínio nas condições de vida dos povos. Os anunciados *Objetivos do Desenvolvimento do Milênio* – lançados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2000 com o objetivo de combater a pobreza no mundo – ficaram longe de ser atingidos. Em 46 países, as pessoas são mais pobres hoje do que há uma década e em 25 nações existem ainda mais famintos. No entanto, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com apenas 50 bilhões de dólares ao ano até 2015 – fração inexpressiva diante dos fluxos de capitais que circulam diariamente no mundo – seria possível reduzir a pobreza pela metade.

1. A ofensiva imperialista

Desde os atentados de setembro de 2001 – que os comunistas e demais forças progressistas em todo o mundo condenaram – o imperialismo norte-americano encontrou um pretexto para dar início ao que se pode qualificar como a maior e mais brutal ofensiva pela imposição do seu domínio sobre os povos e nações. Uma década e meia após o desaparecimento da União Soviética, um verdadeiro *tsunami* geopolítico, e, portanto, no início do exercício unilateral do hegemonismo norte-americano, os Estados Unidos exibem um poder praticamente ilimitado, com superioridade militar e tecnológica praticamente inquestionável.



Encontra-se no poder a fração mais reacionária da burguesia estadunidense. O grupo que ocupa a Casa Branca planeja e executa a expansão de sua visão de mundo por todo o globo terrestre. A partir do fim da Guerra Fria, com o estabelecimento da União Soviética, em 1991, os Estados Unidos, na condição de única superpotência do mundo, reforçaram sua política hegemônica frente aos povos, acentuando o unilateralismo. Fizeram a guerra de Kosovo, denunciaram o Acordo de Mísseis Antibalísticos, negaram apoio ao Protocolo de Kyoto. E, mais recentemente, deflagraram as guerras de agressão contra o Afeganistão e o Iraque. E passaram a trabalhar com duas estratégias: uma considerava que o risco principal que lhes ameaçava viria do que então chamaram de “países-párias”, nomeadamente Iraque, Líbia, Sudão, Irã, Coreia do Norte e Cuba; a outra vislumbrava o surgimento de uma força militar expressiva capaz de desafiá-los, que seria a China e, eventualmente, a Rússia revitalizada. Essas duas visões estratégicas não eram excludentes e com elas o imperialismo norte-americano desdenhava as nações e afrontava o mundo.

A plataforma política e ideológica da atual ofensiva estadunidense foi consubstanciada no documento *Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América*, divulgado em setembro de 2002. A partir de então, institucionalizou-se o que passou a ser conhecido como “Doutrina Bush”, que preconiza e põe em prática a constituição de uma “novíssima” ordem mundial sob o tacão da força, da ameaça, da agressão e da intimidação contra povos e nações – que aprofunda e atualiza a “nova ordem mundial” lançada no começo dos anos 90 do século XX por Bush pai, logo após os episódios que passaram à história como a “queda do muro de Berlim”, e no auge da primeira guerra de agressão ao Iraque.

a) Guerra “infinita” e guerra “preventiva”

A *Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América* consagrou a ideia de “guerra global e infinita” – isto é, em todas as partes e com prazo indeterminado –, supostamente para combater o “terrorismo” através de uma “ação direta e continuada, usando todos os elementos do poder nacional e internacional”. Para sua consecução, os EUA passaram a se permitir “recriminar nações”, tidas, segundo seus critérios, como comprometidas com o terrorismo. Igualmente, gerando a nefasta teoria da “guerra preventiva”, reservando-se a prerrogativa de lançar mão de todo tipo de armas, criando assim um clima de insegurança e medo em todo o

mundo. E mais, desafiaram todos os países a se alinharem automaticamente aos seus desígnios agressivos ou a ficarem no alvo dessas mesmas agressões. “As nações livres” – disse o tirano dos povos – “ou estão conosco ou estão contra nós”.

Assim, os EUA arrogaram a si o direito de definir como inimigos os “Estados-párias”, proclamando a existência de um “eixo do mal” no mundo – integrado inicialmente por Iraque, Irã, Síria, Coreia do Norte e Cuba. A estes, ao iniciar seu segundo mandato, o governo liderado por Bush agregou – através de um pronunciamento de sua secretária de Estado, Condoleezza Rice –, outros “redutos da tirania”, alargando a lista, com a adição de Zimbábue, Bielorrússia, Myanmar, e assacando graves acusações contra a Venezuela –, tendo em vista criar artificialmente um clima propício a incriminar este país sul-americano. A cada novo episódio conflituoso no quadro internacional, os EUA aumentam a seu talante o índice dos países-alvo. Na realidade, todos os países do mundo que ousarem ter uma atitude de independência e de soberania plena e que não seguirem o modelo norte-americano de “democracia” são alvos potenciais das ameaças, inclusive militares, de Washington, com o risco de que lhes ocorra o mesmo que ao Afeganistão e ao Iraque.

No auge da preparação da guerra contra o Iraque, o presidente estadunidense fez a exortação sobre a “guerra preventiva” a toda a nação, tendo por cenário a Academia Militar de West Point: “Nossa segurança exige um exército pronto a golpear de um momento a outro, não importa em que recanto obscuro do mundo. E nossa segurança exigirá de todos os americanos previdentes e resolutos que estejam prontos, se necessário, a realizar ações preventivas para defender nossa liberdade e nossas vidas. Devemos descobrir células terroristas em sessenta países ou mais (...), devemos opor-nos à proliferação e entrar em confronto com os regimes que patrocina o terror. Nós os enviaremos, nossos soldados, para onde houver necessidade de vocês”.

b) Unilateralismo norte-americano

A partir dessa proclamação, os Estados Unidos produziram um enfático e unilateral rompimento com as normas vigentes do Direito Internacional, materializado em ataque, invasão e ocupação do Iraque, a despeito da oposição da ONU e da maioria dos países do mundo, sob o pretexto, já desmentido, de “busca de armas de destruição em massa”.



A atual estratégia do imperialismo norte-americano vem sendo elaborada há mais de uma década. Já em 1992, quando a contrarrevolução na União Soviética e em todo o Leste Europeu era fato consumado, Paul Wolfowitz – que desempenhou papel fundamental no núcleo duro do governo de George W. Bush, como assessor de Defesa – preconizava: “Os Estados Unidos devem apoiar-se em sua esmagadora superioridade militar e utilizá-la preventiva e unilateralmente. O nosso primeiro objetivo é impedir a emergência de um novo rival. Trata-se de uma consideração primordial, a base de uma nova estratégia de defesa. Esta requer que nos esforcemos para impedir toda potência hostil de dominar uma região cujo firme controle fosse suficiente para gerar uma força global. Essas regiões englobam a Europa Ocidental, o Leste da Ásia, o território da antiga União Soviética e o Sudeste asiático”. Efetivamente, os estrategistas norte-americanos, mantendo a amplidão dos seus propósitos, têm, porém, como foco central de longo prazo a China. O êxito da grande nação asiática, em contraste com o declínio norte-americano, implica alterações profundas – como, aliás, já está ocorrendo na geografia econômica e política internacional. A ocupação de posições militares estratégicas pelo imperialismo norte-americano na Ásia Central, o estímulo a diferentes tipos de manifestações étnicas e religiosas naquela área do Globo, o tratado militar com o Japão, a manutenção de dezenas de milhares de soldados e armas nucleares na Coreia do Sul, a hostilidade permanente com a República Popular Democrática da Coreia e o apoio ao separatismo de Taiwan são claras manifestações de que a oposição à China é parte essencial da política externa dos EUA. Atualmente, os estrategistas da Casa Branca evitam a expressão *conflito*. Referem-se mais à necessidade de “controlar a ascensão da China”. Nesses círculos ela é tratada como “inimigo potencial”. Objetivamente, os conflitos de interesse entre China e EUA tendem a marcar a cena política mundial nos próximos anos.

c) A “reforma” do “grande” Oriente Médio

Como parte essencial dessa estratégia, o imperialismo norte-americano volta momentaneamente considerável atenção sobre o chamado grande Oriente Médio, tendo em vista o petróleo e a importância geopolítica da região. Por isso, levou a efeito as guerras contra o Afeganistão e o Iraque e mantém a ocupação ilegítima desses países, não para levar até lá a democracia e livrá-los das armas de destruição em massa, mas para impor, a

partir dessa região, seus objetivos de alcance muito maior, sua tirania, sob pretexto de levar para aqueles países o seu padrão de “democracia”. Já antes, em circunstâncias políticas locais e mundiais diversas, levava-se a efeito a guerra contra a Iugoslávia, resultando na criação de protetorados, como na Bósnia e em Kosovo que, na realidade, são bases para a consecução dos planos estratégicos norte-americanos.

Para seu segundo mandato, George W. Bush estabeleceu o objetivo central de proceder à “reforma política do Oriente Médio”. Tem em mira uma imensa área, que se estende do Afeganistão, na Ásia Central, contígua à Rússia, à Índia, à China e ao Marrocos, passando por todo o mundo árabe. Depois da ocupação do Afeganistão e do Iraque, os EUA se voltam contra o Irã e a Síria e, novamente sob o pretexto de combater o terrorismo e a presença síria no Líbano, provocam o caos e a desestabilização deste país. No caso do Irã, a oposição da Casa Branca ao programa nuclear desse país soberano serve de justificativa para a preparação de uma nova agressão, ao mesmo tempo em que silencia sobre o programa nuclear de Israel que constitui fator de desestabilização na região. Até mesmo aliados tradicionais dos EUA, como a Arábia Saudita e o Egito, sofrem pressões “democratizadoras”, que também podem criar instabilidade. A ofensiva do imperialismo sobre essa região deriva, entre outros fatores, do fim da era do petróleo fácil. Neste contexto, a agressividade contra os povos que detêm jazidas de ouro negro tem se acentuado cada vez mais intensamente. A invasão do Iraque e o domínio do Oriente Médio têm como pano de fundo a intenção de impedir que tão importante recurso fique em mãos inimigas.

No quadro dessa ofensiva, os EUA – atuando invariavelmente como aliados fiéis e principais sustentáculos de Israel – tudo fazem para dobrar o povo palestino, isolar os setores revolucionários e debilitar a Autoridade Nacional Palestina. Insistem num roteiro que não contempla as verdadeiras aspirações do povo palestino. Pelo contrário, consagram a usurpação dos seus territórios e a negação dos seus direitos.

Ultimamente, contando com o apoio de forças locais e de determinadas organizações não governamentais financiadas por agências do imperialismo, como a Fundação Ford e a USAID, tem lugar também um traumático processo desestabilizador de caráter contrarrevolucionário no entorno da Rússia e nas ex-Repúblicas orientais da extinta União Soviética. Fazem parte desse processo as midiáticas “revolução laranja”, na Ucrânia, “revolução das rosas”, na Geórgia, e a “revolução das tulipas”, no Quirguis-



tão, assim como as intimidações à Bielorrússia, país incluído na lista dos ameaçados de agressão por parte dos EUA.

d) Extensa presença militar dos EUA no mundo

Em meio a toda essa ofensiva, o imperialismo norte-americano trata de reforçar ainda mais a sua já esmagadora superioridade militar. Rompe com o tratado antimísseis balísticos e relança o programa cognominado “Guerra nas Estrelas”; eleva a níveis estratosféricos as suas despesas militares, hoje beirando os 400 bilhões de dólares, cerca da metade de toda a despesa militar no mundo; e estende uma imensa rede de bases militares em todo o planeta – os EUA têm presença militar em 140 países, mantêm 800 bases militares no exterior e acordos de cooperação militar com 36 países. Já antes da ocupação do Iraque, os soldados estadunidenses no exterior eram 200 mil, aos quais se acrescentam os “conselheiros militares” presentes praticamente nas zonas conflagradas do Globo. Somente na Colômbia se encontram 500 desses “conselheiros”. Assim, intensifica-se a presença militar estadunidense na América Latina, totalizando mais de 20 bases militares na região. Dentre elas, as de Três Esquinas, Larandia e Porto Lequízano na Colômbia; a de Manta, no Equador; a de Hato, em Curaçao e a de Rainha Beatriz em Aruba; as de Iquitos e Nanay, no Peru; outras três em Vieques, Porto Rico; uma em Soto do Cano, Honduras; além da sinistra base de torturas em Guantánamo, Cuba. Além disso, os EUA planejam a construção de novas bases militares, sendo uma em El Salvador, outra na Patagônia argentina, uma outra na região do rio Itomanas, na Bolívia e, finalmente, uma base na região do Chaco paraguaio, na localidade de Mariscal Estigarribia.

Esta crescente presença militar estadunidense na América Latina em geral, e na América do Sul em especial, tem como um dos objetivos centrais o controle dos abundantes recursos naturais da região, principalmente da Amazônia e das reservas do Aquífero Guarani. Este, localizado no centro-sul do subcontinente, em sua maior parte no território brasileiro, é um dos maiores mananciais transfronteiriços de água doce subterrânea do planeta, sendo de inestimável importância estratégica, sobretudo no período atual em que o capitalismo intensifica a destruição das fontes de água potável disponíveis. Em perspectiva, o imperialismo norte-americano busca posicionar-se militarmente para, num futuro próximo – quando a escassez de água potável for um fato, conforme já prevê a ciência –, apoderar-se dessas

fontes imprescindíveis à existência da vida humana, assim como da biodiversidade e das espetaculares riquezas da floresta amazônica. Registre-se ainda a tentativa norte-americana – abortada pela resistência do movimento social e pela postura patriótica do governo brasileiro – de colocar a seu serviço a Base Aeroespacial de Alcântara, no Maranhão.

Aspecto inseparável da crise do sistema capitalista e da ofensiva imperialista contra os povos é a degradação da vida democrática, a hipertrofia dos aparatos de repressão, as chamadas leis antiterroristas – como a “Lei Patriota” dos Estados Unidos –, que só resultam em repressão às lutas das massas e em restrição de direitos.

O imperialismo norte-americano e os seus aliados relacionam essa deriva antidemocrática e a ofensiva contra as forças progressistas em geral à “necessidade de combater o terrorismo”. Atitude cínica e inócua, cortina de fumaça para encobrir os seus propósitos retrógrados. As forças progressistas, e entre elas os comunistas, jamais se identificaram historicamente com o terrorismo e os métodos terroristas; muito menos agora quando vivemos uma fase de prolongada acumulação de forças através da luta de massas e dos métodos abertos. Quando se impõem formas de luta radicais, inclusive o uso da violência revolucionária, não é de terrorismo que se trata, mas de um recurso legítimo em face da violência contrarrevolucionária.

O verdadeiro combate ao terrorismo, ao qual as forças progressistas e revolucionárias estão dispostas a oferecer a sua contribuição, exige antes de tudo a remoção das suas causas, o combate às iniquidades do sistema sob o qual vivemos e o fim de situações grotescas, mantidas pela força, onde povos são impedidos de viver em suas terras, de organizar livremente seus Estados e governos, de ver invasores estrangeiros fora de seus países. Exige, ainda, a vigência de uma ordem internacional democrática, cuja expressão institucional seja a existência de uma ONU verdadeiramente respeitada em suas resoluções, em que os países tenham poder de decisão para que o envolvimento do organismo multilateral no combate ao terrorismo não seja mera retórica. Exige também o verdadeiro combate às máfias de traficantes de drogas e de armas, que não passam de um submundo do próprio sistema capitalista. E mais, o combate ao terrorismo é letra morta quando o imperialismo emprega dois pesos e duas medidas, inquinando os “terroristas maus” e reconhecendo e protegendo os “bons”, pregando democracia e praticando terrorismo de Estado, seja por meio de genocídio – como os que perpetrou no Iraque e no Afeganistão –, seja pela abominável prática de sevícias e torturas nos cárceres infectos de Abu Grhaib e Guantánamo.

e) América Latina na alça de mira

Na América Latina, os EUA prosseguem seus esforços para manter o continente como área dos seus interesses estratégicos. Momentaneamente, concentram suas atenções na desestabilização de Cuba e da Revolução Bolivariana da Venezuela, no esmagamento da luta guerrilheira na Colômbia, na aplicação de planos intervencionistas, como o Plano Colômbia, assim como na tentativa de impor a Área de Livre Comércio da América (Alca) ou os tratados bilaterais de livre comércio com países ou sub-regiões como instrumento de espoliação neocolonialista. Embora encoberto pelo jogo de aparências do bom trato diplomático, existe e cobra força um conflito de interesses entre o Brasil e os EUA. A nova política externa do Itamaraty, sob a égide do governo Lula, tem sido consequente no esforço para situar o Brasil num novo lugar no mundo. Já se foi o tempo do alinhamento automático com os EUA e seu sistema de alianças. O sucesso obtido pelo governo brasileiro nas negociações da Alca, na realização de novas parcerias políticas e econômicas, o relacionamento do Brasil com outros atores de importância estratégica da cena mundial – como China, Rússia, União Europeia, Índia, mundo árabe e África do Sul – estão a produzir mudanças significativas na América do Sul e nas relações do subcontinente com Washington. O impulso que estão tomando os processos de integração, como o Mercosul, a Comunidade Sul-Americana de Nações e a nascente alternativa bolivariana para as Américas (Alba), objetivamente contrariam os interesses norte-americanos. Em perspectiva, esses processos de integração e a formação de um bloco de países soberanos na região tendem a compor um quadro de alterações potenciais em médio ou longo prazo na geopolítica mundial.

2. Deterioração da situação econômica do sistema capitalista

As alterações no quadro político mundial e os conflitos a elas imanentes estão diretamente relacionados com a propensão à crise sistêmica e crônica do capitalismo. Nas últimas décadas do século XX, produziram-se importantes mudanças causadas principalmente pelas crises dos anos 1970. Estas mudanças acarretaram um conjunto de fenômenos recentes: novo patamar de internacionalização produtiva; reestruturação, com novas tecnologias e novas formas de gestão do trabalho; direcionamento do investimento externo direto em grandes volumes, configurando as corporações transnacionais globais; expansão de empresas de segmentação e subcontratação da

produção; alianças tecnológicas delimitadas entre empresas; consolidação da forma de grupo empresarial com forte presença internacional; nova expansão da atividade financeira propriamente dita das empresas produtivas, com o surgimento de nova institucionalidade entre produção e finança e a predominância do capital financeiro; maior descolamento relativo entre as esferas da produção e da finança. E ampliaram-se as trocas internacionais, sobretudo nos marcos do comércio intrafirmas, que já atingiram cerca de 40% do comércio global. Entretanto, a taxa de crescimento dos mercados financeiros é muito superior a essa expansão comercial e ainda mais do que o incremento do setor produtivo.

A predominância do capital financeiro ganha corpo com a desregulamentação e a liberalização, em progressiva interligação entre os diversos mercados financeiros e entre as esferas financeiras nacionais. A liberalização dos fluxos de capitais internacionalmente, a volatilidade das taxas de câmbio, as taxas reais de juros oscilantes e tendencialmente elevadas são fatores de especulação e rentismo da oligarquia financeira, inclusive constrengendo a autonomia das políticas econômicas das nações em desenvolvimento. Para se ter uma noção da envergadura do fenômeno, mencione-se o dado de que o estoque de ativos financeiros no mundo cresceu de 12 trilhões de dólares em 1980 para 118 trilhões de dólares em 2003, o que representa o triplo do PIB mundial.

a) Tendência à estagnação e à instabilidade sistêmica

O cenário econômico atual visto de uma perspectiva geral aponta a acentuação dos desequilíbrios, dos fatores de instabilidade e dos elementos de crise. Este panorama torna difíceis as previsões quanto ao futuro, mesmo as de curto prazo. A dura e crua realidade da economia capitalista sugere incertezas e não poucas angústias para a imensa maioria das populações. Tornou-se um lugar comum, uma opinião e um comportamento vulgares vaticinar progresso e a abertura de novo ciclo desenvolvimentista da economia capitalista. Ao menor sinal de ultrapassagem da recessão, de crescimento ainda que medíocre das economias centrais ou periféricas, os apologistas – que pensam ser também os salvadores do capitalismo – entram em cena para comemorar que os governos e os monopólios capitalistas dispõem de mecanismos de monitoramento e controle capazes de impedir que as crises periódicas se transformem em catástrofes semelhantes à de 1929. Passados os momentos de susto e de sobressalto, propalam estar

em curso uma gradual e longa transição para a economia e a sociedade da informação e do conhecimento, a chamada nova economia, capaz de autorregenerar-se.

As transformações do capitalismo no quadro do neoliberalismo assumem as seguintes características essenciais: necessidade de aprofundamento da extração da mais-valia relativa a partir das novas tecnologias, ao lado da retomada do recurso à mais-valia absoluta, com elevadas jornadas de trabalho, precarização e informalidade; expansão das transnacionais, mantendo a centralização da direção nas matrizes; concentração e centralização de capitais e da produção coexistindo com o acirramento da competição global; desmonte da regulação anticíclica econômica nacional do setor produtivo estatal e dos serviços sociais do Estado nacional, principalmente nos países em desenvolvimento; formação de blocos regionais, sobretudo a partir dos Estados centrais. Sob essas novas condições, o mundo está submetido à instabilidade sistêmica, que se expressa tanto no plano econômico como no político. São cada vez menores as possibilidades do capitalismo, na presente época do imperialismo, mesmo sob as novas condições, de promover o desenvolvimento econômico com soberania nacional e bem-estar social. E é cada vez mais difícil a instauração de um novo ciclo de elevado crescimento econômico global, como ocorreu excepcionalmente entre o pós-Segunda Guerra e o início dos anos 1970.

Tudo isso está relacionado com os desequilíbrios estruturais da economia norte-americana, que se caracterizam por gigantescos déficits externos e déficit fiscal; sobrevalorização dos ativos imobiliários; elevadíssimo endividamento; tensões sobre o valor do dólar; pressões conflitantes sobre o nível da taxa de juros; crescente dependência de imensos volumes de importações baratas e carências energéticas. São graves desequilíbrios, que obviamente não se transformaram em crise aberta ou em colapso. Os EUA ainda mantêm a supremacia tecnológica, econômica e financeira, mas são claros os sinais da tendência ao seu declínio. A superpotência norte-americana perde cada vez mais sua proeminência produtiva no decorrer de uma longa trajetória em face de seus concorrentes globais, inclusive a China. Os desequilíbrios estruturais dos EUA se traduzem em grave piora das condições de vida de importante parcela de sua população. Comparativamente à Europa e ao Japão, sua concentração de renda alcançou uma grande piora desde os anos 1970, com terríveis mazelas em disseminação para os desempregados, subempregados e jovens.

Certamente, o capitalismo contemporâneo, mesmo num quadro de desequilíbrios estruturais, promove o crescimento da produção de bens materiais, cria novas capacidades produtivas, abre fronteiras e percorre novos caminhos proporcionados pelo desenvolvimento tecnológico e científico. Mas é certo também que, com a redução da capacidade aquisitiva das populações, a feroz concorrência intermonopolista e o adensamento da composição orgânica do capital, se manifestam com força os fatores que podem resultar em crises de superprodução relativa. Ou, por outra, agrava-se uma situação potencial de superprodução. Ademais, como fenômeno contemporâneo, o setor financeiro sofre desmesurada hipertrofia, o endividamento se generaliza, não mais como chaga econômica apenas dos países subdesenvolvidos, mas como fator de crise dos próprios países imperialistas.

Com o contínuo avanço da produtividade social do trabalho, agrava-se a contradição entre o crescimento das forças produtivas e as relações de produção capitalistas, que acaba por se constituir em empecilho ao desenvolvimento ulterior das forças produtivas. Em nossa época, tal contradição se torna cada vez mais aguda e se traduz em dois fenômenos muito presentes: a elevação dos níveis de desemprego e a progressiva redução das taxas de crescimento econômico nos países capitalistas, indicando estar em movimento uma tendência à estagnação, estreitamente ligada à decomposição do padrão dólar – fator tendencial de natureza, histórica, cujo desenlace não se pode momentaneamente prever. Nas duas primeiras décadas que se seguiram à Segunda Grande Guerra, o sistema capitalista viveu um breve período de prosperidade, no qual os dilemas dos depressivos anos 1930 pareciam definitivamente superados nos marcos de um capitalismo monopolista de Estado que lograra incorporar, em notáveis concessões ao movimento operário, muitas conquistas sociais, plasmando assim o Estado de Bem-Estar.

A prosperidade foi efêmera e as ilusões se esfumaram. Já nos anos 1970, os países capitalistas ingressaram numa fase descendente, que perdura até hoje. A taxa média de crescimento das economias mais ricas, superior a 5% na década de 1960, sofreu um progressivo declínio e acabou inaugurando o século XXI num patamar medíocre, em torno de 2%. No mesmo período, o índice médio de desemprego aumentou na Europa Ocidental de insignificante 1,5% para cerca de 10% da população economicamente ativa. Os países da periferia do sistema têm sido duramente atingidos pela crise, sobretudo na América Latina e na África, cabendo destacar que na Ásia, por motivos diversos, a situação é mais amena.



Movido pelo interesse de maximizar as taxas de lucros e, em certa medida, pela concorrência, o capitalismo tende a estimular o crescimento incessante da produtividade social do trabalho, notadamente através da introdução de novas tecnologias no processo produtivo e de novas formas de organização do trabalho. Mas este processo, contraditoriamente, tem levado ao agravamento da crise, pois ao mesmo tempo revoluciona a composição orgânica do capital, contribuindo para o crescimento do desemprego e acentuando a tendência de queda da taxa média de lucros. Assim, enquanto avançam a ciência – que se firma como força produtiva direta – e a técnica, bem como a capacidade de produzir riquezas em volumes cada vez maiores, agrava-se a crise social, aprofunda-se o fosso entre ricos e pobres, crescem a miséria e a marginalização de amplos contingentes de trabalhadores, a criminalidade e a violência. Alarga-se o hiato entre a produção e o consumo em escala social – que acaba por se revelar um obstáculo ao desenvolvimento econômico, de forma que embora a produtividade cresça a produção em escala social não cresce no mesmo ritmo, as crises cíclicas tornam-se mais agudas e as taxas de crescimento declinam. Ainda soam atuais as palavras de Marx: “A razão última de toda verdadeira crise permanece sendo sempre a pobreza e a limitação do consumo das massas, em face da tendência da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se estas não tivessem por limite a capacidade de consumo absoluta da sociedade”. (*Capital*, tomo 3).

A segunda metade do ano 2000 assistiu ao início de um período recessivo, agravado pelo cenário de instabilidade criado pelos acontecimentos de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Essa crise estendeu-se aos EUA até 2001, e a outros países desenvolvidos até 2003. Em seu transcurso, esboçaram-se as ilusões sobre as excelências da “nova economia”. Além disso, desde 1994 ocorrem sucessivas crises na periferia do sistema.

O motor principal do sistema capitalista, na sua fase imperialista, continua sendo a busca do lucro máximo – através do agigantamento dos monopólios e da acentuação da concentração e da centralização do capital –, pela eliminação dos concorrentes; fusões e diferentes formas de participação no capital; e o aumento brutal da exploração do trabalho. Em toda a sua história, esta é a fase mais destrutiva e regressiva do capitalismo no que se refere ao trabalho. Na periferia do sistema, o desemprego, a informalidade, o trabalho precário, o ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários e a corrosão dos salários atingem marcas assustadoras. Somando o desemprego

aberto e o subemprego, as taxas atingem quase um terço da força de trabalho – segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), já há mais de 1,2 bilhão de desempregados e subempregados no planeta.

A regressão atinge também o coração do sistema capitalista. Os EUA são hoje o país da desregulamentação, com corte de vários direitos e a violenta instabilidade no trabalho. Na Europa, antigos direitos são suprimidos ou reduzidos, com aumento do número de trabalhadores “hifenizados” (trabalho-temporário, trabalho-provisório, trabalho-doméstico). A jornada de trabalho voltou a ser ampliada na França, na Alemanha e mesmo nos países escandinavos, sob a ameaça de transferência das unidades de produção para países com custos mais baixos.

Todos esses fenômenos descritos correspondem a um processo objetivo, e rigorosamente não são novos. Novas são a envergadura, a rapidez e a progressão que adquiriram – cujo efeito é a crescente internacionalização, ou a transnacionalização do sistema capitalista, fase em que se produziram novas formas de intervenção na economia com a criação de instrumentos e estruturas supranacionais, mas sob controle dos centros imperialistas, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) etc., com a precípua função de elaborar e pôr em prática, em nível mundial, geralmente de forma impositiva, políticas econômicas e financeiras lesivas aos interesses das massas trabalhadoras, dos povos e nações. São as políticas neoliberais que constituíram, para sair da crise, a receita capitalista, hoje bastante desacreditada por acrescentar novos ingredientes de crise e agravar *in extremis* os problemas pré-existentes, criar outros e gerar uma situação econômica e social insustentável.

Sistematicamente ao longo dos últimos anos essas políticas se transformaram em dogma, e em toda parte, resguardadas as diferentes realidades nacionais e o processo de resistência em curso, tiveram lugar as privatizações, a abertura dos mercados, a liberação desenfreada da circulação de capitais, a “desregulamentação” das economias para favorecer os investimentos das empresas transnacionais, a drenagem das riquezas nacionais através do mecanismo espoliador da cobrança das dívidas, a aplicação dos lucros na esfera financeira transformada em atividade especulativa. A essas políticas corresponde a ofensiva contra os Estados nacionais, procurando limitá-los a meros garantidores dos superlucros do capital imperialista, e a ofensiva antissocial manifestada na superexploração do trabalho, na privatização dos serviços públicos, na liquidação de direitos trabalhistas e dos sistemas de

seguridade social. O resultado flagrante é o agravamento das contradições econômicas e sociais, mormente entre os trabalhadores e a grande burguesia, entre os países dependentes e espoliados e os países imperialistas.

b) Parasitismo dos EUA e desenvolvimento desigual

Ontem, como hoje, o parasitismo econômico, decorrente da exportação de capitais e da internacionalização da exploração capitalista-imperialista, costuma afetar principalmente a potência hegemônica e conduzir inexoravelmente, ao longo do tempo, à perda da competitividade de sua indústria e à decomposição de sua liderança econômica. O desenvolvimento desigual provoca a emergência de novas potências no plano econômico, altera o equilíbrio de forças que atuam no mundo, influenciando a geopolítica mundial, acirrando a concorrência por mercados, ensejando ambições pela redistribuição de áreas de influência e desdobrando-se em conflitos econômicos e/ou guerras. São dois fenômenos que marcham lado a lado na história e são muitos os pontos em que se entrelaçam. É patente a manifestação, em nossos dias, do parasitismo e do desenvolvimento desigual.

O parasitismo é muito evidente hoje nos Estados Unidos e sua manifestação encontra-se na raiz dos atuais fatores de crise do sistema capitalista-imperialista. Evidencia-se através do consumismo exacerbado da sociedade estadunidense e tem sua mais perfeita tradução no déficit comercial. Em larga medida os EUA vivem hoje à custa alheia – muito além dos meios que produzem –, absorvendo do exterior cerca de 2 bilhões de dólares por dia ou algo em torno de 80% do capital disponível para investimento no mundo, ou seja, 80% da poupança mundial. O consumismo exacerbado da potência hegemônica, refletido no saldo negativo entre exportações e importações, está também associado ao déficit público, que vem sendo financiado basicamente pelos investidores estrangeiros, transformando-se em passivo externo e dívida externa.

Em 2004 o déficit comercial – hoje já de mais de 600 bilhões de dólares – e o público – os chamados déficits gêmeos – bateram novos recordes e a tendência dominante é de que continuem em alta. A recorrência e o acúmulo do déficit comercial provocaram um crescente rombo das contas correntes do balanço de pagamentos estadunidense e transformaram os EUA de país credor – até meados dos anos 1980 – no maior devedor líquido do mundo. Situação que enfraquece e corrói em médio prazo a supremacia do dólar. Ao excesso de consumo corresponde uma taxa de pou-

pança interna chocantemente baixa e em declínio. O hiato entre poupança e investimentos nos EUA é estimado em 6% do PIB, o maior do mundo, e equivale aproximadamente ao déficit em conta corrente. Para fechar o balanço de pagamentos, refinar seu passivo e saldar o déficit externo, os Estados Unidos precisam atrair cerca de 2 bilhões de dólares por dia.

O parasitismo traduzido por essa necessidade crescente de financiamento externo, associado ao fracasso da “nova economia” e à recessão de 2001, precipitou uma nova crise do padrão dólar – acentuando a tendência à instabilidade da ordem monetária internacional fundada em 1944 –, que em 1971 já sofrera seu primeiro abalo com uma desvalorização em 10% e o fim do lastro do dólar em ouro. O seu inevitável ajuste poderá causar prejuízos consideráveis às economias dos países em desenvolvimento e não será feito sem provocar grandes abalos na economia mundial.

A pressão dos EUA sobre os fluxos de capitais internacionais tem sido a fonte primordial das turbulências financeiras que vêm ocorrendo no mundo ao longo dos últimos anos, inclusive da crise da dívida externa na América Latina e das crises financeiras ocorridas em final da década de 1990. Para evitar uma desvalorização maior do dólar e a pressão inflacionária decorrente, as autoridades econômicas dos EUA são induzidas a manter suas taxas de juros em patamares superiores aos da Europa e do Japão. Os Estados Unidos continuam sendo um importante destinatário de investimentos externos diretos e para captar mais continuam elevando sua taxa de juros. Mas a cota de investimentos externos diretos, destinada aos Estados Unidos, cai ano a ano – além disso, aparece a distorção de que esses investimentos são cada vez mais em títulos. Para se ter uma noção comparativa, no ano passado os investimentos externos nos EUA foram de 40 bilhões de dólares, contra 61 bilhões endereçados à China. Observe-se que em 2002 os investimentos externos diretos nos EUA eram de 72 bilhões de dólares e em 2001 de 167 bilhões de dólares.

Crescentemente, essas evidências do declínio relativo da economia norte-americana e da precariedade de sua hegemonia obtêm reações de natureza extraeconômica, que se expressam em agressividade, militarismo e na estratégia da “guerra infinita”. Aliás, ganha força nos EUA a tese do “keynesianismo de guerra”, pelo que se pretende relançar a economia norte-americana através do aumento das despesas militares que já atingem 465,7 bilhões de dólares, projetando-se para 2011 um incremento para a astronômica cifra de 1 trilhão e 300 bilhões de dólares! Ao “negócio” da militarização e da guerra

se associa o da “reconstrução”, como sucede no Afeganistão e no Iraque, beneficiando diretamente empresas monopolistas estadunidenses ligadas pessoalmente a altas autoridades da administração Bush.

Atualmente, presencia-se uma nova prova desse fenômeno, com o recente aumento das taxas de juros nos EUA para 3% ao ano. O próprio FMI reconhece que a correção dos desequilíbrios externos da economia norte-americana exige um forte e depressivo ajuste, com a redução do consumo a fim de reverter os déficits comercial e público. Um remédio amargo que o atual governo não parece nem um pouco disposto a aplicar.

Ao lado do parasitismo, e com ele entrelaçado, o desenvolvimento desigual das nações também vai determinando mudanças nas relações entre as potências e, por conseguinte, no cenário internacional. Em passado recente, o Japão e a Alemanha acumularam taxas de crescimento econômico bem superiores às dos Estados Unidos, assim como superávits crescentes no comércio exterior e em conta corrente, transformando-se em grandes potências econômicas, rivalizando com os EUA tanto no plano comercial quanto, principalmente, como fonte de exportação de capitais. A Alemanha alçou-se à posição de carro-chefe da União Europeia. A Ásia, por razões diversas, é hoje a região onde se observam expansão e maior dinamismo econômico, o que representa um dos principais fatores para o crescimento da economia mundial em 2003 e 2004 com os índices de 4% e 5,1%, respectivamente. O desenvolvimento desigual, associado ao parasitismo e à perda de competitividade industrial norte-americana, é que explica a força que cobram atualmente as moedas concorrentes do dólar – o euro e o iene.

Mais recentemente, é a China socialista que se vem beneficiando do desenvolvimento desigual e do déficit comercial dos EUA. Hoje em dia, o mundo vem sendo surpreendido pela ascensão vertiginosa da China socialista à condição de potência econômica, com caráter acentuadamente distinto das potências econômicas imperialistas. Trata-se de um dos acontecimentos mais relevantes da presente época, que certamente implicará, em médio e longo prazos, importantes mudanças geopolíticas.

A China socialista já é a terceira maior potência comercial do mundo, tendo ultrapassado o Japão e ficando atrás apenas dos EUA e da Alemanha – sendo que a posição comercial norte-americana deve-se tão-somente à sua voracidade importadora, dado que os EUA foram ultrapassados pela Alemanha como maiores exportadores mundiais, segundo as mais recentes informações da OMC. Se o Produto Interno Bruto (PIB) da China for

medido pelo critério da paridade de poder de compra, mais realista do que o da taxa de câmbio, já se revela o segundo maior do mundo, inferior apenas ao dos EUA. A China dispõe de reservas em torno de 600 bilhões de dólares, o que a transforma em fonte de investimentos externos na Ásia, sendo relevante notar ser crescente a participação chinesa nos investimentos externos diretos realizados pelo mundo. Esse fabuloso crescimento chinês, a taxas expressivamente maiores que as verificadas nas potências capitalistas – em torno de 9% ao ano nas duas últimas décadas –, é que está produzindo essa situação nova. Este notável desenvolvimento das forças produtivas não teria sido possível sem a profunda revolução agrária e nacional dirigida pelo Partido Comunista da China. A audaciosa iniciativa de estimular a produção para o mercado e a expansão do setor capitalista sob o controle do poder socialista reforçaram esse processo, conferindo-lhe um dinamismo que contrasta com a quase estagnação das economias imperialistas.

Compõe o quadro de desequilíbrio estrutural da economia mundial a crise energética. O atual patamar da produção mundial de petróleo constitui um problema de gestão de riscos sem precedentes para os EUA e para todo o mundo. À medida que o consumo aumenta, os preços dos combustíveis líquidos se elevam dramaticamente e, sem que se tomem medidas atenuantes em tempo hábil, os custos econômicos, sociais, políticos e ambientais serão terríveis. Em 2003, o consumo mundial de petróleo rondou os 80 milhões de barris por dia (Mb/d). O consumo dos EUA foi de quase 20 Mb/d – dois terços dos quais no setor de transportes. O vertiginoso crescimento econômico chinês também é responsável por grande parte do consumo de combustíveis. Os Estados Unidos estão em 3º lugar entre os maiores produtores de petróleo, mas a enorme demanda força a importação de metade do que é consumido. São também os maiores produtores de eletricidade, mas precisam comprar excedentes do México e do Canadá. Ainda assim, não conseguem evitar vexames como na Califórnia, o estado mais abastado do país mais rico do mundo, que sofre apagões. A geração de energia alternativa, como a eólica, a geotérmica, a solar direta e a de biomassa, apenas engatinha.

Este quadro no seu conjunto mais a destruição da natureza decorrente de sua exploração desordenada e não sustentável colocam em risco o futuro ecológico do planeta, do que são chocantes exemplos as devastações provocadas pelos furacões Katrina e Rita. O desenvolvimento capitalista atual, sem levar em conta a preservação ambiental, vem provocando o



aquecimento da Terra, através do efeito estufa, que tem trazido sérias alterações climáticas e graves problemas para o futuro da humanidade. O Tratado de Kyoto, visando à redução da emissão de gases poluentes, principalmente gás carbônico, entrou em vigor este ano, sem contar, porém, com a assinatura dos EUA, responsáveis por 36% da emissão de gases poluentes. Outro grave problema é a diminuição do volume de água doce do planeta.

c) Contradições em agravamento

Em suma, pode-se afirmar que o sistema capitalista-imperialista vive um período de aprofundamento de sua crise crônica e sistêmica. Sem cair em visão fatalista e na atitude ingênua de prever a *débâcle* automática de tal sistema, pode-se asseverar que as contradições fundamentais do capitalismo estão em agravamento, mormente a contradição entre o caráter social da produção e a apropriação privada dos seus produtos. É cada vez mais forte a exigência histórica de fazer corresponder novas relações de produção ao grau alcançado pelo desenvolvimento das forças produtivas. Essas relações não podem ser outras senão aquelas que sejam capazes de libertar o potencial criativo e transformador do trabalho e do pensamento humanos, de colocá-los a serviço da coletividade e assim enfrentar os angustiantes problemas que a afligem e a empurram para o estágio de barbárie, ameaçando a destruição do planeta.

Encontram-se também em rápido agravamento a contradição entre os povos e o imperialismo, destacando-se em seu desenvolvimento a tendência ao reagrupamento dos grandes países em desenvolvimento, entre os quais se perfila o Brasil, que se esforçam por afirmarem-se como nova força competitiva no mundo contemporâneo. A luta pelo desenvolvimento, por um comércio equitativo, contra o protecionismo dos países ricos, contra as tenazes dívidas, contra a espoliação das riquezas, contra as políticas neoliberais, que muitas vezes se desenrolam dentro dos próprios organismos internacionais criados pelo imperialismo, como no caso da OMC, constitui aspecto saliente nos esforços dessas nações pela reconfiguração da ordem internacional, merecedor da atenção e da intervenção das forças progressistas e revolucionárias.

Igualmente, desenvolvem-se as contradições econômicas interimperialistas, aumentando a rivalidade entre a União Europeia e os Estados Unidos. Essas contradições foram alçadas a novo patamar, mormente após a formação da União Europeia e o surgimento do euro. Têm incidência direta no

quadro latino-americano e no Brasil, alvos de disputas por influência econômica e política. Como contradições entre potências não devem ser subestimadas, mas consideradas força de reserva estratégica. Não podem, contudo, ser absolutizadas, porquanto comportam também a possibilidade de acordos entre essas potências, em detrimento dos povos e da soberania das nações.

3. A resistência dos povos e nações e as contradições geopolíticas

O aumento da exploração capitalista sobre os trabalhadores, a intensificação da espoliação sobre os povos e países e a ofensiva política e militar do imperialismo norte-americano não poderiam resultar senão no incremento da resistência e da luta dos povos. Ainda que em um quadro de defensiva estratégica e sob a ameaça de uma superpotência imperialista que adota como política de governo a “guerra preventiva” e “por todos os meios”, os povos do mundo resistem e lutam pela paz, pela independência nacional, contra a espoliação e a exploração. Permeando essas lutas e essa resistência, com diferentes graus de consistência e clareza, persiste nos setores conscientes das massas trabalhadoras a ideia de que os embates nacionais e os de classe podem e devem ser levados ao surgimento de uma forma nova de organização social, sob o primado dos trabalhadores, que é o socialismo.

No Iraque, não há como negar que a estratégia imperialista de ocupação vem sofrendo sucessivos reveses com o despertar da resistência iraquiana. A concentração de tropas, o emprego maciço da aviação e de armas as mais modernas foram suficientes para derrubar o regime de Saddam Hussein e ocupar o país. Mas as forças militares e os arranjos institucionais evidentemente artificiais têm sido incapazes de estabilizar o regime de ocupação, mesmo contando hoje com o respaldo de uma abstrusa resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que reconhece as tropas agressoras como “força multinacional” e estabelece normas para a institucionalização do regime fantoche.

A resistência se impôs. Os EUA contabilizam cerca de dois mil mortos e milhares de feridos em suas fileiras. Desde 9 de abril de 2003, quando caiu a última fortaleza de Saddam, e 1º de maio daquele mesmo ano – quando Bush, numa proclamação que mais se assemelhava a uma ária de ópera-bufa, anunciou o “fim da guerra” –, não passou um dia sequer sem que os comandos e as tropas estadunidenses fossem atacados e sem que os colaboracionistas pagassem o preço da traição à pátria. O incremento da

resistência levou as forças de ocupação a cometerem atos ainda mais criminosos, como o sítio e o bombardeio de Faluja, um genocídio que nada fica a dever às ações dos exércitos fascistas na Segunda Grande Guerra, e a violarem a convenção de Genebra com a abominável prática de torturas e de sevícias contra prisioneiros de guerra.

É justa a luta do povo iraquiano contra a ocupação do seu país, pela reconquista da independência e soberania e pela reconstrução nacional de acordo com os critérios da autodeterminação. Qualquer solução política passa necessariamente pelo fim da ocupação. Não poderá haver governo democrático e legítimo sob a tutela de tropas estrangeiras.

Na Palestina, após a morte de Yasser Arafat, o imperialismo norte-americano busca isolar a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) e a Autoridade Nacional Palestina das demais forças patrióticas e revolucionárias. Com o apoio irrestrito dos EUA, o governo de Israel insiste em não cumprir as resoluções da ONU que determinam o direito de retorno dos refugiados, a desocupação de todos os territórios palestinos e o desmantelamento das colônias judaicas na Cisjordânia. O Estado de Israel, em sua prática discriminadora, prossegue na construção de um muro, conhecido como o Muro do Apartheid, já condenado pela Corte Internacional de Justiça de Haia. A luta, no entanto, prossegue, pela criação do Estado Palestino, soberano, independente, única alternativa capaz de viabilizar a paz duradoura na região.

Na América Latina, após duas décadas de aplicação selvagem do neoliberalismo, nos últimos anos observaram-se diferentes tentativas de encontrar saídas e alternativas à grave crise econômica e social instalada em decorrência das políticas neoliberais. Assim, este é um continente em busca de um novo destino, onde se produziram sucessivas irrupções e importantes mudanças políticas, com a conquista de governos por forças que, num ou noutro grau, se opõem ou se diferenciam do neoliberalismo e das políticas imperialistas para a região.

No Brasil, com a eleição de Lula em 2002, abriu-se um novo ciclo político, em que o maior país da América do Sul inaugura uma nova etapa de sua inserção no mundo, demarcando posições com o imperialismo norte-americano e incorporando-se à luta por uma nova ordem econômica e política internacional.

Na Venezuela, a partir do triunfo eleitoral de Chávez em 1998, teve início a Revolução Bolivariana de caráter patriótico, democrático e popu-

lar. Destacam-se como importantes avanços do período a ampla reforma constitucional que propiciou o aprofundamento da democracia participativa; a lei de terras que abriu caminhos para a reforma agrária; as missões que possibilitaram o acesso do povo à saúde e à educação.

Na Argentina, o governo de Kirchner – embora oriundo de setores das classes dominantes e voltado para o objetivo de estabilizar o país após o rotundo fracasso do neoliberalismo e do governo centrista de Fernando de la Rúa – move certa resistência à engrenagem financeira comandada pelo FMI e tenta escapar da camisa de força da dívida externa.

No Uruguai, uma ampla coalizão de forças de esquerda e de centro, encabeçada pelo líder socialista Tabaré Vázquez, venceu as eleições, despertando a mobilização popular pela realização de transformações de fundo no país.

A região andina vive situação de permanente conflagração e ingovernabilidade. Sucedem-se insurreições e revoltas populares, camponesas e indígenas na Bolívia, no Peru e no Equador. Na Colômbia, prossegue o conflito armado, ao passo que cresce o movimento democrático de amplas forças políticas contra o regime fascista de Álvaro Uribe.

No México, abrem-se novas perspectivas para o embate eleitoral de 2006 e nos países centro-americanos que viveram lutas revolucionárias nos anos 1980 as antigas forças guerrilheiras – como a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) na Nicarágua e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) em El Salvador – se consolidaram como forças políticas capazes de se constituir como polo alternativo nos embates eleitorais. Também a União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), da Guatemala, dá passos em sua estruturação como força política enraizada nas massas.

O Haiti é um dos maiores focos de instabilidade na América Latina. País depauperado por oligarquias tirânicas e corruptas e vítima do intervencionismo norte-americano, vive situação caótica caracterizada pela generalizada falência de suas instituições. Os comunistas brasileiros são solidários com o povo irmão haitiano. A situação sanitária, alimentar e de segurança beiram a catástrofe. Sua solução requer assistência internacional, para a qual é necessário um engajamento ativo da ONU. Em matéria de solução para os problemas de segurança, é preciso prosseguir nos esforços para organizar forças judiciárias e policiais capazes de promover o desarmamento dos bandos e implantar a paz. No plano político, urge encontrar soluções



eficazes e democráticas para a longa e crônica crise institucional do país. A ajuda internacional, porém, não se deve traduzir por tutela nem intervenção militar. É necessário viabilizar as condições para a realização de eleições democráticas que permitam retirar as forças militares da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), criada para atender uma emergência.

Nesse novo ambiente político, repõe-se em novos termos a luta pela integração latino-americana por variados caminhos ainda por consolidar, como o Mercosul, a Comunidade Sul-Americana de Nações e a Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas) – ressaltando-se nesse processo a vitória parcial dos povos latino-americanos que constituiu a paralisação e a suspensão da Alca, plano colonialista e anexionista do imperialismo norte-americano.

O imperialismo norte-americano vem colecionando uma sucessão de derrotas na América Latina. Fracassaram suas tentativas de esmagar a Revolução Cubana que, pouco a pouco, supera dificuldades e abre novos caminhos. Esboroaram-se as intencionalidades golpistas contra o presidente venezuelano Hugo Chávez. O Plano Colômbia e todas as políticas arbitrárias e antidemocráticas de Álvaro Uribe fracassaram no intento de esmagar as guerrilhas. Até mesmo no terreno diplomático, em reduto que parecia inexpugnável – como a Organização dos Estados Americanos (OEA), anacrônico remanescente da Guerra Fria e instrumento de provocação do imperialismo norte-americano contra forças progressistas e revolucionárias na América Latina –, o governo de Bush sofreu derrotas com a rejeição dos seus candidatos ao cargo de secretário-geral.

O cenário político efervescente na América Latina é um dos novos elementos da conjuntura internacional, a apontar que há mudanças importantes em curso, uma sucessão de vitórias parciais dos povos, com repercussão positiva na acumulação de forças da luta anti-imperialista.

Também na Europa há fortes sinais de desenvolvimento da luta de classes, de mobilização dos trabalhadores e de amplas camadas sociais contra as políticas neoliberais dos governos de turno, os cortes de direitos sociais, as revisões regressivas das legislações trabalhistas, previdenciárias, migratórias e educacionais. Espraia-se na Europa o descontentamento com as posturas antirrepúblicas das elites dirigentes. Não raro, esse descontentamento se expressa através de greves gerais, manifestações públicas maciças e em contundentes manifestações e pronunciamentos políticos. A eleição de José

Luís Rodrigues Zapatero na Espanha, a derrota da direita em Portugal e a rejeição ao governo direitista de Silvio Berlusconi pelo povo italiano são disso salientes e significativos exemplos.

O fato mais marcante, indicador de que gradualmente estão sendo processadas modificações importantes nas condições de luta e no estado de espírito das massas, foi o rotundo NÃO na França e na Holanda contra o Tratado Constitucional da União Europeia que consagrava uma Europa sem direitos sociais, a Europa dos monopólios, dos poderes supranacionais e do militarismo. A atitude do povo francês e holandês, sem sombra de dúvida protagonizada pelos trabalhadores e as forças de esquerda, põe em xeque a continuidade das políticas que mantêm e agravam as mazelas sociais. Tal pronunciamento inequívoco, que nada tem a ver com posições chauvinistas ou visões a-históricas, repõe a luta por conquistas sociais no tabuleiro político mundial. É fato alvissareiro a ser valorizado em alta conta, pois dele emanarão consequências políticas com efeitos de longo prazo. Trata-se de mais uma mudança a pesar positivamente no balanço de forças em evolução.

É fato saliente da atual conjuntura internacional o isolamento das posições norte-americanas e a derrota de sua política em várias esferas. Nunca o imperialismo norte-americano sofreu tamanho isolamento diplomático e político. Deixou profundas marcas nas relações entre as potências a recusa da Alemanha, da Rússia, da França e da China em apoiarem a decisão norte-americana de guerrear no Iraque. Essas derrotas e esse isolamento, que produzem parciais alterações na correlação de forças entre as grandes potências, fizeram com que no começo do seu segundo mandato Bush retomasse a iniciativa e buscasse repactuações nas suas relações com a Europa e a Rússia, sinalizando com certas concessões e até mesmo recuos táticos, para assegurar o fundamental de sua estratégia. Mas como as contradições geopolíticas são objetivas e correspondem a processos históricos, a situação conjuntural continua sujeita a abalos.

O fato mais promissor da luta dos povos nos últimos anos foi a emergência de um extenso, amplo e maciço movimento de luta pela paz. Jornadas de luta pela paz, coordenadas mundialmente, puseram de pé multidões em centenas de cidades de dezenas de países contra a guerra de Bush ao Iraque. Embora sujeito às leis objetivas do fluxo e refluxo, o movimento de luta pela paz não cessou e tornou-se uma frente primordial de combate, o ponto de convergência da luta anti-imperialista, indissolúvelmente ligada à luta por desenvolvimento, democracia e progresso social.



No terreno da luta pela paz, assim como de outros aspectos da luta política e social de massas, ganha força o movimento que ficou conhecido como “antiglobalização”, composto por diversos segmentos e orientado segundo variados matizes políticos e ideológicos e que se expressa através do Fórum Social Mundial (FSM), cujas cinco edições o credenciaram como escoadouro em escala internacional de importantes reivindicações dos movimentos sociais. Valorizando o FSM e todas as campanhas e redes correlatas como âmbito necessário de atuação dos comunistas, observam-se, não obstante, os limites desse processo. A existência do cenário global não anula o desenvolvimento das lutas nos marcos nacionais, com orientações que só cabem às forças nacionais. A amplitude e a diversidade, assim como a autonomia dos movimentos sociais, necessárias para a construção de uma nova unidade desses movimentos, não são incompatíveis com a atuação independente dos partidos comunistas e demais forças revolucionárias, sendo necessário rechaçar quaisquer tentativas de marginalização e exclusão dessas forças nas aludidas redes, campanhas e no FSM. Fator positivo no desenvolvimento da luta de massas têm sido a emergência e o protagonismo de entidades e articulações como o Conselho Mundial da Paz, a Aliança Social Continental, a Federação Mundial das Juventudes Democráticas, a Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes, a Federação Democrática Internacional das Mulheres, a Rede do Sindicalismo Classista da América Latina, a Federação Sindical Mundial, a Via Campesina, a Frente Continental de Organizações Comunitárias, entre outras.

No quadro geral da luta dos povos, desempenha influência positiva a existência de países socialistas que, com potencialidades, graus de dificuldades, conteúdos, formas e ritmos diferenciados, constroem o socialismo nos marcos de condições nacionais muito peculiares. Num mundo fortemente marcado pelas derrotas infligidas ao socialismo no final do século XX, o desenvolvimento político e econômico de países dirigidos por forças revolucionárias e que buscam novos caminhos de edificação da nova sociedade constitui um fator progressivo em termos conjunturais e de perspectiva. Exaurido o ciclo das experiências socialistas que surgiu a partir de 1917 e em torno da antiga União Soviética, o sistema capitalista-imperialista mundial tudo fez para extirpar da face do planeta todo e qualquer vestígio de experiência prática socialista. Mas não conseguiu. A bandeira do socialismo, sustentada por partidos comunistas que defendem e se orientam pelo marxismo-leninismo, permanece hasteada em recantos diversificados do

planeta, na China, no Vietnã, na República Popular Democrática da Coreia, em Cuba e no Laos. O socialismo, por conseguinte, não é uma ideia que desapareceu das práticas concretas dos países. Pelo contrário, vive, e sob sua égide, movimenta-se um quarto da humanidade.

Não tendo conseguido extirpar, na prática, o socialismo da face da Terra, o sistema capitalista-imperialista e seus ideólogos de plantão foram surpreendidos por um amplo movimento de adequação das experiências socialistas, quando desapareceu o antigo campo socialista e quando o desenvolvimento das forças produtivas, especialmente da ciência e tecnologia, inter-relacionou em nível maior as economias dos diferentes países, acabando com as economias autárquicas. Os partidos comunistas dirigentes das experiências citadas foram se dando conta – uns mais, outros menos – de que no quadro estratégico defensivo em que se encontravam nos países economicamente atrasados onde estavam, o socialismo, de um lado, não poderia se fechar e, de outro, teria de percorrer etapas. Os ritmos de construção do socialismo variam de acordo com as peculiaridades de cada país. E assim, na China, no Vietnã, na República Popular Democrática da Coreia, em Cuba e no Laos, com diferentes conotações, o socialismo não ficou petrificado em formas de décadas atrás, o que seria caminho certo para a derrota. Nesses países, o socialismo reciclou-se, adaptou-se ao tempo presente, adotando formas e conteúdos desconhecidos no passado, o que lhes possibilitou sobreviver e renovar-se. Esse processo criativo que evidencia sua vitalidade, contudo, é prenhe de riscos e desafios ainda por enfrentar.

Os países socialistas estão conseguindo vitórias na atualidade. As forças socialistas rejubilam-se com esses fatos. Diferentemente, o sistema capitalista-imperialista e seus ideólogos de plantão contorcem-se para explicar como, há vinte e quatro anos ininterruptos, o país que mais cresce no mundo, a China, é dirigido por um partido comunista, que empunha a bandeira do socialismo. Ficam desapontados quando têm de escutar o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PNUD, dizer que, na maior parte da década de 1990, a China retirou da faixa de pobreza mais gente do que todo o resto do mundo junto. Identicamente, esse sistema, capitaneado pelos EUA, envergonha-se ao constatar que o Vietnã, país praticamente calcinado pelos americanos com bombas e armas químicas lançadas em quantidade maior que em toda a Segunda Guerra Mundial, permanece sob a direção dos comunistas depois de ter derrotado os americanos na guerra, e que esses comunistas já recuperaram seu país, sob formas socialistas,

transformando-o em um dos que mais crescem no mundo. A República de Cuba, único país socialista das Américas, resiste bravamente ao cerco imperialista a poucos quilômetros do território estadunidense. Recupera sua economia, com bons índices de crescimento, e destaca-se nas áreas sociais e em especialidades científico-tecnológicas. Combate o terrorismo de Estado de Bush e defende a integração latino-americana. Da mesma forma, é motivo de júbilo para as forças progressistas do mundo a continuidade do socialismo na República Popular Democrática da Coreia e no Laos.

4. Perspectivas e tarefas dos comunistas

O mundo vive ainda sob o impacto da derrota histórica do socialismo nos começos dos anos 1990 que produziu uma brusca alteração na correlação de forças e tornou momentaneamente desfavoráveis as condições para a luta dos trabalhadores e dos povos pela emancipação nacional e pelo socialismo. Tal correlação determina a vigência de um período mais longo, difícil e sinuoso de acumulação revolucionária de forças – com repercussões importantes nos procedimentos táticos, nos métodos e formas de luta e organização, nas bandeiras e nas políticas de alianças. Em face da brutal ofensiva imperialista, de sua política militarista e estratégia de guerras preventivas e pró-ativa no quadro da guerra infinita, vivemos uma fase geral de resistência que, em determinadas condições, se expressa como resistência ativa, chegando mesmo a conquistar certas vitórias parciais. De todo modo, ainda não está visível um horizonte de ascensão generalizada das lutas dos povos. Estamos atentos, porém, ao fato de que a situação contém ao mesmo tempo muito potencialidades revolucionárias. Tal é a crise do sistema capitalista-imperialista e tamanhas são suas consequências em termos de opressão e espoliação dos povos, que inexoravelmente resultarão em mais luta e resistência.

A existência de uma correlação de forças desfavorável não altera o caráter de nossa época como de decomposição do sistema capitalista e de necessidade objetiva da revolução socialista, época da luta anti-imperialista, pela emancipação nacional e social dos trabalhadores e povos, que abra caminho para uma transição ao socialismo.

No limiar do século XXI, a humanidade está diante de uma dramática disjuntiva. Ou se luta contra as brutais políticas impostas pelo sistema capitalista-imperialista ou advirá a barbárie, que se agravará de modo ascendente, seja pela guerra, seja pela manifestação ainda mais violenta das chagas

sociais, seja pela devastação ambiental. Os comunistas se colocam nos primeiros postos desse combate em nome dos valores e ideais que justificam sua existência desde que, ainda no século XIX, o socialismo deixou de ser uma utopia para ser uma ciência, uma possibilidade real correspondente a uma necessidade vital para a humanidade.

Fator progressivo no quadro mundial é o esforço pelo relançamento e o fortalecimento dos partidos comunistas, processo em curso de maneira diferenciada nos diversos países e que não está isolado da luta política e ideológica em defesa do socialismo científico, do marxismo-leninismo e de uma linha revolucionária ampla capaz de tornar esses partidos em reais forças políticas com influência e ligação entre as massas, como partícipes ativos e protagonistas de frentes progressistas, desenvolvendo simultaneamente o combate às teses de capitulação da social-democracia e de outras forças terceiristas.

Outrossim, valorizam-se os diferentes processos de unidade, fóruns e tentativas de agrupamento das forças da América Latina, Europa, Ásia e África que podem contribuir para o reforço da esquerda e abrir caminho à construção de alternativas ao neoliberalismo e às políticas de direita. O nosso partido deve dedicar atenção especial ao fortalecimento do movimento progressista e anti-imperialista na América Latina. O desenvolvimento político na região se tornou importante fenômeno novo no cenário internacional, devido às intensas mobilizações populares, com caráter antineoliberal e anti-imperialista, e à emergência de governos progressistas em vários países da região. Esse cenário de resistência ativa favorece a luta pela integração e o coesionamento político, econômico, comercial, cultural, científico e social da América Latina em geral, e da América do Sul em especial, através de iniciativas como o relançamento e o fortalecimento do Mercosul, e a gestação da Comunidade Sul-Americana de Nações e da Alba.

Nas condições atuais do mundo e diante do agravamento da situação internacional e das contradições do sistema capitalista-imperialista, os comunistas brasileiros lutam, em unidade com os comunistas e demais forças revolucionárias de todo o mundo, pelas grandes bandeiras capazes de unificar os trabalhadores e os povos em grandes jornadas libertadoras. É necessário engrossar o grande caudal da luta dos povos que inevitavelmente se expressará através de um diversificado movimento anti-imperialista:

- Pela paz, contra a guerra imperialista.
- Contra o poder hegemônico e unilateral do imperialismo norte-ameri-

cano, maior inimigo dos povos. Pela eliminação dos arsenais nucleares e contra as bases militares do imperialismo.

- Pela soberania e a independência nacional de todos os países e povos, por uma nova ordem econômica e política, com desenvolvimento, democracia, progresso social e preservação ambiental.
- Pela integração soberana de países e povos. Apoio aos processos de integração em curso na América Latina contrapostos à Alca: Mercosul, Comunidade Sul-Americana de Nações, Alba etc.
- Contra as políticas neoliberais, pelos direitos dos trabalhadores e dos povos.
- Pela autodeterminação dos povos.
- Solidariedade à luta do povo iraquiano e palestino, à Cuba socialista e à defesa da Revolução Bolivariana em curso na Venezuela.
- Pela unidade das forças progressistas, anti-imperialistas e pelo fortalecimento dos partidos comunistas no mundo.
- Pela libertação nacional e social dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.
- Pelo socialismo!

Quadro Nacional

A evolução da sociedade brasileira é subordinada ao que se convencionou chamar de neoliberalismo como padrão mundial dominante da reprodução capitalista. Como ficou demonstrado na parte relativa à questão internacional desta Resolução Política, esse padrão de dominação imperialista e de reprodução capitalista provocou mudanças nas estruturas de produção e na divisão internacional do trabalho, imprimiu um ritmo de crescimento econômico lento, com aumento da capacidade ociosa de produção e recorrência de crises financeiras.

O desenvolvimento político no Brasil está fortemente condicionado pelo exercício unilateral do poder mundial pelos EUA, que se apoiam cada vez mais no intervencionismo e na ação militar provocando ameaças permanentes à segurança coletiva e à paz, lançando o mundo em grave desordem.

A compreensão dos novos fenômenos da vida política brasileira não está desvinculada da que o Partido Comunista do Brasil adquiriu sobre as mudanças operadas no quadro mundial. O fim da União Soviética e do

campo socialista representou uma derrota estratégica para o socialismo e as forças revolucionárias. Este fato resultou na abertura de uma fase de defensiva estratégica e na prevalência de um ciclo contrarrevolucionário, de uma ofensiva conservadora de longa duração que ainda prossegue.

O 11º Congresso do PCdoB está chamado a responder aos grandes desafios do processo de transformações revolucionárias em nosso país. As correntes revolucionárias e progressistas encontram-se empenhadas num vasto esforço de conhecimento e domínio da situação, sistematizando as lições da experiência histórica para estarem em condições de influir e conduzir a resistência que objetivamente se vem desenvolvendo em face do retrocesso civilizatório causado pelo sistema dominante. Crescentemente, brota entre os povos e nações o anseio de paz, soberania e desenvolvimento nacional, de progresso social e integração regional entre os países «periféricos», de construir uma nova ordem econômica e política mundial. A luta do povo brasileiro por um novo Brasil não está desligada desse contexto.

Assim é que o PCdoB busca dar maior nitidez à sua estratégia e tática, numa compreensão mais profunda do período histórico atual e na visão marxista mais acurada de que os momentos de viragens revolucionárias ou de rupturas profundas são produto da acumulação de forças construída em largos períodos de tempo e do espocar de grandes acontecimentos que levam à mudança no equilíbrio do sistema de poder mundial. Além disso, é preciso o entendimento de que as grandes massas, para se constituírem em força motriz do processo revolucionário nacional, necessitam elas mesmas vivenciar sua experiência política, conformada naturalmente de ascensos e descensos, vitórias e derrotas. Neste sentido, como assinalou Lênin, não bastam a agitação e a propaganda, a experiência política concreta das massas é indispensável.

Em suma, as mudanças profundas não surgem simplesmente pela vontade de vanguardas políticas esclarecidas ou pelas suas proclamações em defesa de saídas radicais. A consciência política da vanguarda, por mais avançada que seja, não se transmite de forma automática ou direta para a maioria do povo. A justa compreensão dessas leis do desenvolvimento social, político e revolucionário é que permite superar ilusões e traçar uma estratégia que justifique uma perspectiva viável e uma tática que arme a vanguarda para enfrentar as vicissitudes do tempo presente.

Em função do maior domínio dessas leis do processo revolucionário e das experiências recentes em curso no presente cenário histórico, torna-se

mais evidente que **a resistência** neste período se traduz mais precisamente por um modo ativo de acumulação prolongada de forças e aprendizado político próprio percorrido pela maioria do povo tendo como base as consignas centrais – democracia, soberania nacional, progresso social –, expressas por organizações avançadas que saibam e consigam conquistar ampla autoridade política unindo a maioria da nação em torno de alargada frente política, neutralizando importantes setores dominantes.

Nas condições atuais, sobretudo considerando as experiências mais próximas, na América do Sul, numa análise mais detida, o **processo de acumulação e construção de forças avançadas** condutoras de grandes movimentos que envolvem a maioria da nação tem resultado, em grande medida, da combinação articulada de três componentes. A luta social que assume variado nível de radicalidade conforme a particularidade local. Uma frente política e social ampla que elege novos governos, que se apresentam em maior ou menor grau como alternativa aos projetos neoliberais aplicados na América Latina desde o advento do denominado Consenso de Washington. E a participação de forças avançadas nos órgãos institucionais vigentes, em governos por elas eleitos e/ou nos parlamentos.

Diante desses dados que compõem a singularidade do período histórico contemporâneo, das peculiaridades do Brasil e considerando-se a experiência brasileira é que se pode compreender com maior nitidez onde o Brasil está inserido, em que nível se encontra o movimento transformador, bem como a particularidade do processo atual de acumulação e construção de forças avançadas. Portanto, é dessa temporalidade e do nível da batalha em andamento que se pode traçar, aprimorar e compreender justa orientação estratégica e tática para o Partido e as suas principais tarefas.

1. A vitória de Lula, uma viragem política no Brasil

A Resolução Política da 9ª Conferência Nacional do Partido (2003) já sublinhava que a vitória à Presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva “abre um novo ciclo histórico e político no Brasil”. Essa vitória faz parte do vasto movimento mudancista que se instalou, sobretudo na América do Sul, em resposta às crises agravadas pela vigência das políticas neoliberais, expressando evidentemente as particularidades do Brasil. A existência do governo Lula resultou do esforço conjugado das mais avançadas forças políticas, sociais e ideológicas – conformado nessas últimas décadas de redemocratização do país e das alianças alcançadas –, tendo

sido vitorioso em face do quadro de forças estabelecido. Por conseguinte, chegam ao governo da República correntes políticas democráticas, patrióticas, revolucionárias e representantes de organizações sociais populares que nunca tinham alcançado tal intento.

O novo patamar de crescimento capitalista alcançado – acentuadamente no período de vigência do regime militar – trouxe como consequência a ampliação e a renovação da classe operária permitindo-lhe assumir, assim, maior protagonismo na luta econômica e política, ensejando um processo de lutas caracterizado pelas grandes greves de 1978-1979-1980 contra a ditadura militar. Esse protagonismo atingiu seu ápice no processo de redemocratização nos anos 1980, com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), a legalidade do PCdoB e de outros partidos de esquerda, a afirmação da liderança de Lula e de novos sindicalistas, o fortalecimento de movimentos sociais e a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Esse revolver de novas e avançadas forças políticas atingiu seu clímax mobilizador nas eleições presidenciais de 1989; porém, sem alcançar êxito, prevalecendo a saída neoliberal a partir do começo dos anos 1990. Delineou-se desde então a resistência às políticas ultraliberalizantes e desnacionalizantes, desembocando, assim, na vitória de Lula na eleição presidencial de 2002. Essa vitória foi gestada objetivamente pelo agravamento dos impasses brasileiros – dependência e vulnerabilidade externas, disparidades e profundas desigualdades internas – provocados pela vigência da orientação neoliberal. Eleito no segundo turno pela maioria dos sufrágios válidos, Lula reuniu votos das camadas empenhadas em mudanças mais profundas, de parcelas que queriam mudança sem rupturas e até de setores interessados apenas em mudanças cosméticas. Sem contar efetivamente com o impulso de grande movimento de massas em 2002 pesaram as circunstâncias para que, através de chantagem, os setores dominantes do capital financeiro exercessem seu real poder de veto, estruturado principalmente nos anos 1990, diante da possibilidade de vitória oposicionista. Isso levou o candidato e a direção do PT a assumirem mudanças programáticas na *Carta ao Povo Brasileiro*, comprometendo-se com acordos anteriores estabelecidos com os círculos financeiros predominantes. Além disso, a vitória presidencial não foi acompanhada de uma maioria política de apoio ao novo governo no Congresso Nacional e ficou restrita a uma minoria de governadores eleitos.

Esse quadro de conjunto moldou um governo democrático – contando com a participação desde as forças sociais populares até setores dominantes

–, apoiado numa base de correntes políticas heterogêneas; comprometido entre acordos de continuidade e uma plataforma de mudança, fornecendo-lhe uma feição dual como já assinalava a Resolução da 9ª Conferência Nacional. Mesmo em tais condições, apesar das contradições expressas pelo governo entre cedência e resistência, criou-se melhor possibilidade de avançar na difícil luta contra a concepção e o sistema neoliberal implantado no Brasil. Há um novo patamar na luta para alcançar a alternativa ao neoliberalismo porque o novo governo, por sua origem, compromissos e composição, está em meio à disjuntiva entre “ortodoxia” e “desenvolvimentismo”, Estado e mercado, soberania nacional e inserção internacional subordinada, ou seja, o desafio assumido de construir um novo projeto de desenvolvimento com distribuição de renda, projeto este distinto do que foi implementado no governo de Fernando Henrique Cardoso – principal condutor do neoliberalismo brasileiro e representante da confiança do núcleo de poder financeiro.

2. Trajetória de muitas lutas e sacrifícios para chegar ao Brasil de nossos dias

Longo, sinuoso e árduo tem sido o caminho para fazer do Brasil uma nação progressista – luta que teve um marco importante na Proclamação da República e na Abolição da Escravatura ainda no apagar das luzes do século XIX, ganhando um impulso extraordinário com a Revolução de 1930, que se renovou a partir da redemocratização em meados dos anos 1980 e que adquiriu uma nova perspectiva com a vitória de Lula em 2002. Não foram poucos nem pequenos os obstáculos enfrentados para a consecução do desenvolvimento nas condições de domínio do sistema imperialista, aos quais se soma uma série de dificuldades internas. O processo econômico do desenvolvimento capitalista brasileiro foi marcado por ser tardio, desigual e associado entre capitais nacionais e forâneos. O processo político se deu através de uma série de rupturas parciais seguidas de recomposições entre forças heterogêneas, avançadas e atrasadas. Da década de 1940 até meados dos anos 1980 as Forças Armadas intervieram intensamente na cena política – a partir do alinhamento brasileiro com os EUA num mundo então bipolar –, a maioria das vezes truncando a democracia. Em pelo menos duas ocasiões, na deposição de Vargas em 1954 e na preparação do golpe militar de 1964, houve clara ingerência dos EUA na vida política brasileira. Mais recentemente o país passou a sofrer grave ameaça

de recolonização a partir da proposta norte-americana da Alca. Do ponto de vista social, amplos movimentos de massas, de âmbito nacional e caráter patriótico e democrático, foram em momentos marcantes a base de impulso para as maiores transformações. A estrutura de classes da sociedade brasileira passou por importantes mudanças. A situação de vida e as condições de trabalho dos trabalhadores e do povo brasileiro foram marcadas por crescentes disparidades com concentração de renda e de riqueza no polo das tradicionais elites brasileiras.

Durante os três primeiros quartos do século XX, o Brasil teve as mais altas taxas médias decenais de crescimento capitalista do mundo. Emergiu desse processo um país de capitalismo dependente medianamente desenvolvido, com projeção entre os países em desenvolvimento, o que pode ser expresso na avaliação de que no mundo o Brasil ocupava o patamar do 8º PIB. O Estado burguês brasileiro foi o principal instrumento da obra levada a cabo durante a maior parte do século passado, quer na planificação e na regulação econômica quer como protagonista da construção de empresas produtivas estratégicas, do sistema financeiro público – nacional e regional – e da infraestrutura, sobretudo energética e de comunicações. Além disso, foram construídos, ao longo desses anos, centros públicos de produção de ciência, tecnologia e ensino, um aparato (agências e órgãos) e um corpo técnico-burocrático estatal capazes de conduzir os assuntos brasileiros na perspectiva do interesse nacional.

Após o fim do regime militar, foram dados passos significativos na construção de um arcabouço institucional, jurídico e político mais democrático e estável, com a promulgação da nova Constituição em 1988, que incorporou também importantes conquistas sociais. Exatamente esse Estado passou a ser o alvo central da alternativa neoliberal. Obviamente, suas formas de financiamento pela via inflacionária ou pela via do pesado endividamento externo davam claras mostras de esgotamento. A predominância dos interesses de fundo e das concepções antidemocráticas e reacionárias da maior parte das elites condicionou o processo de desenvolvimento com características constrangedoras: o crescente agravamento da situação social, onde se deve considerar, sobretudo, um dos índices mais altos de concentração de renda e riqueza do mundo. A luta do povo pela transformação social sempre esbarrou na intolerância conservadora e reacionária das classes dominantes que nunca vacilaram em recorrer ao autoritarismo para impedir as mudanças e preservar seus interesses.



Porém, o caminho adotado entre 1989 e 2002 levou a um alto grau de desnacionalização do aparato econômico brasileiro, numa situação de quase paralisia do crescimento intercalado por crises, com destaque para a de meados de 2002 às vésperas do pleito presidencial. À época, o país encontrava-se sob maior dependência e vulnerabilidade externas pela forma com que foi dirigida a sua inserção no novo contexto de globalização neoliberal imperialista e pelos novos padrões de financiamento adotados. Este modelo provocou maior endividamento público e dificuldades ainda maiores para os trabalhadores, com desemprego, precarização do trabalho e marginalização de setores crescentes da população. Além disso, o Estado teve suas funções gravemente alteradas tendo sido colocado a serviço da oligarquia financeira. O sistema de defesa nacional foi fragilizado, assim como foram feitas investidas no sentido de limitar o grau de democracia alcançado. Com a vigência do neoliberalismo o Brasil perdeu espaço relativo na cena internacional, tanto econômica quanto politicamente.

As duas últimas décadas do século XX legaram uma série de impasses à construção de um Brasil desenvolvido, soberano, democrático e de bem-estar para seu povo – que passam a se constituir nos grandes desafios a serem enfrentados neste início de século. Nos anos 1980 se condensaram os problemas do período do nacional-desenvolvimentismo e evidenciou-se a incapacidade da elite burguesa de promover transformações que pudessem superá-los. Na década de 1990, o neoliberalismo, em nome da modernização, ao tentar superar aqueles impasses pela via da desregulamentação, abertura, privatizações e flexibilizações trabalhistas indiscriminadas, levou o país a uma forte regressão.

Porém, o Brasil é um país de grande extensão territorial, com recursos naturais abundantes e variados, com fronteira com quase todos os países sul-americanos e uma costa marítima de 8.698 quilômetros. No século passado, sob inspiração do nacional-desenvolvimentismo, cujo marco inicial está na Revolução de 1930, ele passou por grandes transformações, entre as quais duas se destacam. A primeira foi a industrialização brasileira que adquiriu dimensões importantes na comparação internacional ao efetivar a construção de um parque relativamente completo e diversificado. A segunda, a grande produção agropecuária mecanizada que passou a jogar um papel econômico maior e, além disso, os serviços se desenvolveram e se industrializaram, resultando na passagem de uma economia agrário-exportadora baseada na monocultura do café para um país industrial-agrário.

Destaca-se, ainda, a interiorização, iniciada com a marcha para o Oeste, que contribuiu com a formulação do conceito de unidade nacional, ampliando as fronteiras agrícolas, possibilitando a urbanização do Centro-Oeste, que inclui a construção de Brasília. Esta conjugação de fatores resultou no atual estágio de desenvolvimento da região.

No Brasil de hoje vivem cerca de 185 milhões de pessoas – a maior parte delas em grandes conglomerados urbanos com enormes e carentes periferias. Um povo único, miscigenado e original, constituído em sua maioria por proletários, semiproletários, trabalhadores urbanos, aos quais se somam os assalariados rurais, camponeses e trabalhadores rurais que desejam terra para nela trabalharem. A denominada classe média, constituída sobretudo por empresários de pequeno porte em atividades industriais, comerciais e agrícolas, bem como por assalariados não operários e melhor remunerados, também adquiriu porte e influência política. A intelectualidade brasileira ganhou destaque pela sua produção acadêmica em diversos ramos da ciência, inclusive nas ciências sociais, por sua fecunda produção artística e cultural e também pela sua predominante postura política progressista. Estas classes e setores de classe formam a base social das transformações e a força de trabalho capacitada, elemento essencial para a retomada da construção do país. O estrato financeiro-rentista da grande burguesia brasileira, maior beneficiário da aplicação do projeto neoliberal, substituiu a burguesia industrial na hegemonia de classes, condição que havia adquirido ao cabo da revolução burguesa. Sobrepôs-se igualmente à burguesia agrária e à dos serviços, que se desenvolveram mais recentemente, e se constitui em grave entrave ao desenvolvimento. Toda essa transformação econômica e social teve inequivocamente suas repercussões no terreno político. O proletariado passou a ter uma presença política destacada na vida nacional e se constitui na força mais interessada na consecução de um projeto de desenvolvimento soberano, democrático e com valorização do trabalho. No curso das lutas por esse novo projeto nacional, pode assumir o seu papel histórico na luta pela superação do capitalismo.

Dessa forma e partindo dessa base, foram configurados historicamente a necessidade e o desafio da construção de um novo projeto de nação que possa representar a superação tanto do esgotamento dos problemas do período nacional-desenvolvimentista (da década de 1930 à década de 1980), quanto dos impasses originados do modelo neoliberal. Um projeto dirigido por forças políticas e sociais mais avançadas que tenha o potencial de satis-



fazer os interesses nacionais, democráticos e sociais dos trabalhadores e do povo brasileiro. Um projeto que venha a representar um **caminho próprio** para a superação do neoliberalismo que, por seus objetivos, projetar-se-ia em dimensão estratégica, que na visão dos comunistas tenha o significado de uma passagem para uma sociedade mais avançada, de transição do capitalismo ao socialismo.

3. Elementos essenciais de um novo projeto nacional de desenvolvimento, soberano, democrático, com distribuição de riqueza e valorização do trabalho

A consecução de um novo projeto nacional de desenvolvimento que possa superar o neoliberalismo e abrir um novo rumo para o Brasil insere-se no contexto de uma luta política e ideológica de grande envergadura, cujo prazo não se pode determinar, mas que pode demandar todo um período histórico constituído naturalmente por uma série de transições e rupturas. Uma alternativa ao hegemonismo neoliberal que os EUA exercem sobre o país passa pela busca de uma ampla e soberana integração econômica e geopolítica do Brasil no mundo. Mais focadamente pela formação de um bloco regional sul-americano contra-hegemônico. Uma saída à semiestagnação e ao rentismo implica a adoção de uma política desenvolvimentista brasileira de fortalecimento e modernização do sistema produtivo, cuja fonte de financiamento básico esteja nos recursos internos. O vértice principal desse sistema deve estar voltado para o mercado interno. O seu planejamento e a sua execução requerem participação e regulação do Estado nacional. Demanda, ademais, a pactuação de um largo espectro de forças políticas, cujo núcleo central de esquerda esteja coeso e convicto em torno das linhas-mestras do projeto, assim como uma ampla mobilização da sociedade – destacadamente dos trabalhadores – a fim de concretizar a vontade nacional para o desenvolvimento ao tempo em que desloca dos centros do poder os representantes e executores da política do capital financeiro, o que se pode tornar realidade com a ampliação da liberdade política e o fortalecimento do Partido Comunista e demais forças revolucionárias. Por fim, uma resposta às dificuldades crescentes a que o neoliberalismo submeteu os trabalhadores passa por uma decidida política de promoção efetiva de direitos sociais, pela geração de empregos e distribuição de renda, ou, sinteticamente, pela constante valorização do trabalho. A alternativa ao neoliberalismo adquire assim dimensão histórica e caráter estratégico. A aproximação do objetivo estraté-

gico – a transição do capitalismo ao socialismo – reside, sobretudo, na direção do processo por novas forças, influentes, com efetivo poder político e comprometidas com esta transição, particularmente o Partido Comunista.

A forma de dominação a que o Brasil foi submetido nas condições de financeirização neoliberal e as graves ameaças imperialistas sobre os países que buscam um caminho próprio colocam em novas dimensões o problema nacional – como asseverou João Amazonas já em 1992 no informe que prestou ao 8º Congresso do Partido. Traçar uma política econômica de forma autônoma, estabelecer relações soberanas com os organismos financeiros internacionais, com os Estados das grandes potências capitalistas – sobretudo os EUA – e com o capital privado internacional, aproximar-se e emparceirar-se com os vizinhos e países assemelhados na forma de um bloco regional contra-hegemônico e estimulador da multipolaridade, diminuir o montante e as obrigações do passivo externo brasileiro, garantir a integridade territorial do país e a posse brasileira sobre a Amazônia; tudo isso ocupa a cena central do jogo de forças, expressa a luta entre um novo projeto ou a reedição do projeto neoliberal, implica decisões de caráter estratégico em nível de Estado. Este é o maior desafio.

A recuperação do Estado nacional é também fundamental no seu papel econômico, na compreensão de que em países como o Brasil não se pode prescindir disso, pois se trata de como estruturar os meios para financiar o desenvolvimento – combinando investimentos públicos e privados, brasileiros e estrangeiros – em consonância com os interesses do país e de seu povo, em contraponto tanto às limitações próprias do mercado quanto às restrições da moldura internacional calcada em assimetrias, incertezas e instabilidades, ondas especulativas e todo tipo de ações tendo por objetivo o reforço da hegemonia norte-americana. Por um lado, sem a ação do Estado não há como defender a moeda nacional, fortalecer o sistema financeiro público, criar condições efetivas de crédito de longo prazo, promover parcerias entre diversos tipos de capitais, defender o país da especulação, executar uma política macroeconômica voltada para o desenvolvimento econômico e social, planejar a atividade geral e dos setores prioritários e assim por diante. Por outro, o domínio de toda uma tecnologia de ponta, suporte necessário a um novo ciclo de desenvolvimento industrial e agropecuário avançado, só pode se efetivar com um grande esforço de pesquisa científico-tecnológica e de inovação patrocinado e dirigido pelo Estado brasileiro. Em resumo, o Estado nacional sob a dire-



ção de forças progressistas poderá ter um papel destacado na retomada do desenvolvimento nacional.

Também a experiência brasileira indica que, diante da extensão da crise social, em constante agravamento, o Estado é insubstituível no trato da questão social quando se parte da ideia de que o objetivo do projeto de desenvolvimento é a elevação do padrão de vida do povo. Quando se trata tanto de fixar a política de remuneração da força de trabalho, de adotar medidas emergenciais ou profundas com a finalidade de combater o desemprego, quanto de elaborar e aplicar as políticas públicas de universalização de direitos no terreno da saúde, da educação, da moradia, do saneamento, do transporte. Quanto à reforma agrária, ela é uma bandeira estratégica de luta dos trabalhadores brasileiros, do campo e da cidade e faz parte do novo projeto nacional de desenvolvimento. É também questão política, inserida no debate sobre os rumos da nação brasileira, sendo condição para a luta contra a pobreza, através da democratização da propriedade da terra. É também condição para a consolidação da democracia ao indicar a superação do latifúndio tradicional e as bases sociais do poder das oligarquias retrógradas. Deve, por isso, fazer parte de uma agenda produtiva no campo que contemple, num polo, a agricultura familiar e os assentamentos e, noutro, a moderna agroindústria, com reflexos positivos no aumento da oferta de empregos e da seguridade social.

A busca da mais ampla liberdade política é parte integrante substancial de um novo projeto nacional avançado. O recente movimento pela redemocratização, aspiração da grande maioria da nação brasileira, alcançou marco vitorioso com o fim do regime militar, em 1985. Esta vitória propiciou a retomada das eleições em diversos níveis. Antes, em 1979, havia sido conquistada a anistia para os perseguidos políticos. Com a democratização, alcançou-se maior liberdade partidária e sindical – inclusive com a legalização do PCdoB –, a convocação da Assembleia Constituinte em 1986 e a promulgação de uma nova Constituição em 1988, com a conquista da liberdade de imprensa, do direito de greve e de manifestação popular. Problemática parecida com a que havia se colocado no Brasil em meados da década de 1940 por ocasião do fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota do nazi-fascismo. Naquela feita, foram criados partidos políticos e o Partido Comunista, legalizado, experimentou um grande crescimento e alcançou expressivas vitórias na luta parlamentar. Mas a onda democratizante de então foi vencida em curto prazo pela ofensiva obscurantista e anticomunista promovida pelo governo do general Dutra.

Ainda que se considere todo o peso dos mecanismos legais de restrição à representação partidária parlamentar introduzidos no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso e que já estão em vigor, o país vive ainda hoje sob o influxo das conquistas democráticas da década de 1980, mais estáveis e duradouras. Com a eleição de Lula, em 2002, e a mudança de postura política das Forças Armadas após o fim da bipolaridade em nível internacional, criaram-se melhores condições para o aperfeiçoamento democrático; cujo centro está em garantir, de um lado, a existência de ampla representação política que se configura – na especificidade brasileira – em diversificado espectro de partidos políticos, grandes, médios e pequenos e, de outro, a possibilidade de esses partidos se aliançarem livremente no processo eleitoral e, depois dele, no sentido de construírem maiorias e bases para a governabilidade. Estes são os verdadeiros fundamentos de uma reforma política que tenha por objetivo o fortalecimento dos partidos e da democracia.

Sob esse mesmo prisma é que se coloca a ampliação da liberdade para as organizações populares e para o movimento sindical dos trabalhadores; a necessidade de uma relação mais equilibrada entre os Poderes com o estabelecimento de limites à edição de Medidas Provisórias originadas no Executivo; a reforma democrática do Judiciário; a democratização da gestão de instituições e órgãos do sistema financeiro estatal etc. Estas são lições fundamentais a se considerar quando se leva em conta que nos longos períodos autoritários e antidemocráticos pelos quais o país passou durante o século XX procurou-se extinguir ou restringir os partidos políticos, as organizações e movimentos populares, especialmente dos trabalhadores, na contramão das aspirações da maioria da nação e da realidade específica do Brasil. Os desdobramentos da luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento poderão colocar mais adiante a necessidade de mecanismos de reforma mais abrangentes e profundos que se configurariam em uma nova Assembleia Nacional Constituinte.

Diante do tamanho do país e considerando-se a forma desigual com que se deu seu desenvolvimento, um novo projeto deve contemplar a necessidade da superação progressiva das desigualdades regionais, sobretudo no Nordeste e na Amazônia. Para tanto, deve-se partir das experiências vividas com esse sentido, como a ação de agências como Sudam e Sudene; dos bancos voltados para o fomento do desenvolvimento regional como o Banco do Nordeste (BNB) e Banco da Amazônia (Basa); de experiências mais localizadas como na Zona Franca de Manaus ou ainda no Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Nos tempos de vigência do neoliberalismo, passou-se a considerar

negativa toda essa trajetória. Sudene e Sudam foram fechadas e só mais recentemente, por decisão do governo Lula, estão sendo reativadas. A particularidade dos problemas sociais do Nordeste, agravados pela seca, e a questão geopolítica na Amazônia indicam a necessidade de um tratamento diferenciado em diversas frentes. Iniciativas como a criação de Zonas Econômicas Especiais voltadas para a exportação, com legislação tributária específica, poderiam ser consideradas na busca da superação do atraso do desenvolvimento, bem como a consolidação de polos de biotecnologia e bioindústria.

A questão da preservação ambiental, do desenvolvimento sustentável, é também parte destacada de um projeto nacional avançado. Tornou-se evidente que se o *status quo* econômico for mantido há o risco de uma catástrofe ecológica. Trata-se de buscar uma nova relação entre desenvolvimento e meio ambiente reduzindo ao máximo os impactos ambientais provenientes do necessário desenvolvimento da infraestrutura do país. Atenção especial justifica-se à Amazônia onde os projetos e programas devem garantir o desenvolvimento aliado à valorização do homem e à preservação dos recursos naturais. Ao lado disso, tendo em vista o futuro da humanidade, é importante que se possa também efetivamente reduzir a emissão de gases poluentes, preservar e recuperar as matas ciliares e manguezais; evitar o assoreamento dos rios e a redução do volume de água doce, preservar as áreas de mananciais e nascentes; dar tratamento correto ao problema do lixo urbano; coibir o uso indiscriminado de agrotóxicos, os desmatamentos ilegais; etc. Tudo isso implica aperfeiçoar e aplicar a legislação ambiental e efetivo esforço para, através de educação específica, desenvolver a consciência ecológica com base num pensamento crítico sobre a luta ambientalista.

A luta pela afirmação de um novo projeto nacional de desenvolvimento enfrenta poderosa artilharia ideológica, cuja disjunção básica é simplificarmente desenvolvimentismo ou neoliberalismo, ou a quem cabe a maior responsabilidade no processo de desenvolvimento, ao mercado ou ao Estado nacional. A formação de um pensamento estratégico brasileiro sobre o desenvolvimento do país vem do período da Segunda Guerra Mundial, na década de 1940. Desenvolveu-se e orientou o segundo governo Vargas, o governo Juscelino Kubitschek, através do Plano de Metas, e o governo de João Goulart, através do Plano Trienal. Tiveram um papel destacado nessa trajetória as equipes da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)

na década de 1950. Mais tarde o pensamento sobre os caminhos próprios do desenvolvimento nacional ganhou maior desenvoltura na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), assim como no Itamaraty. Essa corrente de pensamento que abarca amplas forças políticas e sociais forma o campo desenvolvimentista. A ela se opôs, e se opõe, o campo conservador municiado mais recentemente pelos postulados neoliberais ortodoxos, originados sobretudo no pensamento acadêmico e governamental dos EUA e no FMI, que no Brasil adquiriu sua expressão política no PSDB, e foram acolhidos por intelectuais ligados à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e ao sistema financeiro e cujo programa imediato contém pontos, como: liberalização do fluxo de capitais, autonomia para o Banco Central (BC), vinculação permanente com o FMI, viabilização da Alca, descaracterização do papel do BNDES, plena conversibilidade do real frente ao dólar, aumento do superávit fiscal – tudo isso com o objetivo fundamental de sustentar o pagamento da dívida pública e ganhar a confiança dos chamados agentes do mercado financeiro. O PCdoB integra o bloco desenvolvimentista e não reivindica para si o monopólio das ideias avançadas. Ao contrário, procura formular seus próprios pontos de vista em unidade e crítica dentro do campo progressista e em luta oposta ao campo conservador.

No atual estágio de desenvolvimento da sociedade, o PCdoB ressalta a importância estratégica dos meios de comunicação de massa na formação da opinião pública. Já há quem considere a grande mídia como o quarto poder, tal o grau de sua influência na atuação dos outros três poderes. Assim, a viabilidade de um novo projeto passa necessariamente pela democratização dos meios de comunicação, o que implica o fortalecimento do sistema público de comunicação de TV e rádio com programação voltada para os interesses nacionais e populares, o fortalecimento das rádios comunitárias e universitárias, a democratização das concessões etc.

Todas essas questões, estruturadoras do processo político, econômico e social, mas também relacionadas ao campo da produção simbólica e ideológica, põem em relevo a necessidade de se encarar a cultura como campo de disputa e um dos eixos fundamentais do desenvolvimento nacional. A cultura constitui espaço de troca e fusão de símbolos e valores, tem dimensão econômica e cidadã, incide sobre todas as outras formas de ação humana. Propostas para o seu desenvolvimento e preservação devem figurar como parte essencial de um projeto de nação, soberana, democrática e socialmente justa.



4. Obstáculos para superação do modelo neoliberal; alcance de vitórias parciais

A existência do governo Lula abriu um novo cenário da luta política, compreendendo nesses mais de dois anos obstáculos e limites à transição de novo projeto de desenvolvimento econômico e social e também impulsos, políticas, medidas e pressões, no sentido de uma alternativa ao curso anteriormente dominante. Alguns autores, estudiosos da história política e econômica brasileira, chegam a afirmar que as exigências atuais são de uma mesma envergadura dos desafios de 1930. Tal é o caso de Celso Furtado, renomado pensador progressista, segundo o qual o Brasil no atual período histórico está diante de um entroncamento: caminhar por um processo novo, de “reconstrução”, ou entrar num processo de “desagregação”. Aliás, a encruzilhada brasileira já era mencionada por João Amazonas quando da realização do 7º Congresso do PCdoB, em 1988.

A luta pelo novo projeto de desenvolvimento nacional sob o governo Lula está condicionada por um conjunto combinado de fatores objetivos e subjetivos determinados: pelas implicações das transformações na estrutura mundial do capitalismo nos últimos 20 anos; pelo caráter mais agressivo e belicista do imperialismo norte-americano; pela herança da estrutura econômica e institucional neoliberal estabelecida na última década no Brasil; e pela adversa correlação de poder real, produto da existência de um Estado antidemocrático, historicamente forjado à imagem e a serviço das classes dominantes. Essa situação transcorre em um contexto geral onde ainda prevalece o revés da alternativa revolucionária do socialismo empreendida no século XX, ensejando de certo modo no Brasil, após a redemocratização, o vicejar de uma organização partidária operária de caráter «terceirista» – de base teórica eclética e política ambígua, organizada na forma de múltiplas tendências – que assumiu o papel central na direção do processo político progressista a partir do final dos anos 1980 e da condução do governo Lula.

Em tais condições do mundo e do Brasil e diante do esquema de forças que compõem o novo governo, a luta pela predominância de novo projeto econômico e social que ultrapasse os limites neoliberais e descortine a transição para um sistema de justiça social encontra-se diante de uma barreira sistêmica sustentada por forças capitalistas, com forte domínio do poder político em nosso país, contrárias à mudança de rumo. A Resolução Política da 9ª Conferência Nacional do PCdoB já afirmava: “Em decorrência da

correlação de poder existente, o governo Lula ainda não reúne as condições necessárias para a ruptura imediata com o rumo dominante precedente”. Desde o início dos anos 1990, o Brasil se tornou mais entrelaçado com o sistema mundial de poder político e econômico, com fatores do modelo e da dinâmica liberalizante. O sistema capitalista tem uma lógica e uma estrutura composta de sinergia global, o capital sempre tendeu à globalização, expandindo-se e provocando crises.

Ao cabo de mais de dois anos de governo, fica mais nítida a envergadura da luta pela construção do novo projeto com linhas claras de desenvolvimento, distribuição de renda e riqueza e inserção internacional soberana. No âmbito externo, as potências capitalistas, sobretudo o hegemonismo estadunidense, visam a desregular as atividades financeiras e econômicas na periferia (linha de atuação destas potências na Alca, OMC e União Europeia) com a finalidade de impedir que os grandes Estados periféricos executem políticas independentes e ativas de desenvolvimento. E internamente, o “mercado” financeiro (grandes credores dos títulos do governo, financistas e rentistas), com a proteção do FMI, não admite uma queda acentuada dos juros, nem diminuição do superávit fiscal tampouco o aumento das despesas governamentais. Essas imposições têm por objetivo garantir suas altas rendas, condicionando um desenvolvimento sempre contido. Essa rede poderosa de fora e de dentro impõe um aprisionamento do governo aos seus ditames financeiros e econômicos, que somente conseguiu até agora, por meio de grande esforço, impor-se no plano externo através de uma política exterior inovadora de inserção internacional soberana, aproveitando as contradições da ordem mundial imperialista. Essa ação da política externa é relevante para a diversificação comercial do Brasil, para a realização de parcerias estratégicas e integração regional, diminuindo a dependência brasileira do mercado norte-americano e abrindo brechas na estrutura de poder mundial, para uma geopolítica brasileira mais independente.

Transcorrido esse tempo após a posse, nas condições presentes, o **nó político** principal reside nas limitações e dificuldades que o governo Lula tem tido em se comprometer explicitamente com diretrizes nítidas de desenvolvimento, sem as amarras dos parâmetros ortodoxo-liberalizantes, sendo esta uma escolha política, concebendo pelo menos as linhas centrais do desenvolvimento nacional com distribuição de renda. Ao mesmo tempo, há forte incompreensão e resistência no sentido de o governo representar



efetivamente uma ampla aliança de forças políticas e sociais, na qual caberia ao PT o papel de partido central, arquetetando-se, assim, um governo de verdadeira coalizão de maioria política. No centro desta, do ponto de vista dos comunistas, deveriam estar as forças de esquerda, centro-esquerda e outras forças democráticas, com a característica frentista, nas condições atuais, no governo Lula. Ademais, hoje, a bandeira da retomada do desenvolvimento e da soberania nacional não é uma plataforma apenas da esquerda. Mesmo porque, a realidade econômica e social do país atual demonstra que a aliança com o chamado capital “produtivo”, para fazer frente ao capital especulativo, é uma forma de unir maiores forças para a opção política de redirecionamento da política macroeconômica vigente.

O PT foi chamado a jogar o importante papel de partido principal na condução do governo nacional com a vitória de Lula. Por um lado, muitas das suas limitações se desnudaram diante da difícil e complexa tarefa de governar o Brasil, nas condições dos grandes impasses atuais, imprimindo à sua trajetória um rastro marcado pela contradição entre conciliação e resistência, resultando numa feição de partido possibilista, de linha política tendente ao centro. É o que se verifica quando se tenta harmonizar ortodoxia com desenvolvimentismo, exclusivismo com amplitude, unipartidarismo com coalizão. Por outro, o PT não conseguiu superar sua concepção hegemônica e particularista na condução política, alimentando uma contratendência ao seu papel dirigente pelo conjunto dos partidos frentistas e dificultando a conjunção de amplas forças na participação ativa do empreendimento governamental.

No plano político, fato significativo é que a vitória de Lula e a existência do seu governo vêm produzindo a divisão da hegemonia política com a elite econômica dominante mais poderosa do país, baseada em São Paulo e representada essencialmente pelo PSDB. Este partido, nas condições dadas, representa os interesses da nova direita no país. Suas lideranças maiores passaram a ser o elo político, os defensores, os porta-vozes da “inserção subordinada” do Brasil à “globalização norte-americana”, aplicadores do desnacionalizante processo de privatização e desmantelamento do Estado nacional. É falso e faz parte do diversionismo político dizer que a luta entre o PT e o PSDB faz parte de uma contenda dentro do mesmo campo ideológico. Ao contrário, essa contenda é manifestação do embate político entre uma formação política e orgânica avançada (PT, CUT), que surgiu como expressão de novas camadas trabalhadoras e operárias, resultantes da

renovação da estrutura social brasileira no final da década de 1970, e uma representação política (PSDB) de setores dominantes capitalistas “modernos” do país, produtos da globalização neoliberal.

Tendo em vista esse contexto político iniciado pelo novo governo, torna-se necessária uma justa compreensão do papel do PMDB no seio de uma coalizão de maioria política representada pelo governo Lula. Na sua origem, como MDB, esse partido foi a frente política que reuniu toda a oposição contra a ditadura militar, pela redemocratização; ao longo dos anos, manteve-se como um partido grande, com elevado número de senadores (maior partido do Senado atualmente), deputados e governadores e a maior quantidade de prefeitos e vereadores do país. Hoje é ainda um partido de caráter frentista, composto por um conjunto díspar de importantes lideranças regionais tendendo a uma posição de centro no espectro político nacional. Seu apoio aos governos de Fernando Henrique Cardoso se deu com uma divisão em duas partes, o mesmo acontecendo no governo Lula. Muitas das suas importantes lideranças estão comprometidas com um projeto de desenvolvimento nacional. Nas condições atuais, a formação de uma coalizão de maioria política passa necessariamente por uma aliança com o PMDB, daí a importância do seu lugar numa formação frentista que vise a um novo projeto nacional. Portanto, deve-se encarar o papel deste partido, apesar de sua heterogeneidade, como necessário à viabilização de uma plataforma que congregue a maioria da nação na busca de uma nova alternativa.

O nó econômico principal está em que o Estado brasileiro encontra-se sujeito a uma dívida pública gigantesca, cuja maior parte se encontra nas mãos de grandes credores com livre acesso de entrada e de saída de capitais do país. No começo do governo Lula, uma ruptura unilateral com os credores poderia instalar uma situação que levaria o país à insolvência. Mesmo porque o novo governo não reunia forças expressivas e convicção para tanto. Poder-se-ia então ter adotado o caminho da negociação da dívida pública interna e externa com a meta de reduzi-la e de estabelecer melhores prazos e condições e a certo controle da conta de capitais. Mas, uma situação objetiva adversa e os limites de convicção da força política condutora impediram o alcance para a adoção dessa via. Os responsáveis principais que compunham a aliança em torno de Lula foram impelidos, então, a seguir a via de pesado ajuste fiscal em longo prazo, de reconhecer os contratos estabelecidos, com o objetivo de “tranquilizar” o mercado para não levar o país ao “naufrágio”.



A crise que vinha sendo gestada no país não produziu deslocamentos para expressivas manifestações populares, nem o movimento social em geral encontrava-se em momento de ascenso. O governo já nasce preso à estrutura neoliberalizante dominante e não a um forte clamor popular – submetido por um duplo e distintos compromissos, tendo na sua formação espaços ocupados por forças pró-neoliberais e outras na busca da mudança –, implicando uma disputa de linhas contrastantes, às vezes arbitradas pelo presidente. Resulta desse curso contraditório forte enclave estruturante – Ministério da Fazenda e Banco Central –, que conduz a política econômica seguindo a lógica essencial de ganhar e sustentar a confiança do “mercado financeiro”, procurando moldar o conjunto das políticas de governo, ao lado da existência de vários ministérios importantes e de grandes estatais empresariais e bancárias com lógicas e procedimentos contrários, ditos “estatizantes”.

Em suma, a prevalência do sistema sinérgico de forças que sustenta a hegemonia neoliberal, a situação de minoria política no Congresso Nacional das forças de esquerda, os limites e diversidade de perspectiva do partido político que está no centro do governo, a ausência de grandes mobilizações políticas de massas, por um lado, são fatores objetivos e subjetivos que freiam ou dificultam a explicitação e aplicação pelo governo de um novo projeto econômico e social de desenvolvimento nacional que ultrapasse os marcos estruturantes da formação neoliberal. Por outro, o anseio de mudança que se acumula e se expressa na resistência de partidos, organizações, setores e lideranças, dentro e fora do governo, fomenta uma contratendência que tem permitido ações do governo que representam vitórias parciais contra a dominância liberalizante.

5. A luta pela derrota da concepção estruturante neoliberal tem sentido anti-imperialista e anticapitalista

A luta pela superação plena do neoliberalismo – sendo este a expressão da doutrina capitalista e na prática o padrão de dominação imperialista e acumulação do capitalismo “moderno”, sob a égide das maiores potências capitalistas atuais – assume uma dimensão anticapitalista e anti-imperialista de transição do capitalismo ao socialismo. Portanto, é uma luta de caráter revolucionário. É a solução de fundo para a encruzilhada histórica em que se encontra o país, conforme propõe o Programa do Partido Comunista do Brasil.

A luta contra a hegemonia neoliberal significa mais precisamente travar um embate contra o sistema do capital financeiro – que tem o poder de arbitragem e senhoriagem na periferia do sistema –, tendo à frente seus detentores mais poderosos e todo o seu aparato político, jurídico, econômico, ideológico e cultural. Esse é o tamanho da batalha. No Brasil, na evolução liberalizante e desnacionalizante da década de 1990, o capital financeiro – concentrado em poucas mãos e acoplado aos fortes círculos financeiros internacionais – conseguiu forte influência sobre o financiamento da economia e do Estado, maior liberdade de movimentação de capitais e poder de arbitragem, permitindo a estes setores da classe capitalista evidente poder político.

Em face dessa realidade que espelha o poder real, o êxito da construção de novo projeto de desenvolvimento nacional que ultrapasse as barreiras neoliberais passa pelo enfrentamento com esse centro econômico hegemônico, ou seja, seu forte poder de ação política sobre vários governos, incluindo o atual, e sobre o Estado brasileiro. Sucede ainda que o fio condutor da política econômica, que tem seu papel estruturante, não se dirige para derrotar ou mesmo resistir a essa hegemonia, mas a ela se amoldou. Acontece que diante dos condicionantes históricos e dos próprios limites de força e de convicção do governo Lula, as condições não estão dadas para liquidar a hegemonia neoliberal e substituir sua estrutura montada por nova edificação econômica e social. Para isso, seria necessária uma extensa composição unitária de forças políticas interessadas nesse rumo, capazes de enfrentar os setores dominantes mais poderosos, dirigidas por influente força revolucionária baseada em extenso movimento social com forte ação política.

A compreensão do PCDoB, já externada desde sua 9ª Conferência Nacional, em função do caráter radical da luta antineoliberal, não nutre ilusão quanto ao novo governo poder empreender novo projeto que suplante a formação neoliberal. Mas avalia, ao mesmo tempo, que nas condições alcançadas com a instalação do governo Lula pode-se afirmar ser possível moldar e sustentar as linhas centrais de novo projeto democrático de desenvolvimento nacional, voltado para a soberania e o progresso social, que resista de várias formas ao hegemonismo neoliberal, mesmo não alcançando a sua derrota, ou a “ruptura” assim caracterizada. Esse é o nível da batalha política em desenvolvimento. O *xis* da questão está ainda em como reunir forças políticas e sociais e convicção, dentro e fora do governo atual, para fazer frente à predominância dos postulados liberalizantes, sem

concessão ou justificativa a estes. Pode-se assim alcançar vitórias parciais, aproveitando as brechas estruturais do modelo dominante para montar o novo projeto alternativo, como indica a experiência bem-sucedida do governo na construção em curso da nova política externa.

Na perspectiva do Partido, em mais largo prazo a coalizão de amplas correntes, para resistir ao neoliberalismo – com o alcance de vitórias mesmo que parciais, nos marcos do governo Lula –, faz parte de um processo único de transição e aproximação da realização de um projeto que substitua o sistema neoliberal e derrote suas forças hegemônicas. Para isso, necessita-se de uma união mais avançada de forças políticas e sociais interessadas nessa concretização. Esse é o caminho que pode abrir trânsito a uma nova sociedade – o socialismo.

Torna-se cada vez mais nítido, para o Partido, que para trilhar esse caminho no Brasil e alcançar o objetivo maior exige-se o impulso de um processo operacional de acumulação e construção de forças avançadas, compondo desde já um campo de correntes democráticas, patrióticas e populares dentro e fora do governo. Esse processo cumulativo compreende a capacidade do PCdoB – juntamente com outras organizações de base popular, apoiadas no pensamento social mais avançado de nossa época, inaugurado por Marx e Engels, desenvolvido por Lênin e outros eminentes revolucionários, no curso do pensamento científico moderno – de extrair as lições da rica experiência revolucionária de vitórias e reveses do século XX. Além disso, compreender as peculiaridades do processo histórico brasileiro e dos ensinamentos de seus líderes democráticos e patrióticos, num esforço persistente de contribuir para atualizar a teoria revolucionária e retomar a construção do projeto de uma nova sociedade, superior ao capitalismo.

6. Transição contraditória e limitada

Em consequência dessa realidade exposta, a política macroeconômica que predomina vem se tornando o entrave principal à construção do projeto substitutivo ao projeto neoliberal. A política econômica neoliberal inaugurada e aplicada nos governos de Fernando Henrique Cardoso teve a marca dada pela privatização, desmonte do Estado nacional, desnacionalização e elevados déficits do balanço de pagamentos. Esses déficits, segundo seus “teóricos”, representavam “poupança externa” para o país crescer porque a “poupança interna” era insuficiente. O resultado foi o acúmulo de um déficit escandaloso de US\$ 190 bilhões nas contas correntes de 1995 a

2002 que nem mesmo somados aos US\$ 100 bilhões auferidos das privatizações, conseguiram elevar a taxa de investimento interno!

A política econômica atual não tem essa característica, por isso não é uma simples continuidade da anterior. Entretanto, a orientação macroeconômica que vem sendo adotada tem os mesmos fundamentos da aplicada na última fase do governo anterior, com variação própria, numa conjuntura econômica internacional mais favorável. Obteve êxitos conjunturais, como a retomada do desenvolvimento em 2004, numa escala de elevação de 4,9% do PIB anual, o aumento do índice de emprego, que alcançou o mais alto patamar dos últimos 10 anos, e a manutenção continuada de inédita elevação do superávit comercial, revertendo o quadro dos acentuados déficits em contas correntes.

Mas a marca da linha macroeconômica presente é o cuidado para não contrariar os interesses dos agentes dominantes do mercado financeiro internacional e brasileiro a fim de ganhar e manter a confiança desses setores a um custo muito elevado para a maioria da nação. Decorre disso a adoção de uma política de aperto fiscal (superávit primário) em torno de 5% do PIB, cuja manutenção está prometida por mais de uma década, para ressarcimento da dívida pública e com uma justificativa “teórica” de que o crescimento sustentado do PIB no Brasil não pode ultrapassar a taxa média de 3,5% ao ano. Os juros básicos reais não devem ser inferiores a 9% anuais, e o câmbio deve ser flutuante, livre, sem nenhuma intervenção – situação inexistente em qualquer país do planeta. Esse cardápio redundou nas taxas de juros mais altas do mundo, em câmbio apreciado, que começa a dificultar maior expansão comercial externa, em cortes pesados dos investimentos e dos gastos públicos e transferência anual de R\$ 140 bilhões de recursos públicos para os bancos, maiores credores de títulos do governo que, dessa forma, mantêm seus ativos e patrimônios valorizados, obtêm fabulosos lucros, protegidos por uma indexação a taxas elevadas. Em contrapartida, a maioria não tem acesso a esse mecanismo econômico, fortalecendo o regime de concentração de renda. Assim, é inviável a tentativa de conciliar uma política econômica ortodoxa – de contenção do investimento e geradora de polarização de renda – com a adoção de um projeto de linhas claras de desenvolvimento, ou alcançar uma alternativa que supere o predomínio neoliberal.

Nesse contexto, na contratendência é preciso distinguir resultados positivos parciais, mas significativos da ação governamental na contenção da

investida neoliberal, como o fim das privatizações de estatais estratégicas, o empenho até aqui exitoso de se contrapor ao plano estratégico do imperialismo norte-americano, a Alca; a adoção de novas políticas contrastantes com esse ideário dominante como a aplicação de nova política externa, afirmativa e defensora dos interesses nacionais, forjando uma ativa relação de independência do Brasil na sua ampla inserção internacional.

No plano interno, há maior valorização do Estado nacional por meio do fortalecimento e tentativa de redefinição voltada para o desenvolvimento das grandes empresas e dos bancos estatais, readequação da autonomia das agências nacionais, novo modelo energético de protagonismo estatal, definição e aplicação de uma política industrial e tecnológica após anos de imposição liberal, sustentação do projeto nacional de produção de energia nuclear, domínio completo do ciclo de enriquecimento do urânio no programa nuclear, revitalização do programa espacial visando à construção de um veículo lançador de satélites, de tecnologias carimbadas como “sensíveis” e, por isso, sujeitas à forte pressão das potências imperialistas.

No curso dessa luta contraditória, tem sido possível paralisar até agora o plano dileto das altas finanças e do FMI de institucionalização da independência do BC. No começo deste ano o governo tomou a decisão positiva de não renovar o acordo com o FMI, que se desenrolava desde 1998, representando uma indicação favorável à defesa da soberania do país. Ainda é preciso destacar os avanços do governo no sentido democrático com a formação de conselho consultivo com estatura de ministério, e de múltiplas conferências temáticas fundamentais que têm mobilizado largas camadas da sociedade. Postura democrática de diálogo permanente com o movimento social e respeito à sua autonomia. Além dos programas sociais emergenciais que já beneficiam camadas significativas da população marginalizada.

Esse conjunto de políticas e medidas não condizentes com a linha neoliberal demonstra a particularidade de uma transição contraditória e limitada – passos mudancistas importantes, contidos ainda pelo compromisso do governo com forças hegemônicas que impedem mudanças de fundo na economia –, sendo essa situação ainda insuficiente para alcançar a nitidez e a aplicação de um novo projeto econômico e social alternativo.

7. A relação frentista do PCdoB com o governo Lula

Na prática, a realidade atual indica que a acumulação de forças e a construção ascendente da luta transformadora no Brasil, no presente pe-

ríodo histórico, transcorrem até agora fundamentalmente em três frentes inter-relacionadas e que exigem ações e métodos diferenciados: apoio e participação no governo Lula, ao lado do esforço para buscar uma nova alternativa de desenvolvimento nacional, contribuindo para forjar ampla coalizão política com esse objetivo; inserção junto ao pensamento crítico mais avançado na luta de ideias tendo em vista o convencimento e a viabilização de um novo projeto substitutivo do neoliberalismo; e sobretudo intervenção persistente na organização e mobilização do movimento social, principalmente das camadas trabalhadoras a fim de que este ocupe o seu lugar de força motriz fundamental para a concretização das mudanças de fundo.

No horizonte político imediato, considerando-se essas três frentes pelas quais se dá o processo cumulativo de forças, não se forjou uma nova via política e orgânica, distinta da expressa no governo Lula, viável e consequente, capaz de tornar realidade um projeto de mudança mais profunda e levar agora o Partido a uma reorientação da sua tática política ou à definição de novo caminho e meio de aproximação de seu objetivo estratégico. Quanto à composição das alianças e à participação ou não em um possível futuro governo Lula, dependerão da particularidade da evolução do curso político. Por isso, continua válida e atual a orientação da 9ª Conferência Nacional do PCdoB de que o centro da tática “é atuar pelo êxito do governo Lula na condução das mudanças que consistem no aprofundamento da democracia e na adoção de um projeto nacional de desenvolvimento, voltado para a defesa da soberania do país e o progresso social”. Dessa diretriz se depreende na ação prática a estreita combinação entre a participação no governo e a busca de uma crescente inserção no movimento social visando à mobilização política das massas populares.

As razões do apoio e da participação do PCdoB no governo Lula estão expostas acima. A continuidade dessa relação não está de antemão determinada, mas está em função da marcha das condições políticas, em última instância, do rumo predominante que assuma o governo e das possíveis vias alternativas que venham a se impor. Na quadra atual, o PCdoB, como assinala a Resolução Política da sua 9ª Conferência, assumiu o compromisso com uma frente, dirigida pelo PT, para governar o país. O apoio e sustentação do governo, por um lado, é expressão da unidade que deve prevalecer em qualquer inter-relação frentista, sobretudo considerando-se uma coligação com a responsabilidade de governar. Por outro, a unida-

de prevaecente não está desligada da crítica, de proposições diferenciadas e até de demarcação de posição em determinadas situações. Porque entre o programa do PCdoB e o programa de governo, naturalmente, existem diferenças importantes e mesmo divergências de fundo. Cada partido no âmbito de uma frente deve ser uma peça própria que se junta em determinado momento com outras peças para comporem um mecanismo único de realização política com fundamentos pré-estabelecidos. A justa condução política, a eficaz luta ideológica e a interação crescente com o movimento social é que permitem não desviar o Partido para um lado ou outro. Nesse período de mais de dois anos de governo, o esforço do Partido tem sido ocupar o seu lugar nas frentes governamental e parlamentar, social e da luta de ideias, sem cair no seguidismo ou no voluntarismo. É preciso reconhecer que, pelo ineditismo dessa tarefa, erros pontuais ou temporários podem ser cometidos, mas não se pode persistir em erro. A situação tem uma complexidade maior pela feição contraditória do governo real, que vive uma disjuntiva entre resistência e cedência, porquanto exige do PCdoB uma atitude de puxar e estimular na primeira situação e criticar e se contrapor na segunda.

Nessas novas condições, em primeiro lugar, nas resoluções da direção partidária, na imprensa partidária e nos programas de TV e rádio tem-se oferecido apoio e críticas, participando do debate de ideias, com o intuito de buscar saída para a mudança. Tem-se persistido igualmente na linha de procurar a construção de uma nova política econômica, como peça fundamental para o novo projeto, assim como na importância de uma coalizão governamental e mobilização social para tornar realidade as mudanças. Em segundo, através das lideranças partidárias o Partido tem se empenhado na defesa do governo e, também, exposto divergências quando necessário. Nesse sentido, encontram-se principalmente dificuldades que precisam ser superadas no âmbito da bancada comunista na Câmara dos Deputados e dos que assumiram postos no governo. No caso da bancada, é preciso tornar mais nítido não haver lugar na concepção do Partido para o exercício de soberania pessoal do mandato, e no caso dos que têm representação de governo – apesar desta função –, as ideias e posições partidárias não são descartáveis, mas imperativas. Em terceiro, neste ano de 2005 o PCdoB vem assumindo uma postura mais afirmativa de se contrapor, marcando posição distinta do governo através do voto no parlamento ou em manifestações, a qualquer medida que implique perda de direito social ou trabalhista, como,

por exemplo, nos casos da Lei de Falência, MP 242 e sobretudo na luta pela rejeição à PEC 369 nos moldes propostos pelo Ministério do Trabalho. Por fim, o Partido tem estimulado a autonomia do movimento social, procurado elevar sua intervenção principalmente entre os trabalhadores, desenvolvendo uma relação de apoio, diálogo e mobilização na relação com o governo.

8. A plataforma política atual e nossas tarefas

Ao adotar uma plataforma política imediata, o PCdoB visa a reafirmar e a avançar na perspectiva mudancista e na aglutinação de amplas forças para superar os obstáculos que a isto se interpõem. Parte da situação política concreta e leva em conta as características centrais do governo Lula, um governo democrático e que busca afirmar positivamente a soberania nacional através de uma política externa independente e um acentuado desenvolvimento com distribuição de renda, mas não consegue efetivá-lo porque isto está condicionado pela política macroeconômica ortodoxo-liberal adotada e que, ademais, tem tido sensibilidade para enfrentar problemas sociais emergenciais.

A maioria que comanda o PT progressivamente vem procurando justificar a convivência da atual política macroeconômica posta em prática pelo governo – sem tocar no arcabouço dos interesses dos grandes agentes financeiros – com o progresso social e o avanço democrático. O Partido Comunista do Brasil tem um ponto de vista distinto. Sem pelo menos resistir a esses poderosos interesses estruturados dificilmente poder-se-iam construir a soberania nacional, o fortalecimento e a democratização do Estado nacional, elevando o financiamento público e privado da economia e o investimento, sobretudo público, em infraestrutura econômica e social. O Partido não defende de imediato a aplicação de um projeto anticapitalista, mas de um projeto de recomposição do Estado nacional com uma política macroeconômica voltada a destravar o investimento público e privado, com a garantia de direitos universais, liberdade política e com integração regional contrária ao hegemonismo do imperialismo, sobretudo o norte-americano.

O PCdoB não subestima o poder real das forças liberal-conservadoras, que compreende os círculos capitalistas dominantes – hoje os maiores receptores de volumosa transferência de renda –, os partidos de oposição conservadora e a grande mídia que segue uma linha editorial de defesa dos preceitos liberais e de constante tentativa de desmoralizar as forças progressistas. Esse grande aparato liberal-conservador, preparando a revanche,

retoma a cínica cantilena, bradando de forma orquestrada que há uma irresponsável “gastança” do Estado, uma derrama nos dias atuais, procurando criar verdadeiramente um ambiente favorável para a volta das privatizações e do chamado Estado mínimo. Elogia a política macroeconômica, mas, para esse grande aparato, o ajuste necessário é apertar mais ainda, cortando fundo os gastos públicos, elevando muito mais o superávit fiscal, como única via para redução da dívida nominal.

No último semestre de 2005, o PT passou a ser alvo de grande ofensiva da elite dominante conservadora, que vem fomentando pesada campanha de linchamento desse partido, com o propósito de imobilizá-lo e desacreditá-lo perante o povo. Essas forças poderosas detratadoras aparecem agora como embandeiradas da ética, travestidas de defensoras dos bens públicos contra a corrupção e depositárias da eficiência e da racionalidade administrativa. Na história política brasileira elas sempre procuraram se esconder atrás do biombo da moralidade, com o propósito de não revelar seus verdadeiros intentos, em momentos de acirrada disputa política, de deslocar forças progressistas do centro do poder. Tentam produzir nova onda conservadora, com aparência de modernidade, antecipam a campanha eleitoral de 2006 e veiculam a ideia de que o governo Lula está no fim, preparando, assim, febrilmente, a volta de um presidente da inteira confiança delas. Para elas, expressão da sua arraigada concepção reacionária, já houve “demonstração de democracia” suficiente com a eleição de Lula, “agora basta”. Para elas, esse tipo de experimentação não pode ir longe. É preciso retomar o eixo da trajetória conservadora.

No decorrer do embate político entre o governo, sua base de sustentação e a oposição liberal-conservadora, as dificuldades e crises aumentaram a partir do caso Waldomiro em fevereiro de 2003 – que atingiu negativamente o então chefe da Casa Civil da presidência, José Dirceu. Ganharam maior vulto após o resultado das eleições municipais de 2004, provocando uma situação desfavorável na sustentação do governo no Congresso Nacional e atingiram seu auge com a perda pelo PT da presidência da Câmara dos Deputados e, ainda mais, com a onda de acusações de corrupção, deflagrada por Roberto Jefferson, ex-presidente do PTB, inflada pela grande imprensa contra o PT, seus partidos aliados e o governo. Essa evolução chegou a uma crise política de longa duração em meados do terceiro ano do governo Lula.

O estopim da crise que se estendeu foram as denúncias assacadas contra o PT, que se ampliaram ao governo e ao presidente Lula, mas seu móvel

foi a intensificação da luta das forças conservadoras para a volta ao centro do poder. Os partidos da oposição conservadora e forças auxiliares de “esquerda”, a grande mídia, elites econômicas poderosas se aproveitaram da situação para montar aparatosa campanha inquisitória circunscrita ao PT, governo e aliados. Esse conjunto de forças revanchistas assumiu a iniciativa política e, no afã de imobilizar o PT e encurralar o governo, impôs CPIs superpostas com foco real dirigido a esse partido e ao presidente da República. Em pouco tempo o núcleo político principal do governo foi substituído, o mesmo sucedendo com o núcleo central dirigente do PT. A crise política, por um lado, expôs as debilidades e os limites do governo em construir uma coalizão política, baseada em nítida plataforma mudancista, para sua sustentação, assim como revelou a pouca capacidade do PT, como partido dirigente principal, para a condução política da transição. Por outro, revelou a prática de um sistema poderoso, articulado, de forças conservadoras que, utilizando seus instrumentos atuais, tentaram uma espécie de “golpe branco”, pacífico, contra o presidente da República. Não obtendo êxito, buscam condicionar uma correlação de forças na qual se impõe a rendição ao presidente Lula, por meio da permanente ameaça da apresentação do seu impedimento.

O PCDoB procurou se orientar diante dos graves acontecimentos distinguindo que a crise em marcha é uma exacerbação da luta pelo poder: a preparação da volta das forças conservadoras tradicionais e “modernas”, que nunca aceitaram o novo governo, *versus* a luta deste para ir até o fim e abrir caminho para continuar. O Partido, no **plano da ação imediata**, tendo em vista enfrentar a investida conservadora e paralisar a instabilidade gerada pela crise, procurou se empenhar em formar uma “linha de resistência”, que consiste em reunir forças para a defesa do mandato do presidente da República; exigir justa apuração e tratamento exemplar no caso dos ilícitos cometidos, desmascarando a pantomima moralista da direita; defender uma agenda positiva, que responda às exigências populares imediatas econômicas, sociais e políticas mais sentidas; buscar a recomposição do campo da esquerda e da base de apoio do governo; impulsionar o movimento social, elevando a sua mobilização em torno da cobrança dos compromissos de mudança e ao mesmo tempo na defesa do mandato de Lula. No **plano da perspectiva**, trabalhar pela repactuação do **projeto** de mudança, que consiste em dar ênfase à resistência ao modelo neoliberal, reforçando a alternativa desenvolvimentista democrática, reorganizando a via

da **aliança** política de centro-esquerda, centrada na esquerda. O **candidato** à Presidência da República deve ser, então, uma resultante desse esforço de recomposição e da particularidade do curso político em evolução, como já mencionado anteriormente nesta Resolução Política.

No curso da luta política em desenvolvimento, a orientação imediata do Partido de se contrapor à investida conservadora e recompor suas forças alcançou êxitos com a mobilização do movimento social do “fica, Lula”, barrando a direita, e o livre caminho para o impedimento do presidente, com a reunião progressiva dos três partidos de esquerda – PT, PCdoB, PSB – e, sobretudo, com a vitória do deputado do PCdoB, Aldo Rebelo, para a presidência da Câmara dos Deputados. Este acontecimento inusitado na história política do país derrotou a tentativa de assalto das forças conservadoras, no seu momento de grande investida, a uma posição-chave do poder da República. Na escalada da derrubada de Severino Cavalcanti, prepararam vasta operação com esse objetivo, porque se alcançado consolidaria sua condução do processo político, deixaria o presidente da República à mercê dos seus intentos – poderia dar curso quando quisessem ao processo de *impeachment*. Ao contrário, a vitória de Aldo Rebelo representou a conquista de um grande êxito para o governo Lula, num momento delicado. Contribuiu para a aglutinação das forças de apoio ao governo, aproximou as forças de esquerda e abriu caminho para a inversão do sentido conservador e reacionário da crise em marcha, favorecendo a perspectiva de esquerda e progressista para 2006. Expressou também uma importante vitória da orientação do PCdoB, colocando-o no centro da grande movimentação política perante a nação e melhor credenciando-o para contribuir por uma solução avançada para o grande embate eleitoral de 2006.

Para o PCdoB, no debate de atualização e elaboração de uma plataforma desenvolvimentista – voltada para a defesa nacional, a ampliação democrática e o progresso social –, é fundamental redirecionar a política macroeconômica no sentido de desimpedir o financiamento e destravar o investimento, a ampliação dos direitos universais e da liberdade política e a valorização do trabalho. Dessa maneira, o debate em torno do problema dos juros altos – que barram maior desenvolvimento, provocam a “esterilização» do crédito interno e elevam a dívida pública –, ao qual se soma a questão da taxa de câmbio apreciada que pode reduzir o superávit comercial, traz à tona o tema do esgotamento da política macroeconômica adotada e reforça a luta pela ampliação e representatividade do Conselho

Monetário Nacional. Além disso, a jornada contra a perda de direitos vem alcançando êxitos na batalha contra a PEC 369 da proposta de Reforma Sindical e contra a MP 242 sobre a previdência social, além dos avanços da luta pela elevação constante do valor real do salário-mínimo e o fortalecimento da exigência pelo cumprimento das metas de assentamento do plano de reforma agrária definidas pelo governo.

Do ponto de vista do Partido, o impulso da transição para a afirmação do projeto nacional de desenvolvimento alternativo depende em grande medida da elevação da organização e da mobilização ampla e unitária do movimento social, que possa assim resistir aos entraves ao progresso social e aos limites para a soberania. Esse é o ator que precisa jogar seu papel de força motriz principal no processo transformador atual. Por isso, o Partido deve elevar seu nível de intervenção no movimento social, principalmente entre as camadas dos trabalhadores, reforçar seu trabalho entre a juventude e desenvolver sua atividade entre as mulheres, a intelectualidade e todos os contingentes populares. O Partido deve insistir na afirmação da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), que reúne os movimentos nacionais mais representativos, sendo essa uma nova forma, ainda carecendo de aperfeiçoamento, nas novas condições políticas, de organização unitária do movimento social.

O Partido deve empenhar-se em estreitar laços com legendas, principalmente de esquerda, com organizações, movimentos, grupos e lideranças, dentro e fora do governo, realmente interessados na defesa e construção do novo projeto de desenvolvimento, alternativo à agenda neoliberal. Assim, o PCDoB propõe os seguintes elementos de uma plataforma mínima imediata:

1) Inserção soberana e ampla do Brasil no mundo

- Fortalecimento da integração regional econômica e geopolítica via Mercosul e Comunidade Sul-Americana de Nações.
- Alianças política, econômica e comercial com países assemelhados, China, Rússia, Índia, África do Sul e países árabes.
- Soberania sobre a Amazônia brasileira incrementando políticas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis.
- Apoio à política externa do governo Lula.

2) Ampliação da liberdade política

- Fortalecimento do caráter democrático do governo Lula e efetiva cons-



trução de uma coalizão democrática.

- Liberdade política para os movimentos sociais com uma reforma sindical democrática, de reforço à representação das entidades sindicais e de aprimoramento da unicidade sindical.
- Reforma política democrática, garantindo a ampla liberdade de coligação partidária e a diminuição da cláusula de barreira para representação parlamentar e a adoção do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais.. Democratização dos meios de comunicação e fortalecimento do sistema público de comunicação.
- Democratização da gestão dos órgãos econômico-financeiros.
- Ampliação do controle público sobre o Banco Central do Brasil.

3) Valorização do trabalho e promoção dos direitos sociais

- Elevação constante do salário-mínimo real.. Diminuição da jornada de trabalho, sem redução dos salários.
- Ampliação dos investimentos públicos nas áreas sociais, no estabelecimento de políticas públicas universais.
- Reforma urbana para garantir o acesso universal à moradia de qualidade, ao saneamento básico e ao transporte coletivo.
- Reforma agrária com a efetiva ampliação de assentamentos e valorização da agricultura familiar.
- Garantia da seguridade social como sistema público de proteção social.
- Medidas efetivas de combate ao desemprego e defesa dos direitos trabalhistas.
- Valorização do funcionalismo público.
- Reforma educacional e universitária progressista, com fortalecimento da educação e da universidade pública, e controle social do ensino privado.
- Desenvolvimento de política cultural, com base em investimentos públicos, que reflita a identidade e a diversidade dos valores brasileiros.
- Fortalecimento da luta contra todas as formas de discriminação de gênero, de raça/etnia e de orientação sexual.

4) Política macroeconômica traçada com autonomia voltada para o crescimento duradouro, sustentável, a altas taxas, com estabilidade.

- Diminuição das taxas de juros reais e dos *spreads* bancários.
- Diminuição da dívida pública – interna e externa – através de renego-

ciação, com a finalidade de aumentar a capacidade de investimento do Estado.

- Câmbio administrado de forma a favorecer o desenvolvimento nacional.
- Aumento das reservas internacionais a fim de diminuir a vulnerabilidade externa.
- Controle da inflação por outros meios, de modo a não restringir o desenvolvimento, incluindo a troca de indexadores mais compatíveis para reajustar as tarifas públicas.
- Controle da conta de capitais com o propósito de evitar especificamente os fluxos de capital de curto prazo, fluxos especulativos e fugas indiscriminadas.
- Redução das metas elevadas do superávit primário.
- Ampliação da composição do Conselho Monetário Nacional (CMN) com representantes dos empresários da produção, trabalhadores e intelectuais representativos da área econômica.

5) Política econômica desenvolvimentista

- Investimentos em infraestrutura e nas indústrias de bens de capital.
- Fortalecimento e concretização da política industrial.
- Política de preservação do meio ambiente.
- Reforço aos instrumentos-chave para o desenvolvimento, como BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Central, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Agências de Fomento, Agências Reguladoras.
- Promoção da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico, ampliando a capacidade nacional de geração de conhecimento e inovação, tanto do setor público quanto do setor privado.

Partido Comunista renovado

É nesse quadro contraditório e de grande complexidade que o Partido Comunista do Brasil desenvolve um esforço especial de construção e afirmação de sua opção revolucionária. O Partido, como força ativa do movimento que assegurou a importante viragem histórica que foi a vitória de Lula em 2002, é beneficiário das condições criadas para a construção de um novo projeto nacional. Assumiu maior protagonismo político e social, adquiriu projeção com sua participação em funções da administração federal,



aumentou seus laços com o povo, ampliou suas fileiras, interiorizando-se e reforçando sua estrutura nacional. Passou a viver uma nova fase e a enfrentar novos desafios para a sua construção.

O período histórico atual de defensiva – no qual predominam, para as forças revolucionárias do Brasil, as formas pacíficas de luta de classes – impõe a busca de novos fatores de acumulação para a aproximação dos objetivos estratégicos do Partido. Essa busca se orienta pelas lições da prática passada e é assentada na realidade do capitalismo contemporâneo. O Partido Comunista é um partido para a viragem, para as rupturas transformadoras, para a revolução, não um partido apenas para as reformas. Por isso, seu coletivo necessita compreender as condições em que atua e como construir um caminho particular para a luta de resistência ao neoliberalismo, visando a abrir caminho ao socialismo. Durante esses anos, parte das energias do movimento revolucionário foi investida no esforço de entender as causas da derrota e na busca de definir o melhor caminho para a acumulação de forças, através de novas formas de atuação.

No centro desse esforço colocou-se a necessidade do fortalecimento dos partidos revolucionários, da reafirmação do seu papel histórico, condição primordial para a continuidade da luta pela nova sociedade. Reafirmar a indispensabilidade do partido revolucionário, bem como a necessidade de sua adequação aos novos tempos, passou a ser um importante desafio. Colocou-se como premente difundir a compreensão da centralidade do partido como instrumento articulador das exigências da luta anticapitalista, um partido de vanguarda do proletariado, centro estratégico definidor da luta pelo poder político de Estado, indispensável ao processo transformador.

O Partido deve procurar ser a consciência avançada do nosso tempo, Partido da vocação política transformadora que não recusa os embates do cotidiano, mas os canaliza para um projeto político global; Partido que dá prioridade à ação política de massas, como forma principal de luta; Partido que busca apresentar-se à sociedade de forma contemporânea defendendo um socialismo renovado, marcado por seu caráter de classe, patriótico e anti-imperialista e por ampla democracia popular; Partido que não quer repetir as experiências tradicionais e tem, no compromisso militante de seus membros, seu mais precioso patrimônio; Partido da amizade entre os irmãos proletários do mundo, concretizando intensa solidariedade internacionalista.

O esforço por reafirmar a indispensabilidade de um partido revolucionário passa pela compreensão de que, nas condições particulares em que se

atua no Brasil, é necessário saber articular a ação de construção de amplas frentes políticas atuando na esfera institucional, governos e parlamentos, com a luta social e intensa luta de ideias em prol da perspectiva transformadora. Nesse sentido, impõe-se reforçar a compreensão do papel dos novos setores sociais na luta social e da centralidade do movimento dos trabalhadores na luta contra o neoliberalismo e pelo socialismo. A orientação política do Partido confere papel essencial à mobilização popular. Uma das lições tiradas dos processos revolucionários dos povos indica que as massas não aprendem uma orientação política automaticamente. Elas têm de confrontá-la com sua própria experiência. É necessário, no entanto, combater a fragmentação e a “despolitização” na ação dos movimentos específicos, deixar claros os limites de tendências “movimentistas” que se manifestam entre forças revolucionárias no mundo. Ao mesmo tempo, um partido que compreende, também, as novas características dos conflitos sociais da atualidade de onde se plasmam os sujeitos históricos da transformação e novas formas de consciência e luta. Um partido que acompanha o movimento espontâneo das massas, sobretudo a luta dos trabalhadores contra a exploração, em cujo leito deve-se construir a consciência por um novo projeto político antineoliberal como aproximação para a construção da alternativa socialista futura.

O novo patamar de maior protagonismo do PCdoB colocou a necessidade da construção de um partido revolucionário grande, de ampla militância, apoiado em quadros dirigentes avançados. Um partido que compreende a exigência da ruptura para um novo poder político, o que traz a exigência de se assumir como direção estratégica da luta, e com unidade na ação política, com base nos fundamentos ideológicos do marxismo e do centralismo democrático como princípio orientador de sua organização e de sua vida interna.

O processo de realização do 11º Congresso do PCdoB buscou fincar a consciência militante sobre os objetivos estratégicos de reconstrução da alternativa socialista e sobre a fase atual da luta revolucionária no mundo e no Brasil, de resistência ao neoliberalismo. Resultante desse esforço e das exigências postas pelo novo momento vivido no país, o Partido avança na formulação de seu pensamento político, desenvolve sua tática e sua ação política nas condições de legalidade que perduram já por vinte anos. Deve reforçar sua opção de partido revolucionário, renovado, partido extenso em militância para responder às necessidades da luta pela hegemonia, voltado



para o pensamento avançado, para os trabalhadores, para a luta política e social em curso e para a construção de uma alternativa socialista futura. Tal é a versão atual das defasagens da construção partidária.

1. Partido para as novas condições da luta política

O novo ciclo político, iniciado com a eleição do presidente Lula, teve impacto positivo na construção da corrente comunista em nosso país. Ao mesmo tempo, impôs novas exigências no terreno da política que deve ter uma característica de amplitude; no terreno ideológico, exigindo maiores convicções dos objetivos estratégicos; e no terreno organizativo, forjando-se um partido mais estruturado, mais enraizado, mais representativo. Essas exigências entram em contradição com a situação atual de um partido que, embora tenha se expandido, é de militância ainda pequena, pouco estruturada e com forte marca de espontaneísmo na ação política e social.

Responder a essa nova situação, por um lado, impõe a compreensão das condições do momento brasileiro e de suas características particulares. Hoje, há um nível razoável de liberdade política em comparação com outros períodos da história do Brasil. Há um número grande de partidos, com forte fragmentação entre aqueles que se apresentam no campo da esquerda. A disputa pela diferenciação junto à sociedade assume um patamar superior. Os anos de neoliberalismo, que limitaram o debate em torno de alternativas para o país, não permitiram que avançasse a elaboração de um projeto unificador das diversas forças políticas e sociais interessadas na mudança. E o processo de construção desse novo projeto enfrenta a existência de variados centros de pensamento, ainda não tendo surgido um polo aglutinador desse esforço.

Por outro, nas condições do Brasil, a luta pela construção e o fortalecimento de um partido revolucionário impõe uma vigilância permanente contra as manobras das elites políticas conservadoras que querem limitar o espaço de representação das forças populares. Um país, que tem a diversidade social e a riqueza cultural da população brasileira, necessita muito mais ampliar e aperfeiçoar a presença desses diferentes segmentos nas instituições democráticas. Ao longo desses últimos anos, o que se vê é uma ofensiva antidemocrática que usa o enganoso discurso de aperfeiçoamento das instituições para propor sucessivas “reformas políticas” de conteúdo restritivo. Conseguiu aprovar a cláusula de barreira de 5% para o funcionamento parlamentar, impedindo os partidos que não alcançarem esse percentual de

votos de ter acesso aos horários de rádio e TV; entre outras restrições. Várias iniciativas para impedir o instituto da coligação e para implantar o voto distrital se encontram no Congresso Nacional. São manobras que buscam reduzir a representação parlamentar a 4 ou 5 grandes partidos, excluindo do debate maior aqueles que têm maiores vínculos com o povo.

O PCdoB tem hoje o desafio de buscar ser o fator de unidade das forças progressistas e o fator de mobilização de amplas massas sequiosas de transformação. Ao mesmo tempo, tem de assegurar sua diferenciação na atuação política e social para que suas ideias alcancem um nível mais amplo de influência na disputa pela hegemonia da sociedade. Por isso, necessita conquistar maior protagonismo político e social. Sua orientação deve ter caráter propositivo e crítico, capaz de influenciar os rumos do governo e do Estado. Em decorrência dessa compreensão, as exigências atuais da construção partidária colocam a centralidade da contribuição dos comunistas na formulação de uma plataforma que possa unificar as forças interessadas num novo modelo de desenvolvimento com valorização do trabalho. Este não é um objetivo simples de ser alcançado. O esforço em torno da elaboração de um novo projeto nacional confronta-se com tendências que vão da inevitabilidade do caminho atual até a ilusão de que as transformações necessárias se farão independentemente da correlação de forças existente no país. Há os que, diante das dificuldades do quadro mundial, marcado pela intervenção do imperialismo em todos os países, tentam limitar seus objetivos a avanços pontuais do atual modelo. Ao mesmo tempo, algumas correntes ou personalidades, numa visão sectária que desconhece a correlação de forças e a necessidade de formulação clara de um novo caminho, assumem uma atitude de desencanto, partindo para o criticismo mais exacerbado. Uns e outros tendem a desertar das fileiras da luta transformadora. Há, também, aqueles que assumem uma posição principista só vendo saída para a situação numa atividade artificialmente radicalizada, autoproclamada revolucionária.

Superar a defasagem entre a intervenção política e a edificação do PCdoB e elevar sua estruturação entre os trabalhadores e trabalhadoras é hoje um dos maiores desafios da construção partidária. A retomada de maior participação do proletariado no processo histórico brasileiro é marca dos recentes avanços de natureza progressista. A eleição de um operário para a Presidência da República é parte desse movimento. A hegemonia do sistema neoliberal, marca da época atual, vem provocando a exacerbação da explora-



ção capitalista com a depreciação do trabalho e dos valores a ele associados, o retrocesso de direitos, o avanço do desemprego estrutural. Esses fatores objetivos têm impactado negativamente na resistência e na organização do movimento operário e sindical. Ao mesmo tempo, têm ampliado as fileiras daqueles que, com a precarização de suas condições de vida, vêm percebendo que seus interesses entram em contradição com os interesses daqueles que exploram o seu trabalho. Nesse processo, seus movimentos de resistência criam condições para que possam ampliar sua contribuição na luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento. Ao realizar seu 2º Encontro sobre Questões de Partido, tendo como centro sua construção junto ao proletariado, o PCdoB expressa sua compreensão de que este é o setor estratégico para a acumulação de forças na perspectiva socialista.

Elevar a incorporação dos comunistas no debate político é uma tarefa indissociável de ampliar sua participação na luta de ideias. O Partido precisa ser a consciência avançada do tempo presente. Tem de colocar a luta de ideias num patamar superior de preocupações e ações. Essas novas exigências de natureza ideológica impõem maior aproximação com a intelectualidade e a parcela avançada da classe operária fabril. Isto significa intensificar a relação com os intelectuais do meio acadêmico, científico, cultural e artístico; atuar nos centros de formação profissional de onde saem inúmeros quadros operários; criar novas formas de aproximação com esses dois setores, incluindo aí instâncias especiais de discussão nas organizações de base e formas de funcionamento que estejam em consonância com as características das atividades desses setores.

O PCdoB compreende que o movimento espontâneo contra a exploração do capital, nas suas mais variadas formas, é fonte indispensável para impulsionar a luta pelas mudanças estruturais de que tanto o Brasil precisa. E sua incorporação à luta por um projeto político nacional soberano e democrático, com valorização do trabalho, é a possibilidade de sua viabilização concreta. Por isso, acentua-se a exigência de que a militância partidária intensifique a ligação com o movimento real em curso no país, contribuindo para a elevação de sua unidade e de sua consciência política. A necessidade de unificação e ampliação da ação política dos movimentos sociais enfrenta, hoje, uma profunda fragmentação, certo grau de institucionalização, e a diminuição do papel do PT, das atuais movimentações – força esta que anteriormente tinha importante atuação junto a eles. Este é um obstáculo a mais para o avanço da luta política no país.

O fortalecimento da Corrente Sindical Classista (CSC), que atua no interior da CUT, deve-se tornar instrumento destacado para introduzir o debate em torno do projeto político no seio dos trabalhadores, tanto do campo como da cidade. A União da Juventude Socialista (UJS), que vem jogando papel decisivo na elevação do debate político nas organizações estudantis e nos movimentos juvenis, inclusive de jovens trabalhadores, deve ser compreendida pelas direções partidárias nas suas particularidades. Os jovens têm se destacado na luta anti-imperialista e nas mobilizações de nosso povo. A organização juvenil vem se mostrando uma poderosa ferramenta para ampliar a influência e para construir o Partido. A UJS está em nova fase, superado o relançamento, e parte para sua consolidação e construção massiva.

A Coordenação dos Movimentos Sociais, uma proposta justa e oportuna, deve ser reforçada como polo aglutinador dos movimentos populares, inclusive do movimento comunitário, dos movimentos de luta contra o racismo, pela paz e pelos direitos dos indígenas, entre vários outros. Atenção especial merece a retomada do trabalho dos comunistas para estruturar a corrente emancipacionista no seio do movimento de mulheres. Necessita, ainda, de melhor tratamento a luta contra o racismo, que entra também em nova fase, sob o governo Lula.

A legalidade e, em especial, a conquista de espaços governamentais, por parte das forças democráticas e de esquerda, levaram o Partido a aumentar sua atuação em órgãos executivos e nos parlamentos. Ele, além de eleger 11 prefeitos e 29 vices, passou a participar de governos em mais de uma dezena de estados e capitais, além de centenas de municípios de regiões metropolitanas e do interior. A ação política, nessa área, representa importante instrumento de acumulação de forças. Ao ocupar posições em administrações municipais, estaduais e em órgãos federais, o Partido toma conhecimento, a partir de um novo ponto de vista, da precariedade em que passaram a viver as populações, sobretudo as urbanas, após a ofensiva neoliberal do último período. Tem oportunidade de discutir, diretamente com o povo, alternativas de políticas públicas que minimizem suas dificuldades. E busca desenvolver, junto com as outras forças que integram os governos, uma articulação permanente para levar às organizações da sociedade civil o debate e a mobilização em defesa de um novo projeto para o país.

Apesar da realização recente de seminários nacionais e locais sobre o tema, as instâncias de direção não têm dado atenção à sistematização da ex-

periência. Trata-se de formular projetos políticos bem definidos para nortear essa participação em cada situação concreta, compreendendo o exercício do poder como serviço aos trabalhadores, ao povo, ao país, aos objetivos estratégicos do Partido e sob seu controle político. Nesse desenvolvimento, apreende-se a necessidade de inovar na definição do trabalho de direção, constituindo secretaria própria para essa atividade. Entre outras atribuições, esta secretaria deve atuar para que se concretize o objetivo de elaborar e implementar políticas públicas que identifiquem claramente junto ao povo a intervenção do Partido. Essas políticas devem ser construídas necessariamente pelos órgãos de direção correlatos, com envolvimento dos quadros que atuam diretamente nesta frente.

2. Forjar um partido revolucionário renovado, de ampla militância, apoiado em quadros avançados

Decorrente da nova situação criada no mundo e no país, e de avanços no amadurecimento político e ideológico da corrente comunista, intensificou-se o esforço por desenvolver o pensamento de Partido. O 10º Congresso, a 9ª Conferência, os 1º e 2º Encontros sobre a Questão de Partido, mais os Encontros sobre o Partido e os movimentos sociais, e o Partido e a frente institucional são momentos especiais desse esforço. Representaram a continuidade do movimento que vinha se realizando e agregando novas formulações, particularmente durante a preparação do 11º Congresso. Esta foi uma fase em que se buscou fixar a consigna “Cuidar mais e melhor do Partido”, tratando de forma mais realista e dialética a relação entre construção e estruturação nos planos político, ideológico e organizativo, sempre tendo a política no comando do processo de fortalecimento do Partido. A chave para os futuros desafios do Partido é, agora, formar larga estrutura de quadros, de nível superior, intermediário e mesmo de base, assentada numa profunda compreensão da exigência de unidade de ação de todo o Partido.

O esforço por forjar um partido com essas características enfrenta alguns obstáculos que tanto dificultam o desenvolvimento da luta progressista e transformadora quanto provocam certa desorientação na ação de militantes, partidos e organizações. Ao mesmo tempo em que se ampliaram as possibilidades de atuação política e social da corrente comunista, tornaram-se mais evidentes as pressões tendentes a rebaixar o papel estratégico do Partido, em consequência da situação objetiva em que ele passou a atuar. Nas condições de relativa defensiva do movimento operário e de

intensa institucionalização da atividade política, crescem as tendências ao pragmatismo que pode levar ao oportunismo, tanto pela direita como pela esquerda. Distanciando-se do debate teórico sobre os objetivos estratégicos e das instâncias da vida partidária, o militante começa a construir um projeto próprio, fruto de anseios pessoais, abandonando o projeto coletivo, às vezes aderindo a outros que lhe dão mais vantagens. Manifesta-se, também, a tendência à diminuição dos vínculos com as massas, à baixa organicidade do trabalho militante na base, até mesmo nos comitês, e ao descompromisso com a sustentação material do Partido. Combater esses desvios passa por vincar valores ideológicos fundamentais – particularmente o de servir ao povo desinteressadamente e o de respeitar a inviolabilidade dos bens públicos – e reforçar a consciência sobre a identidade revolucionária do PCdoB no seio do coletivo partidário. Nesta perspectiva, a prática da crítica e da autocrítica, elemento constitutivo da concepção leninista de partido, é um instrumento essencial dos comunistas.

O novo quadro político provocou nítido crescimento das fileiras partidárias que precisa ser levado a um patamar superior. O Partido precisa ser massivo em sua força orgânica – com uma militância ampla, numerosa, extensa, estruturada, apoiada em quadros avançados –, para ser capaz de responder às novas tarefas assumidas. Esse processo em desenvolvimento é marcado por alguns fenômenos que precisam ser superados. O primeiro é o caráter espontâneo da ampliação de suas fileiras. O Partido precisa crescer de forma direcionada, sobretudo entre o proletariado, a juventude e a intelectualidade progressista, realizando suas filiações no curso das lutas. O segundo é a dificuldade de a militância atual compreender a necessidade de uma estrutura de organizações de base diversificada que assuma novas características. Em certa medida, as direções intermediárias e as organizações de base são ainda frágeis em seu funcionamento para planejar, absorver e potencializar a ação dos novos filiados. Em muitas situações, falta a compreensão de que as organizações de base devem ser estruturadas para a luta, superando seu funcionamento burocrático, discutindo questões da vida cotidiana do povo, assegurando maior enraizamento em seu seio. O terceiro é a inexistência de uma política de quadros, garantia de uma direção firme, funcionando como uma espinha dorsal articuladora da ação militante.

Estruturar mais e melhor o Partido, superando as defasagens existentes, é a palavra de ordem do atual estágio de desenvolvimento partidário. Ainda está em desenvolvimento o debate sobre a linha de estruturação que pos-



sa responder às novas exigências das transformações ocorridas. Importante avanço, no entanto, foi a compreensão do conceito de estruturação, como chave para a construção partidária no plano político, ideológico e organizativo. Por isso, os Planos de Estruturação Partidária continuam sendo a forma consciente e dirigida de implementar a linha de construção já acumulada. Eles têm como objetivo fundamental combater o espontaneísmo e as defasagens na esfera ideológica e organizativa.

Colocam-se como desafios da atual etapa de desenvolvimento partidário: construir um Partido voltado para a ação política, na luta e para a luta; ampliar as fileiras partidárias de modo direcionado; atuar efetivamente pelas bases; assegurar as quatro atitudes básicas na vida militante – militar, estudar, divulgar e contribuir; consolidar comitês do Partido nos grandes municípios; elevar o nível teórico e político; enfrentar a flutuação da participação militante; garantir, em bases políticas, a sustentação material do partido; garantir a informação e ampliar a comunicação do Partido com as mais amplas parcelas do povo.

O fortalecimento orgânico do PCdoB passa pela construção de uma política de quadros dirigentes que se constitui, nas condições atuais, fator fundamental do desenvolvimento da intervenção e da organização partidária. A ação política e social, a estruturação e o funcionamento das organizações de base, e a formação ideológica dos novos militantes dependem de uma ampla estrutura de quadros dirigentes, sintonizados com a identidade de um Partido Comunista, de classe, renovado. Estes são os homens e as mulheres que, no enfrentamento cotidiano das lutas em curso, adquirem certo nível teórico de consciência social, percepção mais elevada da tática política para o momento presente, apreensão dos valores morais de um militante comunista e contribuição para o trabalho de construção e direção partidárias.

A formulação de uma política de quadros compreende a necessidade de se desenvolver: a) o conhecimento, a avaliação e o acompanhamento dos quadros existentes; b) diretrizes para a sua formação e seu desenvolvimento; e c) definição de responsabilidades compatíveis com a situação e a área em que vivem e atuam. Na construção dessa política, alguns problemas precisam ser enfrentados. Há certa tendência à subestimação de quadros com real capacidade de desenvolvimento que não conseguem maior visibilidade nos fóruns mais gerais do Partido. É preciso ousadia na promoção, sobretudo dos quadros operários, forjados no *front* mais avançado da luta de classe.

Com a ampliação da intervenção partidária em diferentes frentes, criou-se falsa polêmica em relação aos quadros que se tornam funcionários do Partido por exigência das tarefas cotidianas da atividade de construção. Algumas vezes seu aproveitamento se dá com base na disposição pessoal ou disponibilidade de tempo ou na possibilidade de profissionalização em tempo integral. É preciso compreender a importância desse núcleo de militantes que desempenha papel fundamental na dinâmica da atividade partidária e, por não terem maior visibilidade pública, não são valorizados na dimensão da importância de suas funções. Na definição de responsabilidades, é necessário estabelecer qual a tarefa principal de cada quadro: se na direção executiva do Partido, em determinado movimento social ou em função institucional – governo ou parlamento. Ao mesmo tempo, faz-se necessário superar a ideia de que os quadros que têm representação pública não podem assumir funções de direção executiva. A nova dinâmica da luta política e social, no país, compreende métodos diferenciados de direção que implicam maior intervenção direta nos processos em curso.

Há certas características que precisam ser valorizadas no desenvolvimento dos quadros dirigentes, como: capacidade de incorporação ao trabalho coletivo; compromisso do controle da execução e da prestação de contas das tarefas definidas; prática da crítica e autocrítica, da construção da unidade partidária e do respeito consciente à disciplina partidária; capacidade de iniciativa e esforço para o conhecimento da realidade onde atuam. A experiência e as novas condições de defensiva estratégica em que se dá, hoje, a atuação partidária impõem um cuidado maior com as condições materiais e as dificuldades pessoais por que passam os diferentes quadros dirigentes do Partido. É preciso ter uma política que acompanhe, absorva e responda a certas crises que se manifestam no terreno subjetivo dos mesmos, bem como que estabeleça uma normatização nas condições financeiras e materiais dos quadros que se transformam em funcionários do Partido.

As tarefas ressaltadas de formação dos filiados, militantes e quadros e de intensa participação do Partido na luta de ideias apontam para que se persista no fortalecimento do trabalho ideológico, que empreendeu avanços. A concepção que regeu esta frente é de um sistema único que tem instrumentos que realizam ações para fora e para dentro do Partido. No âmbito da comunicação, destaca-se a criação e consolidação do portal *Vermelho* na internet, hoje um dos principais referenciais da esquerda no espaço da comunicação eletrônica. Os programas de rádio e TV, instrumentos da

comunicação para milhões, buscaram difundir com eficácia e criatividade a política partidária. O jornal *A Classe Operária* passou a ser quinzenal, teve sua redação reforçada que atua para melhorar sua qualidade. Todavia, precisa superar o gargalo da circulação via assinaturas. No âmbito da Formação e Propaganda, sublinha-se o relançamento da Escola Nacional de Formação que com sua rede realizou muitas iniciativas. Contudo, é uma tarefa ainda inconclusa que impõe ser consolidada. O Instituto Maurício Grabois (IMG), que elegeu nova diretoria, agregou intelectuais e constituiu seções em vários Estados, está chamado, portanto, a materializar seus objetivos. A revista teórica *Princípios*, que passou a ser bimestral, persevera na busca de sua qualidade editorial, mas seu principal problema é a circulação ainda restrita. Quanto à editora impõe-se enfrentar o desafio de fortalecê-la.

3. Reforçar a unidade e desenvolver a legalidade partidária, renovando os estatutos

A nova realidade em que atuam os comunistas vem impondo um intenso esforço para ampliar a prática democrática na vida interna do Partido. Nesses últimos 10 anos, foram realizados dois Congressos (9º e 10º), duas Conferências Nacionais (8ª e 9ª), dois Encontros Nacionais sobre Questões de Partido, além do funcionamento regular do Comitê Central, da Comissão Política Nacional, incluindo também as reuniões extraordinárias para decisões emergenciais. Esta dinâmica vem respondendo à necessidade de construir a unidade política e ideológica no seio do coletivo partidário, num clima da mais ampla liberdade de pensamento e de opinião. Esta prática de profunda democracia interna se dá dentro da compreensão de que não há contradição entre a sua realização e a existência de uma única direção geral e um centro único de direção. O desenvolvimento criativo do centralismo democrático tem como base a convicção de que a unidade de ação do partido revolucionário é um instrumento essencial na luta transformadora da sociedade.

A discussão sobre o fortalecimento e a construção da unidade partidária passou a ter maior relevância no desenvolvimento da vida interna do Partido. Intensifica-se a luta política no país com base na ofensiva da oposição conservadora que cria mecanismos desestabilizadores contra o governo federal para acelerar seu retorno ao poder central. A complexidade da situação traz, em si, certo grau de desorientação na militância. Mais do que nunca se faz necessário desenvolver o mais amplo e livre debate dos

problemas atuais no interior do Partido para consolidar a adesão consciente dos militantes às suas orientações táticas e estratégicas. Num momento como este, a justa política do Partido só ganhará força se for realizada de forma unitária. O desafio é, exatamente, fincar a consciência de que o fortalecimento da unidade partidária é uma das principais condições de sua força e um requisito imprescindível para a disputa pela hegemonia na sociedade.

Passou a ser um tema emergente na estrutura partidária a reafirmação da atualidade do centralismo democrático – obrigatório para todos os organismos, organizações e militantes do PCdoB –, da necessidade de sua aplicação em respeito e compromisso com as decisões do Partido. Em primeiro lugar, pela grande renovação ocorrida com a adesão de novos filiados, em decorrência da expansão do último período. Em segundo, pela necessidade de garantir a unidade de ação do Partido, pois este de forma pública enfrentou a situação de quebra do centralismo democrático, com o voto dissidente de parte da bancada federal, por duas vezes. O fato impactou de forma negativa não apenas o coletivo, como a imagem do Partido junto à sociedade que sempre o diferenciou dos demais partidos pela sua ação unitária. A condução dada no período pelos organismos dirigentes levou em conta as novas circunstâncias políticas surgidas e a necessidade de sua apreensão pela militância. Passado o período, a tarefa atual é estabelecer com mais precisão as normas da construção da unidade partidária às quais devem estar submetidos todos os seus filiados, com especial responsabilidade daqueles que têm cargos ou funções de representação pública.

As normas de funcionamento, materializadas nos estatutos e aprovadas nos fóruns democráticos dos congressos, representam a forma pela qual o Partido se organiza para cumprir suas tarefas táticas e estratégicas. A adesão ao Partido tem como pressuposto a concordância consciente de cada militante. Por isso, as normas estabelecidas não se orientam por um mero exercício de práticas burocráticas de organização, mas pela apreensão da concepção de um partido revolucionário estruturado e da experiência da luta de classe acumulada no período de hegemonia neoliberal, levando em conta, também, as novas formas de resistência ao capitalismo contemporâneo.

Decorrente dessa orientação, o 11º Congresso tem na sua pauta a aprovação de um novo Estatuto que organize a atuação de um partido revolucionário grande, que compreenda a exigência da ruptura para um novo poder político, atuando nas condições presentes de acumulação de forças. O novo Estatuto



expressa a variada experiência política realizada pelos comunistas no recente processo brasileiro. Por isso, ele apresenta normas inovadoras para a ação política e social dos militantes, incluindo a ação nas organizações de massa e no exercício de cargos públicos, que respondem às profundas modificações ocorridas. Aprimora os mecanismos de construção da unidade partidária realizada através do centralismo democrático, assentada em ampla liberdade de opinião e na defesa obrigatória das decisões partidárias. O Estatuto atualiza a noção de militância como um fator distintivo da prática partidária em relação aos demais partidos e valoriza os quadros dirigentes como elemento fundamental, articulador da ação militante. O novo Estatuto busca ampliar a institucionalidade, preparando o Partido na sua fase atual de expansão para disputar a hegemonia do processo político e revolucionário do Brasil.

Brasília, 22 de outubro de 2005.

Informe sobre o projeto de Estatuto



Walter Sorrentino

– I –

Desde o Congresso Extraordinário de 1962 que reorganizou o PCdoB e desde que se conquistou a legalidade em 1985, as atuais gerações militantes não construíram um Estatuto em Congresso, como se faz agora. Durante 21 anos de ditadura militar prevaleceu o antigo Estatuto de 1962, marcado por forte conotação de atuação clandestina, de um Partido essencialmente de quadros e não de extensas fileiras militantes. Com ele resistimos na luta pela democracia política no país, até com armas nas mãos, quando foi necessário, na Guerrilha do Araguaia. Depois, um novo Estatuto foi aprovado no 7º Congresso em 1988, e modificado topicamente em três ocasiões até hoje.

Ao se completarem agora **20 anos de atuação legal**, neste que é o mais longo período ininterrupto de legalidade, carecia-se de recolher as experiências dessa trajetória para um Estatuto renovado. Foram duas décadas de **rica e variada experiência política** para o povo brasileiro e para o Partido. Foram igualmente anos de profundas **opções ideológicas**, postas à prova com a queda do Muro e a poderosa ofensiva anticomunista, ainda remanescente no plano das perspectivas. O PCdoB resistiu, com base nas opções feitas desde 1962 e renovadas no 8º Congresso em 1992. Persistiu na defesa da **identidade comunista** e com disposição para um **esforço antidogmáti-**

co, refletindo as exigências da luta política de classes nas condições próprias do país, no contexto da correlação de forças do mundo atual.

O fortalecimento do Partido nesses anos foi fruto dessas opções. Firmou-se como a legenda comunista do país. Alcançou o patamar inédito de mais de 200 mil filiados e 69 mil militantes organizados em todo o país – não obstante suas dimensões ainda modestas perante as dimensões do país. Cresceu 70% entre o 9º e o 10º Congressos, e outros 105% nos últimos quatro anos. Aproveitou bem as novas condições criadas no país. A 9ª Conferência Nacional, o 1º e 2º Encontros sobre Questões de Partido reafirmaram a vocação por um partido militante – bem estruturado e voltado prioritariamente para a representação política e social do proletariado brasileiro –, preparado para as novas responsabilidades que assumiu perante a nação.

O novo Estatuto consolida, aprimora e inova com base na experiência percorrida. Nele, se combina o **sentido de permanência** de uma corrente transformadora classista, marxista e militante com o **sentido de renovação**, que é a chave para sinalizar a sociedade mais amplamente sobre o projeto político e impulsionar o fortalecimento do PCdoB.

Permanência porque o PCdoB segue sendo tributário da genial resposta leninista em renovação do marxismo em seu tempo, e da grande experiência revolucionária socialista do século XX. Mas distinguindo leninismo de bolchevismo enquanto uma de suas manifestações históricas concretas na forma de conceber o Partido, codificado pela III Internacional. Por isso, ao mesmo tempo, **renovação**, significando que se quer trilhar **caminhos originais** sem modelo organizativo único e imutável de Partido, renovando concepções e práticas para atender aos problemas de nosso tempo, do povo brasileiro, de sua cultura e tradição de lutas. Não é tempo de reinvenção do tipo de Partido necessário para as viragens revolucionárias; é, entretanto, tempo de atualizar a teoria e prática de Partido Comunista, pois este não tem pressupostos a-históricos, responde aos desafios singulares da luta de classes em cada situação, à estratégia dada do movimento transformador.

O projeto apresentado significa uma síntese avançada do que se alcançou enquanto saber e labor coletivo durante todos esses anos. Três enfoques complementares estão presentes em seu debate.

– II –

O Estatuto busca responder antes de tudo ao **projeto estratégico** do Partido. Organização serve sempre à política, e o Partido é um instrumento, não um fim em si mesmo. Por isso, deve ser funcional à consecução do projeto estratégico do PCdoB.

O Projeto de Resolução Política invoca a questão de um partido revolucionário para o tempo presente, tempo de **acumulação estratégica de forças** para renovar e reconstruir a alternativa socialista. Um Partido Comunista de **reafirmção da perspectiva revolucionária**. Partido de **firme unidade** de suas fileiras, tenaz no **combate às pressões tendentes a rebaixar seu papel estratégico**, notadamente as pressões pragmáticas e liberalizantes. Ao mesmo tempo, Partido com **ousadia e abertura** para acumular forças articulando a intervenção na luta política e eleitoral, na luta social e na luta de ideias.

Trata-se do caminho para construir laboriosamente a **hegemonia** – tema tão caro aos marxista-leninistas – por um novo projeto nacional para o país e pelo socialismo. Por isso, também, aponta para um PCdoB de amplas fileiras, organizado com compromissos militantes desde a base, com influência de massas entre os trabalhadores e o povo, e uma sólida estrutura de quadros.

Manifesta-se inteira consciência da **contradição** própria de nossa época: conceber um Partido Comunista para viragens revolucionárias, num tempo em que isso não está colocado como possibilidade imediata, o que condiciona o processo de construção e estruturação do Partido. Por isso a exigência de uma sólida e extensa rede de **quadros**, com convicções e compromissos, educados no marxismo e disciplinados na prática militante, motivados e desprendidos para servir aos trabalhadores e ao povo. O Estatuto dedica um capítulo inteiro e inovador a esse tema. Sem homens e mulheres assim, de maior compromisso, dos quais se possa exigir o cumprimento exemplar dos deveres militantes, não há como atravessar tão difícil quadra da luta de classes no Brasil e no mundo sem descaracterizar-se.

Aos que temem os desafios presentes da construção partidária, as pressões representadas pela filiação extensa ou pela autonomização de grupos de interesses no interior do Partido, se afirma: são preocupações procedentes. Mas seu antídoto está precisamente aqui: quadros compromissados e firmes. Quadros de base, intermédios e de direção, selecionados democratica-



mente, com forte interação com a base partidária e social. É antes e acima de tudo aí que reside a garantia de não se perder nessa caminhada longa e cheia de vicissitudes que percorremos.

Mas não se pode recusar os desafios. É necessário um Partido de extensas fileiras militantes, isto é parte do processo de acumulação de forças e da luta pela hegemonia. Firmou-se a noção do Partido enquanto uma **comunidade** de filiados, militantes e quadros, associados em bases conscientes e livres, concebendo o Partido enquanto instrumento de constituição de **compromissos militantes**, estruturado como um sistema de organizações de alto a baixo. Militância é e será cada vez mais uma marca distintiva para os partidos consequentes de esquerda e por isso queremos valorizá-la. Isso é explicitado com a clara distinção de responsabilidades – militar, estudar, divulgar e contribuir, esta última aprimorada com a instituição da Carteira do Militante. Institui-se uma nova compreensão dialética da relação entre filiados, militantes e quadros, segundo direitos e deveres diferenciados e graus crescentes de responsabilidades, que se vão constituindo progressivamente. Queremos assumir a especificidade própria de nossa tradição política, que reconhece os filiados como parte do patrimônio partidário, sem renunciar ao critério essencial de um partido de militância. E não se fala apenas dos filiados de base, mas também de filiados líderes políticos e sociais, gente de expressão que se junta ao PCdoB em condições claramente definidas no Estatuto. Constituirão o celeiro permanente de novos militantes e estarão igualmente sujeitos à disciplina partidária nos marcos dos direitos e deveres de que usufruem. É uma inovação importante do novo Estatuto, em íntima ligação com as exigências de nosso projeto político. Com isso, se busca aproximar mais a atividade partidária das exigências da vida real do país e do Partido.

– III –

Estatuto envolve concepção de Partido. No caso dos comunistas, essas concepções são explícitas e não camufladas. Concentradamente, ele é a expressão da independência política, ideológica e organizativa do Partido. Por isso, o seu debate tem muito a dizer sobre tema tão momentoso para a esquerda mundial, inclusive no tocante à noção de crise orgânica ou de superação da forma-partido em face dos novos movimentos sociais.

O Estatuto proposto explicita o **caráter e a natureza mais essenciais do PCdoB** e seu **programa máximo**. O saber coletivo nos indicou o melhor caminho: fixar isso na forma de artigo 1º do Estatuto, e não como preâmbulo; e sintetizá-lo de modo a afirmar o programa máximo do Partido, que é o comunismo. O novo Estatuto é, portanto, o documento fundamental do Partido onde se fixa esse objetivo máximo que é o comunismo.

Segue afirmando sermos um **partido do proletariado** que luta pela representação política e social dos trabalhadores brasileiros, sujeito histórico insuperado da transformação social anticapitalista. Não se trata de algo simbólico, mas opção política consciente, cujo arsenal teórico e político foi renovado no 2º Encontro partidário sobre o proletariado brasileiro.

Reafirma-se o **caráter de vanguarda** da organização política dos comunistas. O socialismo visando ao comunismo é a primeira formação social humana construída conscientemente e, por isso, não pode prescindir de fundamentos teóricos e ideológicos provados para dirigir essa luta. Esse o sentido mais essencial de vanguarda – o de se assentar numa teoria avançada –, e não a autoproclamação estéril que muitas vezes foi utilizada pelos comunistas. O Estatuto distingue o PCdoB dos que pregam a noção de partido de massa em oposição a partido de vanguarda. Há aqui uma polémica de caráter histórico-estratégica, em curso no mundo e notadamente no Brasil, cujo desfecho só a práxis poderá deslindar.

Não se renuncia à função de **fundir** o movimento consciente com o movimento espontâneo. Na luta social, explicita-se que segue sendo imprescindível um partido político, para infundir a cada luta, a cada movimento social, os conteúdos e valores do projeto político transformador. Ao mesmo tempo, afirma-se que “a ação política de massas, em ligação com a ação nas diversas esferas institucionais, é o elemento central da intervenção e estruturação do Partido”, incluindo de modo bastante inovador normas e preceitos para atuação entre trabalhadores, mulheres, jovens e negros.

E, ainda no terreno das concepções, a questão fundamental: a do **centralismo democrático**. Os debates do 11º Congresso mostram inteiro convencimento da necessária unidade das fileiras comunistas, sob um único centro dirigente e uma única orientação geral válida para todos. Este é o maior tesouro do PCdoB, é a alma do Estatuto, e um dos maiores feitos deste Congresso foi ter discutido a norma do centralismo democrático sem sequer uma emenda apresentada! O mesmo pode ser dito quanto ao capítulo da disciplina partidária. É mérito da militância, que merece parabéns

pela consciência aguda e a coesão demonstrada nessa matéria nevrálgica para a natureza do Partido! Mais ainda porque o país conheceu, nos últimos meses, um claro contraste entre as forças de esquerda. Há aqui uma polêmica político-estratégica e o paradigma dos comunistas se demonstra superior com respeito à unidade necessária e aos meios democráticos de construí-la. Dizendo-o abertamente: o PCdoB é o partido com vida interna mais rica e coesa do país, e o seu 11º Congresso foi mais uma demonstração disso. Só à base de uma integral democracia pode ser compreendida essa coesão.

A norma do centralismo democrático, inscrita no novo Estatuto, aprimorou e inovou sua concepção e prática, assentando-o na liberdade de opinião e expressão pessoal, e não na unidade de pensamento – porque esta compreende mais precisamente a questão de uma única base teórico-ideológica como fator fundante do Partido. Liberdade pessoal que é estímulo ao debate, mas que não prescinde da obrigação de difundir e defender as opiniões partidárias construídas pela maioria. O Partido convive com diferenças de opinião, mas não faz delas o estímulo para a fragmentação, e sim para a obrigação de construir um único centro e uma única orientação política, segundo um *contrato político* livre e conscientemente assumido por cada um. Esse *contrato* é o centralismo democrático.

– IV –

O novo Estatuto e seu debate responderam, ainda, à **polêmica política** inesperada que se instaurou no país, com a crise do governo e seu principal partido de sustentação, o PT. O tema, entretanto, não está presente apenas no Brasil. Em verdade, ele diz respeito à crise da política e dos partidos políticos. Tem a ver, no sentido geral, com o crescente esvaziamento da democracia representativa, ou seja, a sua deslegitimação progressiva perante o efetivo poder que exercem as finanças, os monopólios, os meios de comunicação, inteiramente infensos a qualquer controle social democrático. No sentido mais estrito, tem a ver com a desmoralização da política e repulsa aos seus modos de financiamento, notadamente num país de tradições patrimonialistas como o Brasil. Mas, vistas de conjunto, tais questões referem-se aos processos de **burocratização** que acometem parcelas da esquerda.

Foi, por isso, um debate politizado e pode-se dizer que os comunistas tiveram o que dizer a esse respeito de modo muito saliente. Primeiro, pela

orientação de **caráter transformador**, que não é *centrista*, do ponto de vista político, nem *terceirista*, do ponto de vista ideológico. Isso já é um poderoso antídoto à burocratização. Somam-se a isso os **valores éticos e morais** ligados a esse projeto transformador, entre os quais o integral respeito à coisa pública. Mas também, e de forma muito concreta, pelos **modos de financiamento** da atividade política muito transparentes, assentados nas contribuições militantes e na influência política de sua atuação. A isso se dedicou um capítulo inteiramente inovador, como instrumento para concretizar a norma indispensável da contribuição militante e regulamentar isso em toda a estrutura partidária. No mesmo sentido, regulou-se o papel dos comunistas no exercício de cargos públicos, com obrigações diferenciadas; adotou-se licença preventiva de militantes e intervenção preventiva sobre organismos partidários, quando afrontada a ética, com repercussão negativa para o Partido, mantido o integral respeito aos direitos de cada um; instituiu-se a obrigatoriedade das Comissões de Controle, com o papel de zelar pela ética, a disciplina e a fiscalização das contas partidárias.

O tema da burocratização é amplo e complexo. Abarca as manifestações de descolamento da representação dos trabalhadores e das massas – **a distorção dos fins do Partido** –, ou da autonomização que tende a considerar o aparato de Partido como fim em si mesmo – **o triunfo da organização sobre suas finalidades**. Ambas conduzem à separação entre as esferas dirigentes e a massa de militantes e representados. Abarca também os fenômenos de projetos e ambições pessoais, ou aparatos de poder, sobrepostos aos interesses do coletivo, ou, ainda, o enrijecimento do pensamento que leva a rotinas e práticas estereotipadas sobre os problemas.

Os comunistas não consideram – como o fazem certos ex-marxistas – ser inevitável a degenerescência burocrática do Partido, mas tampouco que estejam imunes aos seus fenômenos, tão correntes hoje na esquerda. Por isso, não subestimam a pressão pragmática e liberalizante singular de tempos como este na luta de classes, de acumulação prolongada de forças no contexto do Estado e instituições vigentes.

Essa luta vai reforçada com o novo Estatuto, que propõe seu enfrentamento dentro de uma mais eficiente institucionalização democrática da vida partidária, sem sectarismos. Ao lado de uma linha política justa, as normas estatutárias tratam de promover maior aderência à realidade social e de adotar um conjunto de mecanismos de preservação do Partido, com maior estímulo à participação e à vigilância do coletivo sobre a atividade partidária.



– V –

Foram a essas múltiplas determinações que se procurou atender ao elaborar o novo Estatuto: o projeto estratégico do Partido, as questões de concepção teórica e a polêmica política sobre os partidos de esquerda na atualidade.

Quanto à normatividade propriamente dita se fez a opção de que deveria expressar como é pensada e praticada a vida interna do Partido. Algo cuja leitura não seja árida e cujo estudo designe com objetividade **como se estrutura e funciona** o PCdoB. O Estatuto deixa, assim, de ser peça referida basicamente à esfera ideológica, irreduzível. Poderá ser passível de alterações a cada Congresso, aprimorando experiências e respondendo a novos fenômenos.

Não se abriu mão de nenhum princípio. Não obstante, recusa-se a transformar em cláusulas pétreas questões historicamente determinadas na experiência do movimento comunista. Não se encaram os princípios à margem de sua aplicação política concreta em condições dadas de tempo e lugar, segundo o grau de amadurecimento da corrente comunista no Brasil e de seu projeto político estratégico.

Buscou-se conferir ao Partido feições modernas, conectadas ao movimento real e suas características contemporâneas, particularmente nas originalidades brasileiras, entre as quais as tradições movimentistas e o papel saliente da juventude brasileira, de que a UJS constitui um dos maiores orgulhos do PCdoB.

O tema do sistema de organização e funcionamento foi o que motivou maior debate nas fileiras partidárias, e o maior número de emendas. O debate avolumou-se por ocasião das conferências estaduais e produziu quase uma centena de emendas, das quais 39 foram acatadas, aprimorando muito o texto final que ora vai à votação.

O eixo geral do sistema organizativo foi flexibilizar as formas organizativas desde a base, em correlação com o perfil e o caráter mais largo de sua militância, segundo o que melhor faculte sua ação e participação na elaboração da linha partidária. Como decorrência, o sistema foi aprimorado, visando a diversificar o repertório organizativo para atender às características da atividade política e social no país. O papel das instâncias, dos organismos e órgãos fica mais bem regulamentado e se inovam os mecanismos de consulta horizontais – Conferências, Encontros e Fóruns – que estimulam

a participação militante na elaboração da linha partidária. Pretendeu-se, por assim dizer, modificar “relações de produção” para melhor favorecer o desenvolvimento das “forças produtivas” do Partido.

Os três tópicos que mais motivaram emendas foram os relativos aos comitês distritais, aos coletivos e ao voto secreto.

Ampliaram-se as formas organizativas de comitês auxiliares como instrumentos dos Comitês Municipais, em consonância com a multiplicidade de tipos de organizações de base. Os Comitês auxiliares deixam de se remeter única e exclusivamente ao critério territorial-administrativo, que são os Comitês Distritais, e estes passam a conviver com outras formas. Pretendeu-se potenciar, particularmente, o trabalho junto ao proletariado, constituindo OBs e comitês a partir das relações de trabalho como critério principal. Manteve-se a possibilidade de conferências desses comitês auxiliares, para eleger suas direções, entretanto não são obrigatórias em processos de Congresso devido a seu caráter de comitês auxiliares.

Outra polêmica foi sobre a forma organizativa para situações excepcionais e temporárias, que são os *coletivos*. A intenção foi de ampliar o leque de formas para acolher o saber e a experiência de militantes em áreas afins. Aqui houve celeuma: o modo como estava redigido o preceito permitiu que o debate transgredisse da esfera estritamente organizativa a que pertence para a esfera ideológica, no tocante a religiosos e empresários.

Chegou-se a nova redação do item, mantendo a forma de *coletivos* sem especificar sua tipologia. Pretendeu-se ressaltar seu caráter excepcional como forma organizativa. É preciso dizer que cidadãos e cidadãs que concordem com o Programa e Estatuto do Partido podem nele ingressar, sem distinção de origem social, profissão, renda, credo, cor ou raça. Há religiosos no Partido, nenhum deles infenso ao caráter e propósitos do PCdoB. A questão religiosa está onde sempre esteve para o PCdoB: é questão de foro íntimo e não se milita no Partido em função da condição de religioso. O Partido defende a liberdade de culto no país e a separação entre Estado e religião. Quanto a empresários, também os há no Partido. O Partido defende um novo projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho, e isso interessa a um contingente variado da sociedade brasileira, onde de resto estão presentes uma forte característica de empreendedorismo, grande quantidade de empresários pequenos e médios, autônomos, empresas familiares, cooperativizados etc., classificados nas estatísticas econômicas como “empresários”. Eles têm lugar no Partido, sujeitos de igual modo a seu Programa e Estatutos.



Por fim a questão do **voto secreto**. Foi, sem dúvida, a maior polêmica. Todos afirmam não se tratar de uma questão de princípio, mas acabou mobilizando sentimentos. Das 27 Conferências Estaduais, quatro votaram contra sua instituição, por margem reduzida de votos. Enfim, houve polarização na matéria.

Alguns a trataram como espécie de cláusula pétrea. Não é justo. O Estatuto de 1985 e o atual não prescrevem voto aberto para eleição de seus órgãos. Também nos estudos comparativos que fizemos de Estatutos de 12 partidos comunistas, todos adotam o voto secreto nesse quesito. Aqui se faz presente, talvez, uma sobrevivência de cultura política baseada em costumes, não escrita, própria de um partido de quadros, em condições de clandestinidade. Não é o caso atual.

No geral, os argumentos a favor do voto aberto partiram de sentimento sadio: a necessidade de franqueza nas relações militantes. Outros agregaram que o voto secreto não permite essa sinceridade, ou reforça o individualismo e o *lobbismo*, ou ainda, que organizações revolucionárias perderam-se no caminho por adotar tal tipo de conduta, por abrir canal ao oportunismo. Separemos as coisas, para evitar argumentos forçados. Não é justo dizer que voto secreto “relativiza” o dever do comunista de defender abertamente seu ponto de vista. O processo de construção unitária dos órgãos de direção foi aprimorado, inclusive inscrito em norma estatutária. Ele compreende um processo consciente e dirigido, de consultas multilaterais, com debates abertos em plenário. A frontalidade e a franqueza seguem asseguradas, como parte do trabalho de construção das opções coletivas por intermédio de discussão aberta dentro do Partido. O voto secreto, como fase final, não está relativizando isso, não está anulando o fator consciente, mas o aprimora. Porque vai exigir maior discernimento pessoal, maior compromisso de consciência de cada um. Permitirá maior sinalização de questões da vida e relações internas do Partido, e combaterá as manifestações de mandonismo, tão presentes em qualquer organização humana. É mais livre de constrangimentos objetivos e subjetivos na votação. Enfim, considera-se que mantido o processo consciente de construção dos órgãos do Partido, os militantes votam com a própria consciência, democraticamente, com a subjetividade que é própria a cada um. O voto secreto aprimora isso.

O Comitê Central cessante decidiu por unanimidade manter a proposição. Está convencido de que se trata de um aprimoramento democrático que vem fortalecer o Partido, não enfraquecê-lo. A democracia não é valor univer-

sal, senão histórico e relativo a interesses de classe. Entretanto, em sua jornada de séculos, constituiu mecanismos que foram se aprimorando; entre eles o do voto secreto. Não se deve temê-lo, pois está conforme à melhor tradição democrática. Não se deve tampouco idealizar o nível de consciência das relações humanas nesta etapa histórica, inclusive as relações da vida interna partidária. O nível de consciência avança de modo desigual, mesmo dentro do Partido, nível que é muito diferenciado hoje. Não se quer esconder nada com o voto secreto, mas fazer aflorar o nível de consciência real existente no Partido, pois conhecê-lo é forma para a melhor educação das fileiras comunistas. Ele mantém o sadio empenho na explicitação das opiniões, mas dá melhor expressão à consciência individual. O Partido confia em sua militância! Enfim, considerou-se que o voto secreto aprimora o preceito do centralismo democrático, é mais um passo no sentido de um Partido aberto, sem preconceitos, com liberdade de opinião individual.

Companheiras e companheiros:

A construção de uma força política de vanguarda do proletariado, independente do ponto de vista político, ideológico e organizativo, segue sendo a grande proeza deste tempo histórico. Diante da barbárie capitalista, nada de mais elevado existe como perspectiva. Por isso, é missão das mais complexas, porque perene, prolongada e cheia de vicissitudes e porque lida com as motivações humanas, além da insubstituível consciência teórica.

O Partido Comunista é indispensável historicamente. O PCdoB é igualmente indispensável no cenário político brasileiro. Não haveremos de nos perder nesta longa jornada. O novo Estatuto está a serviço disso. A escravidão assalariada não é eterna, mas sua derrocada precisa de direção consciente e experimentada. Hoje nem se fala mais do fim da história – ela está aí, na mais escancarada luta de classes. Aqui estão os comunistas, que lutam por um mundo novo, de iguais em direitos. Esse dia chegará, lembrarão de nós. Homenageamos os militantes que dedicam seu tempo à construção do Partido. Por menos que isso não vale a pena lutar. Ele é a prefiguração da sociedade pela qual lutamos, como o disse Gramsci, sem idealizações nem dogmatismo. Homenageamos não só a lucidez da razão, mas também as motivações e o ânimo dos militantes comunistas.

Por isso tudo, propomos a aprovação do novo Estatuto do PCdoB.



Estatuto do Partido Comunista do Brasil

Aprovado no 11º Congresso, 2005

CAPÍTULO I – DO PARTIDO

Artigo 1º – O Partido Comunista do Brasil, fundado em 25 de março de 1922, reorganizado em 18 de fevereiro de 1962 e legalizado, na fase atual, em 27 de maio de 1985, é o partido político da classe operária e do conjunto dos trabalhadores brasileiros, fiel representante dos interesses do povo trabalhador e da nação. Organização política de vanguarda consciente do proletariado, guia-se pela teoria científica e revolucionária elaborada por Marx e Engels, desenvolvida por Lênin e outros revolucionários marxistas.

O Partido Comunista do Brasil luta contra a exploração e a opressão capitalista e imperialista. Visa à conquista do poder político pelo proletariado e seus aliados, propugnando o socialismo científico. Tem como objetivo superior o comunismo. Afirmando a superioridade do socialismo sobre o capitalismo, almeja retomar um novo ciclo de luta pelos ideais socialistas, renovados com os ensinamentos da experiência socialista do século XX, e desenvolvidos para atender à realidade do nosso tempo e às exigências de nosso país e nossa gente. Ao mesmo tempo, no espírito do internacionalismo proletário, apoia a luta anti-imperialista de todos os povos por sua emancipação nacional e social, soberania nacional e pela paz mundial.

O Partido Comunista do Brasil é uma organização de caráter socialista, patriótica e anti-imperialista, expressão e continuação da elevada tradição de lutas do povo brasileiro, de compromisso militante e ação transformadora contemporânea ao século XXI, inspirada pelos valores da igualdade de direitos, liberdade e solidariedade, de uma moral e ética proletária, humanista e democrática.

Para levar adiante seus propósitos, o PCdoB se rege, nos marcos da legislação vigente do país, pelo presente Estatuto.



CAPÍTULO II – OS MEMBROS DO PARTIDO

Artigo 2º – O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) é uma associação livre e voluntária de cidadãos e cidadãs, maiores de 18 (dezoito) anos, no gozo de seus direitos políticos, que aceitam seu Programa e Estatuto. Em caráter excepcional, a ele poderão filiar-se jovens eleitores maiores de 16 (dezesseis) anos.

Ser membro do Partido significa empenhar-se pela construção da unidade de amplas massas populares, dos setores democráticos e progressistas na luta por igualdade de direitos e dignidade para o povo brasileiro, pelo avanço da democracia, da soberania nacional e pelo socialismo.

A condição de membro do Partido implica direitos e deveres que se vão constituindo mediante um processo consciente e progressivo, com a filiação, a militância em uma das organizações partidárias, a aplicação das suas orientações, a sustentação material e financeira do Partido, o estudo e a divulgação das suas ideias e propostas.

Artigo 3º – A condição de membro do Partido inicia-se com a filiação, em caráter individual, por intermédio da Ficha Nacional de Filiação, expressando a aceitação do Programa e do Estatuto. A proposta de filiação deve ser abonada por um membro do Partido e aprovada por uma das organizações partidárias. A admissão formal deve ser comunicada ao novo filiado num prazo máximo de 30 dias. A filiação será registrada nos cadastros partidários e comunicada à Justiça Eleitoral.

O organismo que admitir a filiação deve indicar ao novo membro do Partido o organismo ao qual deve se vincular, esclarecer seus direitos e deveres, estabelecer com ele a contribuição financeira ao Partido, bem como propor-lhe a assinatura d'*A Classe Operária* e a participação nos cursos de formação teórico-política.

Parágrafo 1º – A filiação de líderes de reconhecida expressão, detentores de cargos eletivos, dirigentes de outros partidos e personalidades da sociedade civil deverá ter a anuência do Comitê Estadual, ouvida a opinião da Comissão Política Nacional;

Parágrafo 2º – em situações especiais poderá ser solicitada apenas a filiação interna, a ser aprovada pelas Comissões Políticas Estaduais;

Parágrafo 3º – para a desfiliação, o membro do Partido deverá comuni-

cá-la por escrito à Organização de Base em que atua ou ao Comitê Municipal, que a comunicará à Justiça Eleitoral.

Artigo 4º – Os filiados e filiadas são um patrimônio político do Partido, que empreende esforços permanentes para elevar sua consciência política, sua participação na vida partidária e seu compromisso militante.

São seus direitos: participar nas reuniões partidárias, opinar e contribuir na elaboração da linha política partidária e manifestar-se perante os órgãos de direção partidária no âmbito em que atua. O(a) filiado(a) pode por sua livre vontade passar à condição de militante, para eleger e ser eleito(a) nas instâncias partidárias, mediante obtenção da Carteira Nacional do Militante e passando a atuar regularmente em uma das organizações partidárias.

São seus deveres: apoiar as causas e campanhas do Partido, votar em seus candidatos, aplicar suas orientações gerais e comprometer-se com a promoção da dignidade da pessoa humana, com a luta em defesa dos direitos do povo, da liberdade, da soberania nacional e pelo socialismo.

Artigo 5º – Os(as) militantes são as bases da força do Partido junto aos trabalhadores e ao povo. São os(as) filiados(as) que atuam regularmente em uma das suas organizações; estão em dia com as contribuições financeiras obrigatórias de sustentação do Partido; estudam, acatam e aplicam suas decisões; difundem a orientação, as ideias e propostas partidárias.

Os(as) militantes esforçam-se continuamente por aumentar seus vínculos com os trabalhadores e o povo, e elevar seu nível de cultura e consciência política. Devem zelar pelo honroso título de militante comunista, cultivando elevados padrões éticos e morais, de solidariedade ao povo e respeito à coisa pública, sendo exemplo de luta, honradez e sinceridade com seus companheiros e companheiras.

A condição de militante será comprovada pela Carteira Nacional do Militante, devidamente registrada nos cadastros partidários, que será renovada anualmente mediante pagamento das contribuições obrigatórias estabelecidas no presente Estatuto.

Artigo 6º – Todo(a) militante do Partido tem os mesmos direitos e deveres.



I – São seus direitos:

a) Participar, expressando livremente as suas opiniões, da elaboração da linha política do Partido e das discussões acerca das questões políticas, teóricas e práticas nas instâncias partidárias de que fizer parte; manter suas opiniões, se divergentes, sem deixar de aplicar, defender e difundir as decisões do Partido;

b) eleger e ser eleito(a) em qualquer instância partidária de que participe;

c) ser ouvido(a) quanto à melhor forma de contribuir para a atividade do Partido, em uma das suas organizações; encaminhar sugestões e propostas por intermédio de seu organismo e pedir informações a qualquer instância superior; apelar de decisão disciplinar a seu respeito; exigir sua participação pessoal e o mais amplo direito de defesa sempre que se trate de resolver sobre sua posição ou conduta.

II – São seus deveres:

a) Atuar de acordo com os princípios e normas do presente Estatuto, observando a disciplina partidária; atuar regularmente em uma das organizações do Partido, contribuir para o desenvolvimento da sua linha política, para a filiação de novos membros, aplicar as suas decisões e defender a sua unidade de ação política;

b) possuir a Carteira Nacional do Militante como comprovação de estar em dia com as obrigações de sustentação financeira do Partido; ler e difundir o jornal *A Classe Operaria*, a revista teórica, o Portal do Partido na internet e as demais publicações do Partido; participar das atividades partidárias de formação;

c) associar-se à entidade ou organização de massa relacionada com seu trabalho, moradia, área ou setor de atuação, respeitando as decisões democráticas que ali se tomam e contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento da entidade;

d) prestar contas ao coletivo da sua atividade partidária, exercer e estimular a prática da crítica e autocrítica; informar sobre mudança de local de trabalho, residência ou área de militância que implique alteração do seu organismo de atuação;

e) combater todas as formas de opressão e prestar solidariedade aos que

são alvo de quaisquer manifestações de perseguição política ou discriminação social, de gênero, racista ou étnica, de orientação sexual, religião, e as relativas à condição da criança e do adolescente, dos idosos e portadores de necessidades especiais; hipotecar plena solidariedade à luta dos trabalhadores e dos povos em defesa da soberania nacional e de sua emancipação social, pela paz e contra o imperialismo.

CAPÍTULO III – OS QUADROS DO PARTIDO

Artigo 7º – Os quadros são a coluna vertebral da estrutura partidária. São os principais responsáveis pela unidade do Partido em torno de seus princípios e de sua orientação, bem como pela permanente construção política, ideológica e orgânica do Partido. São os cumpridores exemplares dos deveres dos militantes.

Os quadros se formam mediante processo laborioso e prolongado, combinando o trabalho coletivo e o esforço individual. Sua progressiva educação comunista pressupõe assumir e cumprir as tarefas partidárias que lhe são delegadas, delas prestando contas, com espírito crítico e autocrítico e zelo pela causa partidária. Seu firme compromisso ideológico com a causa socialista, seu desprendimento e dedicação às tarefas que lhe foram designadas, ligação com o povo, firme disciplina pessoal e salvaguarda do centralismo democrático na vida partidária são o maior estímulo à coesão e à força do Partido.

Quadros são os(as) militantes que, a partir de comprovada atuação regular em uma das organizações partidárias, realizam esforço pessoal permanente por elevar o domínio do marxismo-leninismo e da linha política do Partido; estão rigorosamente em dia com suas obrigações financeiras junto ao Partido; e que:

a) são eleitos para funções de direção de Comitês partidários, ou atuam junto aos órgãos de direção partidária, como membros de comissões auxiliares ou em outras funções de apoio;

b) exercem atividades de representação política eletiva ou por indicação do Partido, na atividade institucional e na direção de organizações de massas;



c) atuam, por tarefa partidária, no âmbito das atividades estatais, acadêmicas, científicas e culturais, em funções técnicas de assessoria às bancadas e à direção partidária.

Artigo 8º – A política de quadros do Partido estimula em todos os níveis a sua formação e o acompanhamento permanente, avaliação, promoção e distribuição, com base em critérios que atendam aos interesses do coletivo, de acordo com a capacidade, potencialidade e disponibilidade de cada um, numa soma de esforços. Define as tarefas principais para as quais são destacados(as) no trabalho partidário. Combate tendências alheias à cultura política dos comunistas, como favoritismo, carreirismo, individualismo, burocratismo e práticas corrompidas. Valoriza os(as) que atuam como profissionais da atividade partidária, promovendo sua crescente capacitação política e técnica, cultural e ideológica, seu papel social e político. Postula equilíbrio entre a preservação de experiência e a alternância das funções desempenhadas pelos quadros na atividade partidária, como fator de educação continuada dos comunistas.

CAPÍTULO IV – DA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA E DA CARTEIRA NACIONAL DE MILITANTE

Artigo 9º – A contribuição financeira do membro do Partido é expressão do seu compromisso com a organização partidária, seus ideais e sua luta. A estruturação material e a sustentação da atividade partidária e dos Comitês são responsabilidade coletiva de todos os seus membros, que devem se empenhar, dentro das possibilidades de cada um, para garantir tais compromissos, assim constituídos:

a) Contribuições anuais equivalentes a pelo menos 1% (um por cento) do salário ou renda mensal, sendo o piso estabelecido com base no salário-mínimo, cuja arrecadação será gerida pelos Comitês Estaduais, ou;

b) contribuições mensais de militantes e quadros, equivalentes a pelo menos 1% (um por cento) do salário ou renda mensal, cuja arrecadação será gerida pelo Comitê Central;

c) contribuições especiais, mensais ou extraordinárias, dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos públicos, eletivos ou comissio-

nados indicados pelo Partido, ou em funções de confiança do Legislativo ou do Executivo, nos termos de norma do Comitê Central.

Parágrafo 1º – Os Comitês partidários, em cada nível, estabelecerão normas para a partilha dos recursos arrecadados entre as diversas instâncias.

Parágrafo 2º – As organizações partidárias poderão empreender campanhas coletivas de arrecadação de fundos visando à quitação da contribuição estabelecida na alínea “a”, referente aos(às) militantes do Partido que estão desempregados(as) ou não possuem rendimento próprio.

Artigo 10º – A Carteira Nacional de Militante é instrumento comprobatório da condição de militante do Partido e documento indispensável para eleger e ser eleito(a) nas instâncias partidárias, bem como para participar de atividades em que os organismos de direção decidam exigir a sua apresentação. Será renovada anualmente pelo Comitê Central para todos(as) os(as) filiados(as) que contribuem financeiramente com o Partido na forma das alíneas “a” ou “b” do artigo 9º.

CAPÍTULO V – O CENTRALISMO DEMOCRÁTICO

Artigo 11 – A estruturação e o desenvolvimento da vida partidária assentam-se no princípio do Centralismo Democrático. O Centralismo Democrático estimula a expressão das opiniões pessoais de forma livre e responsável, e a ampla iniciativa de ação por parte de cada militante e de todas as suas organizações, como fator ativo da construção das orientações partidárias, sob um único centro dirigente: o Congresso do Partido e, entre um e outro Congresso, o Comitê Central. O Partido age como um todo uno, sob o primado de uma disciplina livre e conscientemente assumida. A unidade é a força do Partido.

Com a aplicação e o desenvolvimento criativos do Centralismo Democrático, se visa à coesão política e ideológica do Partido, como construção coletiva, sob o primado da unidade de ação política de todo o Partido.



I – A democracia é um bem fundamental da vida interna do Partido e significa:

a) Igualdade de direitos e deveres entre todos os seus membros, segundo sua condição de filiado(a) ou militante; direito de eleger e ser eleito(a) para as instâncias partidárias, estando em dia com suas obrigações perante o Partido;

b) eleição de todos os organismos dirigentes do Partido de baixo para cima, sendo que a instância que elege pode destituir os(as) eleitos(as);

c) debate amplo, com liberdade de opinião pessoal, nos organismos sobre as orientações partidárias;

d) prestação de contas periódica e informação regular dos organismos dirigentes do Partido às instâncias que os elegeram e ao coletivo partidário;

e) estrito respeito à institucionalidade, à probidade e à impessoalidade na condução das atividades do Partido, nos termos deste Estatuto, das normas e dos regimentos do Comitê Central.

II – O centralismo assegura a indispensável unidade de ação política de todo o Partido e significa que:

a) As decisões coletivas, tomadas por consenso ou maioria, são válidas para todos; o interesse individual, ou da minoria, subordina-se ao do coletivo, ou da maioria;

b) as decisões adotadas por organismos superiores são válidas para todas as organizações sob sua jurisdição; decisões adotadas pelo Congresso e pelo Comitê Central são obrigatórias para todo o Partido;

c) as divergências de opiniões não eximem seus membros da obrigação de aplicar, defender e difundir as orientações partidárias;

d) não são admitidas tendências e facções, entendidas como atividade organizada de membros ou organizações do Partido à margem da estrutura partidária, em torno de propostas ou plataformas próprias, pessoais ou coletivas, temporárias ou permanentes.

CAPÍTULO VI – NORMAS GERAIS DO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PARTIDO

Artigo 12 – O Partido constitui-se num sistema de organizações articuladas, dispostas segundo o critério da divisão territorial administrativa do país, compreendendo instâncias e organismos superiores nacionais, instâncias intermediárias estaduais, municipais e locais, de caráter deliberativo, assim definidos:

- a) Congresso do Partido e Comitê Central, e a Convenção Eleitoral Nacional;
- b) Conferências Estaduais e Comitês Estaduais, em cada estado da Federação e no Distrito Federal, e as Convenções Eleitorais Estaduais;
- c) Conferências Municipais e Comitês Municipais, em cada município da Federação e nas regiões administrativas do Distrito Federal, e as Convenções Eleitorais Municipais;
- d) Assembleias de Base e Organizações de Base.

Parágrafo Único – Segundo exigências da ação política e estruturação partidária, poderão ser criados Comitês, com base em outros critérios, por deliberação do Comitê Central, Estadual ou Municipal, mantidas as disposições deste Estatuto.

Artigo 13 – O sistema de funcionamento partidário compreende também órgãos consultivos, que se destinam a reforçar os mecanismos horizontais de ampla consulta, elaboração política e encaminhamento das orientações do Partido. São convocados pelo Comitê da respectiva jurisdição, com pauta e critérios de participação por eles fixados. Suas deliberações e indicações devem ser referendadas pelo respectivo Comitê e são assim constituídos:

- a) Conferências Nacionais, em nível nacional;
- b) Encontros, em nível nacional, estadual ou municipal;
- c) Fóruns em nível nacional, estadual ou municipal.

Parágrafo 1º – As Conferências Nacionais têm por objetivo consultar o coletivo na elaboração do posicionamento político do Partido ou elaborar políticas programáticas nas áreas específicas de atuação e saber, no âmbito nacional;



Parágrafo 2º – os Encontros têm por objetivo debater o encaminhamento das orientações partidárias e realizar o controle de sua implementação;

Parágrafo 3º – os Fóruns têm por objetivo sistematizar e controlar a implementação das orientações partidárias. Eles podem ser permanentes ou transitórios e sua composição e objetivos são fixados por deliberação do Comitê;

Parágrafo 4º – a critério do Comitê Central e dos Comitês Estaduais, poderão ser constituídos Fóruns de Macrorregiões nacionais e estaduais para discussão e implementação das orientações partidárias traçadas pelos respectivos Comitês;

Parágrafo 5º – poderão ainda ser convocados seminários, reuniões setoriais e simpósios nos diversos níveis, sendo que suas elaborações e propostas só podem ser assumidas como expressão da opinião do Partido se ratificadas pelo respectivo Comitê.

Artigo 14 – Os(as) integrantes dos Comitês partidários são eleitos(as) para um período definido, segundo este Estatuto. Os Comitês serão compostos por membros titulares, que estejam em dia com as obrigações junto ao Partido, e será estimulada a eleição de mulheres, bem como de trabalhadores e trabalhadoras, em especial de operários(as).

Parágrafo Único – Só poderão ser eleitos membros do Comitê Central, dos Comitês Estaduais e Municipais nas cidades com mais de 100 mil habitantes, os membros do Partido que se inscreverem na contribuição prevista na alínea “b” do artigo 9º. No caso de detentores de cargos públicos, eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, deverão estar em dia com as contribuições mensais previstas nas alíneas “b” e “c” do referido artigo.

Artigo 15 – Os Comitês elegerão dentre os seus membros a Comissão Política, que exerce o trabalho de direção política, de ação de massas e de estruturação do Partido nos âmbitos político, ideológico e orgânico, no intervalo entre uma e outra reunião do Comitê respectivo.

Parágrafo 1º – A Comissão Política deve ter um número de integrantes sempre inferior à metade do de membros do Comitê;

Parágrafo 2º – a Comissão Política se reúne ordinariamente a cada 30 (trinta) dias, ou extraordinariamente sempre que convocada pelo(a) Presidente ou pela maioria de seus integrantes;

Parágrafo 3º – faculta-se aos Comitês Central, Estaduais e Municipais indicar respectivamente o(a) líder de bancada na Câmara de Deputados, Senado Federal, nas Assembleias Legislativas e Câmaras dos Vereadores para integrar as respectivas Comissões Políticas;

Parágrafo 4º – ao compor sua Comissão Política os Comitês devem indicar obrigatoriamente Presidente e Vice-Presidente;

Parágrafo 5º – o(a) Presidente representa regularmente a respectiva Comissão Política; o(a) Vice-Presidente cumpre as funções interinas nos casos de impedimento temporário do(a) Presidente, sendo que em caso de vacância do cargo o respectivo Comitê, em prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, elege novo(a) Presidente;

Parágrafo 6º – no caso do Comitê Central poderão ser estabelecidos até 3 (três) Vice-Presidentes, estabelecendo a ordem em que assumem interinamente as funções do(a) Presidente em caso de impedimentos temporários do(a) Presidente;

Parágrafo 7º – os Comitês elegem, de acordo com as circunstâncias de cada caso, responsáveis pelas Secretarias de Organização, de Finanças, de Comunicação, Sindical, de Formação e Propaganda, de Juventude, de Movimentos Sociais, de Ação Institucional e Políticas Públicas e outras, bem como as Comissões Auxiliares, que possuem responsabilidades executivas e respondem pelas tarefas cotidianas perante a Comissão Política;

Parágrafo 8º – as Comissões Políticas do Comitê Central e dos Comitês Estaduais poderão nomear Comitês Provisórios no âmbito de sua jurisdição, compostos de no mínimo 3 (três) membros, com mandato máximo de 1 (um) ano.

Artigo 16 – Os Comitês podem indicar um Secretariado, dentre seus membros, integrantes ou não das Comissões Políticas, para coordenar o trabalho executivo das Secretarias, e podem constituir Comissão de Controle, nos termos do artigo 48 deste Estatuto.

Parágrafo 1º – As competências de cada uma das funções executivas dos Comitês serão estabelecidas em regimento aprovado pelo Comitê Central;

Parágrafo 2º – os Secretariados prestam contas regulares de suas atividades à Comissão Política respectiva.

Artigo 17 – As organizações partidárias em todos os níveis têm liberdade de iniciativa política no âmbito de sua jurisdição, desde que não

contrariem a orientação geral do Partido. O Partido promove a ampla descentralização da atividade de suas organizações; estimula o planejamento bienal da estruturação partidária e o controle regular dos planos; combate tendências espontaneístas, setorialistas e corporativistas. As organizações partidárias em todos os níveis funcionam sob regime de trabalho coletivo e responsabilidade individual de cada um de seus integrantes. O Partido estimula a prática da crítica e autocrítica, como fator de aprimoramento constante do trabalho partidário. Combate tendências autoritárias e o culto à personalidade. Estimula igualmente a prática de alternância no desempenho das funções executivas e de representação do Partido.

Artigo 18 – As organizações partidárias deliberam quando houver quórum de maioria de seus integrantes, mediante voto aberto, único e intransferível, e pelo voto da maioria dos presentes, salvo para matérias com disposição expressa em contrário neste Estatuto. Para eleger os(as) integrantes dos organismos e órgãos dirigentes e delegados(as), é realizado um intenso e democrático trabalho de construção coletiva no âmbito das instâncias que os(as) elegem, a partir de proposição inicial da direção, seguida de ampla consulta e debate, a fim de constituir proposta unitária que melhor represente as exigências da orientação geral do Partido em cada jurisdição. Nesse processo, a votação final será por intermédio de voto secreto, único e intransferível, em votações nome a nome. Para ter direito a eleger e ser eleito(a), é obrigatório que o membro do Partido esteja em dia com sua contribuição financeira, devidamente comprovada pela direção da instância partidária.

CAPÍTULO VII – AS INSTÂNCIAS E ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS

I – As instâncias e organismos superiores de direção do Partido

Artigo 19 – O Congresso é o órgão supremo de direção do Partido. É a instância mais democrática de deliberação sobre a orientação partidária e eleição do Comitê Central, envolvendo o conjunto dos quadros, militantes e filiados, desde a base. As decisões do Congresso são válidas e obrigatórias

para todo o Partido e não podem ser modificadas, substituídas ou revogadas senão por outro Congresso.

O Congresso do Partido é convocado pelo Comitê Central e, com pelo menos 3 (três) meses de antecedência, serão publicados nos órgãos de imprensa partidária a pauta, data e local, bem como os projetos de resolução a serem discutidos pelos organismos partidários. Deve realizar-se a cada 4 (quatro) anos, e extraordinariamente quando deliberado por maioria de dois terços do Comitê Central.

Parágrafo 1º – O Congresso do Partido é constituído por delegados(as) eleitos(as) nas Conferências Estaduais, segundo normas estabelecidas pelo Comitê Central e tendo por base o número de membros reunidos em Assembleias de Base;

Parágrafo 2º – os membros do Comitê Central são membros natos do Congresso, com direito a voz e voto, desde que seu número não ultrapasse 10% (dez por cento) do número de delegados(as) nacionais; se isso ocorrer, o CC elege os membros com direito a voz e voto no Congresso, até aquele limite, assegurado aos demais o direito a voz.

Artigo 20 – Compete ao Congresso:

- a) Aprovar a ordem do dia dos trabalhos, o regimento interno e eleitoral; eleger sua Mesa Diretora, bem como a Comissão de Resoluções e Comissão Eleitoral; a direção do Congresso, na duração deste, exerce as funções de Comitê Central;
- b) discutir e deliberar sobre os projetos de resolução do Comitê Central, e apreciar propostas apresentadas pelos(as) delegados(as), nos termos do regimento;c) modificar o Programa e o Estatuto do Partido, quando constante da ordem do dia;
- d) determinar a linha política sobre as questões fundamentais da atualidade política;
- e) eleger o Comitê Central, apreciar o balanço de sua atividade e fixar o número de seus integrantes;
- f) julgar os recursos interpostos contra decisões do Comitê Central ou das direções intermediárias.

Artigo 21 – O Comitê Central é o organismo dirigente máximo do Partido entre dois Congressos ordinários, salvo disposição expressa na pauta de convocação de Congressos extraordinários. Suas resoluções têm sen-

tido obrigatório para todas as organizações partidárias. O Comitê Central se reúne ordinariamente no mínimo a cada 4 (quatro) meses. Extraordinariamente, reúne-se sempre que convocado pelo(a) seu(sua) Presidente, pela Comissão Política ou, ainda, pela maioria dos membros do Comitê.

Artigo 22 – Compete ao Comitê Central:

- a) Convocar o Congresso do Partido e fixar as suas normas;
- b) eleger, dentre seus membros, o(a) Presidente, a Comissão Política Nacional, o Secretariado Nacional e a Comissão de Controle;
- c) traçar a orientação partidária de âmbito nacional;
- d) defender a integridade partidária, exercendo ação disciplinar sobre os Comitês Estaduais quando necessário e, na omissão destes, sobre os Municipais, inclusive convocando Conferência extraordinária dessas instâncias; orientar, estimular e avaliar a atividade dos Comitês Estaduais no cumprimento das deliberações políticas e organizativas, dos planos e campanhas nacionais, do trabalho sistemático junto aos trabalhadores, na promoção de atividades de finanças, propaganda e formação;
- e) estabelecer as normas e os procedimentos referentes à escolha dos(as) candidatos(as) aos cargos públicos, eletivos ou comissionados indicados(as) pelo Partido, em todos os níveis; referendar os nomes dos(as) candidatos(as) às eleições de âmbito estadual indicados(as) pelas respectivas Convenções Eleitorais Estaduais;
- f) dirigir as bancadas federais do Partido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e aprovar seu regimento;
- g) dirigir a atividade dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos públicos eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, ou em funções de confiança do Legislativo ou do Executivo, na esfera federal;
- h) dirigir a atividade dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos de representação em entidades de massas e movimentos sociais na esfera federal;
- i) orientar e controlar os órgãos de comunicação nacionais do Partido, e decidir sobre seus editores;
- j) expedir anualmente a Carteira Nacional do Militante;
- k) aprovar anualmente resolução sobre a utilização dos recursos do Fundo Partidário; estipular anualmente os percentuais para a distribuição dos recursos arrecadados das diversas fontes entre as diversas instâncias partidárias;

l) promover, junto aos órgãos competentes, o registro do Estatuto e do Programa; julgar os recursos interpostos contra decisões da Comissão Política Nacional ou de Comitês Estaduais; aprovar Regimento dispondo sobre composição e funcionamento das Comissões Políticas e dos Secretariados dos diversos níveis.

Parágrafo Único – O Comitê Central pode prorrogar o mandato dos organismos dirigentes intermediários do Partido por até 6 (seis) meses.

Artigo 23 – São órgãos do CC:

- a) A Comissão Política Nacional, como órgão da direção geral entre uma e outra reunião;
- b) o Secretariado Nacional, como órgão executivo da atividade partidária, subordinado à Comissão Política Nacional;
- c) as Bancadas parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal;
- d) a Comissão de Controle.

Artigo 24 – As Conferências Nacionais são convocadas pelo Comitê Central, sempre que este julgar necessários o debate, a elaboração e o posicionamento em torno de temas ligados à linha política de intervenção e estruturação partidárias, de temas gerais ou específicos de interesse e relevo político e social, e de desenvolvimento da elaboração programática e de ação política nos diversos âmbitos de atividade.

Parágrafo 1º – As Conferências Nacionais são constituídas pelos membros do Comitê Central e por delegados(as) indicados(as) pelos Comitês Estaduais, segundo normas estabelecidas pelo Comitê Central;

Parágrafo 2º – para que as resoluções das Conferências Nacionais sejam válidas e obrigatórias para todo o Partido devem ser ratificadas pelo Comitê Central.

Artigo 25 – A Convenção Eleitoral Nacional realizar-se-á por convocação do Comitê Central para deliberar sobre alianças e coligação com outros partidos e sobre os candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República. É constituída pelos membros do Comitê Central e por delegados(as) indicados(as) pelos Comitês Estaduais, segundo normas estabelecidas pelo Comitê Central. Suas decisões são válidas para todo o Partido.



II – As instâncias e organismos de direção intermediária do Partido

Artigo 26 – As Conferências são os órgãos superiores de direção nos âmbitos estadual e municipal. Devem realizar-se a cada 2 (dois) anos, convocadas pelos Comitês respectivos, e extraordinariamente quando convocadas por maioria de dois terços do Comitê, ou pelo Comitê Central, para discutir os temas constantes da pauta.

Artigo 27 – As Conferências são constituídas por delegados(as) eleitos(as) nas Conferências de instâncias precedentes e/ou Assembleias de Base, de acordo com normas aprovadas pelos Comitês de instância imediatamente superior e as complementares aprovadas pelo Comitê que as convoca.

Parágrafo Único – Os(as) integrantes dos Comitês são membros natos das respectivas Conferências, com direito a voz e voto, desde que seu número não ultrapasse 10% (dez por cento) do número de delegados(as) eleitos(as); se isso ocorrer o Comitê elege os membros com direito a voz e voto, até aquele limite, assegurando aos demais o direito a voz.

Artigo 28 – Às Conferências Estaduais e Municipais compete:

- a) Analisar a situação política no âmbito de sua competência, estabelecer as diretrizes da ação partidária de acordo com a orientação do Congresso do Partido e dos organismos partidários superiores;
- b) eleger o Comitê respectivo, estabelecendo o número de seus membros observados os limites estabelecidos no artigo 31;
- c) eleger os(as) delegados(as) ao Congresso e às Conferências de instância superior, nos termos das normas de convocação estabelecidas;
- d) julgar os recursos interpostos contra as decisões do respectivo Comitê.

Artigo 29 – As Convenções eleitorais realizam-se pelas mesmas normas gerais previstas para as Conferências. Cabe a elas decidir sobre alianças e coligação com outros Partidos para as eleições e sobre os(as) candidatos(as) aos postos eletivos no âmbito de sua competência, *ad referendum* dos Comitês de instância superior.

Artigo 30 – Os Comitês Estaduais e Municipais têm mandato de até 2 (dois) anos. Dirigem a atividade de todas as organizações partidárias existentes no território sob sua jurisdição. Os Comitês Estaduais reúnem-se no mínimo a cada 3 (três) meses e os Comitês Municipais no mínimo a cada 2 (dois) meses. Extraordinariamente, reúnem-se sempre que convocados pelo seu(sua) Presidente, pela Comissão Política ou, ainda, pela maioria dos membros do Comitê.

Parágrafo 1º – Os Comitês Estaduais são eleitos onde se realizem Conferências Municipais em pelo menos 5% (cinco por cento) dos municípios do estado, e no Distrito Federal;

Parágrafo 2º – os Comitês Municipais serão eleitos nos municípios onde exista um mínimo de 15 (quinze) filiados e mais 1 (um) filiado para cada mil eleitores ou fração. No Distrito Federal, as regiões administrativas equiparam-se a municípios.

Artigo 31 – A composição dos Comitês Estaduais e dos Comitês Municipais observará os seguintes limites máximos, com base no número de militantes registrados nos cadastros partidários:

- a) Até 100 militantes: limite de 15 integrantes para Comitês Municipais e 19 para Comitês Estaduais;
- b) de 101 até 500 militantes: limite de 23 para Comitês Municipais e 27 para Comitês Estaduais;
- c) de 501 até 1.000 militantes: limite de 27 para Comitês Municipais e 39 para Comitês Estaduais;
- d) de 1.001 até 3.000 militantes: limite de 35 para Comitês Municipais e 51 para Comitês Estaduais;
- e) de 3.001 até 5.000 militantes: limite de 43 para Comitês Municipais e 59 para Comitês Estaduais;
- f) mais de 5.000 militantes: limite de 51 para Comitês Municipais e 63 para Comitês Estaduais.

Artigo 32 – São competências e deveres gerais dos Comitês Estaduais e Municipais:

- a) Convocar as respectivas Conferências;
- b) aplicar as decisões dos organismos superiores do Partido, assegurando seu cumprimento pelos órgãos partidários que lhe são subordinados.



dos; reunir-se regularmente, ter iniciativa e traçar a orientação política no âmbito de sua jurisdição, informando sobre suas decisões e atividades a todo o coletivo partidário;

c) apoiar, estruturar e fortalecer as organizações partidárias que se encontram sob sua direção, designadamente na atuação entre os trabalhadores, o povo e suas lutas;

d) distribuir tarefas entre seus membros e acompanhar a sua atividade; incentivar a participação, fomentar o debate, aprofundar a democracia interna, ouvir e levar em conta as opiniões dos membros do Partido; estimular a crítica e a autocrítica; conhecer, formar, avaliar com rigor e isenção os quadros que se encontram sob sua direção, tendo em conta o melhor aproveitamento das suas qualidades e aptidões;

e) difundir e estimular a leitura de *A Classe Operária* e de outras publicações partidárias; organizar a contribuição financeira dos membros do Partido e outras formas de apoio financeiro; enviar regularmente contribuições financeiras ao organismo de instância superior; fomentar a elevação do nível político-cultural dos(as) militantes, promover o estudo do marxismo-leninismo e dos documentos do Partido;

f) dirigir, por intermédio de sua Comissão Política, a bancada parlamentar no âmbito de sua competência e indicar suas lideranças; aprovar o nome dos(as) candidatos(as) indicados(as) pelas instâncias sob sua jurisdição; promover o registro dos(as) candidatos(as) aos postos eletivos no âmbito de sua jurisdição;

g) dirigir, por intermédio de sua Comissão Política, a atividade dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos públicos eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, ou em funções de confiança do Legislativo ou do Executivos;

h) dirigir a atividade dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos de representação em entidades de massas e movimentos sociais nas respectivas esferas; i) eleger a Comissão de Controle; acompanhar a atividade dos Comitês sob sua direção e exercer ação disciplinar sobre os mesmos, zelando pela integridade partidária; julgar recursos interpostos contra decisões da respectiva Comissão Política e dos organismos sob sua direção imediata.

Parágrafo Único – Ao menos uma vez por ano os Comitês Municipais devem promover assembleias plenárias com os(as) filiados(as) da respectiva área que não estejam integrados(as) a Organizações de Base, a fim de de-

bater a orientação política do Partido, bem como integrá-los(as) aos cursos partidários.

Artigo 33 – Os Comitês Municipais podem constituir comitês auxiliares visando à estruturação e direção das Organizações de Base, sob a forma de Comitês Distritais, de empresas, de universidades, de categorias, setores ou ramos de atividade, conforme as necessidades da ação política no município, desde que haja um mínimo de 3 (três) Organizações de Base e/ou 30 militantes atuantes em cada um desses âmbitos.

Tais Comitês exercerão as mesmas competências enumeradas no artigo 32, excetuadas as alíneas “a”, “f”, “g” e “i”. Nas Conferências Municipais, faculta-se aos Comitês normatizar a realização de Conferências desses Comitês auxiliares sob sua direção ou eleger delegados(as) diretamente por intermédio das Assembleias de Base ou Plenária de filiados. Os(as) integrantes dos Comitês auxiliares serão eleitos(as) em Conferências convocadas especificamente para esse fim, segundo normas do Comitê Municipal.

III – As assembleias e organizações de base do Partido

Artigo 34 – A Organização de Base (OB) é o esteio da ação partidária cotidiana. É o principal elo entre o Partido, os trabalhadores e o povo, auscultando seus anseios e aspirações, contribuindo para a elaboração da orientação e a intervenção política do Partido. É participando regularmente delas que os(as) militantes materializam os critérios de compromisso com a vida partidária e desenvolvem sua consciência teórica e política.

As OBs são constituídas por um mínimo de 3 (três) militantes do Partido, em fábricas, empresas e demais locais de trabalho; em escolas e universidades; em locais de moradia; em assentamentos rurais, fazendas e empresas rurais; em setores profissionais; em organizações de massa e movimentos sociais.

Os critérios para a constituição das Organizações de Base são os que melhor permitam a participação ativa dos(as) militantes na elaboração e ação política do Partido. Os Comitês devem levar em conta as condições concretas existentes para a definição do âmbito de atuação das OBs e das formas de funcionamento que assegurem sua melhor atividade, tendo em



vista enriquecer a atividade própria do(a) militante, enquanto cidadão ou cidadã, com as orientações do projeto político do Partido e estimular o enraizamento da atividade partidária na vida política, social e cultural.

Parágrafo 1º – O Partido prioriza a organização dos(as) militantes em OBs a partir das suas relações de trabalho, como medida para fortalecer a presença do Partido entre os trabalhadores e trabalhadoras, bem como a força deles na vida partidária;

Parágrafo 2º – excepcionalmente, podem organizar-se Coletivos, diretamente vinculados aos Comitês Estaduais ou ao Comitê Central, por decisão destes, para membros do Partido que atuem em áreas específicas afins, como forma de aproveitar seu saber e experiência na elaboração e implementação da orientação partidária. Nos Congressos e Conferências Estaduais, tais coletivos equiparam-se a OBs e elegem delegados (as) diretamente à instância respectiva.

Artigo 35 – O funcionamento regular das OBs, com reuniões periódicas e adequadamente preparadas, é instrumento indispensável ao cumprimento de seu papel e para enraizar o trabalho partidário no local ou setor de sua atuação. Elas devem se reunir ordinariamente no mínimo a cada 60 (sessenta) dias e devem eleger uma direção de no mínimo 3 (três) secretários(as) coordenadores(as) da OB, para dirigir o seu trabalho nos âmbitos político, ideológico e organizativo, sendo um(a) deles(as) o(a) secretário(a) político(a).

Artigo 36 – As tarefas fundamentais da OB se vinculam diretamente a garantir os preceitos básicos dos membros do Partido, quanto a militar regularmente na OB, estudar, divulgar e contribuir, assim compreendidos:

a) Aplicar a política do Partido, recolher junto à população opiniões e críticas para a elaboração dos programas de ação e da linha política; manter estreita ligação com o povo, atuar para sua unidade, mobilização e organização na luta em defesa dos seus interesses; apoiar e orientar a participação dos(as) militantes nas entidades e nos movimentos sindicais e populares, fortalecendo-os e respeitando sua autonomia; organizar e dirigir a campanha do Partido e de seus(suas) candidatos(as) nos períodos eleitorais;

b) desenvolver regularmente campanhas de filiação de novos(as) integrantes para o Partido; organizar campanhas próprias e regulares, com vistas a difundir a legenda e as bandeiras políticas do Partido;

c) promover a leitura, campanhas de assinaturas e a difusão do jornal *A Classe Operária* e de outras publicações, meios de comunicação e propaganda do Partido;

d) incentivar o estudo e a formação dos seus membros, promovendo cursos básicos do Partido, atividades culturais, estudos dos documentos partidários, integrando-se ao programa de formação definido pelo Comitê ao qual pertence;

e) garantir a contribuição financeira dos seus membros, de acordo com as normas estipuladas pelas direções partidárias, participar de campanhas de arrecadação de fundos extraordinários, promover iniciativas para a sustentação das atividades próprias do seu organismo; f) zelar pela unidade do Partido, não permitindo em seu seio atividade desagregadora.

Artigo 37 – A Assembleia de Base é o momento especial de todo o coletivo da OB, que realiza o balanço de suas atividades, define o plano de trabalho, elege a sua direção. É convocada obrigatoriamente por ocasião das Conferências partidárias e elege os(as) delegados(as) de acordo com as normas estabelecidas.

A Assembleia de Base é convocada no mínimo uma vez por ano. Dela participam todos(as) os(as) militantes que integram o Organismo de Base, com direito a voz e voto, bem como os(as) filiados(as) de seu âmbito de atuação, com direito a voz, convocados(as) com antecedência mínima de 7 (sete) dias. Podem ser convidados(as), excepcionalmente e sem direito a voto, amigos(as) do Partido, a fim de proporcionar-lhes acesso ao debate e à orientação política partidária.

CAPÍTULO VIII – DA DISCIPLINA PARTIDÁRIA

Artigo 38 – O Partido assegura sua unidade de ação política por meio da disciplina consciente, livremente aceita, igual e obrigatória para todos os seus membros e todas as suas organizações, baseada no Programa e Estatuto do Partido. O coletivo partidário deve ser vigilante com respeito à disciplina, aplicá-la judiciosamente e defendê-la, no mais estrito respeito à institucionalidade da vida partidária fixada neste Estatuto e nas normas e regimentos do Comitê Central.



Artigo 39 – O membro do Partido que infringir os princípios programáticos, a ética, a disciplina e os deveres partidários expressos neste Estatuto, deve ser criticado no âmbito do organismo a que pertença, com espírito de educá-lo – bem como ao coletivo –, para com as obrigações e salvaguardar os interesses partidários. O mesmo poderá sofrer, segundo a gravidade da falta, sanções disciplinares.

As sanções têm como objetivo reforçar a unidade, a disciplina e a ética revolucionária do coletivo. São adotadas com base nas circunstâncias de cada caso, com razoabilidade e proporcionalidade à gravidade das faltas e ao grau de responsabilidade do membro do Partido, aplicando de forma isolada ou combinada as seguintes medidas:

a) Advertência, de caráter interno, deliberada no organismo a que pertence o(a) filiado(a) e comunicada ao imediatamente superior;

b) censura de conhecimento público, divulgada pelos órgãos de comunicação;

c) suspensão das funções nos órgãos partidários ou na bancada parlamentar por tempo determinado, por um período máximo de 9 (nove) meses, sem prorrogação, durante o qual fica o(a) sancionado(a) impedido(a) de se manifestar em nome do Partido;

d) destituição de funções nos órgãos partidários ou destituição dos cargos públicos de representação do Partido e desligamento da bancada parlamentar;

e) desligamento do Partido;

f) expulsão do Partido.

Parágrafo 1º – As sanções serão sempre adotadas pelo organismo a que pertença o membro do Partido ou, na omissão deste, pelo organismo imediatamente superior;

Parágrafo 2º – para membros integrantes dos Comitês partidários, qualquer sanção só pode ser aplicada por maioria de dois terços dos votos dos presentes, assegurado o quórum;

Parágrafo 3º – nos casos de desligamento ou expulsão, a decisão deve ser ratificada pelo organismo imediatamente superior;

Parágrafo 4º – em caso de desligamento ou expulsão de membro do Comitê Central, a decisão só pode ser adotada por maioria de dois terços de seus integrantes e deve ser ratificada pelo Congresso;

Parágrafo 5º – desligamento corresponde à desfiliação compulsória do(a) filiado(a), procedendo-se à devida comunicação à Justiça Eleitoral,

ficando o(a) sancionado(a) impossibilitado(a) de retornar à legenda pelo prazo de 5 (cinco) anos;

Parágrafo 6º – a expulsão se aplica aos casos de infração grave ou reiterada, onde houver ostensiva hostilidade ou atitudes desrespeitosas em relação ao Partido e a seus(suas) dirigentes, ou em casos de crimes infamantes ou práticas administrativas ilícitas.

Artigo 40 – O organismo a que pertence o(a) presumível infrator(a) da disciplina partidária comunicar-lhe-á por escrito as faltas que lhe forem imputadas e instaurará o processo disciplinar por intermédio da Comissão de Controle. Esta deverá ouvi-lo(a), bem como convocar testemunhas cabíveis, recolher provas preliminares, produzir relatório em até 30 (trinta) dias – contados após o encerramento da instrução do procedimento –, e levar suas conclusões à deliberação do respectivo organismo.

O(a) imputado(a) terá amplo direito de defesa, que deve compreender:

- a) Prazo de 7 (sete) dias para apresentar sua defesa perante a Comissão de Controle;
- b) apresentação de contrarrazões sobre o relatório da Comissão de Controle;
- c) participação pessoal, assegurada a defesa oral, a apresentação de provas e de até 3 (três) testemunhas, na reunião do organismo que tenha decidido a respeito das sanções.

Parágrafo Único – Onde não houver Comissão de Controle, o organismo a que pertence o(a) imputado(a) indica uma comissão responsável pelo processo disciplinar.

Artigo 41 – O(a) dirigente partidário(a) que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas de seu Comitê ou 5 (cinco) alternadas, sem justificativa acatada pelo coletivo, será considerado(a) dele destituído(a), sem prejuízo de outras sanções pertinentes, podendo ser readmitido(a) por decisão do organismo imediatamente superior, ou destacado(a) para atuar com diminuição de responsabilidades. No caso de membro do Comitê Central, só poderá ser readmitido(a) por aprovação de maioria de dois terços de seus integrantes.

Artigo 42 – Excepcionalmente, organizações partidárias podem adotar a suspensão preventiva de militantes, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias – sem caráter de sanção disciplinar –, diante de questões que afrontem

a ética partidária e que representem repercussão negativa para o Partido. Tal medida é improrrogável, adotada por maioria de dois terços dos integrantes da organização a que pertence o(a) imputado(a) e ratificada pelo organismo imediatamente superior. Até o final do prazo da suspensão, o organismo a que pertence o(a) imputado(a) deverá instaurar o processo disciplinar que for pertinente. Durante o período em questão, o(a) militante fica impedido(a) de se manifestar em nome do Partido.

Artigo 43 – Excepcionalmente, o membro do Partido pode solicitar licença das tarefas partidárias pelo período máximo de 1 (um) ano, sem prorrogação, em respeito a questões de foro íntimo. Em tais casos, fica impedido de se manifestar em nome do Partido, mas permanece sujeito à disciplina partidária, respeitando publicamente a sua orientação, e às obrigações financeiras junto ao Partido. A licença só pode ser concedida se ratificada pelo organismo imediatamente superior e a readmissão está sujeita à sua aprovação.

Artigo 44 – Qualquer organismo do Partido que infringir os princípios programáticos, a ética, a disciplina e os deveres partidários expressos neste Estatuto, em particular o disposto no inciso II do artigo 11, bem como sua orientação política nacional, sofrerá, segundo a gravidade da falta, e sem prejuízo de sanções individuais pertinentes a seus membros, uma das seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) censura pública;
- c) dissolução do organismo.

Parágrafo Único – As sanções serão aplicadas pelo organismo imediatamente superior ou, na omissão deste, pelo subsequente.

Artigo 45 – O organismo acusado receberá do organismo superior comunicação por escrito das faltas que lhe forem imputadas, nos mesmos termos do *caput* do artigo 40, assegurando-lhe amplo direito de defesa, que deve compreender:

- a) Prazo de 15 (quinze) dias para apresentar sua defesa perante a Comissão de Controle;
- b) apresentação de contrarrazões sobre o relatório da Comissão de Controle;
- c) participação de comissão composta por até 5 (cinco) membros do orga-

nismo a que se imputam as faltas, asseguradas a defesa oral e a apresentação de provas e até 3 (três) testemunhas, na reunião que decidir a respeito das sanções.

Artigo 46 – Excepcionalmente, Comitês partidários podem adotar a medida de intervenção preventiva sobre organismos que lhe são subordinados, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias – sem caráter de sanção disciplinar –, diante de questões que afrontem a orientação política nacional e a ética partidária e que representem repercussão negativa para o Partido. Tal medida é improrrogável, adotada por maioria de dois terços dos integrantes do Comitê e ratificada pelo organismo imediatamente superior. Durante o período da intervenção, é dissolvida a direção do organismo e nomeada uma direção provisória. Até o final do prazo da intervenção, o Comitê deverá instaurar o processo disciplinar que for pertinente.

Artigo 47 – De qualquer sanção disciplinar, bem como da suspensão e intervenção preventivas ou licença concedida, pode haver recurso perante a instância de nível superior, inclusive o Congresso, por parte de membros do Partido ou de qualquer organização partidária.

Parágrafo Único – Os membros ou organismos punidos com sanções disciplinares têm prazo de 15 (quinze) dias após a sentença para recorrerem por escrito ao organismo imediatamente superior, o qual deve solicitar parecer da Comissão de Controle e responder ao recurso no prazo de 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO IX – DAS COMISSÕES DE CONTROLE

Artigo 48 – As Comissões de Controle são órgãos dos Comitês partidários e têm por atribuição: promover a verificação regular do cumprimento da legalidade estatutária e dos preceitos éticos nas atividades partidárias, instaurar e instruir processos disciplinares e de recursos das várias instâncias partidárias e fiscalizar as contas do Partido. Serão eleitas pelo Comitê respectivo, compostas por 3 (três) a 5 (cinco) de seus membros. Cumprirão suas funções conforme regimento aprovado pelo Comitê Central.

Parágrafo 1º – É obrigatória a constituição de Comissão de Controle no âmbito do Comitê Central e dos Comitês Estaduais;



Parágrafo 2º – é facultativa a constituição de Comissão de Controle no âmbito dos Comitês Municipais. Na ausência dela, suas funções serão exercidas pela Comissão Política ou por comissão indicada pelo Comitê para cumprir suas funções, quando pertinente – sendo isto obrigatório para a fiscalização das contas do Partido;

Parágrafo 3º – a Comissão de Controle elege dentre seus membros um(a) Secretário(a), e presta contas regularmente de suas atividades perante o Comitê respectivo;

Parágrafo 4º – a Comissão de Controle reúne-se ordinariamente a cada reunião do respectivo Comitê; extraordinariamente reúne-se por convocação de seu(sua) Secretário(a), do(a) Presidente do Partido ou da Comissão Política.

CAPÍTULO X – ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS NAS ENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS

Artigo 49 – Os trabalhadores da cidade e do campo, aliados às amplas massas populares, à juventude e à intelectualidade avançada são as forças motrizes centrais do projeto político do Partido. O Partido prioriza a ação entre os trabalhadores, tendo presentes também o movimento juvenil e estudantil, comunitário e demais movimentos das camadas populares, entre eles os das mulheres, dos negros, dos indígenas, movimentos culturais, artísticos, de defesa ambiental, de liberdade de orientação sexual, de promoção dos direitos humanos, dos aposentados, das crianças e de adolescentes, de minorias oprimidas e discriminadas, das causas democráticas e progressistas em geral, pela paz e pela solidariedade internacional entre os povos. Combate tendências corporativistas e articula a prática desses diversos movimentos com a luta política, conforme a orientação do Partido.

A ação política de massas, em ligação com a ação nas diversas esferas institucionais, é o elemento central da intervenção e estruturação do Partido. A identidade dos(as) comunistas se legitima com o enraizamento entre os trabalhadores e o povo, atuando cotidianamente nos mais diversos domínios da vida política, social e cultural, tendo por objetivo obter conquistas para o povo e infundir consciência ao movimento no rumo do projeto político do Partido.

Artigo 50 – Os membros do Partido atuam obrigatoriamente na organização e mobilização do povo fortalecendo as entidades associativas e os movimentos sociais. Contribuem para a defesa dos interesses dos associados e das massas, respeitando, defendendo e observando a autonomia, o caráter unitário e a vida democrática dessas entidades e movimentos.

Parágrafo Único – Os(as) comunistas que são dirigentes de entidades associativas ou movimentos devem atuar em uma Organização de Base do Partido, dirigidos(as) pelo Comitê respectivo.

Artigo 51 – Quando a entidade ou movimento tiver caráter nacional ou abrangência em mais de um município, os membros do Partido que atuam em sua direção constituem uma fração, dirigida pelo Comitê Central e Comitê Estadual, respectivamente.

A fração é órgão auxiliar para coordenar a intervenção dos(as) comunistas na direção da entidade ou movimento. Não tem prerrogativas de organismo partidário e não é órgão dirigente das organizações partidárias. Indica um(a) coordenador(a) e presta regularmente contas de suas atividades ao organismo ao qual está subordinada.

Parágrafo 1º – A fração será organizada sempre que houver 3 (três) ou mais membros do Partido na direção da entidade ou movimento;

Parágrafo 2º – a atividade dos(as) comunistas na fração não exime seus(suas) integrantes de pertencer a uma Organização de Base ou Comitê partidário.

O Partido e os trabalhadores

Artigo 52 – O Partido prioriza a ação e estruturação entre os trabalhadores, atuando em seus movimentos e organizações de massa de todo tipo, desde o interior das empresas até os sindicatos e centrais sindicais, nos locais de moradia, estudo e vivência.

Parágrafo Único – Todo(a) militante comunista que atua na esfera sindical participa obrigatoriamente da Corrente Sindical Classista, esforçando-se por difundir sua plataforma de ação e para fortalecê-la, ao mesmo tempo respeitando sua autonomia orgânica.



O Partido e as mulheres

Artigo 53 – A luta contra a discriminação das mulheres tem prioridade na atuação do Partido e em sua vida interna. O Partido promove a luta pela emancipação das mulheres, pela igualdade de direitos entre gêneros, estimula a participação nas entidades comprometidas com esta causa e a preparação e formação dos quadros e militantes mulheres, definindo políticas de ampliação da sua participação nas diversas instâncias partidárias e na sua direção.

Artigo 54 – O Comitê Central convocará periodicamente uma Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher para elaborar e implementar políticas sob a ótica de gênero, consoante com as demandas da emancipação da mulher e sua participação na luta transformadora, bem como na vida partidária.

Artigo 55 – A Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher constituirá um Fórum Nacional Permanente, coordenado por uma Secretaria do Comitê Central, que será palco da construção da política emancipacionista das mulheres e de acompanhamento de sua aplicação nas diversas esferas de ação do Partido. O mandato do Fórum será exercido entre uma e outra Conferência, ou até o Congresso partidário subsequente.

O Partido e a juventude

Artigo 56 – O Partido apoia a luta da juventude brasileira, defendendo seus interesses e direitos, lutando pela concretização das suas aspirações, estimulando o desenvolvimento do movimento e da luta juvenis, contribuindo para a dinamização e o fortalecimento político, ideológico e orgânico da União da Juventude Socialista (UJS).

Todo(a) jovem comunista atua na UJS até completar 25 (vinte e cinco) anos de idade, e excepcionalmente até os 30 (trinta) se exercer cargos em sua direção.

Artigo 57 – Todo(a) jovem comunista se vincula regularmente ao Partido por intermédio de Organizações de Base ou, excepcionalmente, parti-

cipando de Assembleias de Base de jovens comunistas convocadas para fins determinados pelos respectivos Comitês, sempre com o objetivo de debater a orientação partidária e promover sua educação ideológica, observado o critério de sua atuação prioritária no movimento juvenil por intermédio da UJS.

Parágrafo 1º – É estimulada a eleição de jovens comunistas para os Comitês e Comissões Políticas, como forma de sua maior participação na vida partidária, não devendo ser indicados(as) a funções executivas no organismo partidário de que fazem parte;

Parágrafo 2º – os Comitês Estaduais podem definir situações excepcionais em que jovens comunistas tenham sua tarefa principal fora do movimento juvenil.

O Partido na luta contra a opressão racial

Artigo 58 – O combate ao racismo é parte integrante do projeto de emancipação social e nacional pelo qual luta o Partido, e envolve não apenas os(as) militantes que atuam nessa frente específica, mas todo o coletivo partidário.

Os(as) comunistas visam a desenvolver uma análise marxista sobre a especificidade da opressão racial em ligação com a luta de classes em nosso país. Apoiam e participam do movimento negro e das suas organizações, contribuindo com a formulação de políticas de combate ao preconceito e às discriminações e com a promoção da igualdade de direitos, para a superação do racismo.

CAPÍTULO XI – ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS EM CARGOS PÚBLICOS DE REPRESENTAÇÃO DO PARTIDO

Artigo 59 – A atuação dos(as) comunistas no exercício de cargos públicos, eletivos ou comissionados indicados(as) pelo Partido, ou em funções de confiança do Legislativo ou do Executivo, em todas as instâncias de governo de que o Partido participe, constitui importante frente de trabalho e está a serviço do projeto político partidário, segundo norma própria do Comitê Central. Nesses postos, os(as) comunistas devem pautar a atividade



de acordo com as normas e deliberações dos entes que integram, bem como das instâncias partidárias a que estejam subordinados(as), não podendo se sobrepor a elas. Os mandatos eletivos alcançados sob a legenda do PCdoB pertencem ao coletivo partidário soberanamente.

Em tais funções os(as) comunistas devem empenhar-se por todos os meios para:

a) Defender e difundir a orientação política e as deliberações do Partido, aplicar as decisões emanadas do órgão de direção a que estão subordinados(as);

b) zelar pelo nome do Partido, desempenhando suas funções com probidade, respeito à causa pública e aos direitos do povo, e delas prestando contas regularmente ao seu organismo;

c) participar ativamente da vida partidária, por intermédio de seus organismos;

d) empenhar-se no combate a práticas pragmáticas e burocratizantes próprias da atuação no seio do Estado vigente, manter hábitos, padrão de vida e laços sociais próprios de seu meio de origem;

e) auxiliar o Partido, com seus conhecimentos, de dados e informações a que venha a ter acesso, a compreender a realidade e desenvolver soluções inovadoras para os problemas contemporâneos;

f) efetuar as contribuições financeiras ordinárias e as especiais, referentes ao cargo que ocupam, conforme o artigo 9º deste Estatuto e as normas das direções partidárias.

Artigo 60 – Os membros do Partido no exercício de cargos públicos eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, devem manter sua militância nas organizações partidárias a que pertençam ou integrar um coletivo, nos termos do parágrafo 2º do artigo 34. Em regra, os(as) Presidentes do Partido não devem exercer cargos nos Executivos, salvo autorização expressa por parte da instância imediatamente superior; nesses casos, devem licenciar-se da Presidência.

Artigo 61 – As bancadas parlamentares em cada nível são órgãos dos respectivos Comitês partidários, mesmo no caso em que os(as) detentores(as) dos mandatos não integrem os respectivos Comitês. Serão dirigidas pela Comissão Política do Comitê respectivo, segundo regimento do Comitê Central, sob acompanhamento direto da Presidência e serão coor-

denadas pelos(as) respectivos(as) líderes. As lideranças são indicadas pela Comissão Política, após consulta aos membros da bancada.

Artigo 62 – As bancadas parlamentares em cada nível funcionam sob as regras gerais que norteiam o funcionamento dos órgãos partidários, sem desobrigar seus titulares de militarem em uma organização partidária própria. Deverão se reunir periodicamente para debater a política do Partido, as proposituras legislativas, a definição de posicionamento a ser adotado nas votações, bem como para propor os(as) parlamentares que representarão o Partido em comissões, responderão por temas definidos ou participarão de eventos nacionais e internacionais. As deliberações da Comissão Política são de cumprimento obrigatório para todos(as) os(as) seus(suas) integrantes; as deliberações da bancada devem ser ratificadas pelas respectivas Comissões Políticas. As funções de assessoria devem ser compostas em comum acordo entre o(a) parlamentar e a Comissão Política respectiva.

CAPÍTULO XII – OS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO PARTIDÁRIA

Artigo 63 – Os veículos de comunicação partidária são constituídos por um conjunto de órgãos de divulgação que se destinam ao trabalho de informação, orientação política e propaganda da orientação partidária e do socialismo. São imprescindíveis para as tarefas cotidianas de ação política, organização, formação política e ideológica, bem como para o debate e elaboração sobre temas candentes nacionais e internacionais.

O jornal *A Classe Operária*, fundado em 1925, é o órgão central do Partido. O Portal do Partido na internet é o veículo que possibilita a comunicação diária com os membros do Partido e com a sociedade em geral. A revista teórica é o instrumento de interação do Partido com a intelectualidade avançada do país e de difusão da sua produção intelectual. Difundir a imprensa do Partido é dever de todos os seus membros e de todas as suas organizações.

Parágrafo 1º – A direção dos órgãos nacionais de divulgação do Partido será nomeada pelo Comitê Central;

Parágrafo 2º – os Comitês Estaduais e Municipais poderão, sem prejuízo da responsabilidade pela circulação dos órgãos centrais do Partido, editar publicações no âmbito das respectivas jurisdições.



CAPÍTULO XIII – INSTITUTO MAURÍCIO GRABOIS

Artigo 64 – O Instituto Maurício Grabois (IMG), dotado de personalidade jurídica, direção e estatuto próprios, é órgão de cooperação do Partido para as atividades de pesquisa, elaboração e formação teórica e política. É associação de caráter teórico, científico e cultural, instrumento para a participação dos(as) comunistas na luta de ideias e para o diálogo e relacionamento com a intelectualidade marxista e progressista.

A intelectualidade avançada do país tem relevante papel no processo de transformação da sociedade, na elevação do nível de consciência dos trabalhadores e do povo brasileiro, no desenvolvimento socioeconômico, cultural, científico e tecnológico da nação, na luta pela soberania nacional. Os(as) comunistas atuam junto a ela visando ao desenvolvimento do marxismo e ao fortalecimento da luta pelo seu Programa Socialista para o Brasil.

O IMG é constituído por membros do Partido e personalidades da esfera acadêmica, cultural e intelectual, filiados(as) ou não, que se disponham a colaborar com o seu propósito, entre os quais:

a) Promover e patrocinar estudos, pesquisas e análises sobre a realidade brasileira e internacional, nas áreas política, econômica, social, cultural, tecnológica e ambiental, entre outras, por atribuição do Comitê Central; organizar, por sua iniciativa, ciclos de estudos, conferências, seminários e simpósios e outras atividades, de acordo com seu programa de trabalho; pesquisar e divulgar a história do povo brasileiro, do movimento operário e do Partido Comunista do Brasil;

b) interagir com a Escola Nacional do Partido, para promover o trabalho de formação política e teórico-ideológica dos membros do Partido por intermédio de cursos teóricos e de atualização política; assessorar, quando for solicitado, a direção do Partido e as bancadas parlamentares no desempenho de suas atribuições; prestar outros serviços técnicos ou de consultoria e assessoria aos órgãos do Partido;

c) celebrar e manter acordos, convênios e intercâmbios com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais; editar publicações, programas de TV, vídeo, cine, Internet, áudio e outros meios necessários para implementar a divulgação dos ideais partidários e as atividades de formação teórico-política.

Parágrafo 1º – Além de outras medidas que possa adotar, o Comitê Central destinará ao Instituto Maurício Grabois, anualmente, um percentual mínimo de 20% (vinte por cento) dos recursos financeiros recebidos do Fundo Partidário;

Parágrafo 2º – o Comitê Central indica os membros do Partido para atuarem na direção do IMG, respeitados os termos do Estatuto próprio da entidade;

Parágrafo 3º – os Comitês Estaduais podem propor a criação de seções do Instituto Maurício Grabois, nos termos do Estatuto próprio da entidade.

CAPÍTULO XIV – PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Artigo 65 – Constituem patrimônio do Partido os direitos e as obrigações que adquirir, bem como todos os valores, renda patrimonial, bens móveis e imóveis adquiridos com recursos próprios, por doações, legados ou por outras formas permitidas em lei.

Artigo 66 – Constituem as receitas financeiras partidárias: a) Os recursos arrecadados com a contribuição militante, nos termos do artigo 9º;

b) as contribuições voluntárias, esporádicas ou não, de membros ou simpatizantes do Partido;

c) as campanhas e os eventos de arrecadação financeira realizados pelo Partido;

d) a venda de publicações e materiais promocionais;

e) as rendas decorrentes de contratos ou convênios de natureza comercial, permitidos em lei;

f) os recursos do Fundo Partidário;

g) as outras contribuições não vedadas em lei, como doações em espécie, bens, serviços ou trabalho estimáveis em dinheiro, seja de pessoas físicas ou jurídicas.

Artigo 67 – Os Comitês do Partido têm autonomia para arrecadar e bem aplicar os recursos financeiros no âmbito de sua jurisdição, provendo as condições necessárias à boa estruturação e ao funcionamento eficiente



das organizações do Partido. Em todos os níveis, as Comissões Políticas prestarão contas de sua receita e despesa aos respectivos Comitês e à Justiça Eleitoral. Devem ser observados ainda os princípios da autossuficiência econômica e financeira do Partido, da descentralização e desconcentração das receitas; da legalidade, ética, probidade, transparência e prestação periódica das contas e controle coletivo.

Parágrafo 1º – O Comitê Central disporá em norma própria os percentuais para a distribuição dos recursos arrecadados das diversas fontes entre as diversas instâncias partidárias. Os recursos recebidos do Fundo Partidário serão distribuídos na proporção de 80% (oitenta por cento) para o Comitê Central e 20% (vinte por cento) para os Comitês Estaduais, respeitada a destinação de recursos prevista no artigo 64, Parágrafo 1º;

Parágrafo 2º – os Comitês, em cada nível, decidem sobre a administração do patrimônio social sob a sua titularidade, podendo inclusive adquirir, alienar, locar, arrendar, ou hipotecar bens, bem como receber doações e legados;

Parágrafo 3º – a administração financeira do Partido é feita pela Comissão Política em cada nível, sob responsabilidade da Presidência e da Secretaria de Finanças, que prestará contas ao Comitê respectivo uma vez ao ano, e ao conjunto do Partido por ocasião do Congresso Nacional e das Conferências Estaduais e Municipais destinadas à eleição dos Comitês;

Parágrafo 4º – quando houver, a Comissão de Controle tem a atribuição de fiscalizar e dar parecer sobre as contas prestadas pela Comissão Política; podendo exigir justificativas e notas explicativas, com livre acesso a toda documentação necessária para bem desempenhar suas funções. O parecer do Comitê respectivo é condição prévia para a apresentação da prestação de contas ao Comitê do Partido e à Justiça Eleitoral;

Parágrafo 5º – os membros do Partido não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome do Partido, mas poderão ser responsabilizados juridicamente por malversação dos recursos e patrimônio partidário, ou por danos causados ao Partido, se violarem os princípios da legalidade e probidade, os preceitos deste Estatuto, bem como as normas das direções partidárias.

Artigo 68 – O Partido não arcará com ônus de quaisquer transações financeiras efetuadas em seu nome ou com número de seu CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) por quaisquer pessoas, filiadas ou não, salvo

com expressa autorização da Secretaria de Finanças ou do(a) presidente da Comissão Política respectiva.

Parágrafo 1º – Cada instância partidária deverá dispor de CNPJ próprio;

Parágrafo 2º – constitui falta grave a utilização, por parte de instância ou de filiado(a), do CNPJ de qualquer instância partidária sem autorização expressa dos responsáveis – sendo passível de sanções disciplinares pertinentes.

Artigo 69 – A prestação de contas do Partido obedecerá aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente às disposições gerais constantes da NBCT-10.19 (entidades sem finalidade de lucros) e a demais regras inscritas em lei, inclusive:

a) A realização de escrituração contábil sob a responsabilidade de profissional habilitado em contabilidade, de forma a permitir a aferição da origem de suas receitas e a destinação de suas despesas, bem como a aferição de sua situação patrimonial;

b) a obrigatoriedade de prestação de contas à Justiça Eleitoral, até o dia 30 de abril de cada ano, referente ao exercício findo;

c) a utilização do Plano de Contas das agremiações partidárias, fornecida pela Justiça Eleitoral, em seus balanços anuais e nos balancetes dos anos eleitorais, bem como outras determinações de lei;

d) a vedação da contabilização de qualquer recebimento ou dispêndio referente ao Instituto Maurício Grabois, ressalvados os investimentos que nele fizer que integrarão a contabilidade própria do Instituto.

CAPÍTULO XV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 70 – O Partido Comunista do Brasil utiliza a sigla PCdoB e o número eleitoral 65. Seu emblema é constituído por uma foice e um martelo, cruzados, simbolizando a aliança dos trabalhadores da cidade e do campo. A bandeira compõe-se de um retângulo horizontal vermelho, tendo ao centro o símbolo em amarelo e a sigla em branco.

Artigo 71 – O PCdoB tem sede nacional, domicílio e foro em Brasília, Distrito Federal.



Artigo 72 – Este Estatuto entrará em vigor após sua aprovação em Congresso e publicação no *Diário Oficial da União* e na imprensa partidária. Será registrado no Ofício Civil competente e encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral para o mesmo fim.

Parágrafo Único – Qualquer diligência, retificação ou modificação que porventura venha a ser determinada pela Justiça Eleitoral será decidida e encaminhada pelo Comitê Central.

11º Congresso do Partido Comunista do Brasil
Brasília, 22 de outubro de 2005.

O presente estatuto foi aprovado pelo 11º Congresso do PCdoB realizado entre os dias 20 e 23 de outubro de 2005 em Brasília. Foi publicado no *Diário Oficial da União*, seção terceira, nas páginas 159 a 163 no dia 23 de novembro de 2005, registrado no 1º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas de Brasília sob o protocolo de microfilmagem n. 00067459 de 22 de novembro de 2005 e protocolado no Tribunal Superior Eleitoral sob o n. 14219/2005 em 2 de dezembro de 2005. Foi publicado também na edição n. 282 de *A Classe Operária*.



Em nome do 11º Congresso, Haroldo Lima homenageia João Amazonas

Homenagem do 11º Congresso ao legado de João Amazonas *Em homenagem a João Amazonas*

Haroldo Lima

Era um homem que falava pouco de si próprio. Fazia história, mas esmaecia a sua própria história. Nas últimas seis décadas, seu rastro permeia a trajetória de lutas da classe operária e do povo brasileiro. Homenageá-lo é seguir essa trajetória nela identificando as digitais do homem a quem este Congresso agora reverencia, João Amazonas de Souza Pedroso.



Corria o ano de 1935. No mundo crescia o nazi-fascismo, que também se ensaiava pelo Brasil. Para fazer-lhe frente, foi organizada a Aliança Nacional Libertadora – que passou a se desenvolver pelo país afora com seu lema “Pão, Terra e Liberdade”.

Em Belém, “o jovem Amazonas, de 23 anos, balançava-se em uma rede quando escutou pelo rádio o chamado para um comício dessa Frente. Pulou da rede, foi para o comício. Empolgou-se. No dia seguinte, pediu para ingressar na ANL e dias depois foi convidado a entrar para o agrupamento que dirigia a frente, o Partido Comunista do Brasil. Começava assim uma militância que se desenvolveria por 67 anos e que desde logo fez o batismo de fogo naquele jovem: quinze dias de cadeia por organizar sindicato. Depois, nova cadeia, de um ano e meio, em consequência do Levante de novembro de 1935. E já estava completando um ano na sua terceira prisão quando toma conhecimento, em junho de 1941, de que a Alemanha nazista invadira a União Soviética.

Amazonas estava preso com outro jovem com o qual iria militar por toda a vida, Pedro Pomar. Os dois, e mais alguns, no cárcere sentiram-se atingidos com aquela agressão à Pátria Socialista e juraram fugir da prisão para continuar a luta. Evadiram-se dois meses depois e rumaram para a então capital da República, o Rio de Janeiro, onde conheceram Maurício Grabois. Pouco depois, em 1943, a mesma Conferência da Mantiqueira que elege Prestes, ainda preso, secretário-geral do Partido, elege também para seu Comitê Central João Amazonas.

Derrotado o nazi-fascismo na Segunda Guerra, cresce bastante o prestígio dos comunistas, pois afinal fora o Exército Vermelho que basicamente derrotara Hitler. Um clima de liberdade se espraia pelo Brasil, vem anistia e eleições.

Mas os trabalhadores estavam, naquele momento, bastante desorganizados. Amazonas lidera então o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), que preparou um Congresso Sindical em setembro de 1946 nos belos salões do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, quando se criou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, a CGTB.

Nas eleições que se seguiram, em dezembro de 1945, o Partido já aparece com sua fisionomia, lança um candidato a presidente da República, consegue 10% dos votos, elege 14 deputados federais, o deputado mais bem votado do Distrito Federal, João Amazonas, o segundo mais bem votado do mesmo Distrito Federal, Maurício Grabois, e o senador mais votado

da República, Prestes. A bancada tinha outros nomes de projeção, como Carlos Marighela, Jorge Amado, Gregório Bezerra, Milton Caíres de Brito e o líder ferroviário Claudino Silva, único negro em toda a Constituinte.

Menos de dois anos depois, em 1947, o Partido foi de novo posto na ilegalidade. Os pretextos foram vários, mas a razão de fundo uma só: estava crescendo muito. Amazonas nunca mais voltou a se candidatar ao Parlamento. Empenhou-se em entender seu país, o mundo e o socialismo.

Seu papel em 1962 foi decisivo. Após a morte de Stalin, em 1953, os comunistas de todos os países viram, surpresos, em 1956, o Partido Comunista da URSS, em seu XX Congresso sob a batuta de Nikita Krushev, desfechar crítica arrasadora contra a experiência de construção do socialismo na URSS, pretextando erros da direção de Stalin. Se bem que erros ocorram, e de gravidade, era injusta a crítica unilateral, totalizante e negativista àquela experiência.

A repercussão desses fatos no Brasil desencadeou grande polêmica. Na direção do Partido surgiram opiniões que defendiam tantas mudanças de rumo que se perdia o rumo. Foi aprovada a Declaração de Março de 1958 que era, assim, sem rumo, ou sem rumo socialista. No mesmo sentido, apareceram as Teses para o V Congresso, convocado para 1960. A polêmica incendiou-se.

Amazonas encabeçou a crítica à linha da Declaração de 1958 e das Teses, que ele chamou de “linha confusa e de direita”. Escreveu: “O Partido deve incluir no âmbito de suas atividades a luta pelas reformas”, mas não pode “desligar a luta pelas reformas de seus objetivos maiores”. Observou que um Partido revolucionário cuja política “se limita a simples reformas” não é revolucionário e “não consegue atrair” os setores avançados da população. Advertiu que o Partido “precisa dizer às massas as causas profundas da sua difícil situação” e, mais que isso, “dar uma perspectiva clara para o povo”. E concluiu: “Manifesto-me contra a linha da Declaração e das Teses” (*Novos Rumos*, números de junho de 1960).

O clima abrasado do Congresso produziu ardência e pouca luz e optou-se por excluir do novo Comitê Central Amazonas e diversos camaradas que haviam reorganizado, pouco antes, o Partido na Mantiqueira.

Eis que em agosto de 1961, indo além das posições de “direita” que prevaleceram no V Congresso, *Novos Rumos*, o jornal do Partido, comunica que alterações de fundo serão feitas no Programa do Partido, em seus Estatutos e no seu nome – que deixaria de ser Partido Comunista do Brasil

e passaria a Partido Comunista Brasileiro, supostamente para facilitar seu registro legal. Nem o V Congresso tinha ido tão longe.

A reação de Amazonas foi imediata. Junto com Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli, Lincoln Oest, Elza Monnerat, Ângelo Arroyo e outros denunciaram que aquilo significava a criação de um outro partido e convocaram uma Conferência Extraordinária para discutir a questão. Tal Conferência se reuniu em fevereiro de 1962 e reorganizou o Partido, mantendo aspectos centrais de seu Programa, seus Estatutos e seu nome de fundação Partido Comunista do Brasil. Só a sigla antiga foi alterada, surgindo a marca PCdoB em lugar da antiga PCB.

O gesto daquela plêiade de comunistas, tendo à frente Amazonas, Grabois e Pomar, teve enorme significado e é responsável por estarmos aqui. Olhando mais de perto, aquele gesto assegurou a continuidade do Partido fundado em 1922, mas não uma continuidade linear.

Podemos dizer que o Partido pós-1962, o PCdoB, por um lado, é a continuidade do velho Partido de 1922, mas, por outro, é fruto de concepções diferentes das que predominaram no antigo Partido e que deram na “linha confusa e de direita” do V Congresso. Mais que isso: o Partido vem desenvolvendo, de 1962 para cá, um pensamento novo, terminando por ter hoje um pensamento comunista desenvolvido nas condições do Brasil.

Esse pensamento, segundo formulações que passamos a citar livremente de João Amazonas, destaca a necessidade da interligação de dois conceitos básicos na política do Partido: de “objetivo” e de “movimento”. Quando se sustenta o “objetivo” de forma abstrata há o risco de “menosprezar a política em curso no país”, quando se agarra unilateralmente ao “movimento”: o de cair na “política do dia a dia”. A propaganda e a agitação de nossos objetivos são indispensáveis, “mas não bastam”, é necessário “esforço para elevar o grau de consciência e a combatividade das massas” e elevar sua organização. Tudo isso é que é “acumular forças” e “construir Partido”. É necessário “participar da vida política em curso no país”, estar presente nos “pleitos eleitorais”, ter em conta que “acordos e compromissos são inevitáveis” e que se deve “ampliar” a base de apoio das lutas para se poder ir mais a fundo nos pleitos (*Novos Rumos*, números de julho de 1960).

Foi a prática e a elaboração coletiva que permitiram o surgimento desse pensamento marxista-leninista do PCdoB sobre a política nas condições brasileiras. Mas o seu formulador maior sempre foi João Amazonas.

A clarividência de Amazonas revelou-se novamente por ocasião do exa-

me do golpe de 1964 e suas saídas. Na VI Conferência ele prognosticou que a ditadura iria demorar e que a saída daquela exceção teria de passar por uma “Assembleia Constituinte livremente eleita”. Era junho de 1966, a Constituinte chegou 20 anos depois.

Na continuidade o Estado de Direito foi negado, o Parlamento cerceado, o sindicalismo submetido, a imprensa censurada, a cultura monitorada, as eleições supressas ou deformadas. Os que, a despeito de tudo, protestavam ou divergiam podiam ser presos, torturados ou mortos.

O PCdoB acompanhou atentamente o processo de encasulamento completo da liberdade no país. E decidiu: em situações desse tipo um povo brioso tem o direito de trocar a arma da crítica pela crítica das armas. E o Araguaia surge dessa consciência dramática e da têmpera do nosso Partido.

Mais uma vez quem liderou essa opinião no seio do Partido, quem pensou os detalhes do plano guerrilheiro e quem foi residir no Araguaia para conduzir o processo foi Amazonas. Para lá foram outros 69 quadros do Partido, alguns dos mais destacados, como Maurício Grabois, o metalúrgico Ângelo Arroyo, Oswaldo Costa, o Oswaldão, Elza Monnerat, Elenira Rezende, Dinaelza Coqueiro e tantos outros, a quem neste momento rendemos nossa homenagem.

Por essa época, a Ação Popular, um agrupamento jovem e aguerrido que militava bravamente contra a ditadura, preparava-se para se incorporar ao PCdoB, depois de longo debate ideológico e político. O aparecimento do Araguaia acentuou a importância e a urgência da ida ao PCdoB, para fortalecê-lo naquele momento dramático. Na mais completa clandestinidade, em pleno curso da luta guerrilheira, Amazonas e Pomar recebem a mim e a Renato. Expusemos a decisão da AP de se incorporar ao Partido, especialmente face à emergência do Araguaia, para ajudar na luta, sob a forma que fosse, onde preciso fosse. Nenhum cargo diretivo foi pleiteado. Amazonas olhou-nos, escutou-nos e disse: “No Brasil é um ato de coragem querer entrar para um partido como o PCdoB; com o início do Araguaia, nós todos estamos condenados; entrar agora é colocar o nome na lista dos condenados, e é o que vocês estão fazendo; recebam nosso abraço pela coragem com que estão se comportando”. Sentimos que aquela elevada valorização se dirigia à destemida juventude de nosso país, de onde provinha a maioria da militância da AP.

O Araguaia foi derrotado, mas cumpriu um papel de destaque na luta antiditatorial e foi para as páginas da história do Brasil. João Amazonas



escapou por acaso de ser ali trucidado. Nas avaliações internas da luta, na busca das lições a se extrair do feito, sua defesa do acontecido, o realce que dava ao significado daquela luta – tudo ele fazia com densidade, rigor e profundidade, mas também com o sentimento de um apaixonado. Quando estava prestes a morrer pediu que suas cinzas fossem jogadas no Araguaia.

As grandes greves do ABC paulista, do final da década de 1970, e a Anistia de 1979 mostraram que a ditadura estava cambaleante. As eleições de 1982 reforçaram as fileiras democráticas no Congresso Nacional e daí surge, em 1983, a campanha das Diretas-Já.

A campanha foi um exemplo de amplitude, dela participando presidentes de partidos, governadores de estado, prefeitos de capitais, artistas, jornalistas etc. O povo se empolgou e as jornadas das Diretas-Já foram das maiores já vistas no Brasil. Entretanto, a despeito do enorme apoio popular, elas não foram aprovadas no Congresso, por poucos votos.

Colocou-se então o problema do que fazer em seguida. No Congresso surgiram setores que começaram a articular um movimento chamado Só-Diretas. A ideia era responder à derrota das Diretas-Já com uma espécie de boicote ao Colégio Eleitoral. E João Amazonas não concordou com isso.

Em primeiro lugar ele partiu para ganhar seu Partido, com argumentação sólida e irretocável. Dizia João que toda nossa luta era para pôr fim ao regime dos militares e abrir uma quadra nova na vida brasileira. A forma de fazer isso a vida apontaria. Há vinte anos lutamos, dizia, e não hesitamos em ir ao Araguaia. A campanha das Diretas-Já fora uma oportunidade de ouro para virar essa página. Mas perdemos. Mas perdemos por pouco e ficamos em posição de força. Ir ao Colégio Eleitoral, agora, não é ir para fortalecê-lo. Com um candidato democrata que se comprometa a ir ao Colégio Eleitoral para acabar com ele, poderemos pôr fim à ditadura.

Assim Amazonas ganhou o seu Partido. Mas não ficou aí. Franzino, mas lépido, ele, o homem do Araguaia, foi para Belo Horizonte conversar com o governador mineiro Tancredo Neves. Mostrou a Tancredo que a hora era aquela e que aquela oportunidade não poderia ser perdida. Que Tancredo teria de articular apoios no Colégio, comprometendo-se a acabar com o mesmo. Que o povo brasileiro entenderia o alcance democrático de sua posição e que os comunistas o apoiariam e diriam abertamente por que o apoiavam.

Miguel Arraes, posteriormente, relatou ter ouvido Tancredo dizer como aquela conversa com Amazonas fora importante para a tomada de sua po-

sição favorável a renunciar ao governo de Minas e ir ao Colégio Eleitoral para acabar com ele.

Em Brasília, o Grupo Só-Diretas continuava se movimentando e havia uma certa ideia de que posição de esquerda era aquela. Amazonas, em meu apartamento funcional, resolveu fazer reuniões com parlamentares democratas de todas as tendências. Houve reuniões em que não havia lugar para se sentar, mas havia silêncio para escutar João. Defecções começaram no Só-Diretas, que depois se desfez.

A 18 de janeiro de 1985 o Colégio Eleitoral se reúne. Tancredo é eleito presidente da República e em sua primeira fala proclama “esta foi a última eleição indireta do País”. Como Amazonas dissera.

Grande perda foi a morte de Tancredo. Deu José Sarney na Presidência, que começou acabando com a censura à imprensa, retirando intervenções em sindicatos, reconhecendo as centrais sindicais – CUT e CGT –, legalizando a União Nacional dos Estudantes e os partidos proscritos, como o PCdoB. Convidou para ir ao Planalto e ao Alvorada o próprio Amazonas. E convocou a Constituinte. Foram medidas que impressionaram vivamente João Amazonas.

A Constituinte de 1987-1988 foi o grande acontecimento que se seguiu ao fim do regime militar. Como presidente do Partido, cabia a Amazonas acompanhar a bancada comunista em Brasília. Ele praticamente se mudou para lá e acompanhou e participou das discussões constituintes em detalhe. A bancada do PCdoB apresentou, na Constituinte, segundo o Prodasen, 1.003 emendas, das quais 204 foram aprovadas total ou parcialmente. Pois bem. Amazonas participou da elaboração de quase todas.

Nessa trajetória, desde o início das Diretas-Já, encontros com políticos eram frequentes, sendo dignas de registro as reuniões havidas entre Amazonas, Brizola, Arraes e Lula. Como destes só Lula está vivo, e com saúde plena, a lembrança dessas reuniões vale como registro de uma época que já se foi.

A Constituição votada apontou 1989 como o ano da primeira eleição direta para presidente da República desde 1960. Nessa ocasião é que entra nas cogitações políticas o nome de Lula para presidente.

Podemos imaginar a alegria de João Amazonas quando verificou ser real a hipótese de um operário chegar à Presidência da República. Impressionavam-no a confiança e a esperança que Lula despertava na multidão. Alegrou-o saber que todo aquele prestígio vinha da história de luta daquele companheiro que, além de tudo, tinha marcas plebeias impercíveis. Con-

tando com candidato tão promissor, o ponto-chave a ser trabalhado era a constituição de uma frente progressista dotada de um Programa.

A coligação que apresentou Lula pela primeira vez como candidato à Presidência da República, em 1989, tomou o nome de Frente Brasil Popular por sugestão de Amazonas. Formavam a frente o PT, o PSB e o PCdoB – uma frente de esquerda, portanto. A campanha empolgou o eleitorado, seu candidato quase consegue a vitória. Desempenho excelente também teve Lula nas campanhas que se seguiram. Quase consegue vitórias.

Mas Amazonas tinha um ponto de vista que expunha desde a primeira campanha: nas condições atuais brasileiras, inseridas nas condições da América Latina e do mundo, seria muito difícil a esquerda sozinha, ou uma frente de esquerda, ganhar uma eleição presidencial. Daí a insistência de João para que se procurasse ampliar a frente, com pessoas honestas, brasileiras de nascimento e de espírito, gente capaz, que representasse melhor esse estrato liberal-democrático da nacionalidade. A frente poderia ser ampliada sem renúncia de sua direção, teria um caráter de centro-esquerda e, ampliada e sob direção justa, poderia conseguir objetivos maiores.

Ficou alegre quando soube que Lula, na articulação de sua quarta campanha – a de 2002 –, procurava ampliar a frente. Disse-lhe pessoalmente, na sede do PCdoB, em São Paulo – provavelmente a última vez que avistou Lula –, que a escolha de José Alencar para seu vice era muito boa. Que isto permitiria levantar, durante a campanha, bandeiras amplas, expressão dos anseios não apenas de uma facção de brasileiros, mas de todos.

Amazonas não chegou a ver a vitória de Lula nas eleições de 2002.

Faleceu, cinco meses antes. Perante seu corpo, velado na Assembleia Legislativa de São Paulo, a despedida que o Comitê Central do Partido lhe fez foi escutada por Lula e terminava mais ou menos assim.

“João, você muito nos ensinou. Mais com o exemplo do que com a palavra. Exemplo de firmeza, simplicidade, flexibilidade, bravura e candura. Por isso, quando você se vai, ficamos desolados, mas não órfãos. Porque você semeou dragões e educou-nos na arte da luta.

Ensinou-nos a ver a essência dos fenômenos que ficam atrás das aparências enganosas. Quando parecia que o socialismo estava caindo pelo mundo afora e muitos abandonavam símbolo, nome e cor, você nos disse – calma, o que está sucumbindo é uma experiência socialista, não o socialismo e o que nos cabe fazer é levantar alto e com orgulho nosso símbolo, nome e cor.

Ensinou-nos a ver nosso Brasil na sua grandeza e diversidade, sem soluções fáceis, mas com soluções possíveis, onde a capacidade de se encontrar saídas depende do rumo justo que se adote. E ensinou-nos a manter seu Partido sintonizado com o povo, com a têmpera que o levou ao Araguaia, com a flexibilidade que o fez ir ao Colégio Eleitoral, com a lealdade com que apoia aliados como Lula, desde 1989. Nós lhe prometemos, João, que haveremos de tudo fazer para sermos seus dignos seguidores”.



A operária Eremi Fragoso entrega rosas para Edíria Carneiro Amazonas na homenagem que o 11º Congresso prestou a João Amazonas

O imperialismo não é invencível



José Reinaldo Carvalho

A humanidade vive atualmente sob intensa ofensiva do imperialismo, em especial o norte-americano, que afeta os direitos dos trabalhadores e a soberania das nações. Está em curso uma onda conservadora, um ciclo contrarrevolucionário, uma ofensiva dos EUA para impor sua supremacia sob cujo influxo são liquidadas as grandes conquistas democráticas e sociais alcançadas no século XX, produtos de lutas revolucionárias e da existência durante décadas do sistema socialista em grande número de países. Sob essa ofensiva retrocedem os valores progressistas, as ideias avançadas e campeia toda sorte de concepções retrógradas e contrarrevolucionárias. É o período mais sombrio e perigoso da história moderna, carregado de ameaças à civilização e à própria sobrevivência da humanidade.

Agudos e inarredáveis são os impasses do sistema capitalista. As políticas econômicas impostas pelo capital financeiro engendram situações sociais monstruosas, configurando a existência de um modelo econômico insustentável, condenado a perecer. Aumenta a espoliação dos países pobres pelos imperialistas, intensifica-se a superexploração da classe operária, prossegue a ofensiva de classe que consiste no corte de direitos sociais. Nenhuma reforma cosmética nos marcos do capitalismo afigura-se capaz de oferecer perspectivas de desenvolvimento progressivo, com a recuperação da soberania nacional e o resgate da justiça social. O neoliberalismo causou danos irreversíveis aos trabalhadores e aos povos, somente superáveis com rupturas revolucionárias e a transição para o socialismo.

No plano político, os povos se veem diante de uma desenfreada militarização, de tendências autoritárias, de ataques aos direitos democráticos e principalmente defrontam-se com a estratégia de dominação do imperialismo norte-americano, que consiste na imposição do seu poder através da ocupação de países, da intervenção política e militar, da realização de guerras preventivas e pró-ativas, sob o pretexto de combater o “terrorismo” e o chamado “eixo do mal”. O imperialismo norte-americano consagrou a agressão militar, a intimidação, o terrorismo de Estado como os métodos preferenciais para o exercício de sua hegemonia, tornando letra-morta o direito internacional, aviltando a ONU e demais organismos multilaterais e inviabilizando a solução dos conflitos pela via diplomática.

Expressando a essência de sua natureza imperialista e manifestando as tendências que emanam das camadas profundas do sistema capitalista e da decadente sociedade estadunidense, o governo ultraconservador de George W. Bush traçou a estratégia de imposição da supremacia norte-americana no mundo utilizando o seu imenso poder militar e declarando guerra a todos os povos e nações que constituam obstáculo à concretização dos seus desígnios. É a posição que o imperialismo adota num quadro de agravamento das contradições do sistema capitalista. É a sua resposta às evidências do declínio de sua hegemonia econômica. O imperialismo, ao declarar a guerra infinita, lançou a humanidade numa época de horror infinito. Quando uma sociedade não encontra senão na guerra as “soluções” para os seus problemas econômicos e sociais, tem-se a clara indicação de que está anunciando o começo do seu fim.

No debate congressional dos comunistas brasileiros, constatamos com realismo e otimismo revolucionário que o exercício do poder imperialista e as manifestações da crise sistêmica do capitalismo provocam contratendências e despertam a resistência dos trabalhadores e dos povos. Os povos do mundo resistem e lutam pela paz, pela independência nacional, contra a espoliação e a exploração engendradas pelo sistema capitalista e suas políticas neoliberais. Os comunistas não devem ofuscar sua visão por contrabandos ideológicos funcionais à ofensiva do imperialismo. Está hoje em voga rotular de “catastrofista” todo diagnóstico agudo sobre a crise do capitalismo e de “voluntarista” a constatação de que não resta ao proletariado e aos povos outro caminho senão a acumulação revolucionária de forças visando à ruptura com o sistema dominante. Normalmente esses ataques encobrem uma conduta defensivista, antítese da tática revolucionária, e servem de

escudo ao pragmatismo, que não é outra coisa senão uma justificativa para se adaptar aos limites estreitos do possibilismo, buscando assim formas de convivência com a ordem neoliberal. Nós comunistas devemos recorrer criativamente ao instrumental teórico do materialismo dialético e histórico a fim de encontrar saídas para a encruzilhada histórica trágica em que vive a humanidade. E acima de tudo trabalhar para infundir nos povos a compreensão de que ou lutam contra as brutais políticas impostas pelo sistema capitalista-imperialista ou sucumbirão à barbárie seja pela manifestação ainda mais violenta das chagas sociais, seja pela devastação ambiental, seja pelas guerras.

É falsa a ideia de que não há alternativa ao neoliberalismo e ao domínio do imperialismo. Longe de ser uma conclusão realista, é antes uma leitura equivocada da realidade, uma adaptação capitulacionista a uma correlação de forças assaz desfavorável e a um quadro político sobejamente difícil às forças revolucionárias. Na verdade, o criador de semelhante conceito é o presidente dos Estados Unidos, George Bush, segundo o qual desde a queda da União Soviética passou a existir um modelo único e sustentável para o sucesso nacional – o da liberdade, democracia e livre iniciativa, conforme suas palavras. E que estaria condenado ao fracasso e seria considerado um integrante do chamado eixo do mal qualquer país que rejeitasse esse caminho e modelo. Também nós tivemos os cultores e pregoeiros do modelo único. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a chamar a globalização capitalista de “novo renascimento”. Foi rechaçado pelo povo brasileiro.

Côncios das dificuldades, da dimensão dos desafios e das nossas responsabilidades como força da luta nacional e social transformadora, nós comunistas brasileiros, certos de compartilharmos a mesma opinião e sentimento com as correntes revolucionárias do mundo, ousamos proclamar desta tribuna do 11º Congresso do PCdoB: O imperialismo não é invencível e será derrotado! Não nos desmentem a resistência iraquiana, a luta heroica dos palestinos, a resistência tenaz de Cuba, as lutas democráticas e patrióticas em toda a América Latina, os avanços da Revolução Bolivariana, o movimento pela paz, a luta social dos trabalhadores contra as políticas neoliberais. Para os povos a alternativa é lutar, abrir caminhos, resistir, acumular forças. Capitulur jamais! Aos comunistas corresponde-nos o dever de descortinar perspectivas, elaborar orientações e consignas justas e de adotar corretos procedimentos estratégicos e metodológicos na organização, com



longo fôlego, da nova luta anti-imperialista e da estratégica renovada de luta pelo socialismo.

Atividade internacionalista

É nesse quadro contraditório que assume destaque no conjunto do trabalho político e ideológico, de massas e organizativo, a dimensão internacionalista de nossa atividade. Mantendo como referência básica as lutas do povo brasileiro por sua libertação nacional e social, o PCdoB compreende que nos tempos atuais recobra força e importância a ação internacionalista. A ofensiva mundial do imperialismo e da burguesia contra a soberania nacional, a democracia e os direitos dos trabalhadores e povos impõem às forças revolucionárias e progressistas uma ação conjugada que se traduzirá por diferentes formas de cooperação e coordenação de esforços. Objetivamente, à ação coordenada e globalizada do imperialismo se oporá a ação coordenada e globalizada dos povos. As jornadas simultâneas pela paz, o Fórum Social Mundial, as campanhas continentais por reivindicações que ultrapassam as fronteiras nacionais, dialeticamente conjugadas com as lutas nacionais de cada povo e as lutas de classes dos trabalhadores em âmbitos nacionais, constituirão cada vez mais a tônica de nossa atividade e de nosso movimento.

Correlatamente, surgirão formas próprias de cooperação, de coordenação de esforços e de organização – as quais, examinando caso a caso, devemos apoiar. Além de uma variadíssima gama de movimentos e organizações de massas em âmbito internacional, devemos concentrar nossa atenção nos espaços internacionais de cooperação entre partidos e movimentos políticos.

Nesse aspecto, cabe destacar que o principal compromisso do PCdoB é com o relançamento e o fortalecimento dos partidos comunistas e de sua unidade. Por essa razão, o nosso Partido participa do Encontro de Partidos Comunistas e Operários que se reúne anualmente desde 1998 em Atenas, Grécia. A oitava versão desse encontro, cuja preparação ficou a cargo de um grupo de trabalho do qual fez parte o PCdoB, se concretizará em novembro deste ano, tendo como tema central as tendências atuais do capitalismo, seus reflexos na vida política e a alternativa dos comunistas. Trata-se da mais ampla iniciativa de caráter multilateral tendo em vista agrupar os partidos comunistas, desde a derrocada do campo socialista no início dos

anos 90 do século XX. Conta com a presença de entre 70 e 80 partidos comunistas, entre eles os partidos no poder. A avaliação do nosso Partido de que ainda não amadureceram as condições para a criação de instâncias orgânicas do movimento comunista, ou mesmo para a formação de um polo comunista rigidamente estruturado, permanece válida. Mas sem sombra de dúvidas, os Encontros de Atenas constituem um significativo passo para o fortalecimento da corrente comunista no mundo.

Valorizamos ainda, dela tomando parte ativa, a reunião dos partidos comunistas da América Latina e da Europa, que se realiza desde 2001 na América do Sul. De dimensões menores, é também um encontro de grande utilidade para o fortalecimento da cooperação entre os partidos comunistas.

Em correspondência com a política ampla de nosso Partido e com a justa concepção de que é necessário criar sistemas de alianças flexíveis e de largo espectro para combater o imperialismo, a participação em fóruns com caráter de frente multipartidária e de movimentos políticos e sociais é um dos aspectos mais importantes de nossa atividade internacionalista. Assim, o nosso Partido tem sido uma força atuante no Fórum de São Paulo, articulação de correntes de esquerda e de centro-esquerda, criada em 1990. Já em sua 12ª edição, o Fórum de São Paulo consolidou-se, apesar dos muitos momentos de impasses decorrentes das dificuldades de convivência entre forças revolucionárias e reformistas. Sem abrir mão dos princípios revolucionários, o nosso Partido atua nesse âmbito com espírito unitário, lutando pela afirmação do caráter anti-imperialista do Fórum de São Paulo. Da mesma maneira, participamos do Congresso Bolivariano dos Povos, na Venezuela, em que se reúnem partidos, movimentos políticos e sociais.

Os temas candentes

A atividade internacionalista do PCdoB não transcorre à margem da vida. Ela está intrinsecamente ligada aos grandes embates políticos e sociais em curso no Brasil, na região e no mundo. Em grande medida, essa atividade consiste em abrir novos caminhos para a luta pela libertação nacional e o socialismo, nas novas condições do mundo contemporâneo; em formular, em cooperação com outros partidos comunistas e progressistas e em consonância com nossa linha política geral, as palavras de ordem e os procedimentos táticos para a acumulação revolucionária de forças; e em

participar ativamente das amplas e combativas ações de massas com caráter anti-imperialista.

Nas condições em que o imperialismo colocou no centro de sua estratégia de dominação a guerra e as ocupações de países, passa para o primeiro plano da atividade política internacionalista do Partido a luta pela paz e contra a guerra imperialista. Trata-se de bandeira revolucionária com profundo caráter popular, patriótico e de classe, porquanto se volta para o combate à própria essência da política das grandes potências capitalistas, principalmente os EUA. É uma bandeira que, por sua amplitude e por responder às aspirações da humanidade progressista, é capaz de aglutinar e pôr em movimento milhões de pessoas.

A luta pela paz está intrinsecamente ligada com a solidariedade ativa aos povos e países agredidos pelo imperialismo. A resistência heroica dos povos iraquiano e afegão, primeiras vítimas das guerras preventivas da administração Bush, deve merecer dos comunistas o mais decidido apoio. Outrossim, o povo palestino é depositário da nossa solidariedade em sua luta contra a ocupação sionista-imperialista e pela criação do seu Estado nacional.

A atividade internacionalista do Partido Comunista do Brasil direciona-se em grande medida para fortalecer as tendências progressistas em curso na América Latina e a luta pela integração de países e povos, com caráter soberano e anti-imperialista. Nesse sentido, o Partido se incorpora às iniciativas de governos progressistas da região, a começar pelo governo brasileiro do presidente Lula, que deram partida a variados processos de integração, todos eles alternativos e contrapostos à Alca – plano anexionista e neocolonialista que continua repudiado pelos povos latino-americanos e deve continuar merecendo a oposição firme e multifacética do nosso Partido e de demais forças progressistas brasileiras. No efervescente cenário político latino-americano, a atividade internacionalista do nosso Partido deve continuar priorizando a solidariedade à Cuba socialista, à Venezuela bolivariana e a todos os processos de luta com caráter libertador. Devemos combater o Plano Colômbia e quaisquer tentativas intervencionistas dos Estados Unidos. Nesse sentido, é preciso aguçar a vigilância, tendo em conta a proposta lançada na OEA, condenada pela maioria dos países que formam parte desse organismo, de criar mecanismos de controle e monitoramento do funcionamento da democracia e as perigosas cedências feitas pelo governo paraguaio à pressão militar estadunidense.

No mundo de hoje, avulta a contradição entre as nações soberanas e o

sistema imperialista. Disso decorre uma tendência progressiva que consiste na luta pela afirmação da soberania nacional dos países em desenvolvimento que se traduz em um sem número de eventos internacionais, inclusive nos terrenos econômico, comercial e diplomático, que o nosso Partido valoriza como uma importante frente de luta, tendo em conta como fator positivo a política externa do governo brasileiro, centrada na defesa da soberania nacional de nosso país e de todos os países em desenvolvimento.

No quadro geral da luta dos povos, a existência de países socialistas desempenha influência positiva. A atividade internacionalista do PCdoB tem como um dos seus principais aspectos a solidariedade com esses países e com os partidos comunistas que conduzem em condições adversas e peculiares esses diferentes processos de transição e construção da nova sociedade.

À guisa de balanço

A atividade internacionalista do nosso Partido demonstrou ser parte indissociável do trabalho político geral do Partido. A linha política executada foi a do 10º Congresso, com as peculiaridades e os matizes próprios de cada situação concreta.

A política de guerra do imperialismo estadunidense recebeu a mais enérgica condenação. Tivemos o discernimento de identificar na luta pela paz, contra a guerra imperialista e suas políticas agressivas e intervencionistas a grande bandeira capaz de mobilizar as amplas massas populares e forças políticas. Transmitimos essa compreensão a todos os fóruns multilaterais de que participamos, orientamos os militantes e nossa área de influência a participarem ativamente das mobilizações e campanhas pela paz. Prestamos solidariedade ativa aos povos agredidos. O PCdoB foi uma voz enérgica a denunciar as guerras desencadeadas contra o Afeganistão e o Iraque, a ocupação da Palestina pelo Estado sionista israelense, o cerco e o bloqueio à Cuba socialista, as recorrentes tentativas de golpe contra a Revolução bolivariana da Venezuela e a intervenção norte-americana no conflito colombiano. Momento elevado na aplicação dessa orientação foi a criação do Cebrapaz, organização unitária e de massas que tem por centro a luta pela paz e a solidariedade internacional. É impressionante o desenvolvimento do Cebrapaz com a formação de núcleos nos estados, a organização

de campanhas, a intervenção no Fórum Social Mundial e a participação em significativos eventos internacionais.

O PCdoB dedicou também suas energias ao combate às políticas e aos planos neocolonialistas na América Latina, sobretudo os que afetam a América Latina e a soberania nacional de nosso país. Não vacilamos um só instante na condução, ao lado de outras forças, da luta contra a Alca, participando das mobilizações populares, dos encontros internacionais, de partidos e de movimentos sociais. Igualmente temos participado de outras campanhas em curso na América Latina, contra a presença de bases militares estadunidenses, contra a espoliação do capital estrangeiro através das dívidas, contra o comércio desigual e o protecionismo dos países ricos e pela integração dos países e povos do continente latino-americano.

O período transcorrido desde o 10º Congresso foi fecundo no aprofundamento e consolidação das relações bilaterais e multilaterais do PCdoB com os partidos comunistas de todo o mundo, através do intercâmbio de delegações, da participação em Congressos e Fóruns multilaterais já citados anteriormente. O PCdoB é uma força reconhecida e respeitada entre os partidos irmãos.

Um dos maiores patrimônios do Partido na área internacional são os êxitos alcançados no trabalho de frente única, no exercício da política de alianças, que se expressou através da nossa participação nos fóruns partidários e nos fóruns dos movimentos sociais, nos quais temos atuado como força que contribui para a unidade na luta anti-imperialista. Granjeamos, assim, prestígio e influência na cena internacional, também entre as forças democráticas, progressistas, patrióticas e de esquerda num sentido amplo.

Sendo parte da atividade política geral do Partido, a atividade internacionalista do PCdoB destacou-se no terreno da formulação e elaboração política e teórica, disso resultando a elaboração de linhas de atuação, a atualização da linha do Partido na área internacional e a adoção de orientações para o trabalho de solidariedade internacionalista. Esse aspecto da atividade da Secretaria de Relações Internacionais tem importante sentido de educação ideológica e formação comunista, guarda relação direta com a luta para defender a identidade do Partido. Entre os resultados desse esforço encontra-se uma contribuição política e ideológica que teve o escopo de melhor compreender a realidade em todos os seus aspectos – político, econômico, social, cultural. Dentro das nossas limitações e modestíssimas condições e possibilidades, demos significativos passos na interpretação dos

fenômenos pertinentes à crise crônica e sistêmica do capitalismo, à crise política e estrutural do imperialismo, especialmente o estadunidense, ao seu prolongado declínio histórico. Outrossim, o Partido avançou na compreensão sobre o quadro político mundial e a atual correlação de forças na luta anti-imperialista e pelo socialismo.

Internacionalismo e patriotismo

O internacionalismo e o patriotismo são traços essenciais da política, da ideologia e da atividade prática do nosso Partido. Desde o *Manifesto Comunista*, quando Marx e Engels lançaram o brado “Proletários de todos os países, uni-vos!”, o internacionalismo é traço distintivo da identidade e do caráter do Partido Comunista. A identidade de interesses de classe gerada pela exploração capitalista em escala planetária é o fator que cria objetivamente a necessidade de o proletariado ser internacionalista. Isto ganha realce ainda maior na atual época histórica, imperialista, de capitalismo globalizado e transnacionalizado, quando as classes dominantes exercem seu poder através de políticas globais, visando à supressão das fronteiras nacionais e impondo políticas de alcance planetário através de mecanismos supranacionais.

Nessa fase de desenvolvimento do sistema capitalista, as classes dominantes locais abandonam crescentemente os interesses nacionais, atando o seu destino ao imperialismo e a seu sistema econômico internacionalizado. Nada soa mais falso como as juras de amor à pátria na boca dos teóricos e executores de políticas neoliberais que somente aprofundam as deformidades do desenvolvimento nacional nos marcos do capitalismo dependente. Assim, a política de classe das elites nacionais vinculadas ao imperialismo é de aviltamento, fragilização e comprometimento da soberania nacional.

Em tais condições, a luta popular e da classe dos trabalhadores identifica-se cada vez mais com os interesses nacionais. Voltada contra o poder econômico e político concentrado nas mãos de forças pró-imperialistas, passa a ser uma luta a um só tempo de classe e nacional. É uma luta de dimensões gigantescas, cujo alvo é o imperialismo, inimigo poderosíssimo, em condições desfavoráveis para as correntes progressistas em termos de correlação de forças, o que requer das forças dirigentes – o Partido Comunista e demais setores revolucionários – a capacidade teórica e prática para formular e executar uma ampla política de alianças em condições de unir e

mobilizar todas as forças intermediárias da sociedade, entre elas incluídas as correntes estritamente nacionalistas e patrióticas, numa ampla frente nacional, democrática e popular para defender a soberania nacional nos marcos da luta por uma nova sociedade.

Em seu 11º Congresso, o PCdoB reafirma seu caráter de força anti-capitalista e anti-imperialista em luta pela libertação nacional de todos os povos, pelo socialismo no Brasil e no mundo.

Acumular forças no proletariado



João Batista Lemos

A crescente oposição da classe trabalhadora e dos povos da América Latina às políticas neoliberais ditadas pelo fracassado “Consenso de Washington” é um dos fenômenos mais significativos deste momento da nossa história. Ela indica que a direção dos ventos da luta de classes, até agora determinada pela ofensiva reacionária dos neoliberais, pode mudar. Embora com diferentes ênfases, e de um modo mais revolucionário na Venezuela, um processo de mudanças parece estar em curso na região. Este processo vem também se manifestando nos países centrais a partir da resistência da classe trabalhadora contra as medidas que visam a reduzir os direitos sociais conquistados. A vitória de Lula em 2002 foi uma expressão desse movimento mais geral de oposição popular ao neoliberalismo.

Todavia, fortalecidas pela crise política, as forças conservadoras e de direita, lideradas pelo PSDB, se articulam visando a reconquistar o Palácio do Planalto em 2006 e a aprofundar a orientação neoliberal. Ao mesmo tempo, continuam a pressionar pela blindagem da política monetária (ampliando a autonomia do Banco Central) e um maior arrocho fiscal.

A luta contra o neoliberalismo e por mudanças sociais não se esgotou no governo Lula. Adquiriu antes novas características e maior complexidade. Tende a se desdobrar em confrontos de classes ainda mais radicais no futuro. É neste contexto que devemos analisar o trabalho e a perspectiva dos comunistas na classe operária e no movimento sindical brasileiro, ten-

do em vista que o PCdoB, no apoio ao governo Lula, vive um período de acumulação de forças.

Ofensiva contra os trabalhadores

Durante os últimos 25 anos o Brasil tem vivido uma crise econômica estrutural que colocou em questão as perspectivas de desenvolvimento e, em certa medida, a sua própria soberania. Tivemos duas décadas perdidas. A estagnação da renda *per capita*, que cresceu em média apenas 0,33% ao ano desde 1981, acirrou os conflitos em torno da distribuição de renda e agravou os problemas sociais, prejudicando principalmente os trabalhadores.

O quadro piorou com a hegemonia das ideias neoliberais e a aplicação das políticas correspondentes a partir dos anos 90 do século passado, sobretudo nos governos de FHC. Orientado para a depreciação da força de trabalho e a intensificação do domínio e da espoliação imperialista, o neoliberalismo deixou uma herança perversa de dependência econômica e degradação das relações sociais.

Embora com uma economia de porte respeitável (a oitava do mundo quando medida pela Paridade de Poder de Compra), o Brasil ostenta o vergonhoso título de vice-campeão mundial da desigualdade social, exibindo o segundo pior perfil de distribuição de renda entre as nações, à frente apenas de Serra Leoa.

Os 10% mais ricos abocanham 46,9% da renda. A parte do produto apropriada pela classe trabalhadora sofreu um apreciável declínio. Equivalia a cerca de 50% do PIB em meados dos anos 1980. Despencou para 36% em 2002, segundo dados do IBGE.

O desemprego subiu de modo extraordinário. Em 1982, 2,8% da população trabalhadora (1,8 milhão) não tinham ocupação. Em 2000 o percentual de desocupados ascendia a 15%, o que em números absolutos significava 12 milhões. Além disso, 25% estavam empregados em ocupações precárias.

O desemprego impulsionou a informalidade e a precarização das relações entre capital e trabalho, de forma que hoje mais de 50% da mão de obra assalariada não têm carteira assinada e trabalham à margem da legislação, sem desfrutar direitos e benefícios sociais elementares como férias, 13º, FGTS, entre outros. O excesso de oferta sobre a demanda no mercado de trabalho, a inflação que atravessou os anos 1980 e persistiu até meados da

década passada, assim como as políticas neoliberais, convergiram para um forte arrocho dos salários.

O salário-mínimo atual possui apenas um terço do seu valor real verificado em 1959. Os poucos postos de trabalho criados nas duas últimas décadas (bem menos que o número de jovens incorporados à População Economicamente Ativa) foram em geral precários e de baixa remuneração. Em 2003, nada menos que 10% dos ocupados ganhavam menos de meio salário-mínimo e 17,8% entre meio e um salário-mínimo, sendo que no Nordeste 46% dos trabalhadores e trabalhadoras tinham remuneração inferior ao mínimo, de acordo com o IBGE. O total de assalariados com carteira assinada em 2003 era ainda menor do que o de 1989 e entre os integrantes deste mercado formal a maioria (64,2%) ganhava até três salários (mínimos) e tinha um baixo grau de escolaridade. As condições precárias da vida operária também estão refletidas no dramático número de acidentes e doenças relacionados ao trabalho, que atingem pelo menos 400 mil pessoas ao ano, configurando uma incontestável tragédia social.

Dívida social

Por trás desses números revela-se uma realidade social dramática e violenta, um quadro de grandes dificuldades e sofrimentos do povo brasileiro. São sinais de uma dívida social imensa, que fazem da luta por mudanças um imperativo político das forças progressistas e em especial do nosso Partido Comunista do Brasil. Mudar significa reverter esta situação, redistribuir a renda em favor da maioria do povo, revalorizar a força de trabalho, satisfazer as justas demandas dos movimentos sociais, obter o crescimento sustentado do PIB a taxas compatíveis com as potencialidades das forças produtivas nacionais.

Confrontado com a pesada herança neoliberal, o governo Lula promoveu avanços relevantes no campo da política externa, no relacionamento com os movimentos sociais (pautado pelo respeito e a democracia), em alguns programas de cunho assistencialista, assim como na recuperação do papel desenvolvimentista do BNDES. Mas revela-se tímido e muito tem deixado a desejar na solução de problemas como: desemprego em massa, valorização do salário-mínimo, democratização da propriedade rural e outros, além de priorizar uma agenda de reformas que às vezes se choca fron-

talmente com os interesses da classe trabalhadora, como no caso da reforma previdenciária.

O crescimento da economia em 2004 e 2005, embora abaixo do potencial nacional e contido pelas políticas monetária e fiscal, aliviou a situação. Mas não alterou substancialmente o quadro de crise nem resgatou a dívida social, como se pode deduzir pelas taxas de desemprego nas principais regiões metropolitanas do País, estimadas em mais de 17% pelo Dieese.

A política econômica conservadora rebaixa o potencial de crescimento da economia nacional e constitui hoje o maior obstáculo ao atendimento das demandas, dos anseios e necessidades do povo brasileiro. Por isso, é com absoluta razão que a CUT, o conjunto do movimento sindical e a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) exigem uma mudança de rumos neste campo.

Questão nacional e luta de classes

A solução política progressista para os impasses que foram criados começa pelo enfrentamento da centralidade da questão nacional.

Entretanto, é preciso observar o fato de a revolta contra o neoliberalismo ter emergido na América Latina das contradições e conflitos sociais e de somente as massas populares, e não mais setores das classes dominantes, poderem liderar e levar a um resultado exitoso a luta pela soberania. Seria falso e errado interpor uma “muralha da China” entre as questões nacional e social, pois ambas estão estreitamente interligadas.

A depreciação do trabalho tem dado a tônica da economia política das classes dominantes (sob a hegemonia do capital financeiro) em todo o mundo. Recentemente, constou das manobras em curso na Organização Internacional do Trabalho (OIT) para viabilizar a flexibilização de uma das conquistas mais antigas do proletariado: a jornada diária de 8 horas de trabalho.

Apesar dos resultados deploráveis colhidos até o momento, o neoliberalismo tende a aprofundar tal orientação, insistindo no nosso caso, por exemplo, em impor uma reforma trabalhista que reduz ou flexibiliza direitos sociais arrancados na luta de classes ao longo do século XX. A verdade desta nossa história, que tem a prática por critério, vem demonstrando com fatura de provas que a depreciação do trabalho não é uma boa conselheira do desenvolvimento. A degradação das relações sociais promovidas pelo

neoliberalismo anda de mãos dadas com o baixo crescimento e a estagnação da renda *per capita*.

O crescimento econômico não deve ser o único objetivo de um novo projeto de desenvolvimento, mas a vida acabou estabelecendo uma associação estreita entre crescimento, emprego e distribuição de renda, conforme já tinha sido notado pelo economista Celso Furtado. A recuperação e o fortalecimento do mercado interno são condições indeclináveis para o crescimento sustentado do PIB. A via para tanto passa necessariamente pela valorização do trabalho.

Bandeiras do desenvolvimento

Bandeiras classistas como geração de emprego, redução da jornada, valorização dos salários, manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas, aumento da escolaridade da classe trabalhadora, reforma agrária, universalização das políticas públicas, capazes de estimular o mercado interno, se transformaram nas novas condições em bandeiras do desenvolvimento nacional. Desfraldar a bandeira do desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho significa também conferir ao proletariado brasileiro o papel de protagonista na luta política em curso contra o neoliberalismo e pelas mudanças sociais.

Reconhecer a centralidade do trabalho e do proletariado na luta política da atualidade não nos autoriza a ignorar a crise que se abateu sobre o movimento sindical, os partidos comunistas e progressistas e o proletariado. Para que tenha êxito, a luta por mudanças pressupõe grandes mobilizações políticas de massas, o fortalecimento das organizações sociais e elevação do seu nível de intervenção nas batalhas políticas, bem como, e destacadamente, da presença e influência do PCdoB entre os trabalhadores.

A verdade é que, hoje, o movimento sindical está desarticulado e dividido, enfrentando uma forte crise ideológica que resulta na perda de perspectiva, induzindo à conciliação de classe. A classe operária ainda não se recuperou dos golpes objetivos e subjetivos que sofreu com a chamada reestruturação produtiva, o desemprego massivo e a precarização, assim como com a derrota histórica do socialismo.

Em contrapartida, é também verdade que cresce a resistência ativa da classe trabalhadora e dos povos ao neoliberalismo, destacadamente na



América Latina. Também no Brasil há sinais de recuperação das lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras: além das mobilizações nacionais, 302 greves foram realizadas em 2004 pela ampliação dos direitos adquiridos e por novos direitos; o que reforça a tendência de avanço e retomada das lutas populares.

Desafios

Para fazer frente a esta realidade, os comunistas sindicalistas precisam adotar iniciativas no movimento sindical visando a elevar o nível da luta e consciência política dos trabalhadores e das trabalhadoras. Tendo em vista as mudanças ocorridas nos processos produtivos e no mercado de trabalho é necessário repensar com espírito classista a organização sindical:

1) Para que possam representar o conjunto dos trabalhadores empregados formais e informais, terceirizados e também os desempregados do mesmo ramo de atividade, em suas diversidades de gênero, raça, crenças e orientação sexual.

2) Para que aprofundem a organização nos locais de trabalho, onde devem ser construídas as principais trincheiras de luta da classe. Devemos procurar organizar na prática os Comitês Sindicais Unitários de Base até que sejam conquistados por lei.

3) Para que possam desempenhar o papel de expressão dos interesses da classe trabalhadora no plano mais geral da sociedade. Além das lutas em torno dos problemas relacionados a salários, jornadas e condição de trabalho (que inspiraram sua criação no passado), o movimento sindical tem de abordar as questões associadas à política econômica, papel e dimensão do Estado nacional, políticas públicas, cultura, educação, meio ambiente, entre outras.

Do ponto de vista tático é indispensável situarmo-nos corretamente no curso dos acontecimentos políticos sintonizados com os interesses mais gerais da classe trabalhadora e das forças progressistas. No esforço para melhorar a atual correlação de forças, devemos realizar dois movimentos concretos:

1) Aprofundar a autonomia sindical e construir a unidade na ação do movimento sindical e deste com a Coordenação dos Movimentos Sociais

(CMS), aproximando-os do movimento político em curso, de defesa do governo Lula e pressão no sentido das mudanças, abrindo perspectivas para uma repactuação programática em torno de bandeiras comuns e mobilizadoras dos trabalhadores e do povo brasileiro.

2) Globalizar as lutas, especialmente na América Latina, através da ação solidária dos movimentos sindicais classistas e dos Fóruns Sociais Mundiais.

Enfrentando com êxito esses desafios, os trabalhadores e as trabalhadoras terão melhores condições de cumprir seu papel de protagonista na luta por um novo projeto de desenvolvimento com base na soberania e na valorização do trabalho.

Reforçar a identidade proletária

A presença, organização e influência dos comunistas no proletariado têm uma importância estratégica e devemos harmonizar nossa tática política com esse objetivo. No 2º Encontro sobre Questões do Partido, realizado em abril deste ano na capital mineira, resgatamos o conceito amplo formulado originalmente por Engels sobre o proletariado. Reforçamos a identidade do Partido com a classe trabalhadora e demos alguns passos no sentido de uma análise mais concreta sobre sua configuração na atualidade em nosso país, tendo em vista as mudanças operadas no chamado mundo do trabalho ao longo das últimas décadas. O encontro de Belo Horizonte recordou históricas debilidades e concluiu que o pano de fundo dos problemas é a subestimação do papel do proletariado nas batalhas políticas em curso e no projeto do nosso Partido Comunista. Acreditamos que cabe ao 11º Congresso iniciar uma abordagem nova e revolucionária do tema. Uma sinalização importante nessa direção foi a incorporação de novos quadros de extração operária no Comitê Central, que agora conta com mais de 20 camaradas com tal origem. São três as premissas que devemos satisfazer para enfrentar com êxito os novos desafios:

1) Não devemos contrapor a intervenção política à necessidade de fortalecer a organização do Partido entre os trabalhadores e trabalhadoras, pois intervenção política e estruturação partidária têm uma relação dialética.

2) A centralidade do trabalho junto ao proletariado deve ser assumida pelas direções em todas as instâncias e frentes partidárias.

3) As direções (nacional, estaduais e municipais) precisam providen-

ciar os recursos necessários para realizar um paciente e cuidadoso planejamento do trabalho junto ao proletariado, identificando os principais ramos, empresas e categorias para a organização partidária, numa perspectiva de médio prazo, evitando o imediatismo e o atropelo dos calendários eleitorais.

Fortalecer a Corrente Sindical Classista (CSC)

O desenvolvimento da CSC e a valorização de seu projeto político possuem um papel estratégico no fortalecimento do PCdoB. O encontro de Belo Horizonte apontou diretrizes importantes sobre o tema, que também está contemplado na nova proposta de Estatuto, cujo Capítulo VII dispõe sobre a atuação dos comunistas nas entidades e nos movimentos sociais e orienta o trabalhador filiado ou militante (parágrafo único do artigo 50) a se vincular à CSC.

No 10º Congresso do Partido apontamos como tarefa o relançamento nacional da CSC. O balanço é vitorioso! E, para o próximo período, impõe-se o fortalecimento da CSC nos estados, tarefa que exige um acompanhamento atencioso por parte das direções partidárias e deve estar combinada com a elaboração de um plano estratégico de construção no proletariado, visando a formar militantes, a estimular a luta social, a fortalecer o Partido e a consolidar sua identidade de classe.

A abordagem dialética do debate sobre a reforma sindical foi um exemplo da conduta autônoma e independente, orientada pela direção do Partido. Soubemos articular a luta de massa com a frente institucional e estabelecer corretamente o princípio de unidade e luta, enxergando a necessidade de uma reforma sindical democrática e progressista e ao mesmo tempo não negligenciando a necessidade de combater as concepções pluralistas e social-democratas de organização sindical.

As lideranças do sindicalismo classista tomaram várias iniciativas para intervir no debate, apresentaram propostas, encabeçaram a luta vitoriosa contra a PEC 369 e lograram a aprovação pela 11ª Plenária Nacional da CUT de uma “plataforma democrática” que traduz as ideias mais avançadas sobre o tema.

Em outro plano, experiências concretas dirigidas por lideranças classistas – que, com base na nossa política, concretizam através da luta a valoriza-

ção do trabalho, a recuperação da economia e do mercado interno – devem ser valorizadas, como por exemplo:

- A batalha pela recuperação do setor naval, dirigida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e Metalúrgicos de Angra dos Reis, juntamente com os Marítimos, propiciou o desenvolvimento da economia no estado. Resgatou e reafirmou a luta pela soberania nacional no setor.
- A conquista da redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários, através da greve dos metalúrgicos da Ford na Bahia – de 44 horas para 42 horas semanais –, estendida para todo o parque industrial do complexo automotivo. Os operários da empresa também conquistaram a elevação do nível de emprego, contribuindo também para o não agravamento das doenças ocupacionais.
- Experiências de ocupações de terras dos trabalhadores rurais dirigidas pela Fetag-BA, que, além de gerar empregos, desenvolveram a produção de alimentos e contribuíram para o desenvolvimento regional no estado.

Será nas mobilizações políticas nacionais e nas lutas concretas – com independência e fisionomia própria (como foi demonstrado na manifestação em Brasília, dia 16 de agosto), educando as bases em uma perspectiva revolucionária, anticapitalista e socialista – que a CSC pode e deve se constituir como uma alternativa classista para o movimento sindical brasileiro. A estruturação do PCDoB no proletariado está intimamente associada aos êxitos que obtivermos nesse sentido.



A atuação do PCdoB nos movimentos sociais



Ricardo Abreu (Alemão)

O Partido atua nos movimentos sociais, compreendendo-os como movimentos sociais das massas populares, do povo brasileiro, e tem a convicção de que essa atividade de massas tem caráter estratégico. Daí a necessidade de o Partido redobrar a sua atenção e o seu esforço teórico, político e organizativo com essa atividade. Está claro que estamos somente iniciando um processo de atualização da teoria revolucionária e que muito ainda devemos avançar em termos de teoria e prática marxistas, brasileiras e contemporâneas.

Entretanto, nos últimos anos avançamos na fundamentação da nossa intervenção nos movimentos sociais, no enfrentamento das atuais polémicas teóricas e no estudo da realidade das classes sociais (em especial do proletariado), dos movimentos, das entidades, lutas, ações e campanhas, dos impactos do neoliberalismo, dos desafios e perspectivas de avanço dessas lutas, em sintonia com a situação política criada após a eleição de Lula para presidente da República.

O Encontro Nacional sobre a atuação do Partido nos Movimentos Sociais, de dezembro de 2004, apontou objetivos e orientações importantes para nossa atuação, elaboração e nosso conhecimento da realidade social.

Entre os desafios está principalmente o de trazer efetiva e permanentemente o debate sobre a nossa atuação nos vários movimentos sociais – parte fundamental da nossa ação política de massas –, para a esfera da elaboração

e direção política geral do Partido, para as Comissões Políticas e os Plenos dos Comitês.

A unificação e a coordenação do trabalho partidário nos vários movimentos sociais, em atuação conjunta das Secretarias Sindical, de Juventude e de Movimentos Sociais, vêm impulsionando nossa atuação nas plataformas, campanhas e nos movimentos unitários em nível nacional, como a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), criada em abril de 2003, e o processo do Fórum Social Mundial (FSM), incluindo o Fórum Social Brasileiro (FSB), nos quais atuamos de forma crescente, além de campanhas como a Campanha contra a Alca.

Priorizamos conscientemente o movimento sindical, o estudantil e juvenil, comunitário, o movimento antirracista e o movimento de mulheres. Ainda desenvolvemos pouco a elaboração e a direção do trabalho partidário em novas, dinâmicas e atuantes frentes de lutas existentes no Brasil, que contam com a participação de nossa militância em vários estados. São exemplos dessas frentes de luta os movimentos pela saúde pública, o cultural, esportivo, ambientalista, indigenista, em defesa da criança e do adolescente, pela livre orientação sexual, de direitos humanos, entre outros.

Criamos o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz), entidade dedicada à luta pela paz e à solidariedade internacional.

No movimento comunitário elaboramos o documento *A atuação dos comunistas no movimento popular comunitário em um novo ciclo político brasileiro*. Esse documento foi debatido com os Comitês Estaduais, serviu de baliza para a nossa atuação no processo de realização do 9º Congresso da Conam e servirá para um processo de construção do Partido na base do movimento.

Fomos vitoriosos nos processos do 8º e 9º Congressos da Conam e ampliamos nosso trabalho partidário nas entidades estaduais e municipais. Isso tem resultado em um crescimento partidário e na filiação de novas lideranças comunitárias em vários estados.

Na luta antirracista realizamos, em abril de 2005, o seminário do Instituto Maurício Grabois (IMG) que debateu e elaborou o documento *A luta contra o racismo é parte integrante do projeto de emancipação nacional e social*, aprovado pelo Comitê Central – demanda essa definida desde o 10º Congresso do Partido. O documento é importante base para orientar a nossa ação no movimento negro.

Também orientamos a participação da militância do Partido que atua na Unegro, e temos pautado o debate sobre a realização da importante marcha Zumbi + 10, marcada para 22 de novembro deste ano.

O movimento feminista e de mulheres recentemente dá mostras de vitalidade, ao passo que constatamos dificuldades em nossa atividade. Contudo, a União Brasileira de Mulheres (UBM) revela um grande potencial verificado em algumas experiências recentes.

Há um avanço significativo com as formulações e as medidas para valorizar a luta emancipacionista previstas no novo Estatuto do Partido. Em 2006 vamos realizar uma Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher.

Na luta pelo direito a saúde constatamos uma estagnação da atividade da Comissão de Saúde, que precisa ser retomada com rapidez. Nas áreas temáticas como saúde, cultura e esporte, por exemplo, temos importante atuação, e é evidente a necessidade de incremento da elaboração partidária sobre estes temas, de sistematização e orientação de nossa atividade, e de formulação de determinadas políticas públicas. Esses desafios envolvem a nossa atuação nos movimentos sociais, nossa ação parlamentar e governamental, e a intelectualidade especialista.

O Partido atuou de forma organizada, porém com diferentes níveis de envolvimento, em várias conferências temáticas do governo Lula, que envolveram centenas de milhares de pessoas.

Consideramos como problemas crônicos para a intervenção dos movimentos sociais na luta real de classes no Brasil a pouca ou quase nenhuma estrutura material e financeira da imensa maioria das entidades de massas de que participamos e em que temos influência.

Consideramos ainda ser preciso distribuir melhor os quadros, sobretudo os mais preparados, entre as tarefas de direção executiva do Partido, de direção dos movimentos sociais e de atuação governamental e parlamentar.

Demos passos importantes na maior relação entre a intervenção política e a estruturação partidária, a partir do lema “Partido na luta e na luta construir o Partido”. Realizamos campanhas de filiação orientadas aos movimentos organizados em que atuamos, com a publicação de materiais partidários específicos. Precisamos caminhar nesse sentido.

Os movimentos sociais e o governo Lula

Na relação dos movimentos sociais com o governo Lula há um diálogo democrático. A par dos consensos e do diálogo também há e haverá críticas e mobilizações pelas mudanças. Nesse processo é preciso evitar a cooptação, a omissão e o atrelamento, por um lado, e, por outro, também o voluntarismo, o infantilismo esquerdista e a prática oposicionista em relação ao governo.

Ao mesmo tempo em que devem manter com firmeza sua independência em relação ao novo governo federal – uma posição própria e autônoma, sintonizada com os interesses do povo –, os movimentos sociais devem tensionar pela implementação das mudanças e formular propostas alternativas.

Durante os anos neoliberais de FHC, o Fórum Nacional de Lutas por Trabalho, Terra e Cidadania (FNL) foi a plataforma que unificou os movimentos sociais mais avançados e progressistas. A posição em relação ao novo governo e ao caráter da transição para um projeto nacional de desenvolvimento dividiu os movimentos sociais em posições e campos diferenciados. Uma posição é abertamente oposicionista, estimulada por setores conservadores e por setores ditos de esquerda que não enxergam nele qualquer possibilidade de transição. A outra não vê necessidade, na prática, de mobilizações populares para impulsionar a transição e as mudanças. Acredita que o governo fará as mudanças sem precisar das lutas populares e que toda e qualquer luta de massas deva ter necessariamente caráter oposicionista.

Entre as lideranças que apoiam o governo Lula e lutam para impulsionar a transição para um novo modelo de desenvolvimento nacional com valorização do trabalho estão os comunistas. Consideramos imprescindível para o seu êxito, o aprofundamento das mudanças, sobretudo na política econômica. Nesse sentido, as bandeiras principais da CMS hoje são a mudança da política econômica, com destaque para o Orçamento 2006, e a reforma política democrática.

Em 2005, atuando na CMS, e respeitando a autonomia e a democracia dos movimentos sociais, as lideranças comunistas foram protagonistas na elaboração da *Carta ao povo brasileiro*, no ato em Goiânia durante o Congresso da UNE, na mobilização do dia 16 de agosto em Brasília, realizada em conjunto com a Marcha da Reforma Urbana, e em um conjunto de atos e manifestações por todo o Brasil.

A batalha das ruas nos meses de julho e agosto deste ano e a eleição do camarada Aldo Rebelo para a presidência da Câmara dos Deputados, em setembro último, foram decisivas para estabelecer uma linha de resistência para conter a ofensiva da direita, e abrem caminho para a superação da crise política em curso. Demonstraram a força da unidade dos movimentos sociais e das forças de esquerda, democráticas e progressistas.

Trabalhadores, jovens e intelectuais

No último período, o Partido vem corretamente concentrando esforços na sua construção entre os trabalhadores, jovens e intelectuais. Segundo nosso novo Estatuto, “os trabalhadores da cidade e do campo, aliados às amplas massas populares, à juventude e à intelectualidade avançada são as forças motrizes centrais do projeto político do Partido”.

Coube a esta intervenção abordar o trabalho com a juventude.

No trabalho com a juventude, mais vale o que será

Realizamos, na maioria das vezes de forma exitosa, a aplicação das diretrizes emanadas do 10º Congresso do nosso Partido. Nesse período alcançamos uma diversificação maior do trabalho partidário junto à juventude e reforçamos a presença do PCdoB nessa área.

A juventude tem um papel imprescindível na luta política e na construção partidária, e precisamos crescer ainda mais entre os jovens, sendo críticos e autocríticos, para enfrentar nossas debilidades e insuficiências. Sabemos que nada está parado e o que não se renova, amplia e avança acaba retrocedendo.

A fim de promover a assimilação coletiva da orientação nacional do Partido para o trabalho com a juventude, realizamos, em julho de 2003, o encontro Nacional Partido e Juventude. O Encontro atualizou a nossa orientação para o trabalho juvenil à luz do novo momento político aberto com a eleição de Lula.

O Encontro Nacional foi desdobrado, já no curso deste ano, em encontros e reuniões estaduais sobre o tema Partido e Juventude.

O Partido realizou nos últimos anos mais propaganda e filiações entre



a juventude. As filiações tiveram como centro os membros da UJS e as lideranças estudantis e de outros movimentos juvenis.

Como parte desse esforço, precisamos garantir que os jovens comunistas participem das atividades de formação do Partido – sem prejuízo do trabalho ideológico já realizado na União da Juventude Socialista (UJS).

Um desafio importante que fica para o próximo período diz respeito ao controle da aplicação de nossa atual política de organização (expressa de forma condensada no novo Estatuto partidário) e de uma política de quadros para os jovens do Partido. Essas políticas precisam garantir que os jovens comunistas tenham mais vida partidária e, em regra, atuem de fato na UJS.

Os quadros jovens precisam ser alocados nas direções da organização juvenil, inclusive como maneira de reforçar a direção política e ideológica do Partido. Além disso, a política de quadros deve promover os jovens comunistas mesmo enquanto estão na UJS e discutir as perspectivas de militância no Partido de maneira equilibrada, isto é, reforçando o Partido sem enfraquecer ou esvaziar a UJS.

A UJS é hoje uma organização de grande influência política no movimento juvenil, tendo enfrentado de forma bem-sucedida, ao longo dos últimos anos, inúmeras batalhas – que serviram como verdadeiros testes de fogo. Essas vitórias fortaleceram ainda mais a organização juvenil. Decorridos quase 10 anos do seu relançamento, a UJS entra hoje em nova fase, que pode ser caracterizada como de consolidação de seu projeto original.

Atualmente, ao mesmo tempo em que reforçamos a direção política e ideológica do Partido sobre a UJS, precisamos evitar certa confusão que persiste entre Partido e UJS. É necessário que o coletivo partidário assimile melhor a autonomia orgânica – termo cunhado para indicar que a UJS é uma organização separada do Partido, com fisionomia, iniciativas, atividades, decisões, estrutura orgânica e estatuto próprios.

Nos últimos anos, a UJS intensificou sobremaneira seu protagonismo político, colocando-se à frente das principais lutas da juventude brasileira. Logrou desenvolver, no curso das lutas políticas travadas cotidianamente, inúmeras campanhas próprias, inclusive nas campanhas eleitorais. É através das campanhas que a entidade conscientiza, politiza e mobiliza a juventude brasileira.

No último período a temática das Políticas Públicas de Juventude (PPJ) ganhou enorme relevo. Mesmo desenvolvendo intensa atividade nas mais

diversas frentes, a UJS soube interferir nesse debate, participando ativamente das discussões.

A UJS é hoje uma organização de grande influência política no movimento juvenil. No entanto, ainda encontra grandes dificuldades em converter essa influência em força orgânica e material. Desenvolveu nos últimos anos certa capacidade de captar recursos, mas a instabilidade nessa área é ainda muito grande. Da mesma forma, ela lidera manifestações e é a maior força do movimento estudantil, mas ainda não traduz plenamente esse potencial em uma vida orgânica mais regular.

Implementado em nível nacional a partir de 2004, o Projeto João de Barro – nome dado ao Planejamento Estratégico da UJS – é expressão dessa compreensão da necessidade de estruturar melhor a UJS, que vai amadurecendo.

A UJS chegou a seu 12º Congresso Nacional com cerca de 32 mil filiados cadastrados, o que corresponde a mais de 50 mil jovens mobilizados no processo congressual. Hoje podemos afirmar que a sua direção nacional está consolidada e que avanços significativos foram obtidos no funcionamento das direções estaduais existentes nas 27 unidades da Federação. A UJS está presente em cerca de 550 municípios.

Hoje a UJS vive um ambiente interno de grande unidade, fato que fica patente nos processos de eleição de suas direções. Essa característica não teria sido possível sem a prioridade conferida ao trabalho ideológico. As atividades de formação e de comunicação vêm se intensificando e se diversificando, fato que reforça a UJS como escola de socialismo.

A UJS amadureceu bastante nos últimos anos na compreensão do projeto de um amplo movimento juvenil socialista. Mesmo reafirmando sua prioridade para o movimento estudantil, a entidade dirigida pelo Partido deu importantes passos para a diversificação de sua atuação.

No movimento estudantil secundarista, a UJS arrasta milhares de jovens para a luta. Obteve grandes vitórias nos últimos congressos da Ubes. Recentemente, realizou a campanha do Ano Secundarista (2003-2004), que procurou fortalecer ainda mais a UJS nas escolas, em particular as técnicas e profissionalizantes. Neste momento participa do movimento “Saudações a quem tem coragem”, preparando as etapas estaduais e a etapa nacional do Congresso da Ubes.

Entre os universitários, a UJS obteve igualmente sucessivos êxitos no último período. No Congresso anterior da UNE a UJS superou, em núme-



ro de anos consecutivos à frente da entidade, a histórica Ação Popular. Vitórias como essa incomodam bastante as elites e a imprensa conservadora.

No último período, as entidades estudantis lutaram pela mudança da política macroeconômica. Também estiveram na pauta das mobilizações questões como a denúncia do imperialismo norte-americano, a Reforma Universitária e a democratização do acesso ao ensino superior.

No movimento estudantil internacional a UJS atua ativamente na direção da Organização Continental Latino-Americana e Caribenha dos Estudantes (Oclae).

Apesar dos êxitos obtidos, permanecem atuais os desafios de ampliar ainda mais a participação dos estudantes na base do movimento estudantil, bem como a representatividade e o enraizamento de suas entidades. Outro grande desafio é garantir uma institucionalidade maior e a sustentação material das entidades estudantis.

Entre os jovens trabalhadores a UJS participa ativamente da Corrente Sindical Classista. Nessa área, a UJS tem crescido exponencialmente nos últimos anos. Hoje, participa da coordenação do Coletivo Nacional de Jovens Trabalhadores Rurais da Contag e do Coletivo Nacional de Juventude da CUT.

Na frente de periferia e no hip-hop a entidade possui fortes relações com importantes grupos culturais de todo o Brasil, e esse trabalho culminou na fundação daquela que é hoje uma das mais representativas entidades do movimento, a Nação Hip-Hop Brasil.

A UJS também possui hoje um amplo trabalho de relações internacionais com organizações de juventude do mundo inteiro. Atua na vice-presidência regional da Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD) e realizou no Brasil a 1ª Reunião Internacional Preparatória do 16º Festival mundial da Juventude e dos Estudantes (FMJE), que ocorreu em agosto deste ano, na Venezuela.

Também merece destaque a atuação da UJS entre os jovens cientistas.

Hoje, empreende esforços para organizar os jovens cientistas do Ensino Médio e tem obtido sucessivas vitórias nos Congressos da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), entidade na qual tem participação destacada desde 2002.

Na área de cultura, militantes da UJS estão na linha de frente da construção dos Centros e Circuitos Universitários de Cultura e Arte (CUCA) e ajudaram a construir com êxito as Bienais da UNE de 2003 e 2005. Esses

eventos pautaram respectivamente os temas da cultura popular e da integração da América Latina, reunindo estudantes de diversos países das Américas.

A UJS ainda desenvolve hoje atividades em torno da luta da mulher jovem e do movimento antirracista, pela livre orientação sexual, dos indígenas, esportivo e das torcidas organizadas. Amplia sua presença no movimento comunitário, atuando nas entidades filiadas à Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam) e busca um maior acúmulo em áreas como a do movimento ambientalista ou a da juventude que defende o Brasil nos quartéis.

O Partido vem atuando crescentemente na área de Políticas Públicas de Juventude (PPJ). Acompanhou e interferiu nos debates do Projeto Juventude – iniciativa do Instituto Cidadania, que realizou a maior pesquisa já feita no Brasil sobre a realidade da juventude brasileira.

Além disso, o Partido acompanhou os debates do governo Lula e da Comissão Especial de Políticas de Juventude da Câmara dos Deputados. Participamos da equipe da nova Secretaria Nacional de Juventude do governo federal, e temos boa presença de entidades influenciadas pelo Partido e pela UJS no recém-criado Conselho Nacional de Juventude.

No próximo período elaboraremos uma sistematização da nossa experiência, fazendo um diagnóstico e apontando um prognóstico, buscando orientar o Partido e chamar a sua atenção para o potencial existente nessa área.

Com o objetivo de ampliar a participação do Partido na luta de ideias na área de juventude, em 2002 relançamos o Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ), que começou a fazer estudos e publicações sobre a juventude e o resgate da memória da participação social e política dos jovens brasileiros. O CEMJ já se desdobra em uma rede de similares estaduais e lançará nos próximos meses uma publicação teórica e política sobre juventude.

Brasil, verás que um filho teu não foge à luta

O Partido vem insistindo no fato de que sem mobilização popular o Brasil não realiza mudanças profundas.

Nosso desafio é unir forças políticas, sociais e intelectuais de caráter democrático, patriótico e progressista para assegurar a maioria social, polí-



tica e parlamentar às forças mudancistas. É continuar acumulando forças, elevando a consciência e a organização do proletariado e de todo o povo brasileiro.

Unificar e politizar os movimentos sociais hoje significa relacionar as lutas específicas por reivindicações parciais à luta pela independência nacional e por um projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho. As bandeiras de luta atualmente são parte desse novo projeto nacional, que abrirá caminho para a superação do neoliberalismo e nos aproximará mais da transição ao socialismo.

Viva a luta do povo brasileiro!

Viva o Partido Comunista do Brasil!

A presença dos comunistas brasileiros no governo central da República



Ronald Freitas

Para os comunistas participarem em governos nos marcos de um Estado burguês tem uma longa história. Desde 1848, quando da Revolução Francesa de fevereiro daquele ano, em que os socialistas Albert e Louis Blanc participaram do governo que dela emergiu e foram criticados por Marx – passando ainda na França – até o governo socialista de Mitterrand que emergiu da crise gerada pelo Caso Dreyfus e causou grande polêmica no seio da II Internacional. Posteriormente, o debate se desenvolveu entre mencheviques e bolcheviques russos, que Lênin retrata na obra *Que Fazer?* Volta com força em 1935 durante o VII Congresso da Internacional Comunista, quando Dimitrov apresenta a questão no seu famoso informe sobre a luta antifascista. Após a Segunda Guerra Mundial, com a respeitabilidade conquistada pelas forças comunistas na luta antifascista e o ascenso das ideias e da luta pelo socialismo, vivemos em 1944-1947, entre outras experiências, a francesa e a italiana. Em 1971-1973, na América Latina, tivemos a experiência chilena de Salvador Allende e em 1974-1975 a da Revolução dos Cravos em Portugal. E mais recentemente ocorreram novas experiências na França e Itália.

O PCdoB tem enfrentado essa questão ao longo de sua atividade. Temos nos posicionado de acordo com as orientações políticas para as condições de cada momento histórico em que atuamos. Na atualidade, compreendemos que participar ou não de cargos em governos centrais de um

Estado burguês decorre de uma série de fatores de natureza política, como correlação de forças da sociedade, objetivos parciais a serem atingidos etc. Ou seja, é uma questão de posição política, não um princípio demarcador de fronteira entre revolução e reforma.

Situação atual do PCdoB nessa frente

Sempre disputamos cargos no Legislativo e chegamos a ter durante a fugaz legalidade de 1946-1947 forte presença no parlamento nacional e em várias assembleias estaduais e câmaras de vereadores. Disputamos nessa oportunidade cargos do Executivo, tendo inclusive lançado Iedo Fiúza candidato a presidente da República. No plano municipal, elegemos o prefeito da cidade operária de Santo André, São Paulo, que não chegou a tomar posse devido às perseguições golpistas de direita a que fomos submetidos naquele então.

Com a feição que a luta de classes tomou em nosso país no período posterior à ditadura (1964-1985), passamos a ter tímida participação nas disputas de cargos majoritários, tendo inclusive disputado – e eleito – em 1985 o prefeito de Camaçari, Bahia. Desde então, essa política de disputa e participação em postos executivos, nos marcos do Estado brasileiro atual, tem se intensificado. Mas hoje, além de termos uma participação de certo destaque no governo central da República, participamos como aliados em governos estaduais e locais. Também elegemos com nossa própria legenda prefeitos e vices de importantes cidades.

A partir de janeiro de 2003, passamos a participar do governo Lula. Inicialmente no ministério do Esporte; na gerência do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP); e em cargos de certa importância nos ministérios da Saúde, da Educação e secundariamente em outros postos de vários ministérios. Posteriormente, passamos a ter um camarada dirigindo a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e outro na Agência Nacional de Cinema (Ancine). A partir do início de 2004, a convite do presidente da República, integramos o núcleo central do governo, com a titularidade da secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, de nível ministerial. Indicamos também o Secretário Executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). Atualmente, não estamos mais presentes na Secretaria de Articulação Política e no PROEP, mantendo nossa presença nos demais cargos.

Na esfera legislativa, temos experiência mais longa pois mesmo antes de voltarmos à legalidade em 1985 já elegíamos deputados federais pela legenda do ex-MDB. E após 1985, elegemos bancadas próprias em todas as legislaturas. No governo Lula, exercemos por mais de um ano a Liderança do governo na Câmara, um dos mais importantes postos do Legislativo. Com a eleição em setembro último de Aldo Rebelo, para a Presidência da Câmara dos Deputados, configura-se a situação de termos um importante quadro do Partido Comunista na direção de um dos poderes da República. Sem dúvida o mais importante posto político assumido por um comunista nos 83 anos de existência do Partido.

A essa participação em postos na esfera federal agregue-se significativa presença nos níveis estaduais e municipais, onde há mais tempo ocupamos cargos de confiança na esfera executiva e elegemos camaradas para as respectivas casas legislativas.

Os posicionamentos atuais do Partido sobre a questão

A nossa presença no governo nas várias esferas de poder e competência é fruto de uma orientação política elaborada em consonância com nossa estratégia e tática para o período de acumulação revolucionária de forças que vivemos no Brasil desde o fim da ditadura e a reconquista da legalidade partidária.

No nosso 9º Congresso, realizado em 1997, analisando a situação política do nosso país e as tarefas e os desafios que se colocavam, afirmamos que para enfrentá-las com êxito necessitávamos de um: “Partido de princípios, marxista-leninista, de feição moderna, capaz de realizar a grande política destinada a mudar os rumos do país. Um partido livre do dogmatismo e do voluntarismo. Partido de lutas, disposto a assumir responsabilidades em níveis de poder local e mesmo poder nacional, se existirem condições para isso”.

Isso mostra que já em 1997 levantávamos que, dadas certas condições, estávamos dispostos a assumir nossas responsabilidades políticas como co-participes de governos nos marcos da situação vigente no país.

Por ocasião da realização do nosso 10º Congresso, em 2001, na Intervenção Especial sobre o Trabalho Institucional assim foram colocados os nossos objetivos ao participarmos em governos:



“A participação nos governos é parte integrante da ação política geral do Partido, associada às demais frentes de luta, tendo como foco a busca de um novo rumo para o país através da constituição de maioria social e política capaz de promover um pacto social progressista e abrir caminho para transformações de conteúdo mais avançado”.

Com a vitória de Lula em 2002, pela primeira vez em nossos 83 anos de existência a questão da participação no governo central da República saiu da esfera das probabilidades para o terreno da política concreta. Para debatermos e nos posicionarmos sobre a questão de acordo com o coletivo partidário, convocamos a 9ª Conferência Nacional em fins de 2003. Nela, realizamos um vigoroso debate sobre o significado, as possibilidades e os limites dessa participação, no qual concluímos:

“Essa nova realidade brasileira tornou imprescindível a participação do PCdoB no novo governo, resguardando sua independência ideológica e política. O nosso Partido compõe, principalmente com o PT, desde 1989, no período da transição democrática, o núcleo das forças responsáveis por esse resultado sem paralelo na nossa história política. Por isso, pela primeira vez, os comunistas no Brasil participam no primeiro escalão de um governo da República e também, a convite do presidente, aceitam liderar a bancada do governo na Câmara federal”.

São essas as orientações políticas que balizam a nossa participação atual no governo.

O desempenho, os êxitos e as falhas no decorrer da atividade

Não cabe, nos marcos de uma intervenção dessa natureza, realizar um balanço pormenorizado nos vários níveis de nossa atuação governamental e nos vários entes públicos em que temos responsabilidades de gestores. Apresentaremos então de forma sucinta alguns aspectos gerais dessa atividade, nas várias esferas em que atuamos.

Na esfera municipal, com o resultado das eleições de 2004 passamos a viver uma nova realidade. Elegemos 10 prefeitos e 29 vice-prefeitos, além de termos participado como aliados da eleição de inúmeros outros. Disso decorreu um grande aumento de nossas responsabilidades como administradores públicos nesta esfera, pois hoje participamos da administração municipal de mais de 200 cidades, dos mais variados tamanhos e nos

mais variados cargos. Em decorrência disso, passamos a ser solicitados a dar respostas a inúmeras demandas daí derivadas. Focamos o centro de nossa atenção em construir um conjunto de orientações políticas que pautassem, conduzissem e normatizassem a nossa ação nessas prefeituras. Para isso realizamos dois Encontros Nacionais de Prefeitos e Vices que, além dos titulares dos mandatos, contaram com a participação de camaradas que exercem cargos de secretário em várias prefeituras. Promovemos na medida do possível intercâmbio de experiências entre camaradas que atuam nestas administrações e encaminhamos as demandas de natureza técnico-administrativas para consultorias profissionalmente capacitadas para tal mister.

No plano estadual, nossa participação tem menor expressão quantitativa, embora tenha expressiva importância política. Temos o vice-governador do Piauí, secretários de Estado ou equivalentes em Santa Catarina, Acre, Goiás, Rio Grande do Norte, Piauí, Alagoas, Paraná. A atuação nesse conjunto de estados tem sido importante e tem colocado o nosso Partido em destaque na vida política dos mesmos. Com isso potencializamos nossa intervenção nos movimentos sociais organizados e na luta do povo em geral. A orientação para a atuação nesses espaços decorre da política geral do Partido e se conforma com a realidade política e partidária de cada estado da Federação. Registramos, entretanto, que nessa frente pouco se fez para o estabelecimento de uma troca de experiências maior entre os camaradas responsáveis – o que sem dúvida teria contribuído para uma eficiência maior na realização dessas tarefas.

Na esfera da União Federal nossa presença é mais destacada e tem maior repercussão política. Como listamos acima, além de dirigirmos um ministério dirigimos a Agência Nacional de Petróleo e estamos presentes em vários outros ministérios, agências, secretarias e assessorias técnicas de órgãos públicos federais. E, ainda, com a eleição do camarada Aldo Rebelo para a Presidência da Câmara dos Deputados essa presença passa a um novo patamar.

Podemos afirmar que a participação no governo tem sido positiva para o Partido. Na esfera política, a variada presença no Executivo e no Legislativo levou o Partido ao centro da vida política do país como nunca estivemos em toda a nossa existência. Isso nos proporcionou um amplo reconhecimento pela sociedade brasileira, que passou a nos conhecer melhor, reconhecer nossas qualidades de lutadores sérios, éticos, comprometidos com a luta pela justiça social e consequentes defensores da Pátria.



Simultaneamente, passamos a conhecer mais a realidade do nosso país e de nosso povo e a participar da busca de soluções para os enormes problemas existentes. Agregue-se que toda uma nova geração de quadros passou a viver uma experiência política nova e desafiadora: conduzir os destinos de setores da vida de um país de dimensões continentais, populoso e detentor de uma das importantes economias do Globo. Tivemos também condições de, por meio dessa atividade, construir importantes oportunidades de ampliação das fileiras partidárias.

Registramos que, apesar dos êxitos obtidos, muito mais poderíamos ter feito. Ficou a desejar um maior entrosamento entre os vários agentes públicos por nós indicados e a direção partidária e não conseguimos montar um sistema de atuação entre os vários entes públicos por nós dirigidos que potenciasse as suas possibilidades políticas. Além disso, temos deficiências na participação da elaboração das políticas de Estado, nos vários órgãos onde atuamos, bem como a nossa elaboração teórica partidária sobre a participação em governos ainda dá os seus primeiros passos, exigindo de nós um esforço dirigido neste sentido.

Além dos aspectos acima levantados, enfrentamos uma série de outras limitações fruto de nossa inexperiência e mesmo de concepções, avaliações e expectativas sobre o significado e o fato de estarmos participando do governo.

A inexperiência, aliada a uma convicção difusa de que a simples conquista do governo nos municia de um poder inquestionável – o poder político “pode tudo” –, tem levado à ilusão quanto ao poder real de que dispomos nos marcos do governo. Isso tem levado alguns a se decepcionarem não só com os rumos do governo, mas também com a baixa eficiência da máquina administrativa.

Essa questão é mais complexa do que se pode de início imaginar e envolve questões que vão de uma superestimação das possibilidades e dos limites do tipo de governo de que estamos participando até a inexperiência e a capacidade como gestores públicos por parte de nossos quadros.

Identificamos pelo menos três gargalos centrais que bloqueiam um melhor desempenho de nossos quadros na gestão pública e procuramos apresentar um esboço de atitudes a serem por nós assumidas no seu enfrentamento.

a) O aparato do Estado tem uma burocracia estável, experiente, e muito viciada, no que se refere aos métodos e atitudes no trabalho. Necessita-

mos conhecê-la em seus múltiplos aspectos e reconhecer sua competência específica. Nem sempre temos conseguido trabalhar bem com esse segmento. É politicamente necessário ganhá-los, ou no mínimo neutralizá-los. Quando conseguirmos ganhá-los para o nosso lado, teremos uma ajuda significativa. Mas caso se coloquem contra nós nos atrapalharão muito, pois têm uma imensa capacidade de emperrar a máquina administrativa e de frustrar planos.

b) A inexperiência administrativa por parte de muito de nossos quadros é outro fator que pesa no bom desempenho de nossas funções como gestores públicos. É necessário aprender como trabalhar no órgão público onde atuamos. Conhecer sua estrutura, a lei, os regulamentos e portarias que o constituem. Seu organograma, suas inter-relações com outros entes públicos etc. Procurarmos aprender com os funcionários de carreira e não descurar de nos qualificar, seja através de estudo individual, seja realizando cursos de gestão pública.

c) As “limitações legais e materiais” são importantes obstáculos a que estamos submetidos. Leis, regulamentos, decretos e portarias que regem a administração pública, orçamentos insuficientes, contingenciamentos etc., tudo isso constitui um conjunto de limitações e restrições às quais devemos estar atentos e saber com elas trabalhar. Particularmente no que se refere às limitações orçamentárias precisamos ser criativos e procurar realizar atividades mesmo com pouco dinheiro. Essa capacidade muitas vezes caracteriza um bom administrador. Além disso, para aqueles que têm em suas atribuições o “ordenamento de despesas”, o domínio das normas específicas para tal fim é fundamental, pois essa matéria gera obrigações legais do “ordenador” perante o Estado – que continuam válidas, mesmo quando ele já não mais exerce a função.

Perspectivas

Nos marcos do atual desenvolvimento da luta de classes no Brasil e no mundo, como analisa exaustivamente o Projeto de Resolução Política apresentado, o processo de acumulação de forças que desenvolvemos tem na luta institucional, no geral, e na participação em espaços de governos nacionalistas, democráticos e progressistas, em particular, um dos seus mais importantes aspectos. Ou, dito de outra maneira: a política de participação



em governos será um importante instrumento de nossa tática enquanto perdurarem as atuais condições políticas.

Daí decorre a necessidade de nos prepararmos cada vez mais para atuar nessa frente e nessas condições. Para tanto, temos de armar adequadamente nossos quadros para entenderem em profundidade o significado, as possibilidades e os limites dessa atividade. Também é necessário que, além dos aspectos políticos, os membros, do Partido que atuam nessa frente sejam capacitados na ciência e em certo sentido na arte da administração pública. Essa matéria se desenvolveu significativamente e os comunistas brasileiros têm pouca reflexão acumulada de um ponto de vista progressista e marxista.

A atuação partidária nessa frente nas atuais condições tem ainda muito a percorrer no sentido de estabelecer uma adequada, moderna e correta política de relações entre partido e administração pública. Como estabelecer uma adequada relação entre quadros, no exercício de cargos públicos com poder de mando, e sua atuação partidária? Quais os limites e possibilidades que derivam dessa situação? Em suma, como estabelecer uma correta relação entre o interesse da administração pública e os interesses partidários, sem que se repitam experiências históricas onde situações dessa natureza levaram a um superdimensionamento do papel do Partido frente ao Estado.

É necessário estabelecermos mecanismos políticos e organizativos que propiciem as condições de crescimento partidário a partir da atuação em postos de governo, nas condições dadas. Este é um dos pontos com que temos muito a aprender, e em que se apresentam duas tendências mais salientes. Para uma delas, o simples fato de estarmos participando de um posto executivo já projeta o Partido em uma nova esfera política, o que nos credencia a novos saltos. Essa ideia, embora não seja de todo incorreta, traz em seu âmago uma visão espontaneísta do processo político, limitando a exploração a fundo das possibilidades que se abrem. Já a outra, partindo de uma visão meramente utilitarista e pragmática, compreende esses espaços como um mero instrumento da ação partidária no sentido menor que pode ter essa concepção, ou seja, tende a transformar esses espaços em meros aparelhos. Compreendemos que se deve buscar construir uma adequada política de participação em governos na qual – respeitando-se as especificidades dessa atuação – sejam desenvolvidas políticas que permitam um significativo crescimento partidário em todos os terrenos: no teórico, no político e no organizativo.

Devemos também desenvolver a elevação do nível ideológico de todo o coletivo partidário e particularmente dos quadros com tarefa nessa área, no sentido de armá-los para que não se deixem corromper pela máquina do Estado. Participar em postos destacados da administração pública é para muitos quadros uma experiência que, além de nova e complexa, encerra enormes desafios. De repente um ativista político, até então atuando em precárias condições, vê-se alçado a postos de mando que lhe proporcionam instrumentos de ação política até há pouco inimaginados. Além disso, ele passa a conviver, por dever do ofício, com novos agentes políticos e sociais que não só têm larga experiência no trato da administração, como, em muitos casos, procuram utilizá-la em função de interesses não republicanos. Companheiros!

Apresentamos nesta Intervenção Especial ao 11º Congresso algumas reflexões que o acompanhamento dessa frente nos suscitou. Atividade nova que passou a ter importância em nossa ação na medida em que estamos participando mais ativamente de postos de mando nas várias esferas do poder Executivo do Estado brasileiro.

Mesmo a denominação Relações Institucionais merece uma compreensão adequada do contexto em que é utilizada. Cinge-se a citada participação em Executivos e Legislativos dos governos, pois em sentido amplo a participação em sindicatos e outras entidades de massas também está no campo da participação institucional, pois as várias entidades de massa nas quais temos atividade política também são instituições públicas; porém, o centro de sua atividade se situa na defesa dos interesses dos seus representados e não se propõe a representar toda a sociedade, como pretende o Estado.

Consideramos que, mantidas as condições atuais da luta política no Brasil e no mundo, essa atividade desempenhará um crescente papel na vida política do Partido. Disso decorre que a elaboração de políticas, o acompanhamento de sua execução e a formação de quadros capacitados para tais atividades passam a ser uma das frentes de luta política e ação partidária destacadas para nós.

Como assinala o Projeto de Resolução Política, a acumulação de forças para derrotar o neoliberalismo é um dos aspectos centrais de nossa tática e, nessas circunstâncias, a participação em governos nacionalistas, democráticos e progressistas é uma destacada trincheira de nossa luta pela vitória do socialismo em nossa Pátria.



A atuação dos comunistas no Congresso Nacional



Renildo Calheiros

O Partido Comunista do Brasil chega a seu 11º Congresso com uma imensa vitória. Fruto de sua coerência, maturidade e capacidade política. O Partido cresceu, se fortaleceu, está unido e se consolida como uma força política importante no cenário nacional: Na abertura de nosso Congresso, o próprio presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, nos disse: “companheiros, vocês não são mais um partido pequeno”. Estas palavras traduzem parte de nossas conquistas. São elas resultado de uma política justa e da luta de cada um dos nossos militantes por este grande Brasil. Mas devo dizer também que a atuação da nossa bancada no Congresso Nacional tem colaborado na construção deste imenso capital político que possuímos.

Nosso projeto de resolução política aponta nesse sentido, ao afirmar: “Nesse período de mais de dois anos de governo, o esforço do Partido tem sido ocupar o seu lugar nas frentes social e da luta de ideias, governamental e parlamentar, sem cair no seguidismo ou no voluntarismo”.

Aqui cabe realçar nossa atuação na frente parlamentar neste período mais recente, onde o Partido obteve consistentes vitórias, mas também enfrentou uma aguda luta política provocada pelas novas condições existentes.

Nesse período, é preciso registrar, quatro fatos assumem enorme relevância. Primeiro, o Partido faz vinte anos de legalidade com presença constante no Parlamento. Segundo, cresce a importância da atuação política

institucional, em particular o peso relativo que joga o Parlamento no cenário político. Terceiro, pela primeira vez na história atuamos como bancada da base de sustentação do governo federal. Quarto, voltamos a ter, depois de quase cinquenta anos, representação no Senado Federal, com o ingresso no nosso Partido do senador Leomar Quintanilha, do estado do Tocantins.

O senador Leomar Quintanilha assume a condição de líder de nossa legenda no Senado da República. Traz sua experiência de vida como bancário, empresário, político e cidadão brasileiro, assume com a responsabilidade de ser – resguardadas as condições históricas e as circunstâncias – o continuador no Senado da voz dos comunistas, tão ouvidas naquela casa entre 1946 e 1948, pela figura histórica de Luiz Carlos Prestes, personalidade que marcou profundamente a política nacional no século XX – conforme assinalou o senador Quintanilha em seu primeiro pronunciamento na tribuna do Senado como novo filiado de nosso Partido.

As razões do ingresso do senador em nosso Partido são de natureza política. E desta maneira nos remete a um saudável processo de aprendizado conjunto.

Esses vinte anos de legalidade alteraram bastante nossa vida partidária. Em 83 anos de história, nunca passamos um período tão longo de vida legal. É marcante a atuação do PCdoB no Parlamento e na vida política do Brasil. Ele tem se credenciado como força de aglutinação política dos setores mais avançados da sociedade e como porta-voz de importantes setores da vida política nacional.

No Congresso Nacional, nosso Partido tem agido com desenvoltura. É destacada a atuação dos deputados Daniel Almeida, Inácio Arruda e Jamil Murad. As mulheres comunistas carregam com galhardia nossas bandeiras nas figuras de Perpétua Almeida, Vanessa Grazziotin, Jandira Feghali e Alice Portugal.

Nos últimos anos, apresentamos mais de duas mil proposições, entre projetos de lei, emendas constitucionais, requerimentos e pronunciamentos parlamentares. Presidimos e participamos de mais de uma dezena de comissões parlamentares de inquérito (CPIs). Presidimos comissões permanentes como a de Desenvolvimento Urbano e a de Relações Exteriores e Segurança Nacional.

Nossa bancada se destaca principalmente na defesa dos trabalhadores, com projetos importantes como o que reduz a jornada de trabalho para quarenta horas semanais. Participamos de comissões que investigaram o

crime organizado, a pirataria, acidentes naturais ou civis como o que destruiu nossa plataforma de lançamento de foguetes em Alcântara. Estivemos nas comissões que investigaram o trabalho escravo, a grilagem de terras e a prostituição infantil, entre outras. Temos atuado com destaque na comissão que cuida da reforma política, tão necessária nos dias atuais.

Nossa atuação elevou a qualidade da Lei de Biossegurança e da Reforma do Judiciário. Relatamos 497 matérias, entre elas 19 Propostas de Emendas Constitucionais, 11 Medidas Provisórias e várias centenas de projetos de lei e decretos legislativos. Também tivemos destacado papel no debate e na resistência ao projeto da reforma sindical que hoje praticamente está arquivado.

Nossa bancada, lúcida e aguerrida, mesmo que numericamente ainda pequena, destaca-se pela qualidade de sua atuação e pelos elevados propósitos com que atua. Esse reconhecimento fica evidente na avaliação feita pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), onde mais da metade de nossa bancada está presente entre os 100 Cabeças do Congresso Nacional, proporcionalmente a maior representação. Temos ainda a maior representação de mulheres que corresponde a 50% de nossa bancada, com uma atuação destacada nessa área, onde temos tomado muitas iniciativas e coordenado muitos eventos.

Neste período nossa bancada também enfrentou situações novas, difíceis e complexas. Pela primeira vez, ela quebrou a unidade do voto, tão cara para nós – nossa bancada votou dividida no projeto de emenda constitucional que estabelecia mudanças na previdência social e no projeto de reajuste do salário-mínimo. De todas as lutas no Parlamento, considero estas as que deixaram marcas mais profundas. Esgarçou relações e expôs a bancada interna e externamente. Também, camaradas, nos deixou muitas lições. Quero destacar que o Comitê Central de nosso Partido – que acompanhou as negociações e as votações, deliberando sobre a matéria – agiu com muita firmeza na preservação e na defesa do princípio do centralismo democrático, tomando todas as medidas disciplinares que julgou necessárias, sempre de maneira equilibrada. Transcorridos vários meses, posso testemunhar que vivemos hoje um bom momento. Ao mesmo tempo, os debates e as relações políticas, impulsionados pela combatividade de nossos camaradas, foram aos poucos reocupando seus lugares. Prova disso é a última batalha para a presidência da Câmara, que rendeu a seguinte notinha de jornal: “Nove camaradas fizeram o que noventa companheiros não conseguiram fazer”.



Neste mandato legislativo, nosso Partido tem percorrido caminhos até então desconhecidos, exigindo de nós um enorme esforço para nos colocarmos à altura das exigências e dos desafios. Nem sempre tem sido possível seguir as orientações do velho boiadeiro, que recomenda escolher o lugar mais raso do rio para fazer a travessia da boiada.

Nossa luta não tem sido em céu de brigadeiro. Muito pelo contrário. Caminhamos pelo desconhecido. Buscando respostas novas para problemas novos. Procurando entender os meandros da complexa política brasileira. Combatemos contra esta elite que tem dado sucessivas demonstrações de fôlego e de capacidade política. Por isso, lutamos sem a ilusão de que iremos encontrar a terceira margem do rio.

Em 2003, o presidente da República distinguiu o camarada Aldo Rebelo como líder do seu governo na Câmara dos Deputados. Nesse período, o PCdoB conduziu os conflitos entre as forças políticas de sustentação do governo naquela Casa. Ocupamos ainda uma das vice-lideranças do governo na Câmara dos Deputados e uma vice-liderança no Congresso nacional.

Esse trabalho conduziu ao crescimento da atuação de nossa bancada. Aumentou nossa capacidade de interlocução com o governo e com sua base no Congresso, nos conduzindo a uma sucessão de vitórias em plenário. Apresentando como consequência um novo convite por parte do presidente da República para que o deputado Aldo Rebelo, então líder do governo na Câmara, ocupasse o Ministério da Coordenação Política em fevereiro de 2004.

Fruto da atuação do deputado Aldo Rebelo, da bancada de deputados na Câmara federal e da política ampla conduzida por nosso Partido, surgiram condições para que, na recente crise política envolvendo quase duas dezenas de parlamentares, três CPIs, e denúncias contra o deputado Severino Cavalcanti, então presidente da Casa, fosse formada uma aliança política, tendo como núcleo PCdoB, PT e PSB, juntamente com aliados no PMDB e em outros partidos, proporcionando a mais importante vitória política da base aliada no Congresso Nacional no ano de 2005. E é para nós uma vitória tão espetacular que talvez ainda não a tenhamos compreendido em toda a sua totalidade.

Neste processo também tivemos perdas importantes. Enfrentamos duas defecções. Primeiro o ex-deputado Afonso Gil eleito pelo estado do Piauí deixou o Partido no final de 2003. Segundo, nos últimos dias, depois de mais de 40 anos de militância, deixou nossa legenda o também deputado Sérgio Miranda. Uma perda para nosso Partido e para sua trajetória.

Contudo, temos boas novas a apresentar: nestes dias nossa bancada ganhou o reforço e o retorno da experiente, e combativa, deputada federal Socorro Gomes, eleita pelo bravo povo do estado do Pará. E nos próximos dias receberemos o determinado e também combativo deputado Evandro Milhomem que retorna à Câmara dos Deputados levado pelos votos do simpático estado do Amapá.

Nossa bancada também empresta ao governo Lula o talento realizador do deputado Agnelo Queiroz. Agnelo comanda o Ministério dos Esportes que entre outras ações realiza o maior programa de inclusão esportiva do mundo, o Programa Segundo Tempo, que mobiliza mais de um milhão de crianças em atividades esportivas complementares ao seu estudo.

Camaradas, o PCdoB tem em sua bancada parlamentar uma das vitrines de sua ação política. Ser vereador, deputado estadual, deputado federal ou senador pelo Partido é, antes de tudo, uma honra e também uma tarefa de extrema responsabilidade. A bancada contribui com a projeção do Partido. Sua palavra, seu voto, seus pronunciamentos sobre temas do cotidiano, ou relevantes ao interesse nacional, ou até mesmo mundial, ajudam a repercutir a ação do PCdoB, da direção nacional e de suas direções intermediárias. Colocam o Partido na vitrine da ação política, projetam lideranças, solidarizam-se com as lutas do nosso povo, colocam luz sobre intrincadas questões da luta e das tarefas políticas, e sobretudo elevam o prestígio de nossa legenda.

Nesse 11º Congresso o Partido nos encarregará de novos e maiores desafios. Não há atalhos ou caminhos fáceis para a luta pela libertação de nosso povo. As muitas batalhas que enfrentamos não as escolhemos, são impostas pelas circunstâncias e pela dinâmica da vida política nacional. Trilhamos uma experiência nova que é ser base de sustentação de um governo. Também é nova a experiência de ter ministérios, cargos de destaque na administração pública federal e estadual. Também é nova a experiência de administrarmos prefeituras municipais. Destaco aqui neste Congresso a tarefa liderada por um dos nossos camaradas, que é presidir a Câmara dos Deputados neste delicado momento que vivemos. Esse fato é praticamente inédito no mundo, onde um Partido Comunista dirige o Parlamento estando fora do comando principal do poder central do país.

Somente a paciência revolucionária, a modéstia, a persistência, a capacidade de conjugar o verbo sempre na primeira pessoa do plural, a sagacidade política, o espírito de quem não teme os desafios, a determinação



de quem persegue as renovações, a coragem de quem não se assusta com as tempestades, a serenidade para enfrentar as dificuldades do complicado caminho da luta de classes e da luta política numa sociedade desigual e complexa como a nossa serão capazes de pensar, agir, e sobretudo de lutar e realizar as mudanças de que nosso país precisa.

O PCdoB precisa crescer ainda mais, e o fará. Tenho certeza. Precisamos multiplicar nossa ação nas diversas frentes de lutas. Em 2006, estamos chamados à missão também importante de ampliar nossa representação parlamentar nas Assembleias Legislativas estaduais e no Congresso Nacional como instrumento de forjar um grande Partido Comunista, para cumprir com o enorme desafio de transformar o Brasil.

Viva o PCdoB!

Viva o socialismo!

Vamos à luta!

Vamos à vitória!

Sobre o trabalho teórico-ideológico

Desenvolver o marxismo, elevar a formação do coletivo, difundir amplamente a política partidária



Adalberto Monteiro

De início, vale ressaltar que o trabalho teórico-ideológico refere-se a um conjunto de concepções, instrumentos e atividades que apetrecham o Partido Comunista para desempenhar seu papel de *fomentador de uma consciência social* avançada tanto entre seus militantes quanto no âmbito das grandes massas do povo.

Esta formulação vem de um texto de João Amazonas em que ele destaca que a revolução não é um processo histórico automático, e dessa maneira depende “de um gigantesco trabalho de disseminação da consciência social, da teoria revolucionária, (...) e de um grande esforço do Partido para organizar o povo”. Escreveu ele: “Não se conquista facilmente a consciência das pessoas. É fundamental que o grande desenvolvimento da ciência social e da teoria revolucionária, além de ganhar as fileiras do Partido Comunista, abarque as grandes massas da população. (...) quer dizer, sem a formação de uma consciência revolucionária não há revolução que se concretize e se sustente. (...) portanto é tarefa fundamental do Partido elevar sua formação teórico-ideológica e promover a consequente disseminação da teoria na sociedade”.

Para Amazonas, a passagem do capitalismo ao socialismo é um processo difícil e o Partido Comunista ao fomentar e disseminar a consciência social revolucionária entre os seus integrantes e as massas o faz com a percepção de que esta atividade é um fator que tem como resultante a possibilidade “de acelerar, de apressar o processo” de superação do capitalismo.



Após esta recapitulação – digamos conceitual –, passamos ao balanço do trabalho teórico-ideológico no último quadriênio e perspectivas.

Uma concepção sistêmica do trabalho teórico-ideológico

Começemos por uma apreciação acerca da concepção que passou a reger esta frente de trabalho a partir do 10º Congresso.

O trabalho teórico-ideológico abarca a formação teórica e política do coletivo, a difusão e o cultivo de valores éticos elevados no seio do Partido; a participação no trabalho da direção e do coletivo partidário para se ter um domínio teórico e político maior da realidade mundial, e, em especial, a brasileira, o labor intelectual pertinaz para se enriquecer e desenvolver a teoria revolucionária, a participação ativa na luta de ideias, o diálogo e o relacionamento com a intelectualidade avançada e o mundo da ciência e da cultura, o esforço de difusão para milhares e milhões das ideias e proposições políticas dos comunistas.

O trabalho teórico-ideológico com essa vastidão concebida perpassa o conjunto das frentes de trabalho, mas, centralmente, é implementado por uma ação conjugada e articulada entre a secretaria de Formação e Propaganda e a de Comunicação.

Através desses dois polos que interagem entre si o Partido busca elevar a consciência socialista de suas fileiras e empreende sua participação na luta de ideias em curso na sociedade e procura vincar no âmbito do movimento transformador a corrente revolucionária proletária, patriótica e internacionalista dos comunistas.

Esta concepção do trabalho teórico-ideológico como um sistema constituído por um conjunto de atribuições e instrumentos que interagem e se complementam e cuja ação direciona-se tanto para o interior do Partido quanto para fora revelou-se acertada e, conseqüentemente, continuará regendo este trabalho.

“Mais marxismo, mais Brasil”

Questão importante para uma frente de trabalho dessa natureza é o **conteúdo** a ser desenvolvido e disseminado e em que circunstâncias his-

tóricas e políticas isto se realiza. O que norteou esta frente e continuará a ser sua diretriz é o lema “mais marxismo, mais Brasil”. Assimilar, difundir, desenvolver e enriquecer o marxismo, participar com denodo do trabalho que o movimento transformador realiza para superar a crise da teoria revolucionária; empreender essa tarefa, entre outros caminhos, no curso do labor para se compreender mais e melhor a singularidade do capitalismo contemporâneo e, ascendentemente, alargarmos nosso domínio sobre a realidade econômica, social, política e cultural do Brasil. No curso das atividades que se realizam, temos de dar passos novos para dar mais materialidade a esse lema.

Desenvolver e difundir a teoria revolucionária, tê-la como instrumental de análise concreta da realidade concreta, fomentar e disseminar consciência social avançada num período histórico em que ainda se propaga uma corrosiva onda reacionária que emergiu do triênio 1989-1991, quando houve a dissolução da União Soviética e a queda dos governos do Leste. O imperialismo avança sobre os povos com base na força bruta e no seu aparato ideológico que exerce vertiginosa pressão em corações e mentes. Esta pressão dissemina o irracionalismo, o individualismo exacerbado, cria uma teia ideológica que cerceia a divulgação de ideias avançadas e inculca nas consciências a imutabilidade da história, a eternidade do capitalismo e a inviabilidade dos projetos de transformação social. É nadando contra esta corrente que estamos chamados a cumprir o papel de fomentador da consciência social transformadora. Isso é parte destacada do processo de acumulação de forças do movimento revolucionário visando a fortalecer o que o camarada Renato Rabelo denomina “uma nova luta pelo socialismo”.

Superação do neoliberalismo, núcleo da luta de ideias

O trabalho se desenvolve no curso de uma intensa luta de ideias, circunstanciada, no plano mundial, por uma correlação de forças desfavorável ao campo revolucionário e, no plano interno, pelos novos desafios e oportunidades que emergiram com a posse do governo Lula.

Desde então, instaurou-se um debate teórico e político no âmbito da sociedade e dentro do próprio governo acerca dos caminhos, limites e possibilidades do governo para desvendar alternativas ao neoliberalismo com a implementação de um novo projeto nacional. Dois campos básicos se forja-



ram: o da mudança e o do continuísmo. Na luta de ideias em andamento, o PCdoB tem feito e fará permanente combate ao continuísmo, explicitando, sobretudo suas críticas à política macroeconômica monetarista e ortodoxa que restringe o crescimento e provoca concentração de renda. Por um lado, além da crítica que tem sido e deve ser exercida com desenvoltura, o PCdoB procura oferecer contribuições políticas e teóricas referentes aos dilemas da esquerda brasileira e de seu governo. Entre o fatalismo que apregoa a capitulação, a cedência permanente aos fundamentos neoliberais, a imprensa partidária, as atividades do Instituto, da Escola, ele sustenta com argumentos, com formulações políticas e teóricas que é possível empreender a resistência e dar passos à superação do neoliberalismo. Por outro, na luta de ideias tem sido e continua a ser prioridade combater a oposição conservadora e desmascarar seus planos de retorno ao governo da República. A partir de flagrantes da contenda política, o Partido atua também para demonstrar os equívocos da pretensa ultraesquerda que acaba, objetivamente, em muitos episódios desempenhando o papel de linha auxiliar da direita.

Camaradas, a edificação de um partido comunista, grande e influente, enraizado nas massas trabalhadoras, dotado de elevada consciência socialista, capaz de difundir para milhões suas abordagens táticas, suas soluções para curso pulsante dos confrontos políticos e disseminar progressivamente o seu programa de transição do capitalismo ao socialismo, requer do Comitê Central, dos Comitês estaduais e municipais, do conjunto das organizações partidárias, persistência no reforço crescente do trabalho teórico-ideológico. Avançamos, é verdade, contudo, as conquistas ainda estão por ser consolidadas, e o êxito ante o papel político saliente e a amplitude e extensão adquiridos pelo Partido levam-nos a rejeitar qualquer acomodação e nos desafiam a fazer avançar nosso trabalho.

A comunicação partidária é cada vez mais chamada a cumprir o papel de disseminar nossa política para o conjunto de filiados e militantes e as amplas camadas do povo. Seus instrumentos e o conteúdo que publiciza são fatores importantes para garantir a unidade de ação política dos comunistas, sobretudo num país de dimensões continentais como o nosso e no qual a mídia cerceia, difama e hostiliza as forças políticas avançadas. Neste contexto, destacam-se a criação e a consolidação do portal na internet, hoje um dos principais referenciais da esquerda no espaço da comunicação eletrônica. Trata-se de um relevante feito. O portal saltou de 38 mil visitas mensais, em abril de 2002, para mais de 400 mil visitas, em setembro

último. Obviamente, precisa galgar novos estágios de expansão e outros aperfeiçoamentos. Os programas periódicos de rádio e TV e os programas das campanhas eleitorais, instrumentos da comunicação para milhões, buscaram difundir com eficácia e criatividade a política partidária. É uma matéria de alta exigência e risco, o que demanda crescente eficácia. Não é à toa que um dos objetivos da cláusula de barreira é diminuir drasticamente o tempo para este tipo de propaganda. O jornal *A Classe Operária* passou a ser quinzenal e teve sua redação reforçada. É um instrumento insubstituível para informar e formar a militância, sobretudo as dezenas de milhares que não têm acesso à internet. A *Classe* precisa superar o gargalo da circulação e seguir o esforço que realiza para melhorar sua qualidade. Noutro plano, impõe-se constituir um trabalho de assessoria de imprensa da direção nacional e de outras instâncias que potencialize a divulgação de nossas ideias nos veículos de comunicação da mídia nacional e regional. Questões de maior fôlego continuam a desafiar não somente o Partido, mas a esquerda e o campo progressista como um todo: a luta para democratizar os meios de comunicação, sem o que as ideias avançadas terão dificuldade para chegar ao grande público. A renhida luta política que se vivencia ressalta que a consecução de um novo projeto nacional requer que as forças progressistas tenham acesso aos veículos de comunicação de massa.

No que se refere à Formação e Propaganda, sublinha-se o relançamento da **Escola Nacional de Formação** a partir de uma ação conjunta do Comitê Central e dos Comitês Estaduais. A Escola progressivamente vai adquirindo concretude a partir da convicção de que ela é um instrumento imprescindível para elevar a consciência socialista de um partido de 70 mil militantes e mais 200 mil filiados. A Escola já tem um corpo docente inicial, núcleos de ensino e pesquisa constituídos, avança na elaboração de seu currículo e realiza com suas seções estaduais e regionais atividades de formação para quadros, filiados e militantes. Contudo, a Escola é uma tarefa ainda inconclusa que impõe ser consolidada. No próximo período, a par de implementar a formação nos diferentes níveis, ela desenvolverá um plano para formação marxista dos quadros, a começar dos integrantes do Comitê Central.

O Instituto Maurício Grabois elegeu nova diretoria, agregou intelectuais militantes e não filiados ao Partido e constituiu seções em vários estados. Já realizou importantes iniciativas como as efetivadas no Fórum Social Mundial. Foram criadas as condições básicas para ele materializar seu ob-



jetivo de vir a ser um espaço de encontro, de confluência do pensamento marxista e progressista. Entre as linhas de pesquisa e elaboração destacam-se: aprofundar o domínio teórico e político acerca do neoliberalismo, isto é, sobre a singularidade do capitalismo atual; dar seguimento aos estudos sobre o proletariado brasileiro na atualidade e retomar o trabalho sistematizado de redação da história do Partido.

A revista teórica passou a ser bimestral, persevera na busca de sua qualidade editorial. Está engajada nos esforços da esquerda brasileira para desvendar caminhos de resistência e superação do neoliberalismo, com a publicação de artigos de autores membros do Partido e do campo progressista. Seu principal problema é a circulação ainda restrita. As perspectivas para o trabalho da revista implicam: atingir a meta de quatro mil assinaturas, e constante busca de melhoria e acerto na linha editorial, com a publicação de um leque amplo de colaboradores de prestígio. Quanto à editora, auto-criticamente, reconhece-se que não recebeu tratamento necessário para sua modernização e revitalização. De qualquer modo, no último quadriênio lançou 33 novos títulos e 18 edições da revista teórica, além do que marcou presença em mais de uma centena de eventos, inclusive em importantes Feiras de Livro. Para o próximo período impõe fortalecê-la.

Camaradas, metaforicamente, tendo o Partido como uma nau, o trabalho teórico-ideológico não se refere à casa de máquinas, ele se refere à casa das ideias, da teoria revolucionária, dos valores éticos, dos sentimentos, em suma, da consciência avançada que o alimenta e o orienta à jornada transformadora. Cuidemos mais e melhor do trabalho ideológico. Muitos são os desafios. Mas haveremos de vencê-los com o engajamento e o empenho das organizações e do coletivo partidário.



Representantes de 45 organizações de 32 países participaram do 11º Congresso do PCdoB

Delegações internacionais presentes ao 11º Congresso

Alemanha	Partido Comunista Alemão
Angola	Movimento Popular pela Libertação de Angola
Argentina	Partido Comunista da Argentina Corrente Pátria Livre Partido Comunista Congresso Extraordinário da Argentina
Bélgica	Partido do Trabalho da Bélgica
Canadá	Partido Comunista do Canadá – ML Partido Comunista do Canadá
Chile	Partido Comunista do Chile
China	Partido Comunista da China
Colômbia	Partido Comunista Colombiano
Coreia	Partido do Trabalho da Coreia
Cuba	Partido Comunista de Cuba

Dinamarca	Partido Comunista da Dinamarca – ML Partido Comunista da Dinamarca
Eslováquia	Partido Comunista da Eslováquia
Espanha	Partido Comunista da Catalunha União do Povo Galego
Estados Unidos da América	Partido Comunista dos EUA Partido do Mundo do Trabalho
França	Partido Comunista Francês
Grã-Bretanha	Partido Comunista Revolucionário da Grã-Bretanha (ML)
Grécia	Partido Comunista da Grécia
Índia	Partido Comunista da Índia (Marxista) Partido Comunista da Índia
Itália	Partido da Refundação Comunista Partido dos Comunistas Italianos
Japão	Partido Comunista Japonês
Líbano	Partido Comunista Libanês
México	Partido dos Comunistas Mexicanos
Palestina	Organização pela Libertação da Palestina (OLP) Frente Democrática de Libertação da Palestina
Paraguai	Partido Comunista Paraguaio
Peru	Partido Comunista do Peru (Pátria Roja)
Portugal	Partido Comunista Português União Democrática Popular Bloco de Esquerda
República Dominicana	Partido dos Trabalhadores Dominicanos
República Tcheca	Partido Comunista da República Tcheca (Boêmia & Moravia)
Romênia	Partido da Aliança Socialista da Romênia
Síria	Partido Árabe Socialista Al-Baath da Síria
Suécia	Partido Comunista da Suécia
Vietnã	Partido Comunista do Vietnã

Observadores Convidados pelo Instituto Maurício Grabois:

. Revista *Correspondências Internacionais*, França

. Polo da Renascença Comunista na França

Mensagens e intervenções de delegações internacionais presentes

Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA)

É com grande satisfação que vos endereçamos uma calorosa, amistosa e fraternal saudação dos dirigentes e militantes do MPLA, por ocasião do 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Aproveitamos esta oportunidade para expressar os nossos sinceros agradecimentos pelo amável convite a nós endereçado para participar deste Congresso, que se reveste de grande importância para o futuro desenvolvimento do vosso Partido.

Para nós é também uma oportunidade para trocar ideias e experiências sobre as preocupações e os desafios comuns e sobre os esforços para a manutenção da paz, da segurança e da estabilidade no mundo.

Como é do vosso conhecimento, Angola, depois de um longo conflito armado, alcançou a paz, o que nos permitirá perspectivar adequadamente a solução dos problemas de nosso país – nomeadamente o desenvolvimento econômico e social – para a realização das legítimas aspirações do cidadão angolano e para a defesa dos seus direitos.

É sobre esta base que o MPLA elaborou a proposta da Agenda Nacional de Consenso, que visa a proporcionar um debate organizado e sistematizado sobre questões fundamentais para o futuro desenvolvimento de nosso país, levando em consideração a realização das eleições legislativas e presidenciais em 2006.

A nossa presença neste Congresso constitui o testemunho das cordiais relações existentes entre o MPLA e o Partido Comunista do Brasil, que remontam a muitos anos da tradicional solidariedade entre os dois Partidos.

Finalmente, formulamos os melhores votos de muitos sucessos no vosso Congresso, e que as vossas decisões contribuam para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro e para o reforço da atividade e da influência do Partido Comunista do Brasil na sociedade brasileira.

VIVA O PC DO BRASIL!



Partido Comunista da Argentina

Em nome do Partido Comunista da Argentina saudamos fraternalmente os delegados do 11º Congresso do PCdoB e desejamos-lhes o maior dos êxitos em suas deliberações.

Seu Congresso se realiza num importante momento de avanço das lutas e da consciência anti-imperialista na América Latina.

A recente Cúpula dos Povos realizada em Mar del Plata – prestigiada por milhares de participantes da Argentina e delegações dos países da América Latina, com um grande ato e manifestações contra Bush e a Alca – teve um profundo conteúdo do discurso do comandante Hugo Chávez. E o desenvolvimento da crise que se mostrou na reunião dos presidentes das Américas, na qual a tentativa de Bush e seus lacaios de aprovarem a Alca fracassou, gerando uma importante derrota em nível estatal dos planos do governo terrorista de Bush – cabeça do imperialismo genocida do povo do Iraque, como ficou demonstrado nestes dias pelo uso de armas químicas contra Jalujha.

No importante ato de 4 de novembro, o líder venezuelano Hugo Chávez desenvolveu um verdadeiro programa de libertação latino-americana fundamentando a necessidade de se avançar na direção do socialismo do século XXI para enterrar definitivamente o capitalismo.

Deve-se ressaltar também que o movimento contra a guerra nos Estados Unidos está avançando com maior rapidez e profundidade do que durante a guerra do Vietnã.

Se o Movimento Mundial dos Povos e Nações Progressistas é capaz de coordenar sua ação com essa situação vivida pelo povo dos EUA, seriam criadas melhores condições para poder terminar com a unipolaridade do imperialismo yanque, que impera na atualidade, e criar melhores condições para a luta pelo socialismo.

Sem dúvida, esta situação que se desenvolve na América Latina favorece a ação das forças políticas democráticas e progressistas do povo brasileiro que luta pela implantação do programa prometido pelo companheiro Lula em sua campanha eleitoral.

A amizade entre os comunistas brasileiros e argentinos é fruto de muitos anos de luta e solidariedade mútua, ao longo de anos de combate sem trégua pelo socialismo em nossas pátrias.

Os novos tempos que estamos começando a viver acrescentam a neces-

sidade de aperfeiçoar a coordenação das ações dos nossos Partidos, com vistas ao êxito comum tanto na reunião do Fórum Social das Américas quanto no Seminário dos Partidos Comunistas da América do Sul, Cuba e países da Europa, que se realizarão na cidade de Caracas em janeiro de 2006.

Desejando-lhes novos êxitos na luta, um abraço fraternal,

Patricio Echegaray, *secretário-geral do Partido Comunista da Argentina*

Corrente Pátria Livre, Argentina

Enviamos-lhes uma saudação fraternal pelo seu bem-sucedido 11º Congresso do qual tivemos o privilégio de participar. Congresso em que se ratificou a linha política que vêm seguindo há muitos anos, da qual compartilhamos plenamente. No marco dos novos ventos que correm na América Latina, os inimigos históricos de nossos povos – o imperialismo norte-americano e seus cúmplices nativos – se empenham em boicotar e desestabilizar os governos de nossos países que avançam pelo caminho de construir novos modelos alternativos ao neoliberalismo. Hoje, o centro destas agressões está colocado sobre o governo do presidente Lula, ao qual todos nós revolucionários temos a obrigação de defender como o seu Partido vem fazendo.

Nos dias 5 e 6 de novembro último, na Cúpula de Presidentes de Mar del Plata, do Mercosul à Venezuela soubemos dar uma mostra de dignidade ao negarmos a ratificação – cara a cara com George Bush – de uma declaração que convoque a retomada das negociações da Alca, decretando assim sua morte definitivamente. Este feito – que representa um acontecimento histórico – nos ratifica a correção do caminho que estamos seguindo.

Uma saudação revolucionária,

Isaac Yuyo Rudnik, *Relações Internacionais e*

Humberto Tumini, *secretário-geral da Corrente Pátria Livre, Argentina*



Partido Comunista do Canadá

É com grande prazer que saudamos aos delegados e a todos os membros do Partido Comunista do Brasil por ocasião de seu 11º Congresso. Estamos confiantes de que ele trará resultados importantes para o trabalho futuro na união da classe operária e de todos os trabalhadores de seu país em defesa da independência e da soberania nacionais; no combate ao impacto devastador das políticas neoliberais impostas pelo capitalismo financeiro internacional e pelas nações que o lideram; e para traçar uma alternativa revolucionária e socialista para o futuro.

Hoje, o imperialismo, especialmente o dos Estados Unidos, constitui a mais agourenta ameaça a toda a humanidade. Em todas as partes, ele pisoteia a soberania dos países e dos povos, empenhando-se em impor sua dominação militar e estratégica a todo o planeta.

Os círculos dominantes do imperialismo odeiam todas as ideias progressistas e revolucionárias. A nuvem negra da intolerância política e da repressão, da histeria anticomunista, o Macarthismo e o caça às bruxas – utilizada para intimidar e atacar a classe operária e seus destacamentos revolucionários mais avançados durante o século passado –, continua a agir, sob uma nova aparência chamada de “guerra ao terrorismo”.

Como antes, esses métodos são invocados para justificar guerras de agressão no Iraque e no Afeganistão; para provocar e ameaçar Cuba e Venezuela; para apoiar e financiar a continuação da ocupação israelense das terras palestinas; para promover guerras por interesse e repressão da Colômbia às Filipinas; para insistir na manutenção e no fortalecimento da hegemonia nuclear e do ataque aos direitos democráticos dos povos por meio de leis antiterroristas, certificados de segurança nacional, prisões e julgamentos secretos.

O maior baluarte contra a ameaça imperialista é combinar cada vez mais a ação unida dos povos contra a guerra, a repressão e a exploração e pela paz, a independência e a soberania e por uma vida mais justa e emancipada – pelo socialismo.

No Canadá, os liberais no governo e os conservadores na “oposição” estão continuando e até acelerando a implementação da agenda neoliberal de privatização, da imposição de desmandos e do chamado “livre comércio”, com a completa subordinação do Canadá à política econômica, política e militar ditada pelo imperialismo dos Estados Unidos – com a integração

canadense na “Fortaleza Norte-Americana”. Hoje, isto se reflete particularmente nos esforços para “harmonizar” as políticas de alfândega e imigração, leis e padrões trabalhistas, políticas comerciais e fiscais, gerenciamento de recursos, defesa e política externa com as políticas da administração Bush.

Esta agenda reacionária já concorre para aumentar a resistência da grande maioria dos canadenses que se opõem ao sucateamento e à privatização dos serviços de saúde, educação, utilidade pública e de outros programas e serviços sociais e que desejam que o Canadá não tome parte da aventura militar e dos mísseis de defesa dos EUA, que rejeitam a erosão da soberania canadense e procuram uma alternativa fundamental que preserve a independência e a defesa dos direitos sociais do nosso povo.

Esta oposição ao neoliberalismo, à “globalização” capitalista e à agressão imperialista está ganhando terreno por todos os lados e especialmente em nosso hemisfério. Enquanto a resistência popular é às vezes esporádica e desigual, há uma tendência inequívoca do aumento da luta, do avanço real em muitos países e da procura crescente por uma alternativa viável e fundamental à ordem imperialista.

Os Partidos Comunistas e Operários têm responsabilidade especial e um desafio único neste momento dramático da história humana. Em nosso ponto de vista, é absolutamente vital que nossos partidos não apenas intensifiquem nossos esforços para unir e liderar as lutas de classes e democráticas em nossos respectivos países, mas também que nossos partidos aumentem a cooperação e a coordenação em níveis regional, hemisférico e internacional.

Evidentemente, é necessário também construir uma frente internacional a mais ampla possível com todas as forças democráticas e anti-imperialistas. Somente uma frente ampla e unida pode confrontar com sucesso as forças imperialistas.

Miguel Figueroa, *Comitê Executivo Central do Partido Comunista do Canadá*

Partido Comunista do Canadá (Marxista-Leninista)

Por ocasião do 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil, em nome do Partido Comunista do Canadá (Marxista-Leninista), expresso nossas calorosas saudações a você, ao Comitê Central e a todos os militantes do seu partido.



Desde o 10º Congresso, apesar da grande perda do camarada João Amazonas, o PCdoB continuou a estabelecer suas credenciais revolucionárias. A direção do PCC (M-L) estudou as teses do 11º Congresso e prestou especial atenção à experiência do PCdoB. Entre outras coisas, apreciamos muito seu trabalho para fortalecer o partido, construir uma frente única – com todas as forças progressistas, nacionais e internacionais –, prover a classe operária e o povo com as convicções resolutas e a perspectiva da revolução e do socialismo e intervir na luta política, com base na prática política. O trabalho do PCdoB estabelece continuamente fatores subjetivos, de forma a garantir a transformação profunda da sociedade. Este é um grande exemplo para todos nós.

Estamos convencidos de que o trabalho do PCdoB é decisivo para determinar qual será o desdobramento dos acontecimentos no Brasil e assegurar que a burguesia reacionária não seja capaz de reconquistar a iniciativa que perdeu com a eleição de Lula à presidência. Tomamos para nós suas dificuldades e estamos juntos na sua batalha.

Por ocasião do 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil, apresentamos nossas mais sinceras congratulações pelo sucesso alcançado e a certeza de que as decisões que nele tomarem darão um grande ímpeto ao trabalho do seu partido. Num momento em que os imperialistas anglo-americanos estão impondo ao mundo inteiro sua noção anacrônica de paz, de ordem e de um governo satisfatório, aproveitamos a oportunidade para expressar nossa certeza de que juntos todos nós continuaremos unindo as forças progressistas para que os graves perigos – representados pelo fascismo e a guerra que ameaçam a humanidade – possam ser vencidos. Com saudações revolucionárias,

Sandra L. Smith, *primeira-secretária do Comitê Central,*
Partido Comunista do Canadá (Marxista-Leninista)

Partido Comunista da China

Temos a honra de expressar-lhes nossas calorosas felicitações por ocasião da celebração do 11º Congresso nacional de seu Partido.

O PCdoB é um importante partido brasileiro, que joga papel destacado na vida política do país. Há tempos o PCdoB vem contribuindo devidamente para salvaguardar a soberania e a integridade territorial do

Estado, desenvolver a economia nacional e melhorar a vida do povo. O Partido Comunista da China atribui importância à amizade tradicional com o PCdoB e está disposto a fortalecer ainda mais os intercâmbios e a cooperação com seu Partido para fomentar o desenvolvimento das relações bilaterais entre China e Brasil, baseando-se nos quatro princípios de independência e autodecisão, igualdade completa, respeito mútuo e não intervenção nos assuntos internos alheios. Formulamos votos de completo êxito do 11º Congresso Nacional do PCdoB.

Formulamos votos de consolidação e de promoção constantes das relações de cooperação amistosa entre os dois partidos, os dois países e os povos da China e do Brasil.

*O Departamento Internacional do Comitê Central do
Partido Comunista da China*

Partido Comunista Colombiano

O Partido Comunista Colombiano saúda o 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Destaca a importante participação de seus 1.100 delegados, vindos de todo o país e o espírito internacionalista que se manifestou por meio do convite a numeroso grupo de partidos irmãos de vários continentes, em particular da América Latina.

O 11º Congresso se realiza num momento complexo da vida política do Brasil, quando está em marcha a ofensiva da direita para frear e tentar abortar um processo singular e positivo de perspectivas de mudança em favor das maiorias populares. O PCdoB integra a coalizão de governo do presidente Lula e se esforça para contribuir para o avanço do projeto na direção correta, em estreita relação com a mobilização das massas e as demandas dos trabalhadores, dos camponeses, dos estudantes e professores, da gente humilde do Brasil popular. Ao mesmo tempo, alenta a busca de novos elementos para fortalecer a resistência às políticas neoliberais da Alca, os tratados de livre comércio, as pressões e provocações do imperialismo, o intervencionismo militar do Plano Colômbia e as novas bases estadunidenses no continente. Fortalece com sua análise novos elementos na batalha de ideias.

O Partido Comunista Colombiano valoriza estes fatos e felicita o PCdoB pelos êxitos alcançados e manifesta sua disposição em manter um

intercâmbio permanente de informação e de solidariedade, e de continuar trabalhando conjuntamente com todas as forças revolucionárias e progressistas do continente por uma solução política negociada para o conflito interno na Colômbia, o rechaço a todas as formas de intervencionismo militar, o alcance da paz democrática com plena autodeterminação para todos os povos, o fim da militarização da região e a reafirmação prática dos direitos de não intervenção e autodeterminação nacional. Alguns pontos essenciais da identidade solidária são a defesa da revolução cubana e o respaldo ao processo bolivariano que ocorre na Venezuela.

O Partido Comunista Colombiano deseja a todos os delegados e as delegadas muitos êxitos em seu trabalho e expressa sua admiração e seu reconhecimento pelos gestos de amizade e acompanhamento da luta do povo colombiano.

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Viva o Partido Comunista Colombiano!

Partido Comunista Colombiano

Partido do Trabalho da Coreia

O Comitê Central do Partido da Coreia envia suas calorosas saudações ao 11º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil e, através do presente Congresso, ao Comitê Central e a todos os militantes do PCdoB.

Certos de que o presente Congresso constituirá momento importante para reforçar o PCdoB e para conseguir a coesão e a unidade das forças progressistas, desejamos maiores sucessos nos trabalhos do 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Comitê Central do Partido do Trabalho da Coreia

Partido Comunista de Cuba

Fidelidade a toda prova à causa do socialismo; estreita vinculação e confiança na ação criadora das massas populares; patriotismo e defesa incondicional da independência e soberania do país; dignidade; consagração; e espírito de sacrifício constituem os principais atributos que caracterizam a atuação do Partido Comunista do Brasil ao longo de sua existência.

Seria verdadeiramente impossível escrever a história dos principais acontecimentos ocorridos em seu país desde a década de 20 do século passado, sem citar a importância da contribuição do PCdoB, de seus abnegados militantes e valiosos quadros, inspirados no objetivo de proporcionar um futuro de igualdade, prosperidade, bem-estar e felicidade para todo o seu povo.

Respalado por tão rica e exemplar trajetória, chega o Partido Comunista do Brasil ao seu 11º Congresso, o que permite afirmar já ser um congresso vitorioso do qual emergirá um partido mais comunista, mais unido, mais forte e em condições superiores de brindar uma contribuição mais eficaz à luta a favor do socialismo, da solidariedade e da fraternidade entre os povos.

Seria impossível esquecer que no final dos anos 80 do século passado, quando muitos pressagiaram o fim da história, época em que não faltou quem vacilasse e renegasse sua trajetória passando a fazer apologia ao capitalismo, o PCdoB, seus militantes e dirigentes alçaram suas vozes para exclamar: “O Socialismo Vive”.

É por isso que o PCdoB constitui um destacamento digno que continua portando as bandeiras do socialismo com honra, com responsabilidade e com a convicção de que no contexto do capitalismo não há alternativas para a solução dos males que afetam nossos povos.

Igualmente importante tem sido a contribuição do Partido no âmbito internacional, condenando resolutamente a corrida armamentista, a política hegemônica e arrogante do imperialismo ianque, a Alca e suas nefastas consequências, as agressões contra o Afeganistão, contra o Iraque, o ultraje aos direitos humanos praticado pelos Estados Unidos em diferentes países – inclusive em seu próprio território, como ocorreu recentemente quando não foi oferecido o apoio necessário às populações mais pobres, que se viram desprotegidas ante a força do furacão Katrina que assolou o país.

Os tempos atuais, em que o imperialismo ianque é mais agressivo e depredador, requerem a unidade das forças políticas, sobretudo neste mal chamado Terceiro Mundo – que em alguns casos se apresenta como Quarto mundo, produto da enorme desigualdade social e econômica, derivada da globalização e do domínio da especulação financeira sobre os interesses sociais das maiorias marginalizadas.

Na nossa região, a América Latina, esta unidade é mais urgente e necessária porque o imperialismo ianque já começou a retomar suas velhas políticas intervencionistas e agressivas usando, como antigamente, as elites

da sociedade destes países. Não por acaso é que estão presentes tropas dos EUA no vizinho Paraguai.

São evidentes seus objetivos de intimidação contra a Bolívia, o Brasil, a Venezuela, o Uruguai, a Argentina, temerosos do avanço das ideias de integração que preconiza a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba) e o Mercosul. Portanto, é imprescindível a unidade entre as forças políticas, os partidos de esquerda e progressistas.

Cuba, pequeno país do Caribe, que enfrenta resolutamente o mais feroz e antigo bloqueio econômico e comercial do governo norte-americano, que não vacilou, nem vacilará, na defesa de sua soberania e independência, sempre recebeu firme e decidida solidariedade dos militantes e dirigentes do PCdoB.

Também acompanham os cubanos na batalha para denunciar o terrorista Luís Posa Carriles, autor de inúmeros atos terroristas contra instalações cubanas e que abateu um avião da companhia Cubana de Aviação em pleno voo, causando a morte de 73 passageiros e que goza de proteção do governo Bush para evitar sua extradição à Venezuela, país de onde preparou tão abominável crime.

Recebam a saudação do Partido Comunista de Cuba, de seus militantes e de nosso povo, desejando-lhes novos e rotundos êxitos como dignos seguidores que souberam viver o legado exemplar de quem soube atuar e viver como um verdadeiro comunista: o inesquecível companheiro João Amazonas.

O Comitê Central do Partido Comunista de Cuba

Partido Comunista da Dinamarca ML

Envio, em nome da direção nacional do Partido Comunista da Dinamarca (ML), as mais calorosas saudações ao PCdoB por ocasião de seu 11º Congresso, evento importantíssimo em sua vida.

Há mais de 20 anos o mundo vive uma grande e total fase de ofensiva neoconservadora e anticomunista, liderada pelo imperialismo norte-americano e as forças progressistas e revolucionárias. Embora com alguns desenvolvimentos positivos e encorajadores, ainda não conseguimos superá-la.

Consideramos que as teses discutidas pelos comunistas brasileiros, ao longo da fase preparatória deste 11º Congresso, indicam o caminho justo

para dar respostas e soluções aos problemas complexos relacionados à atual realidade nacional do Brasil e também à situação internacional na qual cada vez mais os países são dominados por medidas extraeconômicas e bélicas, das quais o imperialismo lança mão para superar sua grave crise enquanto sistema.

Concordamos plenamente com o seu partido quando afirma que no centro das respostas progressistas à atual situação com muitos perigos está a necessidade de construir um partido comunista forte e de vanguarda, de massas e de quadros, regido pelos princípios do centralismo democrático, com um perfil moderno, defensor de uma alternativa baseada no socialismo renovado e capaz de indicar o caminho até este nobre objetivo, que é o único que pode salvar a humanidade da atual crise de civilização.

Entre os nossos partidos existem relações sólidas de amizade há mais de 25 anos e é nosso desejo que elas se estreitem e se aprofundem ainda mais nos anos vindouros.

Viva o internacionalismo proletário!

Viva o PCdoB!

Viva o marxismo-leninismo!

Sven Tarp, *secretário internacional*

do CC do Partido Comunista da Dinamarca (ML)

União do Povo Galego (Espanha)

O Comitê Central da União do Povo Galego transmite uma saudação fraternal e solidária a este 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil, sabedor de que a sua celebração e os acordos nele adotados serão fundamentais para o avanço do seu partido na luta por um Brasil Socialista.

Sabemos que este congresso se realiza em condições complexas, com um quadro internacional marcado pela hegemonia unipolar dos Estados Unidos; mas frente a isto há cada vez mais povos conscientes que lutam contra o imperialismo nos cinco continentes. E assim em seu continente o heroico exemplo da Cuba Socialista é acompanhado hoje pelo avanço da revolução bolivariana na Venezuela e pela experiência de outros países que têm governos sustentados em amplas alianças com a presença dos comunistas.

Na Galícia observamos com interesse a evolução da situação política no seu país, conscientes de que uma aliança tão ampla como a que sustenta o

atual governo Lula é complexa e necessita de constantes ajustamentos táticos, e está submetida a muitas pressões exteriores, que às vezes influenciam os segmentos mais fracos ideologicamente. Sabemos que o PCdoB trabalha dia a dia para superar os obstáculos e combina o fortalecimento da frente de governo com a luta ideológica e a organização de um forte movimento social como garantia para o avanço do projeto de mudanças.

A União do Povo Galego luta há mais de 40 anos pela libertação nacional e social da Galícia; conscientes de que na nossa nação o caminho para alcançar esse objetivo precisa também de uma ampla aliança das classes populares, é que integramos a frente patriótica Bloco Nacionalista Galego (BNG) e trabalhamos pela auto-organização do nosso povo impulsionando a criação de organizações sindicais, operárias, agrárias, ecológicas, culturais etc., que hoje conformam um forte movimento nacionalista galego, um movimento que partindo da nossa realidade nacional é solidário com todos os povos.

No último mês de junho houve uma mudança política no nosso país quando a direita perdeu as eleições e, portanto, o governo; pela primeira vez o nacionalismo participa do governo, assumindo importantes responsabilidades. Neste período histórico, temos por objetivo mudar o papel que nos têm designado como a economia periférica na União Europeia, de forma a podermos desenvolver as grandes potencialidades do nosso país. Desenvolvendo os nossos setores produtivos, defendendo a nossa cultura e melhorando a qualidade de vida dos galegos e galegas é que conseguiremos avançar no processo de autodeterminação da Galícia.

Sempre marcamos nossa luta no conjunto do amplo movimento anti-imperialista, um movimento pela soberania dos povos que defende uma nova ordem internacional; por isso damos grande importância aos encontros entre comunistas e outras forças progressistas do mundo. Cada um atuando na sua realidade pode-se unir forças na luta pela libertação nacional e social dos trabalhadores e trabalhadoras e dos povos.

Camaradas, sabemos que o caminho é longo e difícil, entretanto, a causa da liberdade, a causa do socialismo vencerá. Este seu 11º Congresso será um passo importante e seguro de que o seu lema “Um PCdoB renovado” trará um Brasil Soberano e Democrático e o futuro Socialista.

União do Povo Galego

Partido Comunista dos EUA

Enviamos nossas saudações revolucionárias por ocasião do seu 11º Congresso. Seu Congresso é um importante evento para a luta do povo brasileiro por um mundo melhor.

Estendemos nossas congratulações também pela eleição do camarada Aldo Rebelo como presidente da Câmara dos Deputados no seu Parlamento.

Acompanhamos a situação no Brasil com grande interesse. Estamos cientes das pressões neoliberais sobre a administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Temos conhecimento também de algumas das dificuldades enfrentadas pelo governo para realizar as metas de eliminação da pobreza, a criação de empregos e a habitação. Sabemos da luta contra o racismo e para redirecionar para as necessidades dos pobres e da classe operária a verba para fins militares.

Hoje vivemos num mundo em que não há um campo socialista forte cuja força compensadora seria um breque no avanço do imperialismo, especialmente dos EUA. Não obstante, os países socialistas remanescentes, em especial Cuba no nosso hemisfério, mostram-nos o futuro onde um mundo melhor e socialista é possível.

O governo Bush segue o caminho da dominação mundial e usará todos os métodos, abertos ou não, desde a subversão e a chantagem econômica até a guerra, para alcançar seu objetivo. É o que temos visto no Chile, na Guatemala, na República Dominicana e em Granada, assim como em outras partes do mundo como ocorre em relação à Venezuela e a Cuba.

Temos consciência de que há muitas pressões dos EUA para estancar o caminho do desenvolvimento social e econômico que o Brasil trilha. Mas como Cuba resiste por quase 50 anos, acreditamos que o povo brasileiro, com o apoio do Partido Comunista do Brasil, resistirá e vencerá.

Desejamos total sucesso nas deliberações deste importante Congresso. Esperamos fortalecer ainda mais o relacionamento entre os nossos partidos.

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Viva a solidariedade internacionalista de toda a classe operária!

A luta continua!

O povo unido vencerá!

Com os calorosos e fraternos cumprimentos,

Departamento Internacional do Comitê Nacional

Partido Comunista dos EUA



Partido do Mundo do Trabalho dos EUA

Enviamos do Partido do Mundo do Trabalho dos EUA nossas revolucionárias saudações ao PCdoB por ocasião do seu 11º Congresso, e também felicitações ao povo brasileiro na luta contra a hegemonia estadunidense. O Brasil é um país grande, possui enorme peso militar, econômico e diplomático. E pudemos ver no início do Congresso que os delegados do PCdoB refletiam todas as camadas da classe operária brasileira; indígenas, afro-brasileiros, árabes e asiáticos, homens e mulheres, com muitas camaradas jovens. O crescimento do PCdoB e o sucesso deste Congresso são obviamente acontecimentos importantes na luta pelo socialismo no Brasil e pelo futuro do mundo.

O PCdoB diz que a melhor opção para o Partido no Brasil hoje é permanecer no governo Lula – o governo mais progressista desde o fim da ditadura militar – e, ao mesmo tempo, através dos movimentos sociais e dos sindicatos, o PCdoB pressionará o governo capitalista para que adote posições mais progressistas no que toca à resistência ao imperialismo e à defesa dos direitos dos operários e camponeses.

Ainda que o Partido se defronte com muitos desafios na aplicação de sua política no próximo período, os resultados não dependerão apenas do que venha a acontecer no Brasil. Qualquer avanço da luta em nível mundial vai se refletir na sociedade brasileira.

O desenvolvimento da revolução bolivariana, a defesa da Cuba Socialista e o sucesso da resistência iraquiana serão muito importantes para a luta no mundo e no Brasil. Também importante será qualquer passo adiante na luta operária e no movimento anti-imperialista e pela paz dentro dos Estados Unidos; o que pode ser de grande valia para o avanço da luta pela soberania brasileira e assim auxiliar a luta pelo socialismo. Neste contexto podemos reportar alguns acontecimentos mais ou menos otimistas.

Quando Bush venceu a segunda eleição, em novembro de 2004, o movimento pela paz nos EUA atingiu o seu ponto mais baixo. Desde então, nos Estados Unidos o sentimento contra a guerra não parou de crescer.

Mas Cindy Sheehan, cujo filho foi morto em Bagdá, em 2004, foi ao Texas enfrentar Bush em agosto. A sua coragem e persistência deram voz a dezenas de milhares de pessoas que começam a se expressar contra a guerra. Os jovens do EUA não querem se alistar no exército. E cerca de 300 mil pessoas marcharam em Washington em 24 de setembro, na maior demons-

tração de repúdio à ocupação norte-americana do Iraque. As palavras de ordem do protesto eram: “Tragam as tropas para casa já” e “Fim das ocupações coloniais da Palestina, do Afeganistão e do Haiti”.

Mas, talvez o mais notável nesta demonstração foi uma afro-americana ter levado um cartaz que dizia “Nunca os iraquianos me abandonariam no topo de um telhado à espera da morte”. Este cartaz referia-se a outro acontecimento, o furacão Katrina que atingiu a costa dos EUA destruindo a cidade da Nova Orleans. As ações e a inações criminosas da administração Bush mostraram ao mundo – e a toda a população norte-americana – que Bush é indiferente ao sofrimento de quem é pobre, particularmente se forem cidadãos afro-americanos. Este fato transformou milhões de pessoas em opositoras ao regime de Washington.

O terceiro evento concentrou milhares de afro-americanos em Washington, no dia 15 de outubro, numa grande manifestação de protesto contra o racismo e a pobreza nos EUA. A manifestação foi ainda maior do que a iniciativa contra a guerra de 24 de setembro. A principal mensagem da manifestação, organizada pela Nação do Islã, foi *Black power* (Poder negro). Foi uma manifestação antiguerra, antiBush e de indignação pela forma como a população negra de Nova Orleans foi tratada. Estes acontecimentos nos dão razão para estarmos otimistas. Também no centro do imperialismo mundial há possibilidades de luta de classes. Esperamos que essa luta se desenvolva e ajude os povos de todo o mundo, assim como as lutas de todos os povos oprimidos e da classe operária mundial nos ajudam, incluindo o embate muito importante dos trabalhadores do Brasil.

Viva a solidariedade internacional de todos os trabalhadores!

Abaixo o imperialismo estadunidense!

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Partido do Mundo do Trabalho dos EUA

Partido Comunista da França

Por ocasião do 11º Congresso do PCdoB, o Partido Comunista francês remete a saudação calorosa ao seu presidente Renato Rabelo e aos militantes de seu partido.

Seu Congresso ocorreu em um momento particularmente crucial da vida do Brasil e do seu partido. As orientações, as mudanças pelas quais vocês se



empenharam com muita combatividade, lucidez e entusiasmo dizem respeito, primeiramente, à melhoria da vida do povo brasileiro. Porém, as consequências estão além das fronteiras do seu imenso país.

Os olhares dos progressistas, das forças de esquerda, dos comunistas franceses estavam focalizados no Brasil. A eleição do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, despertou muitas esperanças. As iniciativas tomadas em escala internacional, as convergências no âmbito do G20, com países vizinhos, com Cuba, com a África, contribuíram para alterar a relação de forças.

Nós valorizamos o que representa o engajamento do PCdoB para o sucesso da experiência iniciada, por sua determinação em contribuir à união indispensável, por elevar o nível da intervenção popular e por reforçar sua influência. Sua participação em todos os níveis da vida política, mais próxima da realidade, por alterar a relação de forças em favor de reformas estruturais, por combater a dominação do capital financeiro e das instituições financeiras internacionais, por derrotar a direita vingativa, pela soberania do Brasil, merece respeito e sentimos na obrigação de intensificar nossa solidariedade.

A partir de sua própria experiência, compartilhamos com vocês a certeza de que não se pode descuidar de nenhum campo de atuação e, nessa profunda luta política de classe, à altura dos acontecimentos, a mobilização popular é e será decisiva.

Nunca acreditamos que ação política por mudanças significativas contra as desigualdades, em prol dos interesses do povo, contra as forças dominantes e a agressividade imperialista da administração Bush, fosse uma tarefa fácil. Sabemos que, por experiência própria, cada passo em frente é o resultado de uma árdua luta.

Compartilhamos com vocês a certeza de que se abre um período de novas oportunidades para as forças que querem transformar o mundo.

Como vocês assinalaram, trata-se de despertar a ambição para ultrapassar um sistema capitalista que, na sua expansão planetária, joga com trabalhadores e povos, leva milhões de mulheres e de homens à pobreza, agrava todas as desigualdades, gerando violência e guerra.

Temos motivos para confiar nessa luta. Os sucessos da esquerda e as mudanças democráticas, com base na vontade popular da América Latina, são um alento à esperança. A escalada da resistência às políticas neoliberais, expressa por uma nova força nos fóruns sociais, as lutas democráticas e de

reivindicação em todos os continentes – principalmente contra as privatizações –, a extraordinária mobilização contra a guerra do Iraque e a perigosa política do presidente Bush, confirma que as forças dominantes e o imperialismo não ganharam essa partida.

Na França, a vitória do Não ao referendo sobre o tratado constitucional europeu – no qual os comunistas franceses tiveram um papel decisivo – manifestou a rejeição maciça das orientações ultraliberais da política europeia. É a soma de uma esperança e de um ponto de apoio para novas lutas por vir. Em um contexto específico, nossas lutas convergem com a mobilização contra a Alca no seu continente.

Prezados camaradas,

Num mundo em total convulsão, é grande a nossa responsabilidade em contribuir para modificar a relação de forças, em apresentar respostas audaciosas às aspirações populares por justiça social, democracia e uma vida segura, além de conseguir construir os meios políticos para tanto.

Chegou a hora da contraofensiva. Cada um deve usar as condições de seu país. Ela exige que se coloque acima de tudo a solidariedade e um novo internacionalismo, na medida dos desafios da época. Tenham certeza de que os comunistas franceses estão determinados a trabalhar.

É com essa perspectiva que nós desejamos estreitar nossas relações com o PCdoB. Muito sucesso no seu 11º Congresso!

Partido Comunista da França

Partido Comunista da Grécia

Por ocasião do 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil, o Comitê Central do Partido Comunista da Grécia estende suas calorosas e fraternas saudações aos delegados. Assim como a todos os membros do seu partido. Acompanhamos com interesse sua luta, nas novas condições, defendendo e promovendo os interesses da classe operária e da camada popular do seu país e também as deliberações e os esforços para impulsionar sua luta por um Brasil democrático e soberano, por um futuro socialista.

Nossos camaradas apreciam sua defesa imperturbável da identidade comunista; sua participação ativa nos encontros internacionais dos partidos comunistas e operários e seu apoio às iniciativas similares em nível regional, como o 4º Seminário Internacional de Partidos Comunistas da



América Latina e Europa, realizado em Porto Alegre, em janeiro último sob a coordenação do seu Partido. Valorizamos imensamente nossas relações de companheirismo e solidariedade com os comunistas do Brasil, forjadas nos esforços para fortalecer os movimentos comunistas e anti-imperialistas internacionais.

Os acontecimentos no Brasil e na América Latina atraem a atenção dos progressistas de nosso país. Nosso Partido segue de tão perto quanto possível os acontecimentos, o curso das lutas populares, os planos e intervenções imperialistas, principalmente as maquinações dos EUA contra Cuba e Venezuela.

No nosso país estamos implementando as resoluções do nosso 17º Congresso para o fortalecimento geral do nosso Partido e a construção da Frente Democrática, Anti-Imperialista e Antimonopolista que clamará pelo poder e a economia popular e pavimentará o caminho para a transformação socialista no nosso país.

Nos últimos anos, testemunhamos bons sinais de crescimento de estímulo e resistência dos povos. A agressão imperialista não tem alcançado sucesso na imobilização e subjugação dos povos.

Na Europa surge uma nova situação caracterizada por uma resistência popular de grande escala, com o aumento da oposição às políticas da União Europeia. Estes acontecimentos têm sido possíveis graças aos movimentos e às forças anti-imperialistas consequentes, com a contribuição significativa dos comunistas.

Nosso partido é da opinião de que há a necessidade da presença internacional dos comunistas de maneira distinta e tangível, para ressaltar o ponto de vista comunista, de modo a revitalizar a visão socialista como a única alternativa realista para os povos e conduzir um esforço coletivo na defesa da ideologia do marxismo-leninismo e na contribuição do socialismo que conhecemos, promovendo uma perspectiva socialista.

Este ponto torna-se ainda mais relevante se considerarmos os acontecimentos no sistema imperialista, o agravamento das contradições e da agressividade, o aumento do anticomunismo em várias partes do mundo, o ressurgimento das correntes oportunistas e derrotistas. À medida que não se forma um movimento comunista distinto e capaz de conduzir uma contraofensiva estratégica, os movimentos populares e as forças radicais estarão mais vulneráveis à confusão, à desorientação e à incorporação. Neste aspecto, na nossa opinião, a criação do “Partido da Esquerda Europeia” é

negativa, na medida em que – apesar de suas intenções e pronunciamentos subjetivos – recomenda objetivamente a aceitação fatalista dos limites impostos pela legitimidade imperialista.

Nosso Partido continuará a apoiar quaisquer esforços que contribuam para a unidade, a coordenação e a ação comum dos partidos operários, e comunistas, respeitando a soberania de cada um, e qualquer iniciativa que tenha como objetivo o desenvolvimento de um movimento anti-imperialista militante e amplo, que promova a solidariedade aos povos, que se oponha firmemente à barbárie capitalista e à guerra imperialista.

Com estes pensamentos e com a esperança de que nossas relações bilaterais possam ser ainda mais fortalecidas e profundas, permitam-nos, estimados camaradas, desejar sucesso às tarefas do seu Congresso.

O Comitê Central do Partido Comunista da Grécia

Partido Comunista da Índia (Marxista)

O Comitê Central do Partido Comunista da Índia (Marxista) envia suas saudações fraternais a todos os delegados presentes ao 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e, por intermédio destes, a todos os membros do PCdoB.

O Congresso do seu Partido está sendo realizado num momento em que as forças de esquerda e progressistas na América Latina vêm fazendo diversas tentativas de encontrar um meio de sair da grave e recorrente crise socioeconômica e uma alternativa às políticas neoliberais. Os povos da América Latina têm procurado um novo destino para seu continente, onde sucessivas rupturas com a ocorrência de importantes mudanças políticas, onde forças com maior ou menor intensidade opuseram-se ou não concordaram com políticas neoliberais e imperialistas, conseguiram ganhar as eleições e estão no governo. Ressaltamos também, neste contexto, o Brasil, onde, com a vitória do presidente Lula em 2002, surgiu uma nova situação política.

O Brasil, o maior país da América Latina, abriu um novo estágio em sua integração com o mundo, assumindo posições contrárias ao imperialismo dos Estados Unidos, unindo-se na luta por uma nova ordem internacional econômica e política. Com isso, abriu novas oportunidades e assumiu novas responsabilidades. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) tem uma gloriosa história de lutas e sacrifícios. Salientamos, com orgulho, o papel

jogado pelos comunistas brasileiros na luta contra o imperialismo que se empenha pela dominação global. O PCdoB tomou para si a responsabilidade de unir todas as forças anti-imperialistas e pacifistas do Brasil contra o poder hegemônico e unilateral do imperialismo dos EUA, pela libertação nacional e social dos trabalhadores e de toda a população e pelo socialismo.

É de seu conhecimento que nas eleições do ano passado na Índia, o povo indiano respondeu com uma esmagadora derrota do regime reacionário de direita, liderado pelo Partido Bharatiya Janata. O PCI (M) participou destas eleições com três objetivos principais: derrotar as forças comunais de direita; instalar um governo central secular alternativo e aumentar a representação do PCI (M) e da Esquerda no Parlamento. Vocês ficaram satisfeitos em saber que o PCI (M) aumentou sua bancada de 33 para 44 lugares desta vez na câmara baixa, ou seja, na Câmara dos Deputados do Parlamento Indiano. Este é o número máximo de representantes que o nosso partido já alcançou. De um total de 545 parlamentares na casa, a coalizão da esquerda conta com uma bancada composta por 61 representantes. No Senado Federal, o PCI (M) conta com 13 representantes e a coalizão de esquerda com 17 em um total de 250. O PCI (M) é o terceiro maior partido no parlamento da Índia. Houve um crescimento da representação da esquerda como um todo, cujo significado projeta-se não apenas no crescimento e relevância da força de esquerda, mas também na posição vantajosa que adquiriu no meio político indiano.

O governo da Aliança Progressista Unida que surgiu após as eleições de 2004 depende do apoio da esquerda. O PCI (M) e a esquerda em geral jogam um papel crucial na sustentação do governo.

Ao mesmo tempo em que o PCI (M) não tem ilusões quanto às características deste governo, sua principal tarefa é manter as forças comunais e reacionárias sob controle. Entretanto, nenhum esforço é dispensado na defesa e no avanço dos interesses da classe operária e da população comum.

Mais uma vez, em nome do Comitê Central do Partido Comunista da Índia (Marxista), enviamos nossas calorosas saudações fraternas ao 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Temos certeza de que o Congresso terá a capacidade de apresentar a estratégia e a tática corretas para tratar da situação e reunir todas as forças progressistas e democráticas do Brasil para levar adiante a luta pelo estabelecimento de uma sociedade socialista. Em nome do PCI (M) asseguramos nossa solidariedade e nosso apoio nesta luta que se mostra longa e árdua.

O PCI (M) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) estão unidos por uma longa amizade e entendimento. Estamos certos de que a confiança e a amizade mútuas serão ainda mais fortalecidas nos dias vindouros. Uma vez mais desejamos todo sucesso ao seu Congresso.

O Comitê Central do Partido Comunista da Índia (Marxista)

Partido Comunista da Índia

Em nome do Conselho Nacional do Partido Comunista da Índia, e em meu próprio, aceitem nossas saudações calorosas e fraternas à direção do PCdoB e aos delegados do 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Por um lado, seu Congresso acontece num cenário de resistência do povo iraquiano contra as forças de ocupação, de crescimento da resistência global da classe operária contra as políticas imperialistas, e a globalização e, por outro, de vitórias da classe operária nas eleições em diversos países da América Latina.

O Partido Comunista da Índia ressalta com grande satisfação as iniciativas do seu Partido para mobilizar as forças anti-imperialistas por meio de diversas atividades coordenadas em níveis nacional e internacional, mobilizando a opinião pública do seu país e a ação comum contra as conspirações imperialistas. Todos os movimentos e organizações progressistas reconhecem o papel do PCdoB na construção de um governo democrático de coalizão no Brasil.

Nosso Partido está ciente do papel do PCdoB na organização do povo brasileiro na defesa dos direitos de todas as camadas da sociedade, particularmente a classe operária e outros segmentos marginalizados, e no apoio construtivo ao atual governo do Brasil. Suas lutas consistentes pelos povos têm feito do PCdoB o partido das massas populares, radicais, do povo da esquerda. Isto foi possível devido ao seu forte comprometimento com a ideologia marxista-leninista, sua adesão aos princípios e valores dos movimentos e sua crença no socialismo.

Nosso partido apoia totalmente seu objetivo político de apoio ao atual governo sob novas condições políticas específicas do Brasil e aos desdobramentos das experiências no fortalecimento do Partido Comunista do Brasil e de outras tendências revolucionárias. Acreditamos que isso ampliará a influência das forças de esquerda e progressistas e ajudará a construir uma

aliança política mais ampla, democrática, patriótica e popular que poderá enfrentar os vários desafios para mover-se adiante e tomar a trajetória da transição para o socialismo.

Após o fim da Guerra Fria, os povos do mundo tinham a expectativa de uma atmosfera favorável a acontecimentos socioeconômicos pacíficos. Mas todas essas esperanças foram desencorajadas pela dominação militar e econômica do imperialismo dos EUA. A globalização e as políticas do neoliberalismo afetaram gravemente a vida social, econômica e política da população comum em todos os continentes.

O 19º Congresso do nosso Partido, realizado no corrente ano discutiu em detalhes a situação atual nacional e internacional e estabeleceu suas tarefas para o período vindouro visando ao fortalecimento e à ampliação das forças anti-imperialistas no nosso país e em todo o mundo, assim como à construção de uma alternativa democrática de esquerda às normas burguesas no nosso país. No momento, continuamos a estender nosso apoio ao governo UPA baseado na aceitação mútua do Programa Mínimo Comum.

Acreditamos que a deliberação e a experiência de seu Congresso ajudarão nossos Partidos a entenderem melhor um ao outro, iniciando assim uma luta comum para alcançar o desenvolvimento da paz e o socialismo.

Desejamos todo sucesso ao 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Com saudações revolucionárias,

Fraternalmente,

A.B. Bardhan, *secretário-geral do Partido Comunista da Índia*

Partido Comunista Revolucionário da Grã-Bretanha

Trago a este importante 11º Congresso do PCdoB as mais calorosas saudações e congratulações do nosso Comitê Central e de todo o nosso Partido, especialmente do camarada Chris Coleman, nosso porta-voz nacional que participou de seus congressos no passado e lamenta profundamente não ter condições de fazê-lo nesta ocasião.

Este será o seu primeiro Congresso sem o seu respeitado e saudoso presidente, João Amazonas. Permita-nos aproveitar esta oportunidade, mais uma vez, para render nossas homenagens ao seu nome e memória; seu Partido honra-o estes dias da maneira mais profunda possível, ou seja, realizando

do este congresso e continuando em frente, no caminho tão gloriosamente atravessado e mantido por ele durante toda a sua longa vida.

Seu Congresso tem lugar num momento crucial e complexo para a classe operária de ambos os nossos países e dos povos de todo o mundo, enfrentando, como fazemos, todos os riscos da guerra catastrófica e do fascismo, que será a consequência das políticas criminosas do imperialismo dos EUA, tão escandalosamente apoiado pelo governo de Tony Blair, se continuarem a seguir sem ninguém para detê-los. A guerra tornou-se o principal instrumento de sua política, a lei internacional e a soberania das nações e dos povos foram colocadas de lado, as estruturas de um Estado fascista estão sendo implementadas no momento em nossa nação. Uma dessas consequências trágicas recentemente na histeria criada pelo governo britânico e o Estado sobre os bombardeiros em Londres – pelos quais os consideramos os responsáveis – foi o assassinato em Londres de um cidadão brasileiro inocente e trabalhador, Jean Charles de Menezes. Nosso Partido está junto com a comunidade brasileira, exigindo que os responsáveis sejam trazidos à justiça pelo crime cometido.

Em face destas políticas, que tentam destruir todas as conquistas progressistas da humanidade desde o tempo imemorial e criar um mundo de bestialidade como uma reminiscência do nazismo, milhões de pessoas em escala mundial, incluindo muitos governos, estão construindo e fortalecendo uma efetiva oposição com o intuito de manter a esperança de que outro mundo é possível.

Entre estes esforços, aplaudimos as posições dos vários governos dos países da América Latina e do Caribe, particularmente Cuba e Venezuela, e incluímos o governo Lula, no Brasil, do qual o PCDoB toma parte. Apoiamos totalmente esta participação do seu Partido e estamos juntos em sua luta para defender o governo Lula contra os perigos de um golpe de direita alicerçado pelo imperialismo dos EUA.

Falando pessoalmente, como um comunista cujas raízes estão no Caribe, em Dominique, é uma honra estar aqui participando do seu Congresso. Nós comunistas de origem afro-caribenha temos acompanhado o trabalho liderado pelo seu Partido como parte da classe operária britânica, apoiando as necessidades das minorias nacionais para que estejam posicionadas na linha de frente da luta pelos direitos e pela total participação das nossas comunidades na vida política do nosso país de igual para igual, sem estar atrás de quem quer que seja.



Nosso Partido valoriza suas relações com o PCdoB, que começaram em 1981, na primeira reunião havida entre nós, João Amazonas e Renato Rabelo.

Trabalharemos sempre para fortalecer estas relações. Desejamos total sucesso nas deliberações deste importante 11º Congresso e a implantação das suas resoluções.

Estamos ombro a ombro com o PCdoB pela causa do socialismo, o único futuro da humanidade.

Com nossas calorosas e fraternais saudações,

Kobina, Partido Comunista Revolucionário da Grã-Bretanha

Partido da Refundação Comunista (Itália)

Recebam uma saudação fraterna da parte de Partido da Refundação Comunista – Esquerda Europeia da Itália.

Numa fase em que o paradigma da guerra global permanente produz estragos nas distintas partes do planeta, da Europa seguimos muito de perto os acontecimentos do continente latino-americano e em particular do Brasil. A vitória de Lula despertou esperança e expectativas nos solos da América Latina e mesmo em nível internacional. O futuro dos processos de integração continental dos povos tem em seu país um pilar fundamental.

É um momento muito delicado da conjuntura do Brasil, e o papel dos comunistas e sua capacidade de acompanhar os conflitos sociais se confirmam como fundamentais. A batalha contra o projeto anexionista da Alca e em favor da Alba, contra a guerra e a militarização continental através do malfadado “Plano Colômbia” e de seus múltiplos impactos, contra as políticas macroeconômicas neoliberais, é um eixo do trabalho comum que temos de reforçar.

Hoje em dia, a solidariedade já não é suficiente: há de se definir uma verdadeira agenda comum entre as duas margens do oceano. Uma agenda que se fortaleça, com a contribuição dos movimentos sociais e contra a globalização em ambas as regiões.

Depois do NÃO da parte da França e da Holanda à proposta do Tratado Constitucional neoliberal e militarista, a Europa enfrenta uma crise profunda de credibilidade. Sem dúvida, no “velho continente” há uma novidade política importante: a criação do Partido da Esquerda Europeia que

terá seu primeiro congresso em Atenas, Grécia, nos próximos dias 29 e 30 de outubro.

Uma força política continental que representa um instrumento fundamental para uma batalha em direção à profunda mudança de nossas sociedades.

Na Itália, estamos travando uma batalha para reconquistar o governo das forças de centro-direita, e já formamos uma ampla coalizão (chamada A União) que reúne as forças de centro-esquerda e o Partido da Refundação Comunista – IE. No próximo dia 9 de abril serão realizadas as eleições políticas que definirão o quadro dos próximos anos.

Não se trata simplesmente de derrotar Berlusconi, mas de vencer o “berlusconismo” e as políticas neoliberais impulsionadas por seu governo. Mantendo as devidas distâncias, a situação italiana poderia ser muito similar à do Brasil. Um de nossos pontos-chave é a necessidade de manter a autonomia dos movimentos sociais e sindicais frente a um possível “governo amigo”.

Por isso, a unidade de forças progressistas, dos comunistas, do “movimento de movimento”, sobre uma base programática coparticipativa nos parece um elemento-chave para o futuro de ambos os países.

Estamos seguros de que seu 11º Congresso saberá estar à altura da necessidade histórica de mudanças que os povos do mundo reclamam.

Recebam, portanto, nossa combativa saudação neste momento cheio de “otimismo da vontade e de pessimismo da inteligência”.

Gennaro Migliore, *responsável pela Área Internacional e de Paz*
PRC-IE (Itália)

Partido Comunista Japonês

Por ocasião do 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil, trazemos nossas calorosas saudações e solidariedade. Nossos dois partidos têm desenvolvido intercâmbios múltiplos desde meados dos anos 1990 e temos muita satisfação que o nosso representante tenha tido oportunidade de participar do Congresso do seu partido.

Este Congresso é o primeiro desde que o PCdoB tornou-se um dos partidos do governo Lula. Este governo está desenvolvendo novas políticas sob circunstâncias complicadas e tendo como objetivo a promoção de



uma ordem internacional justa baseada na Carta das Nações Unidas, assim como a cooperação entre os países em desenvolvimento, especialmente na América Latina, em oposição à regra política e econômica imposta pelos EUA. O PCdoB almeja também acertar as distorções trazidas pelas políticas neoliberais e trabalha pelo desenvolvimento da indústria nacional e pelo bem-estar do seu povo. Esperamos que o Congresso venha a ser mais uma contribuição para maiores avanços na reforma democrática do Brasil.

Na América Latina, novos governos, que lutam pela construção de nações independentes, têm sido eleitos um após o outro, e nós acompanhamos com muito interesse a expansão dessas novas correntes de progresso e transformação na região. Um movimento em direção ao desenvolvimento econômico e social independente vem se tornando mais forte, e a cooperação neste sentido está em plena expansão. O Brasil joga um papel particularmente importante. Essas correntes progressistas terão grande impacto sobre o mundo do século XXI.

O mundo entrou numa era em que o unilateralismo ultrajante dos EUA nunca será permitido e a ordem internacional pela paz com base na Carta da ONU pode ser consolidada. Lutas pela abolição das armas nucleares, pelo respeito ao direito à autodeterminação, o desmantelamento dos blocos militares e a remoção das bases militares em territórios estrangeiros, além do estabelecimento de uma ordem econômica internacional democrática baseada no respeito à soberania econômica de cada país, estão cada vez mais significativas. Para promover tais lutas, o Partido Comunista Japonês deseja sinceramente fortalecer a cooperação com os movimentos sociais, partidos políticos, governos locais e ONGs e desenvolver suas atividades com esse espírito.

Desejamos que as mudanças e a cooperação entre os nossos partidos desenvolvam-se sobre o desafio comum referente à paz e ao progresso social.

O Comitê Central do Partido Comunista Japonês

Partido Comunista Libanês

Em nome do Partido Comunista Libanês, alegro-me em expressar nossos melhores cumprimentos, e desejo ao 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) pleno sucesso, que realize o interesse do seu povo e de sua região.

Observamos que o sucesso de seu Congresso é como uma força de

apoio para que o nosso povo, no Líbano, junto com outros países árabes, enfrente os planos, a ofensiva e as pressões norte-americanas, que têm intenção de dominar nossos países, saqueando suas riquezas, em especial as petrolíferas, além da proteção à segurança de Israel para aumentar ainda mais os conflitos na região. Tudo isso com o objetivo de enfraquecer e fragmentar os países árabes vizinhos de Israel. Esta ofensiva agressiva, na realidade, concretiza a pré-disposição crescente de agressividade da administração dos EUA, que tem como ponto de partida o interesse na monopolização do capitalismo globalizado, e cada vez mais está crescendo brutal e abusivamente sobre os interesses das nações e a soberania de suas pátrias, comprometendo a estabilidade e a necessidade de desenvolvimento.

Os Estados Unidos, com sua política praticada na região, se tornaram um verdadeiro perigo para a segurança da região e do mundo. Sua ocupação do Iraque, sob o pretexto de “livrá-lo de Saddam e das armas destrutivas, que nunca foram encontradas”, hoje, podemos observar ser uma política que já levou o Iraque à instabilidade, pela qual o povo iraquiano está pagando um alto custo e as nações árabes pagam preços dobrados; por esta política eles pretendem transformar o Iraque num exemplo político para todos os países árabes, dividindo o seu território entre associações religiosas e étnicas. Como sabemos, o processo de uma associação deste tipo é o mais perigoso existente para a fragmentação da região, o que levaria toda a nossa região a uma situação de Estado para fronteiras tribais, radicais e seitas religiosas.

As pressões norte-americanas contra o Líbano estão aumentando cada vez mais de todas as formas, desde tentativas de dominação e intervenções diretas na vida política do nosso país, passando por eleições legislativas realizadas em circunstâncias de segurança estabelecida com base em leis eleitorais injustas, mascarando a vontade dos libaneses, chegando a uma pressão constante para o cumprimento da resolução 1.559.

Temos o direito de perguntar à comunidade internacional: “Por que a seletividade está sendo usada no cumprimento das resoluções internacionais?” e “Por que não foram cumpridas as resoluções de 194, 337 e 425?”.

A destruição das relações internacionais em geral e a desestabilidade de suas bases só podem se classificar no quadro de terrorismo internacional e na prática usada no que se chama de “guerra preventiva” como uma afirmação da natureza terrorista ao modo norte-americano e de sua gravidade.

Nosso país, o Líbano, está passando por um período de descoberta política, econômica e de segurança. As nossas ligações estão cada vez mais



relacionadas aos acontecimentos da região, e o papel jogado pelos EUA fortalece diretamente o papel de Israel, que nos leva a uma preocupação com a situação política e a segurança do Líbano.

Nosso enfrentamento dessa ofensiva e das pressões supracitadas vai de encontro com as ambições dos nossos povos e com a luta histórica para a libertação de nossas pátrias e de suas sociedades da dominação e monopolização norte-americana, além de libertá-las de regimes ditatoriais e arbitrários.

Condenamos as ações terroristas que atingem civis, mas o avanço da resistência contra a ocupação norte-americana no Iraque e da luta palestina contra os ocupantes sionistas, além do fim das pressões crescentes contra o Líbano e a Síria, em particular, e toda a região em geral, servirão também à luta do povo brasileiro e dos povos de todas as nações latino-americanas, reforçando a sua libertação democrática.

Os sucessos que já foram conquistados, e os que estão sendo agora através da luta democrática libertária em vários países da América Latina, após Cuba, em especial a Venezuela e o Uruguai, e, além de tudo, o que se conquistou no Brasil, representam um apoio em prol do movimento de mudança democrática em outros países, bem como uma prova concreta de que a submissão ao unilateralismo representado pelo império norte-americano não é um destino e que o capitalismo não é o fim da história.

Acompanhamos a realização da aproximação e plena coordenação entre os países latino-americanos, cujo núcleo principal é tornarem-se nações livres da submissão à política da administração Bush. Isso torna o papel destes países mais importante, aumentando sua influência e sua resistência, aumentando sua impenetrabilidade e potencial contra as pressões externas, em favor dos interesses das nações no desenvolvimento e no progresso.

O acordo negociado entre seus países, que pretende estabelecer uma emissora de TV conjunta (TV Sul), representa um passo relevante para levar a voz dos povos da região e seus interesses de libertação, democracia e desenvolvimento social, além de servir como um instrumento que tirará os povos da região da influência da grande mídia norte-americana que sempre tem ligações com os planos e intenções do governo dos EUA e seus aliados.

Para encerrar, permitam-me uma vez mais dirigir ao Congresso saudações, desejando pleno sucesso nas questões importantes de interesse do seu povo, das nações da região e dos nossos povos. Esperamos que a amizade entre os nossos Partidos e nossos povos seja fortalecida cada vez mais.

Ali Salman, *membro do secretariado do Partido Comunista Libanês*

Partido dos Comunistas Mexicanos

Recebam a saudação fraternal e militante do Comitê Central do Partido dos Comunistas do México.

Apreciamos a luta do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) por sua história de luta, reconhecendo as tradições de combatividade e heroísmo do proletariado e dos comunistas brasileiros; assim como a defesa e o desenvolvimento do marxismo-leninismo realizado por João Amazonas.

Acompanhamos com atenção e preocupação o curso dos acontecimentos sociais e políticos no Brasil, processo em que estão depositadas grandes expectativas por parte do movimento antineoliberal da América Latina. O avanço da luta em nosso continente mostra atalhos inéditos e é rico em experiências das quais devemos extrair lições. Portanto, à responsabilidade dos comunistas se acrescentam a vitória, e o estancamento, o retrocesso ou a derrota destes processos que dependem em grande medida da atividade dos nossos partidos.

A luta contra o neoliberalismo e o imperialismo adquire dinamismo em sua definição e composição no México. No Partido dos Comunistas Mexicanos, nos empenhamos em desenvolver as mobilizações. Nos últimos anos, ações poderosas contra as privatizações vêm unificando e tornando coesos a classe operária e os movimentos sociais. Nós comunistas defendemos que somente é possível alcançar a plenitude se houver independência da trajetória política imposta pelo Estado. Por isso, foi dada uma convergência entre a luta dos comunistas e a iniciativa apresentada pela VI Declaração da Selva Lacandona do Exército Zapatista de Liberação Nacional, conhecida como *La otra campaña*, que está permitindo a constituição de um polo das forças classistas e radicais, agrupando, desde o primeiro momento, os movimentos sociais e populares, a esquerda socialista e algumas centrais sindicais que romperam com o corporativismo.

La Otra Campaña está bem definida como de esquerda, anticapitalista, civil e pacífica. A partir de primeiro de janeiro, iniciaremos um trajeto por todo o território nacional para construir um Plano Nacional de Luta e outra forma de fazer política.

Como consequência deste processo, foram estabelecidas relações formais entre o Exército Zapatista de Liberação Nacional e o Partido dos Comunistas Mexicanos.

No centro desta campanha está a luta contra a recomposição política



do neoliberalismo, agora com uma roupagem assistencialista e uma fraseologia social, para que o movimento antineoliberal no México não apenas continue sua ascensão, mas também efetivamente rompa com o neoliberalismo.

Hoje a luta contra o capitalismo, contra o imperialismo, cresce em todo o mundo. As forças da resistência ampliam sua base. Redobrar a solidariedade é um dever impostergável, da parte de quem representa essas forças, no Iraque e no Afeganistão, em Cuba e na Coreia Popular, na Venezuela e na Colômbia. Os comunistas do México saúdam todas as forças do Brasil, entre elas o PCdoB, que lutam contra a detenção e a extradição do padre Olivério das FARC-EP.

A luta pelo socialismo e o comunismo como identidade que irmana os partidos revolucionários é a esperança crescente da humanidade; multipliquemos nosso esforço para conquistar a vida nova.

Viva o PCdoB!

Viva o internacionalismo proletário!

Viva o marxismo-leninismo!

Comitê Central do Partido dos Comunistas, do México

Partido Comunista Português

O Comitê Central do Partido Comunista Português transmite-lhes as mais calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses que acompanham com grande interesse sua ação em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro, no novo quadro político resultante das eleições de 2002. A participação do seu Partido no governo do Brasil trouxe-lhe acrescidas responsabilidades na luta contra a ofensiva do grande capital, em defesa da democracia, do progresso social, da soberania e independência nacionais, luta em que podem contar com a nossa solidariedade.

O governo Lula da Silva que se projetou como possibilidade de uma alternativa antineoliberal e de progresso social suscitou grandes expectativas nas forças de esquerda e progressistas de todo o mundo. Nós, comunistas portugueses, até pelos laços históricos tecidos entre os nossos países e povos, temos vivido intensamente este período novo e complexo da vida do Brasil. Regojizamos-nos com os seus avanços, nomeadamente quanto à sua política externa de inserção internacional, em aliança com outros Estados

que se posicionam de forma independente face aos ditames hegemônicos dos EUA, mas nos preocupam os atrasos nas respostas a prementes anseios populares. Nesta conjuntura, o PCdoB é uma força indispensável para uma política favorável às grandes massas e para a construção da alternativa que garanta efetivamente ao povo brasileiro as condições para a luta por uma nova sociedade livre da exploração e da opressão – o socialismo.

No plano internacional, torna-se cada vez mais evidente que a par da violenta ofensiva do imperialismo cresce a resistência às suas políticas neoliberais de liquidação de direitos históricos dos trabalhadores, aos seus propósitos de domínio planetário. Heroicas afirmações de resistência e soberania em todos os continentes provam que o imperialismo não tem as mãos totalmente livres para realizar sua política. Na América Latina, a Cuba socialista, a Venezuela bolivariana e numerosas forças progressistas resistem aos projetos de domínio dos EUA e contrapõem a Alba à Alca. Na Europa, os “nãos” francês e holandês à denominada “Constituição Europeia” comprovam que os povos rejeitam o projeto neoliberal, federalista, e militarista do grande capital europeu. No Iraque resiste-se à ocupação e o povo palestino prossegue a luta contra o terrorismo israelense e pelo seu Estado independente e soberano. Novas dinâmicas de luta social e política desenvolvem-se em numerosos países de todos os continentes. Em nosso entender, a situação exige que a par da luta decisiva e determinante em cada país se desenvolva e fortaleça a solidariedade internacionalista entre os trabalhadores, os povos, as forças de esquerda e progressistas de todo o mundo, de que o Fórum de São Paulo é uma expressão em seu subcontinente.

Em Portugal, o PCP acabou de alcançar um importante e significativo resultado nas eleições autárquicas de 9 de outubro. Interpretando os interesses e aspirações dos trabalhadores e apoiando-se no seu projeto de poder local a serviço das populações, viu a sua expressão eleitoral no quadro da Coligação Democrática Unitária (CDU, que integra também o Partido “Os Verdes” e muitos independentes) aumentar em votos, em porcentagem e em mandatos, passando a ser a força com mais presidências de Câmaras na Área Metropolitana de Lisboa. Tais resultados constituem um sólido elemento de confiança para prosseguir a luta de várias frentes, nomeadamente para o desenvolvimento da luta social contra a política de direita do governo do Partido Socialista que, obtendo a maioria absoluta em eleições legislativas antecipadas realizadas em fevereiro, rapidamente defraudou as expectativas e a vontade de mudança então expressas pelo povo português.

Levando à prática as orientações do XVII Congresso de novembro último, o PCP tem desenvolvido uma intensa atividade, preparando-se agora para a batalha das eleições presidenciais a que se apresenta com a candidatura de seu secretário-geral. Simultaneamente, e reafirmando sempre sua independência de classe e sua identidade comunista, concentra grandes esforços no fortalecimento da sua organização partidária e procura inserir o descontentamento e a resistência, que crescem entre a classe operária e outras camadas, na luta por uma alternativa de esquerda, tão necessária ao progresso social e à afirmação da independência e soberania nacionais.

Formulando votos de sucessos aos trabalhos do seu Congresso, reafirmamos, queridos camaradas, nossa vontade de aprofundar ainda mais as relações de amizade, cooperação e solidariedade recíprocas que existem entre o PCP e o PCdoB.

O Comitê Central do Partido Comunista Português

União Democrática Popular (UDP), Portugal

Em nome da direção nacional da União Democrática Popular (UDP) apresentamos as mais vivas saudações comunistas ao 11º Congresso do PCdoB e, por seu intermédio, a todos os militantes e amigos do Partido Comunista do Brasil. Queremos transmitir-lhes o forte desejo de que os trabalhos decorram da melhor forma e obtenham os maiores êxitos.

Os laços que nos unem, desde os anos mais difíceis, estão forjados pela intensa solidariedade de muitas lutas do povo brasileiro e do povo português, no combate às ditaduras, em tantas batalhas pela emancipação das nossas sociedades, nas ações contra o imperialismo ou na firmeza pela afirmação das bandeiras do Socialismo. Um dos nossos, que não esquecemos e faz parte da nossa própria edificação, é o velho dirigente comunista Diógenes Arruda.

Nos dias que correm, a instabilidade afirma-se cada vez mais como a principal característica do nosso tempo. A crise é o modo de existência do capitalismo atual. O império global é o poder dominante no mundo e o principal inimigo das civilizações, assenta no poder econômico das transnacionais, na finança global e num conjunto de impérios integrados num sistema único, com a hegemonia da hiperpotência norte-americana.

A União Europeia é um desses SuperEstados da globalização em que os poderes não eleitos vigoram por cima dos cidadãos e das cidadanias. Reduz-

-se a não mais do que um dos pilares do poder hegemônico dos EUA, mas obtém crescente capacidade para condicionar os desejos de paz e de progresso social dos povos que a integram. O quadro da luta popular assume cada vez mais uma dimensão regional e global.

A transformação social está passando pela luta por mais democracia, contra os superpoderes e os poderes ocultos; pela riqueza social contra a mera mercantilização do cotidiano; pela dignidade a que os trabalhadores almejam contra a miserável política do “lucro máximo já”, destruidora de direitos sociais e ambientais, pela paz e contra a guerra imperial.

O Socialismo é o nosso horizonte bem definido. A construção de uma nova esquerda anticapitalista em Portugal e na Europa, forte, ampla e plural é o caminho que percorremos com grande determinação.

Reafirmamos nossa solidariedade e nosso empenho na luta que nos é comum contra todos os que oprimem a vontade de emancipação de nossos povos, deixando votos de novos avanços e grandes sucessos na luta pelo Socialismo e, através do PCdoB, o desejo de um futuro de liberdade, paz em progresso social para o povo brasileiro.

Pedro Soares, *presidente da direção nacional da União Democrática Popular (UDP)*

Bloco de Esquerda de Portugal

O Bloco de Esquerda saúda a realização do 11º Congresso, magna assembleia de um Partido cuja longa história se confunde com a história da luta progressista do povo irmão do Brasil.

Sublinhamos o campo conjunto em que nos encontramos: na luta contra o sistema imperial e a doutrina Bush da guerra preventiva e infinita, na reversão da globalização capitalista neoliberal, no combate pela democracia dos povos, a paz e o desarmamento, o socialismo. No continente americano ou no continente europeu, a nossa aliança é mais próxima porque a globalização alternativa dos oprimidos tem a mesma bandeira vermelha. O tempo é de reagrupamento de forças, de desfazer encruzilhadas, de retomada de avanços da esquerda popular, armados das lições autocríticas das derrotas de modelos passados.

O tempo exige a consequência plural dos movimentos alternativos apontados à nova sociedade. Certos da divisa fundadora de que “a emanci-



pação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores”.

A fraternidade que nos inspira a luta pela ruptura com as elites no Brasil é mais do que companheirismo, é a partilha de uma meta com larga dimensão internacional.

Temos a facilidade de falar duas vezes a mesma língua: não só o idioma de Pessoa ou Graciliano, mas sobretudo a comunicante de Amazonas e da sua visão de mundo, do seu exemplo de integridade de pensamento e ação.

Queiram, camaradas, receber no calor da luta o nosso sinal de apreço e estima.

O secretário nacional do Bloco de Esquerda (Portugal)

Partido Comunista da Boêmia e Morávia

Permitam-nos apresentar-lhes as cordiais saudações de 100 mil camaradas da República Tcheca, cumprimentos fraternais do terceiro mais forte Partido do Parlamento no nosso país. Desejamos muito sucesso a todos e ao seu congresso.

Nosso Partido valoriza em muito a relação fraternal com o seu partido. Dizemos isso porque sabemos que o PCdoB é um líder na luta pelos direitos dos trabalhadores, por justiça social e pela vitória do socialismo em seu lindo país. Sua luta contra a hegemonia do imperialismo dos EUA é altamente apreciada não apenas pelo nosso partido, mas também por todo o movimento comunista e libertário internacional.

Gostaríamos de aproveitar esta ocasião para informá-los que nosso partido está liderando a luta contra o anticomunismo e faz uma campanha por um programa e por propostas para resolver a crise econômica, social e política vivida pela República Tcheca há quinze anos, desde o golpe de Estado de novembro de 1989 e da volta do capitalismo.

Nosso partido opõe-se vigorosamente à inclusão da República Tcheca como membro da Otan, e sua guerra de agressão contra a Iugoslávia, o Afeganistão e o Iraque. A chamada *guerra ao terrorismo* é apenas um disfarce para a busca hegemônica dos Estados Unidos. Condenamos vigorosamente as tentativas irresponsáveis dos EUA de atacar Estados soberanos, por meio de rotulá-los de *eixo do mal* ou outro nome qualquer. Condenamos também a política de agressão dos EUA e sua provocação contra a Cuba socialista e livre, contra a Venezuela, a Síria e outros países. Fazemos uma vigorosa

oposição também à ocupação de terras palestinas por Israel e clamamos pela implantação das Resoluções 242 e 338 da ONU.

De acordo com os resultados das eleições parlamentares de junho de 2002, o apoio eleitoral do nosso partido cresceu de 11% em 1998 para 20,5%. Com toda clareza, o socialismo no nosso país tem raízes profundas e não pode ser destruído, como alguns poderiam desejar.

Permitam-nos, mais uma vez, desejar-lhes todo sucesso em suas vidas privadas e na luta do seu partido por justiça social e pelo socialismo.

Viva o socialismo!

Viva a solidariedade internacionalista!

Dr. Eng Hassan Charfo, *chefe do Departamento de Relações Internacionais do Comitê Central do Partido Comunista da Boêmia e Morávia*

Partido Árabe Socialista Al Baath (Síria)

Primeiramente, alegro-me ao agradecer pelo convite do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ao Partido Árabe Socialista Al Baath para participar dos trabalhos do seu 11º Congresso e transmitir, nesta oportunidade, os cumprimentos da direção do nosso Partido e o seu desejo de sucesso ao congresso e de realização dos objetivos almejados.

Nossa participação pode ser considerada um novo passo na contribuição para o fortalecimento das relações sólidas entre os nossos Partidos e esperamos que estas relações continuem fortalecidas, no que puder servir em favor das relações entre os nossos países amigos, Síria e Brasil.

Gostaríamos de expressar a afirmação do nosso interesse em estreitar ainda mais nossas relações para servir a nossos povos e países.

Aproveitamos a ocasião do Congresso e a ampla participação de inúmeros partidos para ativar o diálogo construtivo, a troca de experiências e a consolidação das bases do trabalho conjunto para alcançar uma cooperação multilateral entre os nossos Partidos, nossos países, e também nas relações socioculturais.

A Cúpula Árabe-Sul-Americana, realizada em maio passado nesta capital síria, constitui um ponto crucial e relevante para aprofundar ainda mais a cooperação entre os países árabes e latino-americanos e a luta das nações destes países contra a hegemonia e a dominação estrangeira.



O nosso Partido aprecia o apoio dado por seu Partido às posições justas de nosso país, a Síria, e os apoios prestados às causas árabes, além da solidariedade para com nossa luta para estabelecer uma paz justa e abrangente a nossa região, com base na legitimidade internacional e no cumprimento das resoluções que levariam ao fim da ocupação israelense em Golan na Síria, nas fazendas da Shaba libanesa e nos territórios ocupados desde 1967; inclusive a devolução dos territórios e dos direitos árabes aos próprios donos que permitirá ao povo palestino a implantação de seu Estado independente, soberano com sua capital em Jerusalém, além do retorno dos refugiados, a garantia da segurança, a estabilidade e a prosperidade a todos os países e nações do Oriente Médio.

Na Síria, continuaremos o percurso da modernização e do desenvolvimento sob a liderança do senhor presidente doutor Bashar Al Assad. A realização do nosso 10º Congresso Nacional constituiu um novo e relevante rumo para o nosso Partido, além de dar grande impulso ao processo de crescimento para aumentar a força do nosso povo e o progresso da nossa sociedade.

As decisões e recomendações tomadas em nosso 10º Congresso Nacional nas áreas política, econômica, cultural e social terão efeito imediato na ampliação do círculo da participação política na vida do nosso país, o que abrange inúmeras organizações políticas e novo impulso em favor delas e novo impulso em favor de um desenvolvimento abrangente e sustentável. O que resultaria no fortalecimento da capacidade econômica e, ao mesmo tempo, na solução de problemas que atrapalham o processo de desenvolvimento e na melhoria da vida do povo sírio.

O que nossa região está passando, seja no Iraque ou na Palestina, onde são aplicadas pressões e intervenções pela força da hegemonia mundial, ameaça a segurança e a estabilidade da região e atrapalha o processo de desenvolvimento e progresso.

A Síria hoje continua o trabalho com os irmãos árabes e os amigos no mundo para realizar a paz na nossa região por meio de avivar o processo de paz que está sendo atrapalhado pelas posições e práticas israelenses.

A Síria apoia plenamente o processo político no Iraque e cuida muito bem para que esse processo abrace todas as camadas do povo iraquiano, o que permitirá o fim da ocupação, promovendo a estabilidade, a segurança e a autodeterminação do povo iraquiano, sem intervenções externas, e preservará o Iraque como um país árabe e unido.

A Síria que trabalhou para o fim da guerra civil no Líbano, e pela preservação de sua unidade, soberania e independência e a consolidação da seguridade civil e paz nacional entre todas as camadas do povo libanês, continuará ao lado do Líbano de modo a permitir o trabalho conjunto para a realização de uma paz justa, duradoura e abrangente que devolva a terra e os direitos, além de aprofundar as relações bilaterais entre os dois países irmãos.

Desejamos ao PCdoB muito sucesso nas missões que ocupam prioridade na sua luta e que fortalecem percurso de seu povo rumo ao progresso e à prosperidade. Expressamos nossos votos de agradecimento.

A Direção Nacional do Partido Árabe Socialista Al Baath

Partido Comunista do Vietnã

Por ocasião do 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), gostaríamos de enviar ao Congresso e, por meio dele, a todos os membros do Partido e o povo do Brasil, nossas mais calorosas saudações.

Acreditamos que, para implementar a resolução deste Congresso, o Partido Comunista do Brasil registrará as maiores conquistas na luta pelo progresso social, pelos interesses da classe operária e pelo avanço do posicionamento do Partido e o papel por ele jogado na vida política brasileira.

Desejamos que o 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil seja muito bem-sucedido.

Desejamos que a amizade e as relações de cooperação entre os nossos partidos e entre os povos do Vietnã e do Brasil sejam ainda mais consolidadas e desenvolvidas.

O Comitê Central do Partido Comunista do Vietnã

Mensagens recebidas

O 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil recebeu mensagens de Partidos e Organizações Fraternas:

- Partido do Trabalho da Albânia
- Partido do Trabalho de Bangladesh
- Partido Comunista da Bolívia
- Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), Chile
- Akel, Chipre
- Partido Comunista da Espanha
- Partido Comunista dos Povos da Espanha
- Partido Comunista da Finlândia
- Novo Partido Comunista da Grã-Bretanha
- Partido Africano da Independência de Guiné Bissau e Cabo Verde (PAIGC)
- Partido do Trabalho da Hungria- Partido do Trabalho da Irlanda
- Partido Comunista de Israel
- Comitê Marxista-Leninista da Itália
- Partido Comunista do Japão (Esquerda)
- Partido Popular Revolucionário do Laos
- Novo Partido Comunista da Macedônia (FYROM)
- União das Forças Progressistas da Mauritània
- Partido da Revolução Democrática do México
- Partido Popular Socialista do México
- Partido da Esquerda Socialista da Noruega
- Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP)
- Partido Comunista do Paquistão
- Frente Patriótica do Paraguai
- Partido Comunista Peruano
- Partido Comunista Sírio (I)
- Partido Comunista Sírio (II)



- Partido Comunista da República do Tadjiquistão
- Partido Comunista da Turquia (TKP)
- Partido Comunista do Uruguai
- Movimento de Participação Popular, Uruguai
- Movimento V. República, Venezuela

Partido do Trabalho da Albânia

O Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia deseja ao 11º Congresso do PC do Brasil os maiores êxitos, para o fortalecimento do seu partido, da sua luta revolucionária para derrotar o capitalismo e pela vitória da revolução socialista.

O Partido do Trabalho da Albânia desejaria estar presente com uma delegação nos trabalhos do seu 11º Congresso, mas lamentavelmente não é possível realizar nosso desejo por razões econômicas. De qualquer maneira, o Comitê Central do nosso Partido tomou conhecimento do Projeto de Resolução Política que o Comitê Central do PCdoB apresentará no 11º Congresso e temos plena convicção de que o mesmo encontrará ampla aprovação dos delegados do 11º Congresso.

O Partido do Trabalho da Albânia é a continuação do Partido do Trabalho que herdamos de Enver Hoxha. Nós nos opusemos à traição da sua alta direção após a morte do camarada Enver, lutando decididamente contra a burguesia e o imperialismo, mantendo alta a bandeira do marxismo-leninismo e os valores do socialismo, desejados na Albânia e no mundo. Sob a luz do marxismo-leninismo, desejamos que as relações entre o Partido do Trabalho da Albânia e o Partido Comunista do Brasil sejam fortalecidas e desenvolvidas de tal maneira como imaginaram os camaradas Enver Hoxha e João Amazonas.

Juntos pela vitória da revolução e do socialismo!

Viva o povo albanês e o povo brasileiro!

Viva o Marxismo-Leninismo!

Muharrem Hoxha, *secretário do Comitê Central do
Partido do Trabalho da Albânia*

Partido do Trabalho de Bangladesh

O Comitê Central do Partido do Trabalho de Bangladesh estende suas calorosas saudações a todos os delegados do 11º Congresso do PCdoB e a todos os membros do partido por ocasião deste auspicioso evento. Lamentamos informar que a despeito do nosso esforço não foi possível que uma delegação do PTB atendesse ao Congresso, mas nossos melhores votos estão com o PCdoB. O Comitê Central do PTB deseja sucesso ao 11º Congresso. O Brasil é um país que tem posição-chave no mundo atual e o partido Comunista do Brasil é um precursor da luta contra o imperialismo e a ofensiva capitalista contra os povos do mundo. A população da nossa parte do mundo está acompanhando com muito interesse o desdobramento da crescente resistência das massas contra a ofensiva imperialista e a manipulação capitalista para mantê-los subjugados. A trajetória alternativa, e particularmente a eleição de um governo de coalizão com o apoio da esquerda e do PCdoB é uma grande experiência e serve como lição para outros partidos.

Portanto, o 11º Congresso do PCdoB tem uma grande importância para nós. O CC do PTB declara sua concordância com o PCdoB com relação à situação internacional e à tarefa de fortalecer as relações fraternais entre os partidos comunistas e outras organizações de esquerda por todo o mundo e ao avanço da causa da luta anti-imperialista e pela emancipação dos povos do mundo. O CC do PTB acredita que o congresso do PCdoB definitivamente contribuirá para esse objetivo.

Todos os membros do Partido do Trabalho de Bangladesh, apesar da grande distância geográfica entre Bangladesh e Brasil, sentem-se como um de vocês nesta grande ocasião e estendem ainda mais as relações próximas entre os nossos partidos e nossos povos, por meio da luta comum contra o imperialismo – o perigoso inimigo da humanidade e da civilização –, pela liberdade nacional e social dos trabalhadores e dos povos do mundo e pelo socialismo.

Viva o Marxismo-Leninismo!

Viva a revolução!

Os povos do mundo vencerão!

Rashed Khan Menon, *presidente* e

Bimal Biswas, *secretário-geral do Comitê Central do Partido do Trabalho de Bangladesh*



Partido Comunista da Bolívia

É um motivo de grande satisfação saudar a realização deste Congresso de tão grande importância para os trabalhadores e trabalhadoras, para os patriotas e para todo o povo brasileiro. Para os comunistas, os progressistas e a esquerda de nosso país, os debates e resoluções do 11º Congresso têm grande importância pelo papel e o peso do Brasil no subcontinente e pelas mudanças políticas que vêm ocorrendo em seu país a partir da histórica eleição do presidente Lula.

Entendemos que as tarefas que se colocam diante do Partido Comunista do Brasil são complexas: trata-se de buscar um caminho de confluência de forças para superar a atual etapa neoliberal do capitalismo e, ao mesmo tempo, realizar um tipo de tarefa que não separe os comunistas e os trabalhadores de sua missão histórica: a superação do capitalismo para alcançar uma nova sociedade, a sociedade socialista.

A missão de que falamos requer, como os camaradas mesmos defendem, uma atualização da teoria revolucionária, um fortalecimento do Partido e uma ampliação das alianças das forças políticas que tornem possível a conquista dos objetivos almejados.

Em nosso país se desenvolve uma luta de classes acirrada e se acumulam forças capazes de propiciar uma mudança. Certamente, esta acumulação de forças ainda não é suficiente, ainda não está adequadamente articulada e alguns movimentos populares priorizam em excesso a via eleitoral que, em nosso país, continua sendo um terreno manipulado pelos poderosos – a direita e obviamente o imperialismo.

Nossa memória histórica e a experiência assinalam como prioritária a mobilização das massas que, como em outubro de 2003, pode adquirir características de insurreição popular. Tampouco até agora conseguimos uniformizar um programa e uma plataforma de luta, sobretudo abordando o tema que o nosso Partido denomina como sendo resgate dos hidrocarbonetos, hoje em mãos das companhias transnacionais; a distribuição das terras para os camponeses; a liquidação do latifúndio; e a convocação de uma Assembleia Constituinte que referende legalmente as conquistas e os anseios do povo boliviano.

Decididamente nosso Partido apoia a integração latino-americana em todos as ordens da vida social e econômica. Será a única maneira pela qual um país pequeno como o nosso poderá vencer as ameaças imperialistas –

hoje mais visíveis do que nunca –, a ingerência e até uma possível intervenção militar para apoderarem-se das nossas riquezas naturais, em particular dos hidrocarbonetos.

Com a certeza de que o 11º Congresso do fraterno Partido Comunista do Brasil terá muito êxito, reiteramos nossas mais fraternais saudações e estaremos atentos às suas resoluções.

Marcos Domich, *primeiro secretário do
Comitê Central do Partido Comunista da Bolívia*

MIR, Chile

Agradecemos pelo convite que nos fizeram para acompanhar seu Congresso.

Lamentamos não poder assistir às sessões do 11º Congresso porque neste mês de outubro estaremos ocupados com as campanhas parlamentares no Chile e, como os companheiros sabem, a lei eleitoral chilena nos discrimina absolutamente, portanto, temos que nos esforçar em dobro.

Acompanharemos seu Congresso à distância desejando-lhes um resultado muito bom.

Como sempre, na luta por mais liberdade, igualdade e democracia participativa nos despedimos com um forte abraço.

Mónica Quilodrán, *responsável pelas Relações Internacionais MIR-Chile*

AKEL, Chipre

Gostaríamos de agradecer por seu convite para o AKEL participar do seu 11º Congresso que será realizado de 20 a 23 de outubro de 2005. Teríamos muito interesse em participar dos trabalhos do Congresso que terá lugar sob condições muito especiais em seu país. Estamos especialmente atentos aos acontecimentos políticos no seu país e em sua região como um todo.

Entretanto, lamentavelmente, não nos será possível enviar um representante devido ao acúmulo de tarefas que temos neste período, relativas às discussões da questão do Chipre e ao programa de preparação do nosso próprio congresso em 24 a 27 de novembro de 2005, além de certos atrasos



na nossa programação. Tudo isso torna extremamente difícil nos ausentarmos de Chipre.

Nesta oportunidade, lamentamos faltar ao acompanhamento das deliberações do seu Congresso, entretanto, gostaríamos de fazê-lo mesmo à distância. Agradeceríamos se pudessem continuar nos encaminhando todo material relevante.

Estimados Camaradas,

Reiteramos nosso compromisso com o relacionamento bilateral entre nossos partidos e expressamos nosso desejo de fortalecer estas relações a despeito da longa distância geográfica entre nossos países. Recebam nossas saudações fraternais para o seu Congresso e seu partido e os votos de sucesso em seu trabalho político e em suas lutas por igualdade social e melhores condições de vida no Brasil.

Saudações Fraternais,

Andros Kyprianou, *secretário de Relações Internacionais*

Membro do Birô Político do Comitê Central do AKEL (Chipre)

Partido Comunista da Espanha

Recebemos seu amável convite para participar do 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil, que se realizará em Brasília nos próximos dias 20 a 23 de outubro. Lamentavelmente não poderemos compartilhar com os companheiros deste importante evento.

Em nome da direção nacional do Partido Comunista da Espanha desejamos transmitir-lhes nossas saudações fraternais, assim como os melhores desejos de êxito nos seus trabalhos.

Estamos convencidos de que este 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil representará uma destacada contribuição na luta pelo aprofundamento da democracia e da defesa dos interesses do valioso povo brasileiro, pela mais ampla unidade das forças políticas e sociais da esquerda transformadora.

Desejando receber os acordos e resoluções do seu Congresso, fraternalmente,

José Luis Centella, *secretário de Relações Internacionais do*

Partido Comunista da Espanha

Partido Comunista dos Povos da Espanha

Em primeiro lugar, desejamos-lhes um grande êxito em seu próximo 11º Congresso. Recebemos seu convite, mas lamentavelmente nossas dificuldades econômicas nos impedem de designar um membro da direção do Partido Comunista dos Povos da Espanha para o Brasil, como desejaríamos.

A intensa vida política que se desenvolve no Brasil, em meio a uma intensa atividade também nos países de seu entorno, assegura a importância das decisões que seu partido adotará no 11º Congresso dos comunistas do maior país da América Latina.

A atitude do imperialismo que continua tentando controlar, ou pelo menos influir poderosamente em todas as decisões de seu “quintal”, é uma ameaça que pesa ainda sobre muitos povos do mundo.

A experiência revolucionária da Venezuela, seus acordos com Cuba, o surgimento e o êxito da Telesul, a nova realidade no Uruguai e na Argentina situam a realidade e as decisões no Brasil como acontecimentos de importância mundial.

A presidência de Aldo Rebelo (PCdoB-SP) na Câmara dos Deputados do Brasil é outro passo adiante de seu Partido que alarmou a direita mundial.

Por tudo isto, com certeza, acompanharemos com toda atenção os resultados do seu 11º Congresso, ao qual reiteramos nossos maiores desejos de pleno êxito.

Já nos adiantamos em solicitar que nos mandem as conclusões dos debates assim que as tenham, por meios eletrônicos. Com toda certeza nós as estudaremos.

Uma saudação comunista da Espanha para todos os delegados e delegadas presentes no 11º Congresso do PCdoB!!

Saudações revolucionárias em nome do Comitê Central do PCPE.

Quim Boix, *responsável pelas Relações Internacionais*

do Comitê Central do PCPE (Partido Comunista dos Povos da Espanha)

Partido Comunista da Finlândia

Muito obrigada pelo convite para participar do 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil.



Lamentavelmente não nos será possível enviar um representante ao seu Congresso, mas enviamos nossas saudações de solidariedade.

Com nossos melhores cumprimentos,

Yrjö Hakanen, *Partido Comunista da Finlândia*

Novo Partido Comunista da Grã-Bretanha

O Novo Partido Comunista da Grã-Bretanha e seu semanário *The New Worker* enviam sua mais calorosa saudação aos camaradas brasileiros pela realização do 11º Congresso do PCdoB.

Acompanhamos de perto a rapidez dos acontecimentos em seu país, com luta das massas por justiça social e mudança revolucionária, e sabemos que o movimento comunista brasileiro está na vanguarda da luta contra a opressão e a exploração.

Embora o oceano nos divida, estamos unidos na ideologia comum do marxismo-leninismo, o espírito do anti-imperialismo e a luta pela paz e o socialismo. A luta pela paz está inexoravelmente ligada à luta por justiça. A campanha pela paz deve inevitavelmente desafiar o imperialismo mundial, que é a maior ameaça à paz. O enfrentamento do imperialismo deve apresentar uma alternativa ao sistema capitalista de opressão e exploração que é a raiz da causa de conflitos no mundo de hoje.

Milhões de pessoas na Grã-Bretanha tomaram as ruas em protestos contra a cumplicidade do governo Blair com a invasão e a ocupação do Iraque. Mais recentemente milhões de pessoas marcharam contra a reunião do G-8 na Escócia sob o lema “Fazendo a História da Pobreza”. Mas a justiça social e o fim da pobreza e das guerras somente poderão ser alcançados com o socialismo.

Hoje os povos do mundo enfrentam novas ameaças e novos horrores. A principal contradição no mundo de hoje está entre o imperialismo dos Estados Unidos e os povos do mundo.

Todos os povos do mundo lutam pela independência e o direito de viverem suas vidas sem a interferência imperialista.

O povo heroico do Iraque vem lutando contra os invasores norte-americanos de forma incessante. O povo venezuelano ratifica a liderança de Chávez para defender sua revolução democrática. O povo cubano também defende seu governo revolucionário e desafia os imperialistas dos EUA.

Mudanças estão varrendo toda a América Latina. O governo e a classe operária da República Democrática da Coreia permanecem imperturbáveis diante das ameaças terroristas dos EUA e outros países, como China popular, Vietnã, Laos e Cuba continuam seus caminhos do desenvolvimento pacífico e da construção do socialismo.

Hoje podemos assistir ao início da campanha global contra o imperialismo – tal campanha une aqueles que lutam pela paz, os movimentos de solidariedade que se levantam pelo povo do Iraque, da Palestina, da Venezuela e da Colômbia e por todos os outros povos que por todo o mundo lutam pelo direito à liberdade. Vamos trabalhar por um movimento global anti-imperialista e pela paz para fazer ruir esse edifício condenado: o imperialismo. O registro de lutas do Partido Comunista do Brasil é reconhecido por todo o movimento comunista mundial. Estamos confiantes de que as decisões que forem tomadas no seu Congresso irão acelerar a marcha do povo brasileiro em direção ao sucesso, à liberdade, ao bem-estar social, à justiça e ao socialismo.

Com nossos melhores votos,
fraternalmente,

Andy Brooks, *secretário-geral do Novo Partido Comunista da Grã-Bretanha*

Partido Africano da Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde

Queremos manifestar nosso regozijo pelo convite formulado ao nosso Partido Africano da Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC).

Por razões da nossa agenda política não nos será possível tomar parte no 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Formulamos votos para que os trabalhos decorram da melhor forma e que os resultados sejam os que mais satisfizerem o povo brasileiro.

Fazendo votos de melhores sucessos aceitem nossas mais calorosas saudações fraternais,

Carlos Gomes Junior, *presidente do PAIGC*



Partido dos Trabalhadores Húngaros

Em nome do Partido dos Trabalhadores Húngaros gostaríamos de nos desculpar e solicitar sua compreensão. Lamentavelmente a camarada Laszlone Szabo, membro do Comitê Central do nosso Partido, não poderá participar do seu 11º Congresso conforme havíamos confirmado anteriormente e, no momento, não temos condições de substituí-la.

Estamos muito sentidos com isso e desejamos sucesso nos trabalhos do 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil, aguardando o recebimento de suas importantes resoluções.

Gyula Thurmer, *presidente do Partido dos Trabalhadores Húngaros*

Partido do Trabalho da Irlanda

O Comitê Executivo Central do Partido do Trabalho da Irlanda envia sua saudação fraternal ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, por ocasião de seu Congresso, de 20 a 23 de outubro de 2005. Congratulamo-nos com a postura dos comunistas brasileiros contra a exploração capitalista e a guerra imperialista. O Partido do Trabalho da Irlanda acredita que seu congresso trará uma importante contribuição ao avanço das lutas da classe operária e deseja muito sucesso em suas deliberações.

Aproveitamos também esta oportunidade para solicitar-lhes que chamem a atenção de todos os delegados presentes no seu Congresso para um apelo urgente do nosso Partido: no dia 7 de outubro de 2005, na sessão de abertura do Congresso do Partido na Irlanda do Norte, Sean Garland, o presidente do Partido do Trabalho da Irlanda foi preso pelas autoridades britânicas na Irlanda do Norte, a pedido dos Estados Unidos que desejam que ele seja extraditado para lá.

O camarada Sean Garland é há muito tempo a voz que critica as políticas imperialistas e os desígnios dos EUA quanto à sua pretensão pela hegemonia global. Ele tem participado das reuniões dos Partidos Comunistas e Operários em Atenas.

O Partido do Trabalho da Irlanda condena fortemente os termos provocativos e a motivação política da prisão do presidente do nosso Partido e clama a todas as forças progressistas para se oporem à perseguição política de um ativista politicamente comprometido com a causa internacional do socialismo.

Nosso apelo poderá ser acessado no sítio da Solidnet e no nosso sítio na rede sobre esta matéria (*www.seangarland.org*). Assim, solicitamos respeitosamente que o PCdoB envie uma mensagem de solidariedade ao nosso Partido e estimule os indivíduos e as organizações progressistas no Brasil a expressarem sua solidariedade e organizarem protestos contra as autoridades dos EUA e da Grã-Bretanha.

Presentes na Solidariedade,

Gerry Grainger, *presidente do Comitê Internacional e Membro do Comitê Executivo Central Partido do Trabalho da Irlanda*

Partido Comunista de Israel

Por ocasião do seu 11º Congresso, temos o prazer de estender a todos os membros e militantes do seu Partido nossas calorosas saudações.

Seu Congresso se realiza num momento de fortalecimento da unidade de classes e aprofundamento da cooperação de todas as forças democráticas e de esquerda e de promoção da solidariedade internacional – questões que conquistaram uma enorme importância.

O imperialismo dos EUA, usando os ataques criminosos de 11 de setembro de 2001 como pretexto para abrir guerra contra o Afeganistão e ocupar o Iraque, não tenta controlar a questão do terrorismo, mas trata de implantar uma mudança básica nas regras das relações internacionais de forma que a hegemonia dos EUA e das companhias transnacionais seja ainda mais fortalecida em todos os continentes.

Nosso Partido teme que a intenção da administração Bush seja tornar a guerra um meio normal de comportamento internacional e aplicar este método bélico em outros países que os EUA acusem de “terroristas”.

A despeito do chamado “Mapa do Caminho” o derramamento de sangue continua em nossa região, causado pela tentativa do governo israelense – apoiado pela administração norte-americana – de sabotar as perspectivas de um acordo de paz entre Israel e Palestina.

O Partido Comunista de Israel clama a todos os que militam pela paz e a democracia em Israel e no mundo a se colocarem contra a cínica exploração da histeria de guerra pelo governo Sharon para aprofundar a opressão de ocupação, inclusive o estabelecimento de mais assentamentos e a criação do *apartheid*, por meio do “Muro de Separação”. O “descomprometimen-

to” de Sharon com a Faixa de Gaza tem a finalidade de perpetuar a ocupação e todo sofrimento na Cisjordânia.

O Partido Comunista de Israel adverte contra os planos do governo Sharon para desestabilizar a situação ao longo da fronteira do norte, com a Síria e o Líbano, para desviar a atenção da população em relação à política de força contra os palestinos, assim como em relação à ajuda da política de agressão da administração Bush.

O caminho para a paz e a segurança de ambos os povos, israelense e palestino, passa pelo fim da ocupação, a evacuação das bases israelenses, o estabelecimento de um Estado Palestino, cuja capital seja Jerusalém do Leste e a solução para a questão dos refugiados de acordo com as resoluções da ONU.

Queridos Amigos,

Desejamos sucesso em sua luta para construir uma ativa coalizão de esquerda que possibilite um governo democrático e anti-imperialista. Esperamos desenvolver nossa amizade e cooperação entre nossos Partidos e apresentamos nossos votos de um 11º Congresso bem-sucedido.

Saudações Fraternais,

Issam Makhoul, *secretário-geral do Partido Comunista de Israel*

CMLD’I – Comitê Marxista-Leninista da Itália

Movidos pelas fraternas relações construídas entre o Partido Comunista do Brasil – dirigido pelo camarada Renato Rabelo – e o Comitê Marxista-Leninista da Itália – dirigido pelo camarada Fosco Dinucci –, vimos trazer ao 11º Congresso do PCdoB uma fraterna saudação internacionalista.

O CMLD’I deseja pleno êxito aos trabalhos do Congresso, que o Partido se fortaleça, que se potencializem a luta pela unidade dos comunistas brasileiros e a sua política unitária com as forças progressistas, em defesa da independência e da soberania nacional, buscadas pelo governo Lula.

O CMLD’I está presente nos partidos e nas organizações que se voltam à história do movimento operário italiano, trabalha pela unidade de ações de todas as forças comunistas e pela reconstrução do Partido Comunista da Itália, fundado sobre o marxismo-leninismo criativo.

A humanidade está diante da fase terminal e putrefata do sistema mundial do capitalismo e, para sair dela, a burguesia financeira empurra

o mundo em direção ao fascismo e à “guerra infinita e preventiva”. Entre as nações mais atingidas pela crise estão os Estados Unidos. A prova disto está nas guerras que desencadearam, agredindo o Afeganistão e o Iraque com a finalidade de assegurar aos EUA e a seus aliados o controle sobre um território que, tendo em vista seus recursos energéticos, encontra-se entre os mais ricos do mundo. O conjunto destes fatores, somado ao enfraquecimento das forças do socialismo e do anti-imperialismo, incrementa a sede de domínio mundial do imperialismo capitaneado pelos Estados Unidos. A globalização nada mais é que a imposição econômica das classes exploradoras, que destroem as economias mais debilitadas sufocando a civilidade e a soberania nestes países. Sob o pretexto de combater o terrorismo, o imperialismo norte-americano ocupa nações, desestabiliza-as e assim prepara o terreno para fomentar o terrorismo. Na verdade, o terrorismo nada mais é que um produto do imperialismo, manipulado por sua cúpula dominante a fim de dividir e enfraquecer rivais e aliados, principalmente para incriminar e reprimir as lutas e as conquistas dos trabalhadores, dos povos oprimidos e dos países independentes.

Tudo isto demonstra que a política dos Estados Unidos é a principal inimiga do proletariado, dos povos e de todas as forças amantes da liberdade e da paz internacional. A guerra contra o Iraque serviu para esclarecer a importância da função dirigente da classe operária que, se tivesse sido coordenada em âmbito internacional, poderia ter bloqueado todo tipo de atividade por meio de greves gerais e, assim, teria conseguido impedir o genocídio do povo iraquiano.

Por estas razões, o proletariado – especialmente a classe operária das multinacionais, guiada pelas forças e pelos partidos comunistas – é a força consciente capaz de derrotar o imperialismo, o terrorismo, o fascismo e uma nova guerra mundial.

É necessário criar uma Frente Anti-Imperialista pela paz com uma perspectiva revolucionária, encabeçada e dirigida pela classe operária em aliança com os povos que se batem contra o imperialismo norte-americano. Uma Frente que se some aos movimentos democráticos, sustentados pelos países progressistas e socialistas.

A atual tarefa reservada aos comunistas de todo o mundo é a coordenação das forças visando à reconstrução de uma nova Internacional Comunista; coordenação essa alicerçada na assunção compartilhada dos princípios da III Internacional, tendo a classe operária como classe revolucionária al-

ternativa à burguesia, que se empenhará na luta anticapitalista e anti-imperialista e pelo socialismo.

O internacionalismo proletário é antes de tudo a unidade internacional da classe operária. A Internacional Comunista é o núcleo político da coordenação internacional dos Conselhos de trabalhadores.

Ao reafirmar a estima do Comitê marxista-leninista da Itália e reapresentar os votos de sucesso futuro, enviamos ao 11º Congresso do PCdoB fraternas saudações internacionalistas e marxista-leninistas.

A Secretaria do CMLD T (Itália)

Partido Comunista do Japão (Esquerda)

Em nome do proletariado e do povo do Japão, o Partido Comunista do Japão (Esquerda) deseja sinceramente sucesso no cumprimento das tarefas do seu 11º Congresso e estende suas mais calorosas saudações a todos os membros do seu Partido.

Esperamos que seu Congresso trabalhe com as soluções mais avançadas com base no marxismo-leninismo em direção ao desenvolvimento nacional com a valorização do trabalho, da soberania, do progresso social, da liberdade e do bem-estar social do povo brasileiro. Esperamos também que o Congresso encontre uma linha clara de fortalecimento orgânico do seu Partido.

Viva a unidade entre o Partido Comunista do Japão (Esquerda) e o Partido Comunista do Brasil!

Viva o marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário!

O Comitê Central do Partido Comunista do Japão (Esquerda)

Partido Revolucionário do Povo do Laos

Recebemos com grande satisfação sua carta datada de 16 de março de 2005, enviando um convite para o Partido Revolucionário do Povo do Laos (PRPL) participar do 11º Congresso do seu partido que será realizado de 20 a 23 de outubro de 2005.

Em nome do Comitê Central do PRPL, gostaríamos de expressar nosso muito obrigado pelo seu gentil convite e informá-los que nosso Partido designará o Embaixador do Laos em Cuba para representar o Comitê Central do nosso Partido.

Desejamos muito sucesso ao seu 11º Congresso.

As relações de amizade e solidariedade entre os nossos partidos podem ser ainda mais desenvolvidas pelo interesse de ambos os partidos e os povos dos nossos países.

Saudações fraternais,

Somsavat Lengsavad, *membro do Comitê Central e chefe da Comissão de Relações Internacionais do Partido Revolucionário do Povo do Laos*

Novo Partido Comunista da Macedônia

Seu convite para participação do nosso Partido no seu 11º Congresso foi uma honra para nós. Seria uma honra e um prazer tomar parte deste evento e visitar o Brasil, o país mais lindo do mundo, com seu povo maravilhoso e seus lugares encantadores.

Lamentamos informar que não nos foi possível reunir recursos financeiros para cobrir as despesas da viagem e também porque não tínhamos tempo suficiente para nos preparar para tão grandioso evento.

Nosso Partido trabalha e vive sob condições muito difíceis. Somos controlados política e financeiramente pelo regime dos EUA, por meio da Otan e da OSCE, além de outras forças.

Aproveitamos esta oportunidade para nos congratularmos com seu 11º Congresso, em nosso nome, em nome de nosso Partido, de seus membros e de todos os cidadãos da República da Macedônia desejando um trabalho com muito sucesso e tudo de melhor para seu Partido, seu povo e a classe operária.

Por favor, leiam esta carta para todos os delegados e convidados do seu congresso. Ficaremos muito agradecidos.

Escrevemos e publicamos *Satã vai longe*, de 370 páginas e ilustrado com cerca de 90 fotografias. O livro é contra a globalização, a Otan, o Parlamento Europeu em Estrasburgo, as políticas dos EUA.

Tendo em mente o fato de que não nos será possível participar do seu congresso, ficaríamos agradecidos em ir ao Brasil em janeiro ou fevereiro, quando apresentaríamos nosso livro e os informariamos sobre a situação nos Balcãs.

Consideramos haver grande necessidade de uma reunião entre os nossos partidos e uma colaboração mais estreita.



Finalmente, desejamos todo sucesso e um trabalho frutífero ao seu Congresso.

Sinceramente,

Trifon Andreevski, *secretário-geral do novo*

Partido Comunista da Macedônia

União das Forças Progressistas da Maurîtânia

O seu 11º Congresso se realiza num contexto particular, caracterizado pelo prosseguimento da ofensiva estratégica do hegemonismo norte-americano no mundo, mas também pelo surgimento e reforço de um vasto e multiforme movimento de resistência de variada intensidade em todo o mundo.

É cada vez mais difícil instaurar o mundo unipolar que os EUA queriam desde o dia seguinte ao desabamento da União Soviética e do campo que esta dirigia. Os seus aliados da época anterior, notadamente as potências europeias, tornam-se mais autônomos, na busca de seus próprios interesses e não hesitam mais em se demarcar como ocorreu claramente quando da invasão do Iraque.

Cada vez mais países e nações aspiram à independência e tentam abrir os seus próprios caminhos de desenvolvimento, ousando desafiar o ditame das organizações internacionais vinculadas às teses, doutrinas e políticas ultraliberais preconizadas pela superpotência norte-americana.

Sob múltiplas formas estabelecem-se novas articulações internacionais das forças da mudança que aspiram, de modo mais ou menos consciente, a pôr em causa a ordem econômica e social neoliberal ultrapassada. Na América Latina, Ásia e África despontam no horizonte as novas potências que, sem sombra de dúvida, encarnarão a nova ordem mundial do Século XXI.

Por toda parte, sobretudo nestes países, as forças progressistas consolidam as suas posições e pouco a pouco saem da defensiva estratégica, sob as palavras de ordem de “paz mundial” e “desenvolvimento durável”. A América Latina, no seio da qual, o Brasil joga um papel progressista essencial, tornou-se uma região de contestação aberta ao hegemonismo norte-americano. O seu Partido, construindo alianças progressistas e agindo de maneira consequente, contribui grandemente para o fortalecimento desta tendência anti-hegemônica e para a grande causa da paz mundial.

Nosso Partido, a União das Forças Progressistas da Mauritânia, apoia essa orientação e encoraja a consolidação da linha de ampla aliança progressista internacional.

Na África e no mundo árabe, aos quais o nosso país pertence, observam-se igualmente evoluções positivas no mesmo sentido, a despeito da relativa fragilidade do movimento progressista. Nosso Partido tem por tarefa reforçar essas tendências positivas, tendo em vista preparar as condições para o saneamento do espaço político de nossas duas regiões, ensombrecido pela ofensiva estratégica neoliberal, as ideologias de divisão dos povos (estreiteza étnica, racial, religiosa etc.) e as práticas intervencionistas.

Estamos convencidos de que unidos, solidários e perseverantes os povos do mundo, particularmente, os da Ásia, África e América Latina derrotarão o hegemonismo e edificarão um mundo novo, de paz e prosperidade harmoniosa.

Em nome do nosso Partido, de sua direção central e do conjunto de nossos militantes, desejo pleno sucesso nos trabalhos do seu Congresso.

Viva a unidade e a solidariedade dos povos do Mundo!

Viva a amizade dos povos do Brasil e da Mauritânia!

Viva a fraternidade do PCdoB e da UFPM!

Viva o 11º Congresso do PCdoB!

Mohamed Ould Maouloud, *presidente da
União das Forças Progressistas da Mauritânia*

Partido da Revolução Democrática (CEN-PRD) do México

Recebemos com satisfação o convite que nos enviou para assistirmos como convidados ao seu 11º Congresso Ordinário que terá lugar em Brasília, de 20 a 23 de outubro próximo.

Na atualidade o avanço das forças partidárias da esquerda na América Latina não poderia ser explicado, senão pelo triunfo eleitoral da coalizão de forças da esquerda brasileira que o PCdoB ajudou a formar para que Luiz Inácio Lula da Silva chegasse à presidência de seu país.

Por uma lamentável coincidência de calendários de atividades próprias do CEN-PRD e por falta de financiamento, não nos será possível destacar uma delegação para assistir ao seu Congresso.

Em nome do presidente do Comitê Executivo Nacional do Partido da

Revolução Democrática (CEN-PRD) do México, Leonel Cota Montaño, da Secretaria de Relações Internacionais, a meu cargo e da militância nacional do nosso partido recebam nossa calorosa saudação, desejando-lhes muito êxito em seus trabalhos de seu 11º Congresso Ordinário.

Sem outro particular, recebam um abraço solidário.

Democracia já, Pátria para todos!

Saúl Escobar Toledo, *Secretário de Relações Internacionais CEN-PRD (México)*

Partido Popular Socialista do México

Recebam a mais calorosa e fraternal saudação do Partido Popular Socialista do México e os nossos melhores votos para seus trabalhos congressuais.

Seguiremos com grande interesse os debates e as resoluções, especialmente pela relevância do momento histórico que se vive no Brasil, no México e na América Latina e Caribe – onde houve um indiscutível crescimento das forças revolucionárias e da resistência dos povos frente ao neoliberalismo. Lutas que sustentam o nosso partido em coincidência com o seu, identificando-se com a luta contra o imperialismo e o capitalismo.

As condições específicas que ocorrem no presente no Brasil e as dificuldades que vêm sendo vencidas entre umas e outras forças chamam a nossa atenção, como também, sem dúvida, a dos demais partidos comunistas e do trabalho da nossa região e do mundo, como também dos inimigos do proletariado e dos povos, os imperialistas e seus servidores; não fica nenhuma dúvida de que o Brasil é, neste momento, um verdadeiro laboratório da luta de classes em suas diversas expressões, e da luta pela libertação nacional. E de que a interpretação e valorização justa dos acontecimentos, unidas a uma linha estratégica e tática acertada e às decisões corretas e oportunas em cada batalha, poderão acelerar o processo revolucionário desse povo irmão em sua segunda e definitiva independência e pela construção de uma sociedade socialista e comunista, com as consequentes repercussões positivas em toda a região latino-americana e caribenha.

A linha política seguida pelo PCdoB, de firmeza nos princípios, sem concessões nem oportunismos, e de flexibilidade na tática, de ágil e consequente promoção da acumulação revolucionária de forças – da qual tam-

bém compartilha nosso partido e aplica na realidade mexicana, sobretudo na luta de massas –, inspirará, sem dúvida, a classe operária e o povo do Brasil e o conduzirá a significativas vitórias.

Um abraço fraternal, camaradas brasileiros.

Pelo Comitê Central a direção nacional

Cuauhtémoc Amezcua Dromundo, *primeiro secretário*

Partido Socialista Esquerda da Noruega

Muito obrigada pelo convite para participar do 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Lamentavelmente não podemos priorizar esta participação como seria nossa vontade, uma vez que a viagem é muito longa e custosa.

Desejamos ao PCdoB total êxito em seu trabalho político.

Atenciosamente,

Monika Andersen, *secretária Internacional do*

Partido Socialista Esquerda da Noruega

Frente Popular para a Libertação da Palestina

Em nome do CC da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) enviamos nossa saudação calorosa e revolucionária por ocasião do seu 11º Congresso.

O evento ocorre enquanto o mundo inteiro testemunha uma mudança drástica e frenética, devido ao interesse ganancioso dos imperialistas neoliberais e do capital, comandando pelos desejos dos EUA de criarem um novo critério onde tais imagens bestiais sejam cristalizadas e vertidas de forma transparente numa nova coalizão liderada pelos Sionistas e pelos monopólios e cartéis dos EUA, para tornar vívido um novo mundo monopolizado que sirva aos seus interesses e desejos comuns. Este mundo é feito da pilhagem por outros ricos, de atrocidades contra os povos, como o exemplo claro do Iraque e da Palestina, além de novas ameaças, agora contra os povos da Síria e do Líbano. Os EUA e Israel tentam organizar nosso Oriente Médio num novo formato, levando-nos à beira do abismo, mas ambos estão numa situação difícil. Os EUA enfrentam um novo destino no Iraque



devido à dura resistência que encontram por lá e Israel passa por novas tragédias em níveis político, econômico, social e militar devido à corajosa resistência do nosso povo palestino, que os força a uma guerra sórdida no Iraque ou na Palestina. No Iraque, tentam formar uma sociedade étnica e sectária. Na Palestina causam uma guerra civil entre as comunidades palestinas, cometendo atos desumanos contra civis por todas as partes. Tal papel já havia sido jogado na América Latina e na África durante a colonização europeia e especialmente no Sudeste Asiático pela França, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Continua sendo o mesmo papel, agora sob camuflagem e táticas novas, por meio da globalização e da nova escala de democratização no mundo.

Acreditamos ser verdadeiramente imperativo para todos nós, que pensamos e agimos como comunistas, e outras forças progressistas, e mesmo os verdes e os pacifistas, que estejamos lado a lado para resistir à exploração contínua contra os trabalhadores e os pobres. Devemos continuar a trilhar o nosso caminho com total confiança.

Desejamos melhorar e fortalecer as relações bilaterais entre os nossos partidos.

Tudo de bom!

A luta continua!

Comitê Central da FPLP

Partido Comunista do Paquistão

Em nome do Comitê Central do Partido Comunista do Paquistão, e em meu próprio, tenho o prazer de estender as mais calorosas saudações aos delegados e demais participantes do histórico 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Estamos profundamente agradecidos pelo convite para participar do seu Congresso, mas devido a um infeliz incidente esta participação não nos foi possível. Entretanto, estaremos acompanhando com o máximo interesse as resoluções do seu Congresso. Accreditamos que elas darão suporte não apenas aos acontecimentos no Brasil, mas também à situação atual na totalidade de sua região. Desejamos muito sucesso para o seu Congresso.

A crise do movimento comunista em 1991 foi seguida por todos os esforços por parte dos países imperialistas e das instituições monetárias in-

ternacionais para a dominação do mundo em nome da globalização, que nada mais é do que uma tática imperialista para alcançar seus desígnios diabólicos. Da mesma forma que nas Primeira e Segunda Guerras Mundiais, os EUA impõem uma guerra à população inocente do Afeganistão e do Iraque para roubarem recursos energéticos da Ásia Central e do Oriente Médio. Milhares de pessoas foram mortas em nome da chamada “guerra ao terrorismo”. O poder militar do Paquistão, sob o comando do General Musharaf tornou nosso país uma base norte-americana. Nosso Partido tem lutado contra esta política antipopular do regime militar paquistanês, que formou uma linha de frente, desde os anos 1980, como o exército aliado aos EUA na chamada guerra santa islâmica (jihad) contra o comunismo. Este mesmo exército está agora cooperando com as forças imperialistas em nome do culto à moderação e aos lemas seculares. O povo do Paquistão tem se debatido incansavelmente contra estas políticas e luta contra o exército e o governo civil instalado pelas forças armadas.

No atual cenário político mundial, a luta unida dos comunistas da América Latina está reescrevendo a história. Notamos ardorosamente que os partidos comunistas da região estão obtendo grandes conquistas. O sucesso da união de luta do Partido Comunista do Brasil e dos partidos de esquerda é uma linha e conduta para nós. O movimento vitorioso da Frente Brasil Popular sob a liderança do governo Lula resultou na derrota do governo neoliberal de Fernando Henrique em 2002 e foi um estímulo caloroso para o movimento comunista mundial. Seus esforços para utilizar os recursos naturais de seu país em benefício da população comum e a luta de seu Partido contra o imperialismo dos EUA, com o apoio popular, têm uma importância histórica. Esperamos que o Partido Comunista do Brasil e a frente democrática de esquerda joguem um papel importante para alcançar a justiça social para o povo da América Latina.

As manifestações revolucionárias na América Latina favorecem o caminho para as mudanças socialistas. A resistência determinada e incansável do povo cubano e do Partido Comunista de Cuba, sob a direção do comandante Fidel Castro, pela defesa e consolidação das conquistas socialistas, é um exemplo para nós. A luta heroica de Hugo Chávez, na Venezuela, contra as investidas imperialistas merece todo apoio do Partido Comunista do Paquistão, que se congratula com os povos da América Latina pela popularização do socialismo e por sua luta histórica contra o capital financeiro internacional, as companhias transnacionais e o imperialismo.



Temos certeza de que seu Congresso torna mais adequados os planos das revoluções socialistas e anti-imperialistas na América Latina e os seus efeitos alcançaram terras distantes.

Abaixo o imperialismo

Viva o socialismo!

Viva a luta revolucionária do Brasil!

Com as mais calorosas e fraternais saudações,

Imdad Qazi, *secretário-geral do Partido Comunista do Paquistão*

Frente Patriótica do Paraguai

Em nome da Frente Patriótica, organização unitária recentemente criada e que inclui seis partidos políticos progressistas e de esquerda sem representação no parlamento, temos o prazer de saudá-los, pela presente, e entregar-lhes um material analítico referente às consequências econômicas e financeiras (negativas ao nosso país) do tratado de Itaipu.

O mesmo, como os companheiros recordam, foi firmado pelas respectivas ditaduras que imperavam em nossos países e expoentes da era denominada “guerra fria”, respectivamente generais Emílio Garrastazu Médici e Alfredo Stroessner.

Na espera de sua opinião e respeito, aproveitamos para saudar muito atentamente o seu 11º Congresso.

Dr. Pedro Almada, *secretário de Relacionamento e*

Ramón Leiva Montiel, *coordenador interino da*

Frente Patriótica do Paraguai

Partido Comunista Peruano

A Comissão Política do nosso Partido faz chegar a sua saudação fraternal e revolucionária à direção, aos delegados e aos militantes do seu Partido por ocasião do 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Lamentamos não poder acompanhá-los participando do Congresso, como teria sido nosso desejo. Do nosso país desejamos-lhes grande êxito nas suas decisões e conclusões, que aprofundarão o processo de transformações iniciadas com os companheiros do Partido dos Trabalhadores e a Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva.

Os avanços do seu Partido haverão de servir também em nossa pátria, onde seguindo o exemplo do PCdoB e de outros partidos irmãos, estamos trabalhando para construir a unidade dos comunistas, da esquerda e das forças progressistas e anti-imperialistas.

Muitos êxitos, camaradas.

Fraternalmente,

Manuel Castillo Cabrera, *secretário de Relações Internacionais e*

Renán Raffo Muñoz, *secretário-geral do Partido Comunista Peruano*

Partido Comunista Sírio (I)

O Comitê Central do Partido Comunista Sírio apresenta suas saudações fraternais ao 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil e deseja sucesso em todas as suas atividades.

O Partido Comunista do Brasil é um partido inveterado na luta contra a hegemonia do imperialismo e a defesa dos direitos dos trabalhadores. Este glorioso partido permanece fiel aos seus princípios e ideais nas circunstâncias mais difíceis pelas quais já passou e também o Partido Comunista do Brasil é bem conhecido no movimento comunista internacional pela sua fidelidade aos princípios do proletariado internacionalista e sua contínua luta pela solidariedade internacional entre os partidos comunistas de todo o mundo.

O Partido Comunista Sírio – que luta com seu povo contra as conspirações feitas pelo imperialismo dos EUA e o Sionismo global contra sua pátria, a Síria – tem muito apreço pela solidariedade dos comunistas brasileiros e de todas as forças patrióticas e progressistas do Brasil para com a justa luta do povo sírio e dos povos árabes. Nossa região árabe, como a América Latina, é um espaço essencial da luta do movimento de libertação mundial contra o imperialismo e seus aliados, e nós confiamos que juntos alcançaremos a vitória.

Lamentavelmente não nos foi possível enviar um delegado do nosso partido para participar do seu importante congresso, porque estamos muito ocupados na preparação do nosso 10º Congresso que será realizado em 9 de novembro de 2005.

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Avante sob a Bandeira Vermelha, a bandeira da Liberdade e da Justiça Social,



A bandeira de Marx e Engels, de Lênin e Stalin
Wissal Farha Bagdash, *secretário-geral do Comitê Central do
Partido Comunista Sírio*

Partido Comunista Sírio (II)

Lamentamos não poder participar das sessões do 11º Congresso do seu partido, e de estudar, por meio desse evento tão importante, a experiência do seu partido, assim como a nova experiência do seu país, principalmente depois da eleição de um governo de coalizão democrática. Apreciamos sobremaneira sua solidariedade com a luta de nosso país pela liberação de Golã, a parte ocupada de nosso território pelo Estado de agressão israelense e pela libertação de todos os territórios árabes ocupados e contra a opressão e as ameaças ininterruptas da administração norte-americana contra nosso país para obrigá-lo a se submeter às suas ordens e a deixar de resistir contra seu projeto chamado de “o Oriente Médio ampliado». Em nome dos membros do nosso partido e de seus simpatizantes, dirigimos a todos os comunistas e a todas as forças de esquerda do Brasil nossas saudações de solidariedade combativa, desejando-lhes muito sucesso nas reuniões do seu congresso.

Youssef Alfaýssal, *secretário-geral do Partido Comunista Sírio*

Partido Comunista da República do Tadjiquistão

O Comitê Central do Partido Comunista da República do Tadjiquistão calorosamente congratula-se com todos os delegados e convidados do 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Este Congresso se somará à luta recorrente dos genuínos patriotas do Brasil, os comunistas brasileiros, a luta pela soberania, o progresso, a liberdade e o desenvolvimento social.

Seus sinceros amigos do movimento comunista internacional acompanharão com toda atenção os trabalhos do seu Congresso e esperarão por resultados positivos. Desejamos aos delegados do 11º Congresso tarefas produtivas e ativas em nome da paz mundial, da unidade entre todos os comunistas e os simpatizantes do socialismo, em nome do triunfo das ideias

de paz, liberdade, progresso e florescimento do Brasil.

Estamos muito agradecidos pelo seu convite, lamentavelmente não foi possível participar dos trabalhos do seu 11º Congresso devido a problemas financeiros.

Esperamos vê-los em breve.

Nossas saudações calorosas!

Karimov Tuygun, *secretário do Partido Comunista do Tadjiquistão*

Partido Comunista da Turquia

O camarada Kemal Okuyan não poderá participar do seu 11º Congresso, conforme confirmamos anteriormente, devido a um sério problema de saúde. Como foi um acaso sem que estivéssemos preparados não será possível acertar a viagem de outro camarada da direção do Partido Comunista da Turquia.

Por favor, aceitem nossas desculpas pelo inconveniente que causamos.

Desejamos um Congresso bem sucedido e reiteramos nosso vívido interesse em aprofundar as relações entre os nossos partidos.

Fraternalmente,

Ozgur Sen, *Partido Comunista da Turquia*

Responsável pelas Relações Internacionais

Partido Comunista do Uruguai

O Comitê Central do Partido Comunista do Uruguai faz chegar em seu nome, a todos os delegados do seu Congresso, sua mais afetuosa saudação.

Para nós comunistas, as instâncias dos Congressos são momentos importantes; tanto de reflexão e simultaneamente de um caloroso debate – como não poderia deixar de ser, uma vez que colocamos a paixão de nossas vidas por trás de nossas ideias e da militância cotidiana –, mas também para um balanço do caminho percorrido e a fixação das pautas e dos rumos a serem seguidos no futuro.

Hoje nossos Partidos estão duplamente irmanados, tanto por importantes coincidências políticas em nossas análises da nossa região e do mun-



do, quanto por compartilhar a responsabilidade e o desafio que implicam as tarefas do governo. Uma experiência inédita para a esquerda de nossos respectivos países.

Temos uma enorme responsabilidade histórica para que não se frustrasse uma experiência de governo nacional, popular e democrático a serviço dos nossos povos. Por isso, nossa participação e nossos compromissos decididos com a gestão do governo, fiéis aos nossos princípios. Compromisso com a lealdade política que insere sermos fiéis a nós mesmos, coerentes, sem cair no “perfilismo” oportunista de ser “os críticos e opositores fáceis”, colocando-nos fora do governo, como tampouco confundir compromisso com “aceitação” irresponsável, dizendo a todos que sim, que vamos bem e que tudo está às mil maravilhas.

Trata-se de “apoiar impulsionando” como dizem vocês ou de “participar avançando” como dizemos nós. De qualquer modo, sempre será o trabalho nas massas para que, conscientes, mobilizadas e organizadas, com a classe operária à frente, possam garantir o processo de mudanças e o cumprimento do programa de governo. Esta é a nossa principal tarefa.

Recebam o abraço fraternal dos comunistas uruguaios.

Avante camaradas! Êxitos em seus trabalhos!

Pelo Comitê Central do PCU

Carlos Flanagan, *secretário de Relações Internacionais*

Marina Arismendi, *secretária-geral*

Movimento de Participação Popular, Uruguai

O Movimento de Participação Popular saúda seu 11º Congresso, desejando-lhes muitos êxitos em sua realização.

As reflexões e resoluções deste Congresso serão uma contribuição muito importante na elaboração de uma estratégia política da esquerda brasileira, que garanta os sucessos obtidos e enriqueça as futuras jornadas de luta.

Para os povos latino-americanos, tornam-se cada vez mais importante os acontecimentos no Brasil e é imperioso reafirmar uma ampla política de alianças de partidos políticos progressistas e de esquerda, que possam garantir a justiça social e o desenvolvimento para o povo brasileiro.

Estamos convencidos de que a integração da nossa América Latina é cada dia mais urgente, para garantir a verdadeira liberação nacional e come-

çar a assentar as bases do Socialismo em nossos países.

Entretanto, para conseguir êxito necessitamos dar passos firmes em direção à construção da grande pátria latino-americana, porque partimos da base de que somente nós poderemos alcançá-la.

Desejamos um congresso com muito êxito.

Fraternalmente,

Pela libertação nacional e o socialismo!

Néri Mutti, *responsável pelas Relações Internacionais do
Comitê Executivo do Movimento de Participação Popular
Frente Ampla-Encontro Progressista-Nova Maioria*

Movimento V República, Venezuela

Encontramo-nos atualmente em Santiago do Chile. Agradecemos pelo gentil convite para que o Movimento V República, da Venezuela, tome parte do 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Infelizmente não nos foi possível destacar um companheiro da nossa direção para representar-nos em seu importante Congresso.

Em nome do Movimento V República, transmitimos votos de sucesso em seus trabalhos congressuais e na implantação de suas resoluções.

Aurora Morales, *diretora de Relações Internacionais
Movimento V República (Venezuela)*



Moções aprovadas

Moção de solidariedade a Cuba

Os delegados presentes ao 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil manifestam seu mais veemente repúdio ao criminoso bloqueio do imperialismo norte-americano contra Cuba, que persiste há mais de quatro décadas.

Nesse sentido, expressamos nossa ativa solidariedade com a luta do povo cubano e de seu partido, o Partido Comunista de Cuba, contra o imperialismo e pela edificação de uma sociedade socialista.

Neste momento, manifestamos também nossa solidariedade aos cinco patriotas cubanos presos ilegalmente nos cárceres estadunidenses. Recentemente, o Tribunal de Atlanta anulou o julgamento fraudulento que os havia condenado, cessando a base legal para a manutenção dessas prisões. Assim, exigimos a imediata libertação dos cinco patriotas.

Exigimos também a imediata extradição do terrorista de nacionalidade venezuelana, Luis Posada Carriles, condenado pela justiça de seu país por atentado que resultou na explosão que vitimou 73 passageiros de um voo da Cubana de Aviação. Sua não extradição é a demonstração cabal de que os Estados Unidos exercem o terrorismo de Estado e protegem terroristas a seu serviço, numa clara seletividade de sua “luta contra o terrorismo”.

No momento em que a América Latina se levanta contra o neoliberalismo e o imperialismo, e busca construir uma alternativa para seu desenvolvimento econômico e social, destacamos o exemplo de Cuba que, mesmo em períodos de grande adversidade, é um exemplo e um estímulo para nossos povos na luta por uma nova sociedade.

Viva Cuba socialista!!!



Moção de apoio à causa palestina

Considerando que a causa palestina hoje é uma das principais lutas dos povos pela sua emancipação, que busca a sua autodeterminação.

Considerando as constantes violações de todos os direitos inalienáveis desse sofrido povo que luta na busca de seus direitos.

Considerando as práticas racistas e segregadoras do Estado de Israel, apoiadas pelos EUA, contra o povo palestino que se vê constantemente humilhado em postos de controle, criação de estradas de uso só para israelenses, a ocorrência de punições coletivas, destruição de casas e plantações de palestinos, prisões em massa sem direito de defesa, assassinatos seletivos de lideranças, deportações em massa.

Considerando o prosseguimento da construção do Muro do Apartheid, à revelia do direito internacional e das decisões da Corte Internacional de Justiça, que separa palestinos e anexa seus territórios na Cisjordânia.

Nós, delegados reunidos na plenária final do 11º Congresso:

- Reafirmamos nosso incondicional apoio à constituição do Estado nacional palestino, livre, democrático e soberano, com fronteiras demarcadas antes da ocupação israelense de 4 de junho de 1967, com Jerusalém como sua capital. Tal Estado deve ter total soberania sobre suas fronteiras aéreas, marítimas e terrestres, bem como direito aos recursos hídricos e reservas do subsolo.
- Defendemos a imediata libertação de todos os milhares de prisioneiros políticos das masmorras israelenses.
- Condenamos com firmeza todas as práticas racistas e discriminadoras do Estado de Israel contra o povo palestino.
- Reafirmamos que a negação dos direitos dos palestinos se caracteriza como a implantação de um projeto neocolonial imperialista da região do Oriente Médio.
- Defendemos o fim da construção do Muro da Vergonha, bem como a demolição do que já foi construído.
- Defendemos o imediato desmantelamento de todas as colônias judaicas na Cisjordânia.
- Exigimos o retorno de todos os refugiados palestinos às suas terras, de acordo com a Resolução n. 194 da ONU de 1948 e com base nas convenções de Genebra.
- Defendemos a constituição de uma comissão de monitoramento dos

direitos humanos na Palestina, formada por membros da sociedade civil brasileira, conforme resolução aprovada em julho passado na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Moção de solidariedade ao povo da Amazônia

O 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil solidariza-se com os estados da Amazônia, especialmente com suas populações ribeirinhas que, com muito sacrifício, garantem a integralidade do território amazônico para o povo brasileiro e enfrentam hoje as consequências de uma das maiores vazantes de sua história. Ao mesmo tempo, exigimos que os Estados Unidos, na condição de maiores poluidores do planeta, assinem o Protocolo de Kyoto como forma de minorar o efeito estufa.





Plenária final do 11º Congresso do PCdoB

Estatísticas do 11º Congresso

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Nº de delegados eleitos	Nº de delegados presentes	%
ACRE	64	63	98,4
ALAGOAS	17	14	82,4
AMAZONAS	68	65	95,6
AMAPÁ	25	22	88,0
BAHIA	113	110	97,3
CEARÁ	51	50	98,0
DISTRITO FEDERAL	10	10	100,0
ESPÍRITO SANTO	7	7	100,0
GOIÁS	21	22	104,8
MARANHÃO	37	34	91,9
MINAS GERAIS	52	48	92,3
MATO GROSSO DO SUL	5	6	120,0
MATO GROSSO	7	6	85,7
PARÁ	34	33	97,1
PARAÍBA	24	23	95,8
PERNAMBUCO	83	81	97,6
PIAUÍ	41	40	97,6
PARANÁ	31	20	64,5
RIO DE JANEIRO	77	77	100,0
RIO GRANDE DO NORTE	28	28	100,0
RONDÔNIA	5	4	80,0
RORAIMA	1	1	100,0
RIO GRANDE DO SUL	52	52	100,0
SANTA CATARINA	15	13	86,7
SERGIPE	17	17	100,0
SÃO PAULO	184	178	96,7
TOCANTINS	3	2	66,7
SUBTOTAL	1.073	1.026	95,6
Membros do CC com direito a voto	20	20	100,0
SUBTOTAL (Participantes com Direito a voto)	1.093	1.046	95,7
Convidados	96	59	61,5
TOTAL	1.189	1.105	92,9
Votantes na eleição do CC		983	94,0
Conferências municipais realizadas			1.364

Membros eleitos ao Comitê Central do PCdoB no 11º Congresso

Adalberto Frasson – filósofo, 45 anos, ingressou no Partido em 1981. Profissional do Partido, é presidente do CE-RS desde 1995 e da direção estadual desde 1991; eleito membro do CC no 10º Congresso.

Adalberto Monteiro – jornalista e poeta, 47 anos, ingressou no Partido em 1979. Profissional do Partido, é Secretário Nacional de Formação e Propaganda desde 2002. Foi da direção nacional da União da Juventude Socialista (UJS) de 1984 a 1987; vereador em Goiânia entre 1983 a 1986; da direção estadual do Partido em Goiás de 1979 a 2001 e presidente de 1991 a 2001; eleito membro do CC desde o 9º Congresso.

Agnelo Queiroz – médico, 46 anos, ingressou no Partido em 1983. Deputado federal desde 1995, atualmente é ministro dos Esportes e da direção do Partido no Distrito Federal. Foi presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes de 1985 a 1986; diretor da Federação Nacional dos Médicos de 1988 a 1990; deputado distrital em Brasília entre 1991 e 1994; eleito membro do CC desde o 7º Congresso.

Alanir Cardoso – 62 anos, ingressou no Partido em 1972. Profissional do Partido, presidente do CE-PE desde 2000, iniciou sua militância política na Ação Popular (AP) em 1968, em Goiás, atuando em Minas Gerais e em São Paulo; diretor da UBES em 1968; incorporado ao Comitê Central em 1980; eleito membro do CC desde o 6º Congresso, em 1983.

Aldo Rebelo – jornalista, 49 anos, ingressou no Partido em 1977. Deputado federal desde 1991; presidente da Câmara dos Deputados; da direção estadual do Partido em São Paulo; foi coordenador nacional da UJS de 1984 a 1986; presidente da UNE em 1981; vereador em São Paulo entre 1989 e 1990; líder do governo de janeiro de 2003 a fevereiro de 2004; ministro da



Coordenação Política de fevereiro a agosto de 2005; eleito membro do CC desde o 7º Congresso.

Aldo Arantes – advogado, 66 anos, ingressou no Partido em 1972, atualmente é secretário estadual do Meio Ambiente de Goiás; da direção estadual do Partido nesse estado; foi presidente da UNE em 1961; fundador da Ação Popular (AP); vereador em Goiânia entre 1993 e 1994; deputado federal por Goiás entre 1983 e 1986, 1987 e 1990 e de 1995 a 1998; foi presidente do Partido nesse estado de 2004 a 2005; incorporado ao Comitê Central em 1972 e membro até 1979; eleito membro do CC desde o 7º Congresso.

Altamiro Borges – jornalista, 46 anos, ingressou no Partido em 1979, atualmente é secretário estadual de Formação em São Paulo e membro da Comissão Nacional de Formação e Propaganda; foi da redação do jornal *Tribuna Operária* de 1979 a 1987; coordenador do Centro de Estudos Sindicais (CES); membro da Comissão Sindical Nacional de 1990 a 2001; eleito membro do CC desde o 9º Congresso.

Ana Rocha – psicóloga e jornalista, ingressou no Partido em 1973. Durante 55 anos profissional do Partido; trabalhou na Albânia de 1975 a 1980; diretora da revista *Presença da Mulher* entre 1986 e 1992 e editora do jornal *A Classe Operária* entre 1992 e 1994; responsável pelo trabalho nacional de mulheres do Partido entre 1985 e 1992; da direção estadual do Partido no Rio Grande do Sul entre 1980 e 1985; presidente do Partido no Rio de Janeiro desde 1995; eleita membro do CC desde o 7º Congresso.

***André Bezerra** – eletrotécnico, 40 anos, filiado há 18 anos, é membro da comissão Nacional de Organização do Comitê Central desde 1997; foi dirigente do Comitê Estadual de Pernambuco em 1989; do Comitê Estadual do Paraná de 1995 a 1996; presidente do DCE da UFPE de 1991 a 1992; da Executiva Nacional da UNE na gestão 1991 a 1992 e na gestão do *impeachment* de 1992 a 1993; diretor de Relações Internacionais da UNE; e diretor da OCLAE de 1993-1995.

***Andreia Diniz** – operária metalúrgica, 35 anos, filiada há 6 anos, é membro do CE-MG; diretora do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim desde

1993; Coordenadora Estadual da CSC; e membro da Executiva estadual da CSC; secretária-geral da CUT-MG.

***Assis Melo** – soldador, montador, metalúrgico, 43 anos, filiado há 20 anos, é membro do CE-RS há 8 anos e dirigente municipal em Caxias do Sul; presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul pelo 2º mandato.

Augusto Buonicore – historiador, 45 anos, ingressou no Partido em 1979. Profissional do Partido, é membro da Comissão Nacional de Formação e Propaganda; foi secretário-geral da União Campinense de Estudantes Secundaristas em 1982; coordenador do Sindicato dos Servidores Municipais de Campinas e da direção municipal desse município; eleito membro do Comitê Central no 10º Congresso.

***Aurino Nascimento** – operário metalúrgico, 42 anos, 15 anos de militância; membro do Comitê Estadual da Bahia; do Comitê Municipal de Camaçari; dirigente do Distrital do Polo Petroquímico/CIA e do Organismo de Base dos metalúrgicos; presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia.

***Bernardo Joffily** – jornalista, 55 anos de idade, 39 de militância, 33 nas fileiras do PCdoB. Editor do portal Vermelho na internet desde sua fundação; vice-presidente da Ubes em 1968; trabalhou na Rádio Tirana de 1974 a 1979; redator-chefe da *Tribuna da Luta Operária* de 1979 a 1987; autor do *Atlas Histórico Isto É: Brasil 500 anos* e da agenda *Brasil Outros 500*.

***Caetano, Aldemir de Carvalho** – formado em Engenharia Eletrônica e Administração de Empresas, Operário, trabalhador da Petrobras há 21 anos, 47 anos, filiado há 23 anos, é membro da Comissão Política do CE-AM; da Coordenação Nacional da CSC; secretário de Administração e Finanças da FUP; e diretor do Sindipetro-AM; atuou no movimento estudantil de 1982 a 1986.

Daniel Almeida – operário têxtil, 50 anos, ingressou no Partido em 1981, atualmente é deputado federal; da direção estadual do Partido na Bahia; foi presidente do Sindicato dos Têxteis de Salvador entre 1983 e 1989; pre-

sidente da CUT metropolitana Salvador entre 1993 e 1996; vereador em Salvador, entre 1989 e 2002; eleito membro do CC desde o 8º Congresso.

Dilermando Toni – jornalista, 57 anos, ingressou no Partido em 1972. Profissional do Partido, atualmente é membro da Comissão Auxiliar da presidência do CC; iniciou sua militância política na Ação Popular (AP), em 1967; foi do Conselho editorial do jornal *A Classe Operária* de 1991 a 1994; presidente do Partido no Maranhão entre 1983 e 1987 e no Paraná em 1995; da direção estadual do Partido em Minas Gerais entre 1988 e 1991; membro da Comissão Nacional de Organização de 1995 a 2001; eleito membro do CC desde o 9º Congresso.

***Divanilton Pereira** – operário petroleiro, estudante de Ciências Econômicas, 41 anos, filiado há 18 anos, é presidente do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Norte; e dirigente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), exercendo ambos os cargos pelo segundo mandato; coordenador estadual da CSC no Rio Grande do Norte e membro do CE-RN desde 2001; iniciou sua atividade política no movimento estudantil na UFRN, no mesmo ano em que ingressou nos quadros da Petrobras/RN. A partir de então, iniciou sua militância no movimento sindical, sendo eleito delegado sindical de base.

***Edilon Melo de Queirós** – industrial, 41 anos, filiado há 5 anos, é secretário sindical do CE-AM, membro da CSC, militou no PT e no PSB. Foi presidente da CUT-AM, presidente interino do Sindicato dos Metalúrgicos e membro da Executiva da Federação Norte/Nordeste dos Metalúrgicos, além de cipeiro eleito da PHILIPS. É atualmente presidente do Distrital Operário de Manaus. Foi candidato a vereador nas últimas eleições.

Edmilson Valentim – operário metalúrgico, 42 anos, ingressou no Partido em 1983, atualmente é deputado estadual; da direção do Partido no Rio de Janeiro; deputado constituinte entre 1987 e 1990; deputado estadual desde 1995; vice-presidente estadual da CUT-RJ entre 1991 e 1992; eleito membro do CC desde o 8º Congresso.

***Edson Pimenta** – trabalhador rural, deputado estadual desde 2003, 41 anos, filiado há 18 anos, membro do CE-BA; presidente da FETAG-BA

há três mandatos; foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibicoara; integrou o Conselho Estadual de Planejamento Ambiental; e é vice-presidente da Comissão de Agricultura e da Comissão do Rio São Francisco da Assembleia Legislativa da Bahia.

Edvaldo Magalhães – professor, 40 anos, ingressou no Partido em 1985, é deputado estadual desde 1997; presidente do CE-AC; foi presidente do Sindicato dos Professores do Acre entre 1990 e 1991; eleito membro do Comitê Central no 10º Congresso.

Edvaldo Nogueira – profissional do Partido, 44 anos, ingressou no Partido em 1981; é vice-prefeito de Aracaju desde 2001; da direção estadual do Partido nesse estado; foi presidente do DCE da UFSE entre 1984 e 1985; vereador em Aracaju entre 1988 e 1996; presidente do Partido em Sergipe de 1983 a 2000; eleito membro do CC no 9º Congresso.

Eron Bezerra – agrônomo e professor universitário, 52 anos, ingressou no Partido em 1977; é deputado estadual de Amazonas desde 1990; da direção estadual nesse estado; foi fundador e coordenador do Movimento de Defesa da Amazônia em 1978; presidente do Partido no Amazonas de 1979 a 2003; eleito membro do CC desde o 8º Congresso.

Everaldo Augusto – bancário, 46 anos, ingressou no Partido em 1978, atualmente é presidente da CUT-Bahia; da direção estadual do CE-BA; foi presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia entre 1996 e 1999; presidente da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe de 1994 a 1996 e de 2000 a 2002; eleito membro do CC no 10º Congresso.

***Felipe Maia** – estudante de Ciências Sociais da USP, 27 anos, filiado há 13 anos, é secretário de Movimentos Sociais e Juventude do CE-SP e membro do CE-SP desde 2001 e do Secretariado desde 2003; iniciou sua militância no movimento secundarista em Campinas; foi coordenador do DCE da Unicamp por duas gestões; diretor da UEE-SP; e presidente da UNE de 2001 a 2003.

***Gustavo Petta** – estudante de jornalismo, 24 anos, filiado ao Partido há 8 anos, é presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) de 2003-2005, reeleito neste mandato; membro do Conselho de Desenvolvimento



Econômico e Social e do Conselho Nacional de Juventude; foi presidente da União Campineira dos Estudantes Secundaristas em 1997; coordenador-geral do DCE da PUC-Campinas gestão 1999-2000; e presidente da UEE-SP em 2002.

Haroldo Lima – engenheiro eletricitista, 65 anos, ingressou no Partido em 1972. Diretor da ANP; e da direção do Partido na Bahia; foi fundador da Ação Popular (AP) em 1961 e um dos dirigentes desta organização até sua incorporação ao Partido em 1972; deputado federal pela Bahia por cinco mandatos consecutivos de 1983 a 2002; incorporado ao CC em 1972 e eleito seu membro desde o 6º Congresso.

Inácio Arruda – eletrotécnico, 48 anos, ingressou no Partido em 1981, é deputado federal desde 1994; da direção estadual do Partido no Ceará; foi presidente da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza entre 1981 e 1984; vereador em Fortaleza de 1989 a 1990; deputado estadual pelo Ceará de 1990 a 1994; eleito membro do CC desde o 8º Congresso.

Jamil Murad – médico, 62 anos, ingressou no Partido em 1968, é deputado federal; da direção do Partido em São Paulo; foi diretor do Sindicato dos médicos de São Paulo entre 1978 e 1990; da Executiva nacional da Pró-CUT entre 1981 e 1983; deputado estadual por São Paulo de 1990 a 2002; eleito membro do CC desde o 8º Congresso.

Jandira Feghali – médica, 44 anos, ingressou no Partido em 1981, deputada federal desde 1990; da direção do Partido no Rio de Janeiro; foi presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes entre 1983 e 1984; deputada estadual de 1986 a 1990 pelo Rio de Janeiro; eleita membro do CC desde o 7º Congresso.

Javier Alfaya – arquiteto, 49 anos, ingressou no Partido em 1978, é deputado estadual; da direção do Partido na Bahia; foi presidente da UNE entre 1981 e 1982; vereador do Partido em Salvador de 1988 a 2002; eleito membro do CC desde o 9º Congresso.

Jô Moraes – assistente social, 59 anos, ingressou no Partido em 1972. Deputada estadual; presidente do Partido em Minas Gerais desde 1990; ini-

ciou sua militância política na Ação Popular (AP) em 1967; presidente da União Brasileira de Mulheres (UBM) entre 1989 e 1991; vereadora em Belo Horizonte de 1997 a 2000; incorporada ao CC em 1981 e eleita seu membro desde o 6º Congresso.

João Batista Cassiano – operário metalúrgico, 51 anos, ingressou no Partido em 1982, da direção estadual do Partido em Minas Gerais; da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais desde 1997; diretor-executivo do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem desde 1990; eleito membro do Comitê Central no 10º Congresso.

João Batista Lemos – operário metalúrgico, 52 anos, ingressou no Partido em 1975. Profissional do Partido, é secretário sindical nacional; atuou no ABC paulista no movimento grevista de 1978-1982; dirigente da Corrente Sindical Classista (CSC) a partir de 1996 e atualmente seu coordenador-geral; eleito membro do CC desde o 6º Congresso.

***Jorge Barreto** – agrônomo, funcionário público, 42 anos, filiado há 21 anos, é atualmente presidente do Comitê Municipal do Rio de Janeiro; foi secretário de organização de 1999 a 2005; e membro do CE-RJ desde 1988 e da Comissão Política Estadual.

José Carlos Ruy – jornalista, 54 anos, ingressou no Partido em 1992, é da Comissão Nacional de Formação e Propaganda; foi da redação do jornal *Movimento* na década de 1970; editor da revista *Retrato do Brasil* entre 1985 e 1989; colaborador do jornal *Tribuna da Luta Operária* entre 1981 e 1988; do Conselho Editorial da revista *Princípios*; eleito membro do CC desde o 9º Congresso.

José Reinaldo Carvalho – jornalista, 50 anos, ingressou no Partido em 1972. Profissional do Partido e secretário nacional de Relações Internacionais; desempenhou tarefas do Partido no exterior durante três anos e meio; editor do jornal *A Classe Operária* e da revista *Princípios* entre 1982 e 1990; eleito membro do CC desde o 7º Congresso.

***José Vieira Filho, Zito** – estudante de Ciências Sociais, 40 anos, filiado há 20 anos. Profissional do Partido, é secretário de Organização do CE/MG



desde 1995; foi coordenador-geral da UJS-MG de 1987 a 1991; membro do DCE/UFMG de 1989 a 1990 e da Executiva da UEE/MG; assessor político do Sindicato dos Metalúrgicos de Vespasiano; é do CE-/MG desde 1990, exercendo tarefas na área de propaganda.

***Julia Roland** – médica, 55 anos, filiada há 26 anos, é presidente do Comitê Municipal de São Paulo desde 2001 e do Comitê Estadual desde 1990; integrou a Comissão Estadual Sindical; atuou no Sindicato dos Médicos de São Paulo; e presidiu a Associação dos Funcionários do Hospital do Servidor Público Estadual; é membro do Conselho Nacional de Saúde, representando a CUT.

***Julio Vellozo** – estudante de história pela USP, 29 anos, filiado há 9 anos, é membro do CE-SP desde 2003 e do Comitê Paulistano desde 1997 onde foi secretário de Propaganda e de Assuntos Institucionais; foi da Executiva estadual da UJS em São Paulo de 1996 a 1999; e diretor da União Municipal dos Estudantes Secundaristas.

Jussara Cony – farmacêutica, 62 anos, ingressou no Partido em 1979, deputada estadual desde 1991; da direção estadual do Partido no Rio Grande do Sul, presidente da Associação dos Farmacêuticos Químicos do Rio Grande do Sul entre 1979 e 1982; vereadora em Porto Alegre entre 1983 e 1988; eleita membro do CC desde o 8º Congresso.

***Leila Márcia** – profissional do Partido, 35 anos, filiada há 21 anos, é presidente do CE-PA desde 2001 e do Comitê Municipal de Belém entre 1999 e 2000; foi presidente da UBES e Coordenadora Nacional da UJS.

Liège Rocha – bibliotecária, 60 anos, ingressou no Partido em 1972, é da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do governo federal; iniciou sua militância política na Ação Popular (AP) em 1967 na Bahia, tendo atuado no Ceará e em Pernambuco; atuou no Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-BA) entre 1977 e 1979; presidente da União Popular de Mulheres de São Paulo entre 1994 e 1996; presidente da União Brasileira de Mulheres (UBM) de 1996 a 2003; eleita membro do CC desde o 9º Congresso.

Luciana Santos – engenheira eletricista, 39 anos, ingressou no Partido em

1987; prefeita da cidade de Olinda-PE; da direção estadual do Partido em Pernambuco; foi vice-presidente da UNE de 1988 a 1989; presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco entre 1995 e 1996; deputada estadual de 1996 a 2000; eleita membro do CC no 10º Congresso.

Luciano Siqueira – médico, 58 anos, ingressou no Partido em 1972, atualmente é vice-prefeito de Recife; da direção do Partido nesse estado, iniciou sua militância política na Ação Popular (AP), em 1966, em Pernambuco, tendo atuado em Alagoas e na Paraíba; deputado estadual entre 1982 e 1986; presidente do Partido em Pernambuco de 1981 a 2000; eleito membro do CC desde o 6º Congresso.

***Luis Carlos Orro** – advogado com especialização em Políticas Públicas pela UFG, 47 anos, filiado há 26 anos, é consultor jurídico legislativo da Câmara Municipal de Goiânia; do CE-GO, presidiu o Comitê Municipal de Goiânia em 2005; foi membro suplente do CC (1989-1992); iniciou sua militância política no movimento estudantil em Goiânia; foi vice-presidente regional da UNE (1980-1981); ocupou a Presidência da Companhia de Obras e Habitação de Goiânia (Comob) em 1996; e foi secretário de Obras de Goiânia de 2001 a 2004; é 2º suplente de vereador em Goiânia; e diretor da Associação Goiana dos Anistiados Políticos.

Luiz Fernandes – cientista político e professor universitário, 47 anos, ingressou no Partido em 1979, atualmente é secretário executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia; foi diretor da UNE entre 1979 e 1981; autor de vários livros; eleito membro do CC desde o 7º Congresso.

Madalena Guasco – assistente social e professora universitária, 51 anos, ingressou no Partido em 1977, é presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee); foi presidente da Associação dos Professores da PUC-SP; e diretora do Centro de Educação da PUC-SP; eleita membro do Comitê Central desde o 8º Congresso.

***Manoel Rangel** – cineasta, 34 anos, filiado há 22 anos, é diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e diretor de cultura do Instituto Maurício Grabois (IMG); foi presidente da UMES-Goiânia (1986-1987); presidente da UBES (1988-1989 e 1989-1990); da Coordenação Nacional da

UJS (1990-1997) e seu coordenador-geral (1992-1993), membro da Comissão Política Estadual de São Paulo (1997-2003) onde foi secretário de Comunicação e Propaganda (1997-2000) e secretário de Ação Parlamentar e Institucional (2001-2003); foi assessor da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (2003-2004); e Assessor Especial do ministro da Cultura Gilberto Gil (2004-2005).

***Manuela D'Ávila** – jornalista, 24 anos, estudante de Ciências Sociais, filiada desde 2000, ex-diretora da UNE de 2003 a 2005; é da CPE-RS; presidente da UJS-RS; vereadora de Porto Alegre; do CE-RS desde 2003.

***Marcelino Granja** – engenheiro civil, 45 anos, filiado há 24 anos, é secretário municipal da Fazenda e de Administração de Olinda, Pernambuco desde 2001; membro do Comitê Estadual desde 1982; atuou no movimento estudantil entre 1979 e 1982; dirigente do CM do Cabo entre 1982 e 1985; secretário de Agitação e Propaganda, Organização e Formação do Comitê Estadual entre 1985 e 1993; presidente do CM-Jaboatão dos Guararapes entre 1995 e 2000; foi diretor de Operações do Instituto de Pesos e Medidas do estado (IPEM).

***Marcelo Brito, Gavião** – 25 anos, filiado há 9 anos, é presidente da UBES e membro titular do Conselho Nacional de Juventude; foi membro do CE-BA de 2001 a 2005; em 1997 foi presidente do Grêmio do Colégio Padre Luís Palmeira; em 1998 tesoureiro da UMES-Simões Filho; em 1999 foi eleito diretor da Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas, assumindo em 2001 a função de vice-presidente regional da UBES na Bahia para a gestão 2001-2003.

Marcelo Toledo – operário ferramenteiro, 42 anos, ingressou no Partido em 1981, trabalha na GM há 13 anos, onde é Cipeiro desde 1993; é membro da Comissão Nacional Sindical e membro da direção estadual do Partido em São Paulo; organizador da oposição à Força Sindical desde 1995 em São Caetano do Sul; foi presidente do Partido em Santo André; eleito membro do CC no 10º Congresso.

Maurício Ramos – operário oficial encanador, tendo trabalhado em vários estaleiros navais, 45 anos, ingressou no Partido em 1981, diretor do

Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro a partir de 1999; da direção estadual do Partido no Rio de Janeiro; foi eleito membro do CC no 7º Congresso e novamente no 10º Congresso.

Milton Alves – 42 anos, ingressou no Partido em 1994, é chefe de gabinete da Secretaria Estadual de Esportes do Paraná; presidente do Comitê Estadual do Paraná; foi vice-presidente da UBES entre 1984 e 1985; do Conselho Estadual da Juventude do Estado de São Paulo entre 1987 e 1988; foi eleito membro do Comitê Central no 10º Congresso.

***Moacir Paulino Silveira** – torneiro mecânico, 53 anos, ingressou no Partido em 1985, secretário Sindical do Comitê Municipal do Recife e da Comissão Política do Comitê Estadual; vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco; diretor da Federação Norte/Nordeste dos Metalúrgicos; membro do Comitê Distrital Sul.

Nádia Campeão – engenheira agrônoma, 49 anos, ingressou no Partido em 1979. Profissional do Partido, é presidente do Comitê Estadual de São Paulo; foi secretária Municipal de Esportes em São Paulo de janeiro de 2001 a abril de 2004; da direção e presidente do Partido no Maranhão; eleita membro do CC desde o 7º Congresso.

Nereide Saviani – mestre e doutora em Educação, docente-pesquisadora do Mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos, 57 anos, ingressou no Partido em 1986, é membro da Comissão Nacional de Formação e Propaganda desde 1998; membro do Comitê Municipal de Santos, São Paulo; diretora do Instituto Maurício Grabois Nacional; foi membro da comissão Estadual de Formação de São Paulo de 1990 a 1997 e membro desse Comitê de 1992 a 2003; da direção da Federação dos Professores do Estado de São Paulo de 1995 a 1999.

Nivaldo Santana – técnico em serviços administrativos, 51 anos, ingressou no Partido em 1980, é deputado estadual por São Paulo desde 1994; da direção do Partido em São Paulo; foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Sabesp entre 1988 e 1994; coordenador nacional da Corrente Sindical Classista (CSC); eleito membro do CC desde o 8º Congresso.



Olívia Santana – pedagoga, 39 anos, ingressou no Partido em 1988, vereadora desde 2002 é secretária municipal de Cultura de Salvador, Bahia; da direção estadual do Partido na Bahia; foi presidenta do DA de Pedagogia da UFBA entre 1987 e 1988; a partir de 2000 membro da coordenação executiva nacional da UNEGRO; eleita membro do CC no 10º Congresso.

Orlando Silva Júnior – estudante de Ciências Sociais, 34 anos, ingressou no Partido em 1989, é secretário executivo do Ministério dos Esportes; foi presidente da UNE entre 1995 e 1997; presidente nacional da UJS entre 1998 e 2001; eleito membro do CC no 10º Congresso.

Osmar Júnior – advogado, 45 anos, ingressou no Partido em 1981, é vice-governador do Piauí; da direção estadual do Partido nesse estado; foi presidente do DCE da UFPI entre 1981 e 1982; vereador em Teresina de 1982 a 1988; secretário de Transportes de Teresina de 1993 a 1994; e secretário estadual da Cultura entre 1995 e 1997; presidente do Partido nesse estado de 1987 a 1998; eleito membro do CC no 10º Congresso.

Pascoal Carneiro – torneiro mecânico, 51 anos, ingressou no Partido em 1983, é da Executiva nacional da CUT onde ocupa a secretaria de políticas sociais; foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia de 1994 a 1997; membro do Comitê Estadual da Bahia entre 1990 e 1997; eleito membro do CC no 10º Congresso.

Patinhas, Carlos Augusto Diógenes – engenheiro civil e professor, 61 anos, ingressou no Partido em 1966, profissional do Partido; presidente do Partido no Ceará desde 1991; durante a ditadura atuou na Bahia, São Paulo e Rondônia; eleito membro do CC desde o 8º Congresso.

Pedro de Oliveira – jornalista, 57 anos, ingressou no Partido em 1974. Profissional do Partido, é secretário nacional de Comunicação; da Comissão Editorial da revista *Princípios* e do jornal *A Classe Operária*; atualmente é diretor do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo; foi diretor da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj); do Comitê Estadual de São Paulo entre 1982 e 1986; da Comissão Nacional de Agitação e Propaganda entre 1986 e 1992; eleito membro do CC no 9º Congresso.

Péricles de Souza – profissional do Partido, 62 anos, presidente do Comitê Estadual da Bahia; foi fundador da Ação Popular (AP) em 1961 e quadro desta organização até sua incorporação ao Partido em 1972; atuou no Pará e no Maranhão; incorporado ao CC em 1972, eleito seu membro desde o 6º Congresso.

***Perpétua Almeida** – professora e bancária, 40 anos, filiada há 18 anos, deputada federal eleita em 2002; foi diretora de escola; bancária; presidente e diretora do Sindicato dos Bancários do Acre; presidente da União Municipal da Associação de Moradores de Cruzeiro do Sul; membro do Comitê Contra a Impunidade, Apuração dos Crimes do Esquadrão da Morte no Acre; e vereadora de 2001 a 2003.

Renato Rabelo – profissional do Partido, 63 anos, presidente nacional do Partido; foi vice-presidente da UNE em 1966; um dos dirigentes da Ação popular (AP) até a incorporação desta organização ao Partido em 1972 tendo atuado na Bahia, em São Paulo e Goiás; exilado entre 1976 e 1979; incorporado ao Comitê Central em 1972; do Secretariado e da Comissão Política do Comitê Central desde 1972; foi responsável pelo trabalho de juventude e pela área de organização desde 1995; eleito membro do CC desde o 6º Congresso.

Renildo Calheiros – geólogo, 46 anos, ingressou no Partido em 1979, deputado federal por Pernambuco; da direção do Partido nesse estado; foi presidente do DCE da UFPE em 1982; secretário-geral em 1983 e presidente da UNE entre 1984 e 1986; vereador do Recife de 1988 a 1990; deputado federal de 1990 a 1994; secretário-adjunto de governo do estado de Pernambuco entre 1995 e 1998; foi secretário de governo da Prefeitura de Olinda; eleito membro do CC no 10º Congresso. É o vice-presidente do Partido.

Renildo de Souza – economista, professor universitário, 49 anos, ingressou no Partido em 1979, é da direção estadual do Partido na Bahia; presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia entre 1986 e 1989; da Executiva Nacional da CGT entre 1986 e 1988 e da CUT entre 1991 e 1994; presidente do Partido na Bahia de 1993 a 1997; eleito membro do CC desde o 7º Congresso.



Ricardo Abreu, Alemão – economista, 37 anos, ingressou no Partido em 1986. Profissional do Partido, é secretário nacional de Juventude e de Movimentos Sociais e Populares; foi diretor da UNE entre 1989 e 1991; presidente nacional da UJS entre 1997 e 1998; responsável pelo trabalho de juventude do Partido desde 2000; eleito membro do CC no 9º Congresso.

Ronald Freitas – advogado, 63 anos, profissional do Partido; secretário nacional de Relações Institucionais e Políticas Públicas; iniciou sua militância política na Ação Popular (AP) em 1962 e quadro desta organização até sua incorporação ao Partido em 1972, tendo atuado no Maranhão, na Bahia e em São Paulo; incorporado ao Comitê Central em 1972; foi responsável pela área sindical de 1980 a 1991; de organização do Partido entre 1992 e 1995; e de Finanças de 1996 a 2003; eleito membro do CC desde o 6º Congresso.

Sérgio Barroso – médico, 50 anos, ingressou no Partido em 1979. Profissional do Partido, é membro da Comissão Nacional de Formação e Propaganda; foi da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC) de 1989 a 1994; da Executiva Nacional da CUT de 1991 a 2000; membro da Comissão Sindical Nacional de 1989 a 2001; da direção estadual do Partido em Alagoas entre 1979 e 1996; eleito membro do CC desde o 7º Congresso.

Socorro Gomes – professora, 53 anos, ingressou no Partido em 1972. Profissional do Partido, presidente do Centro Brasileiro de Solidariedade e pela Paz (Cebrapaz); iniciou sua militância política na Ação Popular (AP) em 1967 em Goiás; vereadora em Belém entre 1989 e 1990; deputada federal pelo Pará entre 1990 e 1998 e novamente a partir de 2001; da direção estadual do Partido no Pará, tendo sido também presidente do Partido no estado; eleita membro do CC desde o 8º Congresso.

Vanessa Grazziotin – farmacêutica, 44 anos, ingressou no Partido em 1980, é deputada federal pelo Amazonas desde 1998; da direção estadual do Partido nesse estado; presidente do DCE da UFA entre 1981 e 1982; diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) entre 1986 e 1987; diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas entre 1985 e 1986; vereadora em Manaus de 1988 a 1998; eleita membro do CC desde o 9º Congresso.

Vital Nolasco – operário metalúrgico, 58 anos, ingressou no Partido em 1972. Profissional do Partido, é secretário nacional de Finanças, da direção estadual do Partido em São Paulo; iniciou sua militância política na Ação popular (AP) em 1967 em Minas Gerais; foi diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo entre 1984 e 1987; vereador em São Paulo, capital, entre 1988 e 1996; presidente do Comitê Municipal de São Paulo em 1997; eleito membro do CC desde o 8º Congresso.

Wadson Ribeiro – estudante de medicina na Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 28 anos, ingressou no Partido em 1993. Profissional do Partido, é presidente nacional da União da Juventude Socialista (UJS); foi presidente da UNE entre 1999 e 2001; eleito membro do CC no 10º Congresso.

Wagner Gomes – metroviário, 44 anos, ingressou no Partido em 1977, vice-presidente da CUT; da direção estadual do Partido em São Paulo; foi presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo entre 1989 e 1995; coordenador nacional da Corrente Sindical Classista (CSC) de 1996; eleito membro do CC desde o 9º Congresso.

Walter Sorrentino – médico, 46 anos, ingressou no Partido em 1973. Profissional do Partido, é secretário nacional de Organização; da direção estadual do Partido em São Paulo; foi presidente do Partido em São Paulo de 1991 a 2002; secretário nacional de Formação de 1997 a 2001; eleito membro do CC desde o 7º Congresso.

***Wander Geraldo** – lustrador e laqueador de móveis, ingressou no Partido em 1985, é membro do CE-SP; presidente da CONAM; membro do Conselho Nacional das Cidades; da Comissão Nacional de Movimentos Sociais do Comitê Central; foi presidente da FACESP; foi dirigente do Comitê paulistano até 2005.

* Os nomes com asterisco são os novos membros do Comitê Central, eleitos no 11º Congresso.



Balanço do trabalho da Direção Nacional

O Projeto de Resolução Política do 11º Congresso, bem como o Informe de abertura e as intervenções especiais, expõem o balanço da atividade partidária no período transcorrido desde o 10º Congresso em dezembro de 2001. Em consonância com isso, damos o balanço da atividade da direção nacional, partindo das proposições elaboradas pelo Comitê Central do 10º Congresso, em sua primeira reunião plenária, de março de 2002, visando a extrair lições para o trabalho do futuro Comitê Central. Trata-se de examinar êxitos, obstáculos e insuficiências verificados, de forma crítica e autocrítica, para iluminar questões de fundo cuja superação concorre para elevar o trabalho da direção nacional. O eixo geral do trabalho de direção parte de cinco questões eminentes.

Primeiro, como respondemos pelo complexo processo de construção de uma política para nos guiarmos na vitória eleitoral histórica de 2002 e nas novas condições alcançadas no país com a eleição de Lula, não só do ponto de vista da sua elaboração como também em sua aplicação concreta. Segundo, o esteio dessa elaboração política: como situamos o Partido na luta de ideias que se instalou na sociedade e quanto avançamos ao conferir identidade à corrente de pensamento e ação que representamos. Terceiro, a intensificação, o alargamento e o aprofundamento das relações internacionalistas do Partido junto ao movimento comunista e fóruns progressistas. Quarto, a estruturação partidária, o quanto avançamos ao fortalecer suas fileiras de quadros e militantes e sua unidade, o quanto vincamos a fisionomia de um Partido Comunista para o tempo presente. Quinto, o vigor da vida interna da direção, seus métodos e meios para o bom cumprimento de seu papel. Trata-se de extrair lições desse balanço para o futuro Comitê Central.

Esse período foi extremamente rico para o trabalho de direção. Enfrentou uma situação inédita, com novo patamar de responsabilidades políticas perante a nação no plano da ação política, de massas e da luta de ideias. Compreendeu a sucessão na presidência do Partido e renovação nas instân-



cias executivas. Teve de construir a unidade partidária em condições mais complexas, enfrentando manifestações dissidentes no interior da bancada de deputados federais e do Comitê Central. E buscou completar o esforço de renovar concepções e práticas de Partido, permitindo e adequando-se ao maior crescimento das fileiras partidárias.

Pode-se dizer que o conjunto da esquerda brasileira enfrentou divisões e dissidências no período, de certa profundidade. O PCdoB manteve, no essencial, a coesão de suas fileiras, à base de um posicionamento político em aguda sintonia com o curso político no país, de intenso debate, persuasão, profundidade e ambiente democrático interno. A 9ª Conferência Nacional foi fundamental nesse percurso. Cabe examinar em visão retrospectiva as chaves desse relativo sucesso, os reveses e obstáculos que se apresentaram, como foram enfrentados no conteúdo e método, para extrair lições e aprimorar a ação e a unidade partidária.

Intensa atividade de elaboração e ação política

1) O período transcorrido compreendeu intensa atividade política do Partido e de sua direção. Conquistamos a eleição de Lula em 2002, participando do governo central da República, com ministros e diversos cargos de responsabilidade. Elegemos 12 deputados federais nessas eleições. Em 2004, conquistamos 10 governos municipais – além de inúmeros vices – e expandimos a bancada municipal de vereadores. E, ainda, disputamos as prefeituras de 3 importantes capitais (Rio de Janeiro, Fortaleza e Manaus), o que foi fundamental fator de acumulação de força e experiência eleitoral. A direção nacional alcançou elaborar os elementos teóricos e políticos sobre a participação no governo central da República e nas demais esferas da administração, nos marcos do Estado vigente. O Partido expandiu suas relações políticas com a sociedade a uma escala inédita e aprofundou a convivência democrática com todas as forças políticas brasileiras. É força de reconhecida respeitabilidade por sua seriedade em relação aos aliados e sua autoridade junto aos adversários. A eleição de um dirigente comunista à Presidência da Câmara dos Deputados foi expressão elevada desse percurso político.

2) Aperfeiçoou-se a intervenção política de massas do Partido, por intermédio das frentes sindical, juvenil e estudantil, de mulheres, comunitá-

ria, de negros e outras. No Encontro sobre o proletariado, a juventude e os movimentos sociais essas frentes foram, de conjunto, trazidas para a esfera da direção política e coletiva do Partido, e avançou sobremaneira a elaboração sobre as linhas de ação política em cada uma delas, aprimorando essa intervenção para dar consequência à consigna *mergulhar nos movimentos sociais*, aprimorando sua ligação com o povo e intervenção em seus movimentos. Pontos altos foram as intervenções organizadas nas edições do Fórum Social Mundial e na constituição da Coordenação dos Movimentos Sociais. Reforçou-se a participação dos comunistas na CUT, com a conquista de três direções estaduais, e manteve-se nossa influência decisiva nas direções da UNE, da UBES e da CONAM. Foram insuficientes, entretanto, tal avanço e os investimentos do Comitê Central junto aos movimentos sociais. Carece-se, ao mesmo tempo, de maiores motivações, do impulso da criatividade e domínio da realidade dos movimentos sociais, sem o que a mobilização se mantém em marcos políticos pontuais ou burocráticos.

3) Foi igualmente período de intensificação da participação dos comunistas na luta de ideias. O Portal do Partido teve índices ascendentes de visitas e conquistou o prêmio máximo de melhor portal de política do país em 2004. Seu papel foi muito destacado em levar a opinião dos comunistas para as esferas mais ativas do mundo político e social. Os posicionamentos políticos do Partido foram fundamentados e enriquecidos com o diálogo crítico com o pensamento avançado brasileiro em torno de um novo projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho. Reorganizou-se o Instituto Maurício Grabois (IMG) e retomou-se a atividade regular da Escola Nacional do Partido, com a elaboração dos currículos regulares. A revista *Princípios* passou a regime bimensal e manteve alta regularidade e qualidade editorial, com a participação de inúmeros quadros partidários, além de intelectuais progressistas. O Seminário sobre Cultura realizado estabeleceu as bases iniciais de uma política para intervenção dos comunistas nessa área. A par disso, o desafio maior segue sendo fazer participar número maior de quadros comunistas na luta de ideias, superar restrições de variadas ordens e seguir desenvolvendo os instrumentos próprios dessa intervenção.

4) Reforçaram-se as relações internacionalistas do Partido no movimento comunista e igualmente nas articulações anti-imperialistas e progressistas, particularmente da América Latina. Esse período foi marcado



pela ampliação e o aprofundamento desses laços, com base não só em critérios ideológicos como também políticos. Delegações oficiais do PCdoB visitaram a China, o Vietnã, a Coreia do Norte e Cuba, recebendo também delegações desses partidos e governos. O Partido participou de dezenas de congressos de partidos irmãos e igualmente de importantes seminários comunistas internacionais na Grécia, no Uruguai, no Chile, na Argentina e no Brasil, este último na condição de copromotor. Organizou-se também por iniciativa do Partido um Seminário sobre a política internacional. Enriqueceu-se a atividade editorial da frente internacionalista. Constituiu-se o Cebrapaz (Centro Brasileiro pela Paz) e intensificou-se a participação organizada dos comunistas na luta pela paz, contra a Alca e no Fórum Social Mundial. Forma-se assim uma base para aprofundar ainda mais essas relações, indispensáveis ao caráter internacionalista do Partido e da luta pelo socialismo.

5) Renovaram-se a definição e a aplicação de conceitos e práticas de partido. Os Encontros Nacionais sobre Questões de Partido, particularmente a retomada do esforço central junto ao proletariado moderno, tiveram papel elevado nesse sentido. O novo Estatuto aprovado no 11º Congresso é síntese elevada desse esforço, dando novos passos para que assumisse feições contemporâneas aos desafios do presente e do nosso país, nas condições de acumulação estratégica de forças no rumo de nosso projeto político – questões ligadas à fisionomia e à identidade do Partido, parte da luta ideológica que se trava na sociedade.

Complexa construção na unidade política nas novas condições

1) O grande desafio enfrentado pelo Comitê Central foi a construção da orientação política, de um rumo diante da nova situação criada no país. A 9ª Conferência foi momento magno desse processo, ao chamar democraticamente o coletivo partidário para sua formulação. Alcançou-se grande patamar de unidade em torno das suas Resoluções, mas sua aplicação demandou intenso processo de acompanhamento acurado do curso político do país, durante o qual discrepâncias e divergências se apresentaram no interior da bancada parlamentar federal e no Comitê Central.

2) Nesse percurso tornou-se mais complexa a construção da unidade partidária, exigindo maiores convicções partidistas e normatividade em torno do princípio diretor do centralismo democrático. Discrepâncias políticas foram manifestadas, de certo modo inevitáveis diante do ineditismo dos desafios provenientes das novas responsabilidades políticas assumidas pelo Partido. Frente a essa situação, a direção nacional perseguiu intenso debate político, num clima fraterno, de abertura e tolerância para construir a posição unitária para o conjunto do Partido, sem desgarnecer a norma do centralismo democrático. Foram muito importantes a serenidade e o equilíbrio político com que se procedeu para superá-las, buscando constituir clima isento de sectarismo e facciosismo para assentar a unidade partidária, deixando valiosa lição de como conduzir o Partido em tal situação, com debates exaustivos nas instâncias dirigentes e junto ao conjunto da militância em todo o país.

3) O centralismo democrático foi reforçado e aprimorado com essas atitudes, demonstrando na prática que, longe de ser um obstáculo ao debate ou às opiniões pessoais, é um paradigma insubstituível ao labor do Partido Comunista. Tratou-se inclusive de um importante debate presente na sociedade no seio da crise política que afetou o conjunto dos partidos de esquerda. Esse princípio foi intensamente debatido e defendido em toda a estrutura do Partido. A concepção da disciplina partidária e as sanções foram polemizadas, no sentido de não serem tergiversadas, nem submetidas a critérios pragmáticos, mas tampouco observadas com espírito principista, dogmático ou burocrático. Buscou-se pôr a política no posto de comando, tomando por base o centralismo democrático e observando aprimoramentos na sua aplicação, depois consubstanciados no novo Estatuto em debate no presente Congresso. Foram sancionados disciplinarmente dois membros do Comitê Central e um da bancada, face à infração da disciplina partidária. Os processos transcorreram segundo ampla democracia e institucionalidade interna, e foram largamente divulgados no Partido. Não obstante, não foi mobilizada a Comissão de Controle para instruir preliminarmente os processos disciplinares referidos.

4) Pode-se dizer que foi incrementado o processo de elaboração coletiva. Cumpre, entretanto, desenvolvê-lo e aperfeiçoá-lo. Trata-se de elevar ainda mais o discernimento coletivo de direção e de cada um de seus mem-



bros, confrontar ideias e propostas em ambiente de abertura e tolerância, saber trabalhar com as diferenças de opinião e combater as tendências simplificadoras, de respostas apressadas ou estereotipadas diante das situações complexas em desenvolvimento. Essa é a chave para aprofundar a coesão partidária – unidade e confiança – em torno de uma orientação única, sob um centro único. A perspectiva política aponta para uma convivência prolongada com as instituições do Estado vigente, e um período onde difíceis opções terão de ser feitas pelo PCdoB face às restrições democráticas que passarão a vigor, perseguindo o objetivo de torná-lo de fato um polo de alternativa política afluyente. Essa coesão será mais necessária que nunca, à base do aprimoramento da democracia interna, respeito às opiniões pessoais, sem transigir com o centralismo democrático.

A bancada parlamentar

1) É patente a noção da bancada parlamentar federal como órgão da atividade do Comitê Central – noção essa agora aprimorada normativamente no novo Estatuto. A bancada teve intensa atividade no período, marcada pela nova situação política do país, buscando contribuir para a sustentação do governo no Congresso. É patente o respeito conquistado por ela no cenário do Congresso Nacional, onde forjou uma convivência democrática de respeito mútuo com as demais agremiações, e pela intensa atividade de cada um de seus membros nas funções próprias da atividade parlamentar. Vários de seus integrantes são destacados entre os líderes mais influentes e formadores de opinião da Câmara dos Deputados. Dentre eles, um foi levado ao Ministério dos Esportes, outro ocupou a função de Líder do governo na Câmara dos Deputados e, posteriormente, o Ministério da Coordenação Política. Um membro da bancada pediu desligamento do Partido, em função de projetos personalistas em sua base política estadual no estado do Piauí. A bancada foi dirigida pela CPN, que inclusive pautou diversos temas candentes em curso na Câmara dos Deputados, e diretamente pela Presidência. A Liderança foi indicada de comum acordo entre a bancada e a CPN.

2) O balanço essencial de sua atividade política está em função do curso político do país, e enfocado no Projeto de Resolução Política. Suas

realizações estão apresentadas no Informe Especial ao 11º Congresso. Nesse balanço de atividades da direção nacional, cumpre enfatizar o fato de que nela se concentrou a questão da unidade partidária em torno de uma única orientação. Formou-se uma posição divergente, e minoritária, no seu interior. O ambiente de discrepâncias foi enfrentado com debate político intenso e respeito pelas opiniões pessoais. Fica patente que, sendo conquista de todo o coletivo militante, os mandatos estão sujeitos à soberania do Partido, do coletivo, à disciplina válida para todos os seus membros. As opiniões pessoais são livres no Partido, mas todos são obrigados a acatar e aplicar a opinião da maioria, legitimamente constituída, e a expressá-la não só com o voto como também nas opiniões manifestadas enquanto parlamentar nos pronunciamentos e boletins. Esse é nosso *contrato político* fixado pelo centralismo democrático. A questão disciplinar sobre o voto dissidente procurou demonstrar que o melhor paradigma que o Partido poderia construir junto à sociedade era o de se votar – mantida a opinião pessoal de cada parlamentar – com as posições do Partido. Esse é um grande trunfo do PCdoB, a ser reafirmado sempre, haja vista o intenso debate ideológico que se trava na sociedade com respeito aos partidos políticos de esquerda e ao caráter dos mandatos parlamentares.

3) O funcionamento regular da bancada ainda foi pouco institucionalizado, refletindo a baixa normatividade fixada para ela. Houve deficiências do procedimento coletivo em momentos agudos da crise política instalada no país, levando em determinadas circunstâncias críticas a posicionamentos pessoais não deliberados coletivamente. Questões como fechamento de voto na bancada, abstenções e ausências nas votações, declarações individuais de voto, manifestações pessoais divergentes em boletins parlamentares sem expressar a opinião do Partido sobre as matérias em questão foram postas em questão. Cumpre constituir um regimento da bancada, fixando as obrigações e os procedimentos para essas situações, a ser aprovado pelo Comitê Central. E sermos mais rigorosos com o adequado regime de reuniões e deliberações – que não devem se distinguir do regime dos demais órgãos partidários –, a partir da liderança, de todos os seus membros e da presidência do Partido.



Intenso processo participativo na elaboração da política partidária

1) Marca positiva do trabalho de direção nesse período foi seu processo amplamente participativo. Tiveram lugar amplas iniciativas no sentido de chamar a militância ao esforço de elaboração de uma linha de estruturação política, ideológica e organizativa do Partido. Realizou-se a 9ª Conferência Nacional do PCdoB (2003); o 1º e o 2º Encontro Nacional sobre Questões de Partido (2004 e 2005); os Encontros Nacionais sobre Movimentos Sociais em 2004; sobre a Juventude (2003); sobre a Luta Antirracista (2005); sobre Cultura (2004); sobre Esporte (2003); sobre a Política Internacional (2003); sobre Solidariedade Internacionalista e a constituição do Cebrapaz (2005); sobre a participação em governos (2004); e dois Encontros Nacionais de Prefeitos e Vice-Prefeitos eleitos (2005); além de seminários nacionais realizados nas regiões do país sobre a participação em administrações locais.

2) Ponto saliente do esforço do trabalho de direção foi o novo patamar alcançado nas frentes de comunicação, a partir do Portal do Partido na internet, compreendendo o *Vermelho* e o *Partido Vivo*. Foram igualmente editados 7 programas de rádio e TV em cadeia nacional, e *A Classe Operária* tornou-se quinzenal, evoluindo em seu papel de formador de opinião na base do PCdoB. O Partido realizou, ainda, pela primeira vez, uma pesquisa nacional de opinião pública visando a aferir sua imagem perante a sociedade – que se constituiu importante elemento para direção do esforço de comunicação. Foram instrumentos indispensáveis à formação de opinião e à unidade de ação em torno das questões candentes do processo político, ideológico e organizativo do Partido – alcançando também parcela mais ampla da sociedade –, sem os quais seria impossível conceber o protagonismo e a unidade do Partido na atualidade. Inúmeros quadros partidários contribuíram regularmente com artigos para a imprensa partidária.

3) No atual patamar alcançado, torna-se necessário aprimorar ainda mais tais instrumentos, particularmente a utilização da Internet. É preciso institucionalizar mais a direção política do Portal Vermelho e do *Partido Vivo* em relação a seus participantes regulares, aos critérios para a expressão das opiniões partidárias, bem como as direções se assenhorearem dele

para conferir unidade, institucionalidade e transparência aos processos de direção. A imprensa escrita – *A Classe Operária* – mais uma vez necessitará ser examinada pelo novo Comitê Central quanto a seu caráter, papel e financiamento.

4) O mais importante para incrementar esse processo de elaboração coletiva é fazer participar dele mais intensamente os quadros partidários, notadamente do Comitê Central. Questão-chave nesse sentido, para a qual as respostas produzidas até aqui são insuficientes, é a das formas de promoção de maior formação marxista dos membros do Comitê Central. Cumpre manter esse desafio em tela como base do mais estrito compromisso partidista de seus membros.

Crescimento e fortalecimento da estruturação partidária

1) Alcançou-se expressivo crescimento na organização partidária. Dos 34 mil militantes reunidos no 10º Congresso chegamos a aproximadamente 70 mil neste 11º Congresso, num crescimento da ordem de 105%. De uma parte, para além de trabalhadores, jovens e outros ativistas do movimento social, o Partido foi legenda de atração de forças e lideranças políticas. Dezenas de quadros de direção do PCB adentraram as fileiras partidárias em 6 estados; lideranças do PT, do PSB, do PPS e mesmo do PMDB, em quase todos os estados do país, pediram filiação ao PCdoB – dentre eles, prefeitos, ex-prefeitos, um senador, artistas, empresários. De outra, algumas desfiliações foram solicitadas em face de projetos eleitorais em Roraima, Rondônia e Amapá. Um membro do CC, Sérgio Miranda, desfiliou-se, assim como dois vereadores de São Paulo e alguns quadros de direção de Goiás. Visto de conjunto, o movimento foi de fortalecimento do Partido.

2) Avançaram a elaboração e a fundamentação da linha política de estruturação partidária no 1º Encontro sobre Questões de Partido, aprimorando-se a direção no sentido de seus componentes estratégicos junto aos trabalhadores e à juventude e unificando o conjunto do Partido em sua aplicação. O 2º Encontro teve papel fundamental para repor a centralidade do trabalho partidário junto ao proletariado. O *Partido Vivo* foi importante instrumento de vitrine para o conjunto do Partido, da vida in-



terna do PCdoB e do trabalho de direção, embora ainda insuficientemente assimilado pelo conjunto das direções estaduais, e nacional.

3) Aprimorou-se o trabalho da direção nacional, dotando-a de maior institucionalidade e eficiência. Constituiu-se a nova sede nacional, mediante a provisão de uma concepção gerencial moderna e enxuta, e aprimorou-se a gestão dos quadros que atuam na sua esfera. Está em construção moderno sistema de cadastro militante, o Rede Vermelha. Avançou o planejamento da estruturação partidária, com o 4º e o 5º PEP, unificando a maioria dos estados nos objetivos, projetos e metas nacionais, e avançou o planejamento da atividade da própria direção nacional. Foram incorporadas ao planejamento não apenas as frentes internas de atuação, como também as frentes de massa. Todos esses são processos ainda em construção, carecendo de continuidade e aprimoramentos.

4) O grande gargalo ainda do trabalho de direção organizativa central é o parco registro, controle e conhecimento dos quadros em todo o país. Isso impossibilitou conhecer melhor a realidade e avançar na formulação de uma política nacional de quadros mais consentânea com a atualidade. A Resolução do 1º Encontro, no sentido de elaborar uma atualizada política de quadros, não foi levada a efeito pelo Secretariado Nacional, não obstante as importantes bases assentadas na 9ª Conferência e no próprio Encontro. É tarefa indispensável para o novo Comitê Central. Será necessário romper com o espontaneísmo nesse terreno, firmando um programa de trabalho e ação no sentido de cadastramento dos quadros em todo o país e de uma política de formação, controle, alocação e promoção, como um dos eixos centrais do trabalho organizativo no próximo período.

5) A frente ideológica como componente da estruturação partidária voltou-se centralmente para a questão da unidade das fileiras militantes, da construção de direções que coesionem o Partido, e contra as tendências pragmáticas e burocratizantes, de disputas internas, reconhecidas como entraves ao papel mais avançado do Partido. No ambiente de crescente participação em esferas de governo e de intensa pregação ideológica de desmoralização da esquerda no país deve-se intensificar ainda mais essa frente de trabalho, inclusive com as normatizações provenientes do novo Estatuto. Com as novas definições estatutárias sobre filiados e militantes e com as

consequências da consigna de acumulação de forças será preciso aprofundar ainda mais esse esforço.

6) Esses avanços não obscurecem o fato de ainda serem débeis a difusão, a assimilação e a aplicação da linha política de estruturação partidária em todo o país. Essa é uma batalha para o conjunto do CC, sem departamentalizações do terreno da organização, que implica não apenas elaboração e aplicação da linha, como também motivação pela construção permanente do Partido, particularmente junto aos maiores comitês municipais do país. Ao lado disso, é preciso ser enfático quanto à necessidade de aprimorar o planejamento em geral, seja da atividade partidária seja de sua direção nacional.

A atividade dos órgãos de direção

O Comitê Central eleito em dezembro de 2001 em sua primeira reunião plenária em março de 2002 asseverava a existência de uma nova fase do trabalho da direção nacional, implicando a necessidade de “elevar o trabalho da direção nacional a novo patamar”, com o “aprofundamento do trabalho coletivo, da democracia interna e da orientação e direção únicas”, aperfeiçoando “os planos e controles das prestações de contas regulares ao coletivo partidário”. Propôs-se firmar o seu funcionamento “mais regular e permanente, mais colegiado e normatizado”, com “profissionalismo, transparência e eficiência na sua execução”, alcançando o Comitê Central e seus órgãos.

O Comitê Central na ocasião foi renovado em 24% de seus integrantes (dos anteriores 55, não foram reeleitos 5 e foram eleitos novos 16, ampliando o total para 67 membros), tendo integrantes de 17 estados. A Comissão Política Nacional observou a inclusão de 4 novos membros, mantendo os 15 anteriores. E, com o falecimento de João Amazonas, incorporou novo integrante. Contando a participação do líder da bancada de deputados, teve 20 membros de 8 estados. O Secretariado Nacional foi renovado nas funções da Secretaria de Organização e na de Formação e Propaganda. Nesse período, ocorreu a sucessão na Presidência do Partido e foram instituídas 4 vice-presidências. Posteriormente, se procedeu a ajustes no Secretariado, com a constituição da Secretaria de Ação Institucional e



Políticas Públicas, com o que se alterou a titularidade da Secretaria de Finanças e a de Movimentos Sociais. Duas secretarias (juventude e movimentos sociais) foram acumuladas por um único responsável.

O COMITÊ CENTRAL cumpriu rigorosamente seu papel dirigente. Realizou 14 reuniões ordinárias e uma extraordinária. Suas pautas abordaram não apenas os temas políticos, eleitorais, mas também os ideológicos, de ação de massas e organizativos da construção partidária. Perdeu dentre seus membros João Amazonas e Elza Monnerat. Teve dois de seus membros suspensos – Jandira Feghali e Sérgio Miranda – durante parte do período. Com exceção de um de seus membros, ausente por 7 vezes de suas reuniões por motivo de saúde, nenhum outro faltou à reunião por mais de duas ocasiões.

Suas reuniões foram pautadas com base em documentos prévios e os informes e resoluções tiveram ampla divulgação na vida partidária, melhorando a transparência das decisões adotadas. Debateu exaustivamente o tema da unidade partidária, inclusive sendo convocado extraordinariamente para tratar de posicionamento da bancada quanto à votação na Câmara dos Deputados.

Atuou como sustentação central do sistema de direção, que compreende os Comitês Estaduais de todo o país, as Conferências, os Encontros, Ativos e Fóruns Nacionais. Entretanto, a proposição de realizar Fóruns Regionais, após reuniões do CC, foi deficiente – só se concretizou em duas ocasiões. Do mesmo modo, a falta de adequado funcionamento da Comissão de Controle estreitou as possibilidades de maior controle do Comitê Central sobre as finanças e as questões disciplinares da vida interna do Partido.

O Comitê Central foi, assim, uma referência para o Partido em todo o país. A maturidade do coletivo, o prestígio e a representatividade de seus integrantes permitiram-lhe enfrentar e superar momentos críticos vivenciados.

Exige-se, hoje, aprimorar a sua representatividade, estendendo-a tanto quanto possível no duplo sentido de representar a diversidade de um Partido maior e a diversidade da realidade brasileira. Critério destacado é um Comitê Central aglutinador, cujos membros sejam agentes efetivos para a construção da unidade e o zelo com a causa partidária, onde quer que atuem, com rigor e empenho. Para isso, é necessário manter o equilíbrio entre o binômio de **continuidade** – da experiência de quadros mais permanentes, formados como dirigentes partidários – com **renovação** – etária, de gênero, de frentes e experiências de atuação militantes. O número de seus integrantes deverá ser elevado para 79 membros. Devemos visar a renová-lo

promovendo maior número de membros do proletariado moderno do país e da juventude, bem como por uma política ativa de promoção de mulheres. Ele deve elevar a vigilância coletiva contra as pressões pragmáticas e burocráticas, tendentes a rebaixar o papel estratégico do Partido, particularmente as provenientes das relações com o Estado vigente.

Com base no novo Estatuto, o Comitê Central deverá ampliar seu papel dirigente, a partir de maior capacidade formuladora de políticas. Por intermédio das Conferências nacionais temáticas, poderá alargar o âmbito de formulação para novas esferas de atuação, convocando o saber e a experiência de quadros e militantes que atuam em determinadas frentes. Os Fóruns Regionais precisam ser mantidos e aprimorados em seu funcionamento regular, visando a aproximar mais e melhor o trabalho de direção do conjunto do Partido nos estados.

Ao mesmo tempo, exige-se fixar responsabilidades mais definidas a seus membros, ampliando a esfera de direção concreta que exercem na condição de membro da direção nacional, para além de sua responsabilidade nos estados. E cada um de seus membros precisa responsabilizar a organização partidária local na qual atuam pelo custeio das despesas para participar de suas reuniões.

Com essas medidas, visa-se a dar novos passos para conceber o papel do CC como centro do sistema de organismos dirigentes nos vários níveis, melhorando a interação entre essas instâncias. Tudo isso precisa confluir no aprimoramento da Regulamentação do funcionamento do Comitê Central e no sistema nacional de direção, tarefa para a futura direção.

A Comissão Política Nacional foi o principal órgão do Comitê Central. Visando a instruir as posições para o debate do Comitê Central e a construir a unidade partidária em torno delas, a CPN tinha por objetivo se constituir no centro do processo de direção concreta – em lugar da experiência anterior onde isso ocorria no Secretariado Nacional. Realizou 36 reuniões ordinárias e quatro extraordinárias no período. Debruçou-se exaustivamente sobre os temas políticos e conjunturais, alguns dos quais eram momentosos da vida política nacional. Por um lado, foi bem menor a incidência sobre os temas da ação de massas, ideológicos e organizativos da construção partidária. Verificou-se menor regularidade na frequência de seus integrantes, em parte devido a responsabilidades públicas que exercem. Por outro, com frequência participaram convidados à reunião, sob critério do Secretariado Nacional, em função dos temas em exame.

A CPN cumpriu grande papel em constituir clima de confiança e persuasão em torno de temas controversos, inclusive quanto às sanções disciplinares adotadas no período. Enfrentou satisfatoriamente episódio que poderia envolver relações de confiança ou liberalismo em sua atividade. Suas atividades foram bem normatizadas e suas resoluções e informes foram tornados públicos para todo o Partido. Com isso, sua atividade teve enorme impacto em posicionar o Partido no cenário político em tempo real, e indispensável à unidade partidária construída em todo o país.

Entretanto, a par do grande incremento de participação na elaboração política, a CPN foi insuficientemente mobilizada para a direção executiva – esta ainda concentrada no Secretariado. Um melhor equilíbrio é possível e necessário nesse rumo, a fim de que seus membros de fato se afirmem como dirigentes nacionais para além de seus estados de atuação e obtenham um panorama de conjunto sobre a situação do Partido pelo país. Isso vai agora aprimorado no novo Estatuto e deverá se expressar nas pautas das reuniões, introduzindo temas da construção partidária além dos temas políticos. O número de integrantes da Comissão Política deverá ser fixado em 21 membros, aí incluído(a) o(a) líder da bancada parlamentar.

A futura CPN deverá aprimorar esse papel e sua composição precisa se assentar nos critérios de compromisso integral de seus membros com a causa partidária, com a capacidade de que tenham em aglutinar o Partido, na representatividade e autoridade de que gozam dentro e fora do Partido. Sua atividade deve prever maior ação executiva nacional e promover o credenciamento público de todos e todas como dirigentes comunistas.

O Secretariado Nacional adequou melhor seu papel após o 10º Congresso. Ocupou-se precipuamente do trabalho executivo, construindo condições para o bom cumprimento das responsabilidades da CPN e do CC. Sofreu alterações no 10º Congresso, com a separação entre Secretaria de Comunicação e a de Formação e Propaganda, que se revelou adequada; e posteriormente com a constituição da Secretaria de Ação Institucional e Políticas Públicas, que envolveu mudança de titularidade de outras secretarias. Realizou mais de 250 reuniões. As ausências foram marcadas essencialmente por viagens de seus integrantes. Suas pautas em geral foram de coordenação executiva do trabalho de direção, tendo predominado os temas políticos.

Nele se concentrou o trabalho executivo de direção, o controle sobre a atividade da direção e do conjunto do Partido, as viagens pelo país. Exerceu

a direção geral de modo colegiado, ao lado da direção concreta de cada secretaria. Organizou o trabalho do conjunto da direção e teve grande presença junto às seções estaduais do Partido. Assumiu, inclusive, a instrução dos processos disciplinares, em lugar da Comissão de Controle. Do mesmo modo, cumpriu imperfeitamente as funções de Conselho Fiscal. Ademais, seus membros tiveram papel predominante na elaboração e fundamentação da linha partidária, na imprensa e nas Conferências. Em geral, verificou-se uma sobrecarga de trabalho para seus integrantes, agravada ainda mais enquanto não se constituiu comissão auxiliar, com composição e funcionamento regular.

Procurando completar a adequação do papel desse órgão dentro do sistema geral da direção nacional, por um lado, será necessário compartilhar mais as responsabilidades com os membros da CPN, inclusive no trabalho de direção concreta – viagens, controles etc. – e com a Comissão de Controle. Por outro, seu papel exige dispensar mais tempo para o debate e controle das situações de Partido, função precípua sua de concentrar num centro único tais informações e avaliações. Por fim, são ainda insuficientes os esforços no sentido de planejamento intersetorial para a gestão coletiva da atividade de direção executiva. Trata-se de adequar papéis e métodos em dissonância com as exigências da situação.

Com as novas formulações estatutárias, o Comitê Central poderá constituir tantas secretarias quantas necessárias, enquanto o Secretariado será apenas um órgão coordenador do trabalho executivo. Nesse sentido, sua composição poderá ser menor e mais compacta – de 5 a 7 membros – para que lhe seja conferida maior agilidade; com o que não é imperativo que todas as Secretarias o integrem e tampouco que todos os membros do secretariado integrem a Comissão Política Nacional. Uma nova e criteriosa divisão de trabalho e de responsabilidades será necessária entre esse núcleo e as demais secretarias do Comitê Central.

A Presidência do Partido, assumida por Renato Rabelo, eleito pelo CC do 10º Congresso, concluiu uma transição que já estava em curso no mandato exercido pelo camarada João Amazonas. A nova Presidência teve de enfrentar um complexo desafio: construir a sua autoridade diante da exigência primordial de elaborar uma nova orientação política e de unir o Partido numa situação insólita em toda a trajetória percorrida pelo PCdoB – participação em aliança, pela primeira vez, no governo da República, com todas as suas consequências de compromissos e responsabilidades políticas.



O modo adotado pela nova Presidência de reforçar a elaboração coletiva, aprimorar a democracia interna e desenvolver um estilo de trabalho fundado no respeito às opiniões contrastantes, perspicácia, tolerância e equilíbrio, produziu resultados exitosos, apesar da necessidade de elevar o nível ainda inicial da função coletiva de elaboração política e teórica. O reforço para o pleno exercício das funções do CC, o empenho para que a CPN fosse o principal órgão do CC e o Secretariado assumisse papel mais adequado na direção nacional contribuíram decisivamente para a elevação do trabalho político e partidário. A convocação da 9ª Conferência Nacional e de vários Encontros Nacionais teve papel central para o êxito da elaboração política e teórica.

Deve-se seguir perseguindo o credenciamento de sua autoridade perante as forças políticas do país. Entretanto, mesmo alcançando a montagem de uma assessoria para a Presidência – trabalho inicial e não existente –, ainda é preciso uma estrutura mais definida entre assessores permanentes e colaboradores voluntários para maior eficiência da função da Presidência. Além disso, são necessários, para melhor ajuste do trabalho de direção, maior atenção e tempo dedicados à relação bilateral da Presidência com membros da direção nacional para gerir o trabalho de equipe e encaminhar questões específicas que não requeiram decisão dos órgãos executivos do CC. Necessário também melhor compatibilização e racionalização entre as exigências do trabalho dirigente entre a Capital Federal, a sede nacional em São Paulo e os compromissos por vários estados do país.

A instituição das vice-presidências visou a ampliar a representatividade da direção partidária e a conferir-lhe maior autoridade. Foi adotado o caminho de indicar quatro vices, sem fixar entretanto as condições normativas para as substituições da Presidência em casos de impedimento. Não se alcançou, no entanto, institucionalizar seu papel. E o fato de não haver disposições expressas quanto à ordem em que substituiriam a Presidência fez com que não ocorresse a substituição nos casos de ausência por motivos de viagens do presidente. O novo Estatuto torna obrigatória a indicação de vice-presidente, com funções normatizadas perante a legislação. Cumpre examinar a oportunidade de constituir mais de uma vice-presidência para fins de representatividade política, especificando a ordem de substituição. Assim, a 1ª Vice-Presidência assume a função interinamente em impedimentos temporários da Presidência, sendo que, em caso de vacância do cargo, o CC, em prazo determinado, elege nova Presidência. Mantém-se,

assim, o primado de tais funções como todas as demais, são mandatárias do órgão supremo que é o Comitê Central.

A Comissão de Controle não foi viabilizada a contento na atividade de direção, o que constitui uma responsabilidade do Comitê Central. Foi mobilizada apenas uma ocasião para exame de questão envolvendo possível quebra de confiança na atividade da CPN. Não foi regulamentada em seu funcionamento. O novo Estatuto fixa normas mais definidas para seu papel e responsabilidade, indispensável à transparência, à institucionalidade e à descentralização do trabalho de direção, para as funções de averiguação da legalidade partidária, Conselho Fiscal, Comissão de Ética e disciplinar. É responsabilidade impostergável, nos marcos de um Partido de fileiras mais extensas, com vida interna cada vez mais complexa e conflitiva. Justifica a concentração intensiva de um ou mais membros do CC, para exercer essa função específica de direção, com poderes emanados do CC para a verificação da legalidade e ética nas atividades partidárias, instância que recebe e instrui processos disciplinares e fiscaliza as contas partidárias.

As Comissões Auxiliares tardaram a se constituir no patamar necessário e obter regularidade em sua composição, papel e funcionamento. Trata-se, inclusive, de importante posto de formação dos quadros que as integram. O avanço observado, entretanto, não foi pequeno, alcançando-se constituí-las a partir de dezembro de 2004 em todas as Secretarias com pelo menos um secretário-adjunto.

Avançou também, embora de modo ainda incipiente, o trabalho intersetorial de direção, envolvendo o conjunto das Comissões. O 5º PEP e, no seu interior, o planejamento situacional do trabalho de direção, foi uma prática positiva que precisa se alargar e consolidar. Essa é a condição para combinar a verticalidade do trabalho de cada secretaria com a horizontalidade do trabalho de direção geral de todo o Partido, fazendo convergir esforços numa direção única.

Entretanto, é neste terreno do trabalho executivo e de controle da atividade partidária que, por um lado, precisam ser desenvolvidos o sistema e o método de direção. É preciso incorporar como elemento o critério de eficiência e resolutividade do trabalho desempenhado. Por outro, cresceram muito as atividades intersetoriais, que envolvem diferentes Secretarias, sobrecarregando o Secretariado (Conferências institucionais de esporte, saúde, cidades; atividades de conselhos tutelares, crianças e adolescentes, campanha pelo desarmamento, por exemplo). Isso exige superar a visão



essencialmente vertical de atuação de cada Secretaria. Método adequado será desenvolver o modelo de comissões, de modo a constituir outras Comissões Auxiliares ou especiais, temporárias ou permanentes, bem como Grupos de trabalho intersetorial, temporários ou permanentes, e frações nacionais especiais. Deve-se responsabilizar crescentemente membros do CC para encabeçarem essas atividades, reunindo saber e especialização em áreas temáticas. A remissão ao Secretariado se dará segundo as circunstâncias de cada área e tema.

Os quadros atuantes em Comissão devem obrigatoriamente pertencer a uma organização partidária, onde cumprem seus direitos e deveres. Dados os custos permanentes envolvidos na sustentação da atividade dos quadros de direção integrantes de Comissões, será útil examinar a possibilidade de atrair integrantes em tempo parcial, ou combinar a atividade deles com outras tarefas, quando possível.

Métodos de trabalho

A questão de métodos para o trabalho de direção é essencial. Segue sendo necessário aprimorar o critério de trabalho coletivo e responsabilidade individual, da definição clara de tarefas para os quadros de direção, da crítica e autocrítica regulares com base no controle do trabalho. No ambiente de trabalho da direção nacional, maturidade e confiança são indispensáveis para se formar um coletivo coeso.

Ao lado disso, os métodos precisam ser desenvolvidos no sentido de maior planejamento, intersetorialidade e convergência para objetivos, projetos e metas, envolvendo todas as frentes de direção. O planejamento situacional anual é indispensável, envolvendo todas as frentes, coordenadas pelo Secretariado Nacional. É a condição para maior interação da atividade de cada secretaria com o trabalho de direção geral em todo o país.

O Vermelho e o Partido Vivo precisam ser reforçados para um processo de direção cada vez mais assentado em conteúdos – políticos, ideológicos, de estruturação partidária – que vinquem as opiniões e a identidade do Partido, sua unidade de orientação. O Vermelho precisa ser regulamentado melhor quanto à sua atividade editorial. O Partido Vivo precisa obter melhor definição editorial e carece de ser apropriado pelo conjunto da direção como ferramenta de cada Secretaria para designar a interatividade do

conjunto do trabalho de direção. Trata-se de mecanismo para incrementar a transparência do processo de direção, servindo como estímulo à educação das demais instâncias de direção partidária.

Igualmente necessário é descentralizar responsabilidades executivas do Secretariado, promovendo maior mobilização dos membros da CPN e a prestação regular de contas da atividade de cada secretaria no âmbito do Secretariado e da CPN e CC.

Ao lado disso, segue sendo necessário aprimorar os métodos de gestão internos, no tocante a orçamento anual da atividade geral e de cada secretaria, controle e fiscalização das atividades, eficiência e profissionalismo, gestão de direitos e obrigações funcionais. Isso precisa ser globalizado e gerido permanentemente pelo conjunto do Secretariado Nacional e com a Comissão de Controle.

Os meios para a realização do trabalho de direção

Os meios também são destacados fatores para o bom desempenho do trabalho de direção. Meios que abrangem condições materiais, disponibilidade e alocação de quadros e correta concentração de tarefas e prioridades. Todos têm por denominador comum recursos econômicos que, por definição, são escassos, num quadro de intenso crescimento das exigências sobre a direção nacional.

A sustentação econômica da atividade da direção, não obstante ter se elevado a um patamar superior a partir da nova esfera de relações políticas forjadas pelo Partido, segue insuficiente e deficiente. Não conseguimos pausar, no período, uma campanha pela sede nacional própria para o PCDoB.

Pelo lado da arrecadação militante, ficaram estagnados os cerca de 2.400 participantes do SINCOM, cujo montante é insuficiente para a sustentação da atividade da direção nacional. As receitas provenientes dos mandatos parlamentares conquistados pelo Partido foram regulares, embora oscilassem com o afastamento de um deles e o fato de dois outros ocuparem posições em Ministérios durante parte do período considerado. Esse decréscimo não foi compensado pelas contribuições dos que detêm cargos de governo. As receitas provenientes das relações políticas cresceram, mas são irregulares, não se prestando a sustentar compromissos fixos. Contudo, os diversos Comitês Estaduais estão em situação econômica bastante fragilizada, dificultando o desempenho partidário.



Pelo lado das despesas, cresceu bastante a atividade da direção nacional nesse período. O trabalho administrativo é relativamente enxuto, mas foi preciso agregar numerosos novos quadros profissionais, dada a expansão da atividade partidária. Num país de dimensões continentais, com um Partido em franca expansão, gargalos mais ou menos explícitos se apresentaram para sustentar a atividade. Concentram-se nos gastos fixos com quadros e funcionários na sede nacional, com viagens nacionais e internacionais, com o subsídio à imprensa e à promoção de atividades como Conferências e Congresso, tendo também a distorção de membros do Comitê Central e da Comissão Política ainda dependerem do caixa nacional para comparecerem a reuniões.

Pelo lado da gestão, são inúmeros os problemas. O trabalho contábil legal – indispensável perante a legislação partidária do país – é bem realizado pela direção nacional, mas no geral precisa ser aprimorado nos estados. O Partido ainda não trabalha com orçamentos transparentes, suas secretarias não orçam gastos anuais, não há prestação de contas regular à CPN nem, conseqüentemente, fiscalização externa ao Secretariado na gestão do orçamento – tarefa para a Comissão de Controle. Ademais, problemas de fluxo de movimentação financeira e de contabilidade entre as diversas empresas que integram o sistema são permanentes.

Enfim, o Partido é uma espécie de empresa de médio porte, gerida com recursos e métodos ainda um tanto artesanais. A partir do CC, mas estendendo a diretiva a todos os maiores Comitês do país, é preciso pôr-se à altura das exigências de financiamento e da legislação, dentro do mais estrito respeito à coisa pública e a princípios éticos do Partido. Será preciso também criar condições, por ora inexistentes na integralidade, para o regime de gestão funcional dos quadros profissionalizados no trabalho de direção nacional, conferindo-lhes estabilidade, sem vulnerabilidades para o Partido.

Aproveitando a nova norma estatutária, cumpre elaborar um projeto estratégico para a frente de finanças. Em primeiro lugar, seguir pondo a política no comando: finanças é fruto da atividade política do Partido, de seu prestígio político, de compromissos firmados em torno de um projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho. Em segundo, o esforço educador sobre a contribuição militante pela base – a anuidade – como forma de elevar o compromisso partidário e ajudar a sustentar a atividade da direção nacional. Em terceiro, combater firmemente o liberalismo

da contribuição financeira dos quadros, no sistema nacional de arrecadação mensal. Em quarto, aprimorar a gestão, contabilidade, fiscalização, recorrendo ao papel de Conselho Fiscal da Comissão de Controle, a balancetes regulares à CPN e ao CC. Em quinto, a partir do exemplo nacional, exigir de todo o Partido seriedade com o trato das contas partidárias, mormente a prestação de contas aos Tribunais Eleitorais.

Balanço aprovado na reunião do Comitê Central do PCdoB, de 8 a 10 de outubro de 2005.



Anexo:

Programa Socialista*

O Brasil encontra-se em profunda crise de natureza estrutural. Fracassaram os projetos políticos e econômicos das classes dominantes. O país enfrenta graves problemas. Milhões de brasileiros vivem o drama da fome, do desemprego crônico, da falta de assistência e de moradia decente. A soberania nacional degrada-se com a política de submissão e de venda do patrimônio público aos monopolistas e aos banqueiros internacionais.

Prementemente, o Brasil necessita de novo Projeto Nacional, expressando o interesse da maioria da nação, orientado para a construção de uma nova sociedade, de liberdade, progresso e justiça social.

O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, que defende o socialismo científico, apresenta aos trabalhadores e ao povo um programa de transformações radicais, possível de ser realizado com sucesso, capaz de promover o bem-estar da população e o desenvolvimento progressista da nação. Indicando esse caminho, o PCdoB reafirma suas convicções inabaláveis na superioridade do sistema socialista sobre o capitalismo decadente. Embora temporariamente derrotado na ex-União Soviética e no Leste Europeu, o socialismo vive e continua sendo a esperança dos explorados e oprimidos, de todos os que almejam a liberdade e o progresso social. A experiência vem demonstrando que onde o socialismo é eliminado, voltam a aparecer, com o capitalismo, os terríveis males da velha sociedade – desemprego, fome, injustiças sociais, drogas, insegurança geral. Ao mesmo tempo em que ocupam a cena os políticos reacionários e fascistas, juntamente com especuladores, ladrões do dinheiro público, os que somente se interessam pelos lucros de toda espécie. O socialismo é o futuro radioso dos povos. Triunfará inevitavelmente com a luta decidida dos trabalhadores e das massas populares sob a liderança do Partido Comunista.

* Aprovado na 8ª Conferência Nacional (1995)



I) A Crise mundial do Capitalismo

1. A CRISE estrutural que atinge o Brasil, embora com características próprias, não é fenômeno apenas brasileiro. Faz parte da crise mundial do capitalismo-imperialismo, parasitário e em decomposição. Baseado no monopólio, esse sistema conduziu – como previram os clássicos do marxismo – à gigantesca concentração da produção e da renda nas mãos de um punhado de monopolistas que domina e explora o mundo inteiro. A concentração toma forma mais precisa no aparecimento dos oligopólios de feição multinacional. Uns poucos oligopólios controlam ramos inteiros de indústrias fundamentais instaladas em diferentes regiões do Globo. E a partir desse controle, submetem a economia de inúmeros países. Tal concentração manifesta-se igualmente no capital financeiro, no reforçamento da oligarquia financeira internacional que promove a espoliação e submissão, econômica e política, de grande parte das nações.

2. A DECOMPOSIÇÃO do capitalismo expressa-se claramente no aumento do parasitismo, uma das marcas salientes da crise mundial do capitalismo. Grandes recursos já não são aplicados em empreendimentos produtivos, mas na especulação financeira. Desviam-se somas consideráveis para operações nas Bolsas de Valores ou em meras transações lucrativas. Dinheiro ganha dinheiro sem passar pelos processos da produção, da criação de riquezas e bens materiais destinados ao consumo das populações em crescimento constante. Esse parasitismo acarreta inevitavelmente o afastamento de grandes massas do trabalho socialmente útil. A burguesia já não participa da atividade produtiva. A direção das empresas é exercida pelos executivos, pessoas contratadas a soldo elevado, o que demonstra que a sociedade pode prescindir dos capitalistas na direção e administração da economia. Os ricos burgueses levam uma vida parasitária, são rentistas, ou seja, gente que vive do rendimento de fabulosas fortunas alcançadas pela violenta exploração dos trabalhadores e dos povos. Em nada contribuem para o progresso e o bem-estar da sociedade.

3. O SISTEMA capitalista revela elementos reais de estagnação, fator aceleratório da crise. Um desses elementos consiste em que o capitalismo já não consegue envolver o conjunto da sociedade no processo da produção. Cada vez é maior o número de pessoas marginalizadas, carentes de traba-

lho. A estagnação reflete-se também no fato de que o capitalismo se atrasa sempre mais em relação às imensas possibilidades que o avanço da ciência e da técnica abre ao progresso da humanidade. Suas contradições internas freiam a utilização ampla dessas possibilidades. Com o nível alcançado no terreno científico e tecnológico, o conjunto da população mundial poderia usufruir, no presente, uma vida tranquila e feliz.

4. CONTUDO, O capitalismo ainda se desenvolve apesar do parasitismo e da decomposição. Tenta um novo padrão de crescimento baseado no advento da microeletrônica, da biotecnologia e da revelação da estrutura do núcleo do átomo, que permite o surgimento de novos e modernos inventos tecnológicos aplicados em diversos domínios. Mas esse progresso no campo da tecnologia circunscreve-se a poucos países, os mais altamente industrializados, que dele se servem para impor sua hegemonia em âmbito mundial. É monopólio de pequeno grupo. A chamada tecnologia de ponta, um dos principais instrumentos para a obtenção de lucros extraordinários, visa a assegurar a supremacia de diminuto número de países imperialistas sobre o mundo inteiro.

5. A CRISE do sistema capitalista-imperialista, decorrente das contradições que encerra, aprofunda-se incessantemente. Revela-se na recessão prolongada, nos tremendos desajustes sociais, na inflação persistente, no desemprego estrutural, na corrupção generalizada, na fome e miséria que se estendem por toda parte, no abismo que separa os países ricos da imensa maioria das nações, na degradação da sociedade capitalista.

6. O CAPITALISMO é regime obsoleto, historicamente superado. Não tem condições de resolver os graves problemas por ele mesmo criados. Enquanto perdure, prosseguirá a decomposição do regime, acentuar-se-á a degenerescência em todos os aspectos da vida da sociedade humana.

II) A classe operária explorada e oprimida em todo o mundo

7. EM DECORRÊNCIA da crise estrutural do capitalismo, a classe operária se torna sempre mais explorada e oprimida. Ao passo que a burguesia acumula imensos recursos financeiros, a classe operária que produz



a riqueza passa grandes dificuldades. Em contraste com o enriquecimento gigantesco dos capitalistas, aumenta aceleradamente o empobrecimento relativo e absoluto do proletariado. Este é o resultado da feroz exploração, hoje maior que nunca, dos trabalhadores, com o crescimento continuado da cota de mais-valia roubada aos produtores. Apoiada na nova revolução industrial, a burguesia modifica radicalmente os métodos de produção que lhe permitem sugar ao máximo a força de trabalho. Com reduzido número de operários qualificados, submetidos a um sistema flexível de gestão e organização do trabalho, obtém maior e melhor produção, consegue lucros fabulosos. O avanço da tecnologia, que deveria facilitar as condições de trabalho e de vida do proletariado, é utilizado pela burguesia para intensificar a exploração da classe operária.

8. APROFUNDA-SE a crise social que atinge os trabalhadores em todo o mundo. O capitalismo cria forçosamente a superpopulação relativa, em aumento contínuo, gente que não acha trabalho e vive como pária, sem dispor de meios para satisfazer suas mínimas necessidades. O número de desempregados alcança nível altíssimo. São centenas de milhões de trabalhadores inativos sem nenhuma possibilidade de engajar-se na atividade produtiva. Cresce incessantemente o mercado de trabalho informal. Muitos outros milhões só conseguem ocupação temporária. O processo de terceirização da produção agrava a situação e acresce a atividade precária. Essa grande massa marginalizada subsiste num ambiente de miséria e indignidade. Boa parte não consegue abrigo permanente, mora na rua. A degradação física e moral da população laboriosa, abandonada à própria sorte, é cada vez maior.

9. ALÉM DO desemprego e da pobreza, a classe operária tem seus direitos sociais e políticos violentados pelo Estado burguês. Embora a produtividade do trabalho venha aumentando incessantemente, a jornada de trabalho mantém-se elevada. Os salários, a não ser para o pequeno número de trabalhadores qualificados, não atendem à elevação do custo de vida. As greves são reprimidas, quando não pela força, com a demissão em massa de grevistas. No terreno político, os operários são discriminados e alienados com a intensa campanha anticomunista e nacional-fascista realizada pela reação. Os partidos proletários revolucionários, perseguidos, enfrentam muitos obstáculos para desenvolver sua atividade sociopolítica e ideológica.

10. A LUTA de classe do proletariado prosseguirá, ainda que refreada pela ofensiva anticomunista da burguesia. Abrange não apenas os que trabalham, mas também a massa de desempregados e marginalizados. O proletariado não tem outra alternativa: ou luta por sua emancipação ou se afunda na degradação crescente gerada pelo capitalismo em decomposição. Motor do desenvolvimento histórico, a luta de classes acabará sobrepondo o proletariado à burguesia.

III) O socialismo sucessor histórico do capitalismo

11. O FUTURO grandioso de todos os povos está ligado à substituição do sistema capitalista pelo socialismo científico. É uma exigência do desenvolvimento histórico, consequência inevitável da luta de classes. A humanidade já passou por vários estágios em sua evolução – comunidade primitiva, escravismo, feudalismo e o capitalismo que ainda sobrevive em sua última etapa. Do sistema capitalista, passar-se-á à outra formação econômico-social, o socialismo em marcha para o comunismo. Em 1917 ocorreu a primeira grande revolução socialista na Rússia, experiência que durou quatro décadas e demonstrou, apesar de certos erros e incompreensões na edificação da nova vida, a exequibilidade do socialismo e suas enormes vantagens sobre o capitalismo.

12. O SOCIALISMO científico se caracteriza pela abolição do sistema de propriedade privada dos meios de produção e pelo estabelecimento da propriedade social desses meios de produção. Põe em harmonia as relações de produção com o caráter social das forças produtivas. Extingue, assim, a contradição básica do capitalismo (socialização da produção e apropriação privada dos bens produzidos) que determina a sua própria existência. O socialismo apoia-se no trabalho livre e no amplo desenvolvimento da técnica para assegurar ritmos de crescimento e de produtividade capazes de impulsionar o progresso ininterrupto da sociedade e garantir o aumento constante do bem-estar material e espiritual dos trabalhadores e do povo. É um sistema destinado a liquidar a exploração do homem pelo homem.

13. O SOCIALISMO resulta da revolução que põe termo à dominação capitalista. Cria novo tipo de Estado, representando interesses de classes



distintos dos da época anterior. O proletariado industrial, em aliança com o campesinato e as massas pobres da população, constitui o elemento principal da construção socialista. O Estado socialista baseia-se em instituições de caráter democrático, com a mais ampla participação dos trabalhadores. Garante a liberdade para o povo, desenvolve a cultura. Assegura o respeito às leis e aos direitos dos cidadãos. Defende as conquistas revolucionárias face às tentativas de retrocesso da contrarrevolução burguesa.

O objetivo superior do socialismo é o comunismo. Gradualmente, o socialismo deve transformar-se na sociedade comunista onde já não existirá o Estado, que se terá extinguido, e na qual prevalecerá o lema: “De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade”.

14. O SOCIALISMO inspira-se nas teorias científicas de Marx e Engels, desenvolvidas por Lênin e outros revolucionários proletários. A teoria ilumina o caminho da prática que abre clareira ao avanço da civilização. Dá força de convicção à realização das grandes ideias de transformação profunda da sociedade, impulsiona a atividade dos homens e das mulheres na conquista de estágios mais altos do progresso humano.

IV) O Brasil em crise estrutural

15. O BRASIL vive uma fase de encruzilhada histórica no seu desenvolvimento socioeconômico e político. A superação dos obstáculos que dificultam o seu progresso é uma exigência incontestável.

a) Atraso secular

16. EM 1822 o Brasil conseguiu sua independência, livrando-se do colonizador português, várias décadas depois da Revolução Francesa e da norte-americana que abriram caminho ao capitalismo, então florescente. A proclamação da independência não alterou substancialmente o regime econômico-social existente. A escravidão prevaleceu até 1888. O capitalismo embrionário aparecia mesclado com o escravismo. Até quase a metade do século XX, o Brasil era um país essencialmente agrícola, onde predominava o monopólio da terra. Exportava produtos primários e importava os bens de consumo de que necessitava. Esse sistema mantinha o atraso do país e o tornava dependente das nações industrializadas.

17. COM A independência, o Brasil adotou o regime político monárquico, tipicamente de elite, carente de democracia, a serviço dos grandes proprietários de terra. Instaurada a República (1889), instituiu-se a forma de governo presidencialista, também elitista. As Forças Armadas, decisivas na implantação da República, exerceram durante largo período certa tutela sobre a nação. A classe operária, ainda incipiente, e o campesinato sem terra não gozavam de nenhum direito. O eixo principal da economia centrava-se na monocultura do café e, em parte, do cacau.

18. EM 1930, inicia-se nova fase na vida do país. Um movimento armado, principalmente de militares, derruba a velha República. Desfraldando bandeira liberal, esse movimento representa interesses da burguesia, que crescera na década anterior, e refletia também contradições interimperialistas em relação à espoliação do país. Os novos governantes, com Getúlio Vargas à frente, propõem democratizar o regime político, estabelecer condutos para as lutas sociais dos trabalhadores, quebrar o exclusivismo do poder em mãos dos latifundiários de São Paulo e de Minas Gerais. Incentivam a industrialização, mantendo, no entanto, intactos o sistema do latifúndio e a condição de país exportador de produtos primários. O regime político, nas décadas seguintes, sofre largos períodos de arbítrio, com a supressão de liberdades democráticas.

b) A Industrialização

19. O PROCESSO de industrialização do Brasil toma impulso a partir do decênio de 1940. O fator fundamental foi a criação da siderurgia nacional (CSN), seguido da exploração e do monopólio estatal do petróleo. Posteriormente, construíram-se potentes hidrelétricas. A produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, setor estratégico do desenvolvimento econômico, progrediram aceleradamente com a criação da Eletrobrás. Cresceu o setor siderúrgico, surgiram empresas modernas, como a Usiminas, a Cosipa e outras fabricantes de laminados planos e aços especiais. Instalaram-se indústrias básicas de caráter estratégico – material ferroviário, produtos químicos e petroquímicos, elaboração de minérios, fábrica de armamentos. Iniciou-se a construção de aviões e ampliou-se a indústria naval. Expandiram-se outros ramos industriais.

20. A PARTIR do final dos anos 1950, intensificou-se a abertura do país



ao capital estrangeiro. Implantaram-se empresas multinacionais em setores fundamentais – automobilístico, eletroeletrônico, petroquímico, farmacêutico, mineração, máquinas e equipamentos, fibras artificiais e sintéticas, informática, material de comunicações. Também na indústria química e na área de distribuição de derivados de petróleo. As empresas estrangeiras beneficiaram-se de isenções de tributos e contaram com subsídios do Estado, em particular na compra de materiais destinados à sua produção, bem como no fornecimento de energia elétrica por preços abaixo do custo, provenientes de empresas estatais, o que afetava gravemente a rentabilidade dessas empresas.

21. APESAR de imensas dificuldades, o Brasil chegou a criar uma base mínima industrial diversificada para o seu desenvolvimento econômico. Essa base refletia inúmeras contradições que a tornavam extremamente vulnerável. Construiu-se com capital estatal, capital privado e o de origem estrangeira. O elemento principal foi o capital estatal (propriedade coletiva sob controle da burguesia), dada a debilidade dos recursos privados e a oposição durante muito tempo do capital forâneo. Mais adiante, tanto o capital privado como o estrangeiro trataram de pôr a seu serviço a economia estatal, causando-lhe sérios danos.

22. A PAR desse processo de desenvolvimento econômico, desdobrou-se um programa de empréstimos externos estimulado pelos banqueiros internacionais com amplo apoio das classes dominantes, em particular durante o período da ditadura militar. O país endividou-se pesadamente, envolvendo as empresas estatais. Com o abusivo aumento, no exterior, das taxas de juros estendidas genericamente a todos os empréstimos já concedidos, a dívida externa alcançou cifras elevadíssimas. O pagamento dos juros acarretou pesado ônus à economia nacional, impossibilitando o seu ulterior crescimento. A dívida transformou-se num dos elementos principais da crise estrutural que vive o país.

23. A BASE mínima industrial construída com grandes sacrifícios está ameaçada de destruição. Faltam meios financeiros para investimentos produtivos. O pagamento de juros dos empréstimos internacionais impossibilita a acumulação de recursos internos para tais investimentos. As empresas estatais são privatizadas em prejuízo dos interesses da nação. Passam às mãos de grupos estrangeiros, direta ou indiretamente. Boa parte da in-

dústria nacional arruína-se, desaparece sob pressão da nova ordem internacional imperialista, ou tenta adaptar-se, em condições de inferioridade, às imposições da oligarquia financeira mundial.

c) Capitalismo Dependente

24. O DESENVOLVIMENTO capitalista adotado pelo Brasil é essencialmente dependente e deformado. Assenta-se numa estrutura atrasada que tem por base o monopólio da terra e a subordinação aos interesses do capital monopolista, em especial o dos Estados Unidos. Considerável parcela das classes dominantes compactua com a espoliação estrangeira, torna-se sócia menor dos imperialistas, em detrimento do progresso e da soberania nacional. O avanço do capitalismo no campo orienta a produção agrícola para o mercado exterior, controlado pelos monopolistas estrangeiros. Isso se relaciona, em certa medida, com o esquema de acumulação de divisas para pagar juros da dívida externa. O sistema financeiro do país submete-se às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos bancos estrangeiros. Grande parte da mais-valia aqui produzida é transferida para fora, seja na forma de lucros das multinacionais e de pagamento de juros, seja como subsídios e vantagens cambiais concedidas às empresas estrangeiras e aos exportadores. Esse procedimento entorpece a acumulação interna, dificulta os investimentos produtivos. O país demanda permanentemente o ingresso de capital estrangeiro, sempre mais oneroso e exigente, sem o qual não pode passar. A interferência no campo econômico e financeiro acarreta imposições de ordem política que abalam a soberania nacional. Acentua-se, assim, a dependência econômica e política do Brasil aos magnatas da finança internacional.

25. O DESENVOLVIMENTO capitalista dependente agrava-se ainda mais na fase atual de mundialização da economia. A concentração do capital e da grande produção nas mãos de uns poucos miliardários que dominam e ditam as regras do mercado e dos investimentos financeiros cria uma situação de maior dependência dos países débeis ou medianamente desenvolvidos. Visando ao completo domínio do mundo, a oligarquia procura liquidar as barreiras nacionais impondo sistemas econômicos prejudiciais às nações que tentam progredir de maneira independente. O neoliberalismo é uma expressão dessa política geral que, no Brasil, leva à privatização das empresas estatais produtivas, à desproteção do mercado interno sujeito à

concorrência desigual dos monopólios estrangeiros, à destruição de ramos importantes da indústria brasileira. O país se vê coagido a priorizar uma forma de produção atrasada, complementar da economia dos países ricos.

d) Superadas as Classes Dominantes

26. O DESENVOLVIMENTO deformado da economia nacional, o atraso e a subordinação aos monopolistas estrangeiros, e, em consequência, a crise econômica, política e social cada vez mais profunda, são o resultado inevitável da direção e do comando do país pelas classes conservadoras. Constituídas pelos grandes proprietários de terra, pelos grupos monopolistas da burguesia, pelos banqueiros e especuladores financeiros, pelos que dominam os meios de comunicação de massa, todos eles, em conjunto, são os responsáveis diretos pela grave situação que vive o país. Gradativamente, separam-se da nação e juntam-se aos opressores e espoliadores estrangeiros. As instituições que os representam tornaram-se obsoletas e inservíveis à condução normal da vida política. Elitizam sempre mais o poder, restringindo a atividade democrática das correntes progressistas. A modernização que apregoam não exclui, mas pressupõe, a manutenção do sistema dependente sobre o qual foi construído todo o arcabouço do seu domínio.

27. TAIS CLASSES não podem mudar o quadro da situação de capitalismo dependente e deformado. Sob a direção da burguesia e de seus parceiros, o Brasil não tem possibilidade de construir sua economia própria, de alcançar o progresso político, social e cultural característicos de um país verdadeiramente independente.

e) Um Novo Caminho

28. NA ENCRUZILHADA histórica em que se encontra o Brasil, somente o socialismo científico, tendo por base a classe operária, os trabalhadores da cidade e do campo, os setores progressistas da sociedade, pode abrir um novo caminho de independência, liberdade, progresso, cultura e bem-estar para o povo, um futuro promissor à nossa Pátria.

29. É ATENDENDO a essa exigência objetiva da situação do país que o Partido Comunista do Brasil, PCdoB, apresenta à nação um Programa de caráter socialista, condizente com a realidade e com as aspirações nacionais, plenamente realizável.

V) Programa Socialista para o Brasil

30. AO APRESENTAR o Programa Socialista, o Partido Comunista do Brasil baseia-se na teoria científica do marxismo-leninismo e na experiência histórica tanto do nosso país e do nosso povo como do movimento revolucionário mundial. Tem uma compreensão nova dos problemas que envolvem as transformações radicais da sociedade, tirando ensinamentos dos sucessos e insucessos da luta pela edificação do socialismo na ex-URSS e em outros países.

Considerações Gerais

31. O PROGRAMA do PCdoB deve levar em conta as peculiaridades do país, sua formação histórica, seu desenvolvimento contido, suas tradições de lutas populares, seu proletariado industrial recente – um país atrasado e submetido ao imperialismo no qual o fator nacional e democrático tem sido elemento motivador e dinamizador dos movimentos progressistas. O Programa deve considerar também o estágio do desenvolvimento econômico e a correlação de forças estratégicas no plano mundial. Embora em suas linhas mestras o socialismo científico seja idêntico em todos os países, sua concretização em cada lugar exige ponderar as particularidades locais, nacionais. Essas particularidades dão feição própria ao regime avançado que substitui o capitalismo. O modelo único de socialismo é anticientífico.

32. A CONSTRUÇÃO do socialismo, visando à meta do comunismo, é processo complexo que engloba várias fases. Possivelmente, no Brasil, a transição do capitalismo ao comunismo, que compreende todo um período histórico, terá três fases fundamentais: a da transição preliminar do capitalismo ao socialismo; a da socialização plena; e a da construção integral do socialismo e passagem gradual ao comunismo. São fases interligadas e sem limites rígidos, de duração relativamente larga, que comportam também etapas intermediárias. A primeira fase é indispensável para alcançar premissas econômicas que favoreçam a implantação integral do socialismo, tendo presente que o Brasil é ainda pouco desenvolvido.

33. A FASE da transição preliminar do capitalismo ao socialismo realizará gradativamente as transformações indispensáveis. Nesta primeira fase não haverá confiscação geral, socialização total, expropriação generalizada.



As medidas radicais, ligadas às exigências iniciais da construção socialista, terão cunho parcial. Em qualquer circunstância, será respeitada a propriedade pessoal conseguida com esforço próprio, honesto.

34. O PARTIDO Comunista do Brasil, vanguarda consciente da classe operária, fiel representante dos interesses do povo trabalhador e da nação, constitui a força dirigente da luta pela implantação e construção do socialismo. Sua liderança é fundamental na direção do Estado e no processo de formação da consciência social socialista. Apoiado na teoria revolucionária, é o portador e o intérprete do projeto de transformação progressista da sociedade. O Partido, no entanto, não se sobrepõe ao Estado e às organizações criadas pelo povo, não impõe arbitrariamente ou mecanicamente suas decisões. Nem substitui no poder as classes e as forças sociais que lhe deram origem. Dirige o sistema político como parte integrante desse sistema, utilizando, tanto no governo quanto na atividade social, o método da persuasão para viabilizar suas opiniões.

35. O PRESENTE Programa não aborda a construção geral do socialismo, mas os problemas relacionados com a primeira fase da transição do capitalismo para o socialismo. Traça o caminho da luta para alcançar o poder na situação atual, pressuposto básico para a execução do Programa.

O poder, a questão essencial

36. O PCdoB considera fundamental a instauração no Brasil de uma República de trabalhadores e de amplas massas do povo, unindo a população que habita o país, integrando as diversas regiões do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. O princípio fundamental da República é a valorização do trabalho físico e intelectual, aliada à solidariedade humana e ao esforço comum de edificação da vida socialista.

37. A QUESTÃO essencial para atingir esse objetivo é a conquista do poder político pelo proletariado e seus aliados – o campesinato, as massas populares urbanas, as camadas médias e a intelectualidade progressista, sob liderança firme e consequente. Sem o poder político nas mãos das forças sociais com interesses distintos dos agrupamentos que sustentam a ordem capitalista vigente, torna-se impossível proceder às mudanças que se fazem necessárias.

38. A REPÚBLICA de trabalhadores e de amplas massas do povo é um Estado de cunho democrático, mas não liberal, Estado de Direito no sentido de que se regerá por leis estabelecidas pelos órgãos eletivos e manterá a legalidade socialista. A base da organização estatal será constituída por assembleias populares, livremente eleitas, com ampla participação de trabalhadores da cidade e do campo. O órgão supremo do poder estatal é a Assembleia Nacional formada por mandatários populares eleitos em todo o país. O Governo Central será indicado pela Assembleia Nacional. O Executivo e o Legislativo harmonizam-se na elaboração e execução da atividade estatal. Adotam-se normas gerais de descentralização administrativa. O Judiciário, composto por tribunais e juízes eleitos pelo povo, assegura justiça rápida e gratuita. O poder local obedece, em linhas gerais, à organização do poder central. Quanto às Forças Armadas, sob a direção do poder central, serão constituídas por corpo militar estável e de alta qualificação profissional. Suas bases mais numerosas são os Comitês Populares de Defesa Civil.

39. O REGIME político garante amplas liberdades para o povo – de reunião, de associação, de manifestação do pensamento, de demonstração pública, de culto religioso, de movimento e de profissão. O exercício de greve é assegurado aos trabalhadores na defesa de seus direitos. Resguardados o interesse coletivo e os objetivos fundamentais do movimento transformador da sociedade, são respeitadas as divergências e contestações às diretivas do Governo e igualmente, a diversidade de organizações e partidos políticos democráticos e progressistas, desde que respeitem a legalidade socialista. É garantido o direito de cidadania a todos os brasileiros e aos estrangeiros radicados no país. Serão abolidas e combatidas todas as discriminações de raça, nacionalidade, religião, em especial as que têm por objeto o negro. Às mulheres será garantida a igualdade de gênero. Os indígenas contarão com proteção especial, defesa e demarcação de suas terras e ajuda ao seu desenvolvimento étnico. O Estado assegurará condições materiais para o funcionamento das entidades populares, culturais e científicas.

40. A FIM de possibilitar melhor distribuição de renda e de elevar o status social da classe operária e do proletariado em geral, as conquistas sociais dos trabalhadores e sua ampliação, inclusive a redução gradual da jornada de trabalho, merecerão destaque na aplicação do Programa Socialista. Os sindicatos de molde classista desempenharão importante papel na



defesa das reivindicações do proletariado, enquanto força produtora, e na organização das massas, visando ao aperfeiçoamento da produção e à sua participação ativa na edificação socialista.

A construção econômica

41. NA PRIMEIRA fase da transição, além de uma economia coletiva, propriedade do povo, haverá espaço para o desenvolvimento do capitalismo, em especial sob a forma de capitalismo de Estado, com o objetivo de acelerar o crescimento das forças produtivas e consolidar o novo regime.

42. A ECONOMIA socialista será centralizada e planificada para impedir a dispersão e a anarquia da produção. Mas a planificação atingirá somente os setores fundamentais. Manter-se-ão os mecanismos de funcionamento do mercado, operando particularmente na área de distribuição de bens de consumo e de serviços e sinalizando as exigências da sociedade. Não terá caráter de regulador da produção. O Estado controlará as atividades do mercado.

43. HAVERÁ diferentes tipos de retribuição do trabalho, tendo como critério a quantidade e a qualidade dos bens e serviços produzidos. A contribuição tecnológica ou científica destinada a promover maior e mais rápido desenvolvimento das forças produtivas ou aperfeiçoamento de serviços sociais contará com retribuição especial.

44. SERÃO nacionalizados os bancos, tendo em vista o controle do sistema financeiro, bem como os portos e os meios de transporte essenciais.

45. SÃO OBJETO de exclusiva exploração do Estado os recursos estratégicos do solo e do subsolo, o sistema de telecomunicação, correios e telégrafos, a utilização e lançamento de veículos espaciais.

46. A ECONOMIA socialista será constituída inicialmente pelas empresas de caráter estratégico que passarão à condição de propriedade coletiva de todo o povo; pelas usinas fundamentais geradoras de energia elétrica; pelas empresas monopolistas que, na atualidade, impedem o livre desenvolvimento do país; por outras empresas e serviços de interesse público. Inclui-se na economia socialista o sistema bancário nacionalizado, os portos e meios de transporte essenciais e o Fundo Agrário Nacional.

47. O SISTEMA de direção estatal da economia combinará a administração individual das empresas com o controle do coletivo de trabalhadores. Incentiva, no âmbito da orientação geral, a autonomia das empresas no que se refere à introdução de melhorias técnicas tendentes a elevar a produtividade e reduzir os custos, bem como para expandir as atividades das empresas.

48. A ECONOMIA capitalista de Estado compreende as concessões a empresários particulares, nacionais e estrangeiros, para incrementar indústrias e serviços necessários ao progresso do país; o sistema de consociação de empreendimentos estatais com produtores isolados; a associação de capital estatal com o capital privado na construção e ativação de empresas fundamentais; e outros tipos de economia, todos sob o controle do Estado. Dar-se-á prioridade às empresas que adotem processos de desenvolvimento científico e tecnológico avançado.

49. A PROPRIEDADE privada compreende o livre funcionamento de pequenas e médias indústrias; de empresas industriais e de serviços que contribuam para o desenvolvimento nacional; do comércio privado em setores circunscritos; dos proprietários rurais admitidos pela reforma agrária.

50. A PROPRIEDADE cooperativa terá duplo caráter: socialista, reunindo principalmente camponeses pequenos e médios; privada, agrupando produtores capitalistas, ou artesãos e pessoas de profissões rudimentares.

51. A ECONOMIA socialista, de todo o povo, é a base principal do desenvolvimento. Deve aumentar continuamente seu peso específico no conjunto da economia. Regula e dirige o processo de crescimento e de melhor aproveitamento dos bens de produção e de consumo.

Desenvolvimento agrário e a organização rural

52. O MAPA agrário do Brasil apresenta forte predomínio do monopólio da terra, os latifúndios, sobre o qual se desenvolveu o capitalismo no campo. Há variados tipos de cultura agrária: sistema de plantações (café, cacau, cana etc.); agricultura de amplo consumo; criação de animais (gado de corte, porco etc.); produção de aves para o abate (frango, peru etc.); matéria-prima de combustível (álcool-motor); plantas oleaginosas; árvores



frutíferas etc. A exploração do solo é feita, em grande parte, pela burguesia agrária e pelos latifundiários aburguesados.

53. **LIGADOS** ao campo existem empreendimentos industriais de vulto que, combinados com a produção agrícola, formam unidades econômicas produtivas. É o caso da indústria açucareira e da produção de álcool-motor; da criação e industrialização de aves; da produção de celulose; de preparação de sucos cítricos e bebidas alcoólicas etc.

54. **BASEADO** na realidade do campo brasileiro e visando à construção do socialismo, o PCdoB estabelece a sua orientação geral nesse setor de atividade. Considera que a nacionalização da terra – meio de produção fundamental – é indispensável à construção da nova sociedade. Entretanto, nesta primeira fase de transição do capitalismo para o socialismo, o PCdoB adota posição intermediária e transitória. Não haverá nacionalização da terra. Far-se-á reforma agrária antilatifundiária que consistirá basicamente em:

- Fixação de teto máximo para as propriedades rurais, segundo as diferentes regiões do país. Isso permitirá a exploração da propriedade do solo por capitalistas de médio e grande porte;
- o excedente do teto máximo e as terras devolutas, considerados de interesse social, constituirão o Fundo Agrário Nacional, utilizado pelo Estado para suprir as necessidades do amplo desenvolvimento das áreas rurais;
- apoiado no Fundo Agrário, o Estado garantirá o acesso à terra a todos os que nela queiram viver e trabalhar. Dará proteção e ajuda aos pequenos e médios produtores agrícolas.

55. A **PRODUÇÃO** do campo estará subordinada ao plano geral de desenvolvimento da economia do país tanto no que se refere ao mercado interno como às exportações.

56. **NÃO SERÁ** permitida a formação de cartéis ou de monopólios.

57. **AS EMPRESAS** e setores produtivos da área rural que inviabilizarem, por meios fraudulentos, o abastecimento da população, ou sabotarem e desorganizarem a economia nacional serão expropriados e passarão a integrar o patrimônio público.

58. SOMENTE o Estado, apoiado no Fundo Agrário, poderá promover o arrendamento de terras. O arrendamento objetiva incrementar a produção em larga escala por investidores capitalistas. Os proprietários que não desejem cultivar o solo deverão vender a propriedade.

59. OS PEQUENOS e médios produtores que alimentam de matéria-prima as indústrias agrárias receberão, além do valor do produto entregue, uma parte proporcional do lucro dessas indústrias.

60. OS ASSALARIADOS agrícolas que constituem a parte principal da força de trabalho do campo serão organizados em cooperativas de prestação de serviços. Contarão com pleno apoio do Estado para negociar condições de trabalho e salário com os produtores capitalistas. Onde existirem cooperativas desse tipo não será permitida a contratação de trabalhadores rurais avulsos.

61. O ESTADO incentivará a criação de cooperativas de pequenos e médios camponeses que integrarão a economia socialista no campo. Essas cooperativas contarão com ajuda e apoio do Estado.

62. O ESTADO organizará a economia socialista no campo, criando empreendimentos que possibilitem a produção em ampla escala, utilizando métodos modernos, técnicas especializadas e de alta produtividade.

63. SERÃO criados Centros Experimentais de culturas agrícolas e estabelecimentos de sementes selecionadas e de mudas.

64. CRIAR-SE-ÃO em todo o território agrário escolas e cursos de qualificação de mão de obra e de aprendizagem de técnicas modernas.

Urbanismo e questão habitacional

65. O SOCIALISMO procurará resolver, gradativamente, os problemas das grandes cidades que apresentam sérias deformações, bem como a questão habitacional em crise, que atinge o proletariado e a classe média em geral. Milhões de pessoas, particularmente nas cidades metropolitanas, não dispõem de residência decente e boa parte nem sequer consegue abrigo seguro.



66. AS DEFORMAÇÕES existentes nas grandes cidades são originadas do capitalismo. De modo geral, as cidades foram construídas segundo os interesses dos capitalistas, à revelia das aspirações dos que nelas habitam. Incentivando a valorização do solo urbano, eles promoveram um tipo desordenado de edificações que afeta a estética urbanística e prejudica o ambiente sadio indispensável à vida da população. Monopolizaram os terrenos urbanos, o que repercute no encarecimento cada vez maior dos aluguéis.

67. A SITUAÇÃO dos grandes centros urbanos agravou-se com o afluxo populacional vindo de diversas regiões do país. Esse afluxo é provocado pela precariedade de meios de existência em inúmeras localidades. Os fatores determinantes são o êxodo rural e a carência de atividades econômicas em boa parte do território nacional.

68. O PARTIDO Comunista do Brasil defende o princípio de que todo trabalhador tem direito a uma habitação decente, em ambiente saudável e a baixo custo. Com esse objetivo e, em relação à situação atual, propõe:

- A nacionalização do solo urbano, que não poderá ser objeto de especulação capitalista. Cabe à sociedade dele dispor conforme as necessidades da população e o crescimento das cidades;
- a incorporação ao patrimônio público dos imóveis pertencentes aos grandes proprietários ou consórcios capitalistas de modo a atender à demanda de residências para o povo e de locais para serviços públicos;
- os pequenos e médios proprietários de imóveis terão assegurado seu direito de propriedade; será garantida igualmente a propriedade coletiva dos edifícios residenciais;
- as cidades obedecerão a planejamento adequado à sua expansão e modernização. Prevalecerá o interesse social sobre o interesse privado.

69. A FIM de evitar o afluxo populacional às grandes cidades, impõe-se realizar melhor distribuição territorial da população, firmada numa profunda reforma agrária que ajude a fixação do homem no campo e num desenvolvimento econômico equilibrado das distintas regiões do país.

Bem-estar social e defesa ambiental

70. O PROGRAMA do PCdoB aponta as realizações sociais e a defesa ambiental como elementos primordiais à obra de construção socialista,

cujo objetivo, em última instância, é a elevação permanente do nível das condições de vida, material e espiritual, do povo trabalhador. Constituem, portanto, tarefas que devem acompanhar, passo a passo, a edificação econômica e política.

71. O ESTADO garantirá a todos os cidadãos condições dignas de vida, seguridade social compreendendo saúde, previdência e assistência social, segundo os princípios da universalidade, integralidade e equidade. Dedicará especial atenção à proteção à infância, à maternidade e ao idoso, ao saneamento e à qualidade do meio ambiente, bem como à higiene e segurança do trabalho.

72. O COMPLEXO da construção social e defesa ambiental abrange:

- A edificação de residências para o povo, na cidade e no campo;
- a criação de parques e locais de recreação pública;
- a construção de estádios, ginásios e pistas esportivas;
- a organização de creches e escolas infantis;
- a instalação de serviços comunitários, tais como restaurantes, lavanderias e outros serviços de interesse coletivo;
- a defesa do meio ambiente e do ecossistema; medidas para evitar a poluição do ar, dos rios, dos lagos e do mar;– a proibição da destruição de florestas e manguezais;
- a proteção contra radiações nucleares.

73. A PARTICIPAÇÃO das grandes massas, de maneira independente, nessas tarefas, contribui para forjar o espírito de comunidade socialista que desempenha importante papel na transformação da mentalidade individualista e na afirmação do esforço coletivo.

74. SERÃO estabelecidas taxas mínimas para aluguéis de imóveis e utilização de serviços comunitários.

75. CONCEDER-SE-Á permissão para a construção de casa própria, propriedade individual ou de grupo.

76. COM O fim de descentralizar a administração pública e possibilitar maior iniciativa das massas trabalhadoras e populares, serão criados

órgãos que supervisionarão as construções sociais e a defesa do meio ambiente, com a participação majoritária de membros eleitos pelo povo.

Desenvolvimento cultural

77. A TRANSIÇÃO para o socialismo exige amplo desenvolvimento de múltiplas atividades culturais destinadas a elevar o nível de conhecimento do povo, impulsionar a construção socialista, ajudar a formação da consciência social progressista. Diferentemente da cultura da época burguesa, reservada à minoria, a nova cultura, em luta contra o obscurantismo e as ideias retrógradas, orienta-se no sentido de alcançar a maioria da população.

78. PROCEDER-SE-Á à elevação do nível cultural com a liquidação do analfabetismo e a disseminação do ensino laico, de boa qualidade, que assegure a todos conhecimento técnico-científico universal. Far-se-á a reforma universitária de conteúdo democrático e progressista, garantida a liberdade de cátedra e de pesquisa universitária.

79. SERÁ estimulado e apoiado o desenvolvimento das artes em todas as modalidades: plástica, literária, musical, coreográfica, teatral, cinematográfica, artesã-popular, sendo garantida, como instrumento de progresso artístico, a liberdade de expressão e de criação.

80. COM A finalidade de disseminar a cultura entre o povo, construir-se-ão bibliotecas, museus, teatros, centros de exposições artísticas, institutos de divulgação e pesquisa da memória histórica, em especial das lutas populares.

81. A FIM de impedir a difusão em massa de ideias e concepções decadentes e reacionárias e assegurar o acesso dos trabalhadores e do povo aos meios de ampla comunicação social, os canais de televisão e as estações de rádio serão convertidos em propriedade estatal, ou de Fundações ligadas a entidades sociais e culturais, ou de Centros de Estudos e Pesquisas científicas, ou, ainda, das Universidades. ***Ciência e tecnologia***

82. A PASSAGEM do capitalismo ao socialismo reclama atenção particular ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Uma e outra, interligadas, constituem elementos essenciais à edificação de uma sociedade mo-

derna. A atividade tecno-científica deverá estender-se a todos os setores que necessitam de conhecimentos mais profundos para avançar. Em especial, a ciência e a tecnologia devem impulsionar a construção econômica que, por sua vez, nelas se apoiará para progredir.

83. O ESTADO investirá recursos suficientes para a formação, em larga escala, de pessoal técnico-científico de alta qualificação. Criará bases sólidas de educação e investigação científica. Propiciará também locais adequados à experimentação e prova de tecnologia de ponta.

84. EM DIFERENTES regiões do país criar-se-ão Institutos e Centros de pesquisas especializados, que abarquem desde a biotecnologia ao setor espacial.

85. SEM menosprezar as aquisições tecnológicas estrangeiras, será indispensável desenvolver tecnologia própria ligada às características do país que contribuam para o seu desenvolvimento independente.

86. NO CAMPO da ciência, dar-se-á importância ao estudo da filosofia, do materialismo dialético e histórico e das ciências em geral, notadamente da ciência social, visando a promover e a preservar as grandes conquistas do marxismo. A teoria será posta a serviço da prática, e a prática considerada como fonte do conhecimento científico.

87. SERÁ garantida a difusão de opiniões diferenciadas de natureza técnica ou científica e também do materialismo e do idealismo.

88. ESTIMULAR-SE-Á a formação de quadros capacitados teoricamente, capazes de generalizar a experiência do movimento revolucionário e da luta de classes, estribados na teoria do progresso ininterrupto da sociedade.

89. FAR-SE-Á intensa difusão da teoria socialista firmada no materialismo dialético, a fim de enraizar a cultura avançada entre as massas e consolidar o sistema do socialismo científico. A luta constante contra a ideologia burguesa, individualista e mesquinha, é fundamental para forjar culturalmente o novo homem e tornar definitivamente vitoriosos os ideais do proletariado revolucionário.



Internacionalismo e soberania nacional

90. OS COMUNISTAS defendem o internacionalismo proletário.

Apoiam a luta de todos os povos por sua emancipação nacional e social. São solidários com as nações e os povos socialistas que sustentam firmemente a grande bandeira do progresso social, da construção da nova sociedade, mais humana, justa, culta e civilizada. A luta contra o capitalismo é tarefa estratégica de todos os trabalhadores e povos oprimidos. Enquanto existir o imperialismo haverá guerra, fascismo, injustiças sociais, feroz exploração do homem pelo homem. Somente o socialismo libertará a Humanidade de séculos de opressão, humilhações e sofrimentos.

91. O PROGRAMA do Partido Comunista do Brasil põe, igualmente, em relevo a luta intransigente em defesa da soberania e da independência do nosso país, luta que envolve não somente os inimigos externos, cada vez mais agressivos, como também os inimigos internos, boa parte da grande burguesia e seus comparsas acumpliciados com os monopolistas estrangeiros. Essa luta constitui uma das grandes tarefas da época que vivemos. A conquista do socialismo é inseparável do combate firme e decidido por uma pátria livre, soberana e independente. Em última instância, o internacionalismo proletário, na situação atual, é também a defesa da soberania nacional de todos os países.

VI) O caminho para alcançar o socialismo

92. O PROGRAMA Socialista do Partido Comunista do Brasil é uma grande bandeira de combate em prol da transformação radical da sociedade brasileira em crise permanente, a proposta correta para eliminar a dependência do país aos monopolistas estrangeiros e acabar com o domínio das forças reacionárias sobre a nação, o meio eficaz de liquidar as injustiças sociais, terminar com a fome e a miséria que crescem aceleradamente no polo oposto ao do enriquecimento fácil de uma minoria de privilegiados e corruptos.

93. MAS a conquista do socialismo é um caminho de árdua disputa com as classes retrógradas que dominam o país. São forças poderosas que não cederão facilmente as posições que detêm. A máquina do Estado está em suas mãos. Utilizarão o engodo e as promessas jamais cumpridas, o monopólio da mídia, recorrerão ao arbítrio, apelarão para o fascismo, não

vacilarão em juntar-se aos intervencionistas estrangeiros a fim de tentar conter e esmagar o movimento progressista. Todos os que almejam uma pátria livre e soberana, que desejam avanços contínuos nos terrenos político, econômico, social e cultural, terão de enfrentar decidida e persistentemente as forças inimigas.

94. O CAMINHO para o socialismo passa pela realização de inúmeras batalhas em diferentes níveis com a ampla participação do povo. Não pode ficar restrito à esfera da propaganda revolucionária. É indispensável atuar no curso dos acontecimentos políticos cotidianos. Defendendo as ideias socialistas, para esclarecer e educar os trabalhadores e as massas populares, os comunistas estarão presentes nos pequenos e nos grandes combates que envolvam o povo, seja por motivos políticos, seja por reivindicações econômicas e sociais.

95. O PROLETARIADO revolucionário, defensor dos ideais renovadores da sociedade, precisa lutar por sua hegemonia no processo político em curso, fortalecendo o seu partido, o PCdoB, estabelecendo alianças e desenvolvendo-se politicamente. Deve ser capaz de atrair, em cada fase do grande combate que dirige, aliados políticos ainda que vacilantes e temporários. As alianças políticas bem conduzidas ajudam a derrotar a reação. E facilitam o agrupamento de forças com projeções estratégicas.

96. IMPORTÂNCIA particular na mobilização das massas, buscando isolar ou neutralizar os inimigos, tem a fixação de objetivos concretos de nível mais elevado. Nesse sentido, adquirem significado primordial a defesa da soberania e da independência nacional; a exigência de democratização ampla e profunda da vida do país; os reclamos da questão social em constante agravamento. São objetivos relacionados com a questão do poder, visando a tirar o Brasil do atraso e da pobreza, garantir a liberdade para o povo, afirmar a identidade nacional. Essa luta apresenta não apenas aspecto tático. Perdurarão por longo período e somente terminará com a vitória definitiva das forças progressistas. As classes dominantes não têm alternativa. Insistirão até o fim na política entreguista, antinacional, persistirão na via antidemocrática e antissocial.

97. SIGNIFICADO importante tem igualmente a atuação no campo eleitoral e parlamentar. Se bem que o Parlamento, tal como existe presen-

temente, seja uma instituição burguesa elitista e conservadora, constitui, entretanto, uma tribuna de luta política que permite, em certa medida, às correntes democráticas e progressistas denunciar as mazelas do regime, reclamar direitos para o povo, defender a soberania nacional e a ampliação da democracia. A disputa eleitoral, ainda que viciada e desigual devido à força do poder econômico e aos privilégios dos grandes partidos, possibilita, de algum modo, o esclarecimento do eleitorado e contribui para o fortalecimento das organizações políticas que representam interesses fundamentais da nação.

98. AS FORMAS de luta, variadas e de múltiplos aspectos, devem corresponder à situação de cada momento e ao nível de aceitação e compreensão das grandes massas. Seria errôneo artificializar métodos de luta restritivos que entorpecem o movimento de massas e isolam a vanguarda.

99. TODO procedimento político e organizativo, relacionado com o caminho para o socialismo, objetiva acumular forças, ganhar prestígio e influência no seio do povo. A conquista do socialismo é obra das amplas massas, dos trabalhadores em geral, sob a liderança do Partido Comunista. Exige, na atualidade, a criação de uma sólida frente nacional, democrática e popular, reunindo partidos, personalidades políticas democráticas, organizações de massas, defensores da soberania nacional, agrupamento decidido a derrocar as classes reacionárias e a realizar as transformações de que o Brasil necessita.

100. TAREFA de primeiro plano para alcançar o socialismo é a construção de um forte Partido Comunista, ligado às massas, em particular à classe operária. A fim de cumprir sua missão histórica, o PCdoB precisa multiplicar sua força militante, ampliar sua influência política em todos os setores de atividade, aprofundar os conhecimentos teóricos, aprender da experiência positiva e negativa do socialismo na ex-URSS e em outros países. O Partido deve colocar-se à altura do Programa Socialista que apresenta aos trabalhadores e ao povo.

101. O SOCIALISMO científico não é uma perspectiva longínqua, inacessível. É uma exigência do desenvolvimento histórico. Sua realização vitoriosa depende da justa direção dos comunistas do Brasil e do mundo inteiro, resulta da luta tenaz e consciente das massas ansiosas de liberdade e justiça social.



“Realizamos o 11º Congresso com o Partido em expansão, no centro dos grandes acontecimentos políticos nacionais. As condições inéditas que passamos a viver e as novas e maiores responsabilidades políticas assumidas pelo PCdoB perante nosso povo têm forjado nossa fisionomia e as nossas convicções de Partido Comunista para este difícil, sinuoso e desafiador período histórico. Não percamos de vista o nosso grandioso ideal socialista. Estamos convencidos de que o tempo nos dará razão.”

Renato Rabelo, presidente do PCdoB

ISBN 85-7277-004-X



Partido Comunista do Brasil – PCdoB **Comitê Central**

Alameda Sarutaiá, 185, Jardim Paulista, CEP: 011403-010
São Paulo, SP, Fonefax: (11) 3054.1800
www.pcdob.org.br